

PROJETO
PEDAGÓGICO DO
CURSO DE
DIREITO

FACULDADE PROMOVE DE SETE LAGOAS

2023

AUTORES:

Presidente do Núcleo Docente Estruturante - NDE:

Prof. Me. Roseli de Oliveira Silva

Membros do NDE:

Prof. Me. Ana Flávia Machado de Oliveira

Prof. Me. Lohany Dutra Amorim

Prof. Dr. Giuliano Fernandes

Profa. Me. Philippe Rodrigues da Silva

MANTENEDORA: ISLEC – Instituto Setelagoano de Educação e Ciência Ltda.

Representante Legal: Thiago Queiroz Borges Muniz

Endereço: Rua Dr. Pena, 163 – Sala 102 – Centro – Sete Lagoas (MG)

CEP: 35.700-032

CNPJ: 03.376.053/0001-08

MANTIDA: FACULDADE PROMOVE DE SETE LAGOAS

Diretora Acadêmica: Danielle Alves de Carvalho Mota

Diretor Administrativo Financeiro: Márcio Henrique Portilho de Carvalho

Unidade Sede: Rua Doutor Pena, 163 – Centro – CEP 35.700-032

Unidade II: Av. Pref. Alberto Moura, 15 – Nova Cidade – CEP 35.702-272

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DO PPC	10
2	PERFIL INSTITUCIONAL	13
2.1	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E DA MANTENEDORA	13
2.2	IDENTIDADE CORPORATIVA	17
2.3	CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E TEÓRICO METODOLÓGICAS	21
2.3.1	METODOLOGIA MISTA DE ENSINO APRENDIZAGEM	21
2.3.2	INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	30
2.3.3	INTEGRAÇÃO DOS CONTEÚDOS	32
2.3.4	POLÍTICAS DE ENSINO DIFERENCIADAS COM VISÃO HOLÍSTICA DO PROCESSO EDUCACIONAL	33
2.3.5	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	34
3	PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL	44
3.1	POLÍTICAS DE ENSINO	44
3.2	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	46
3.3	POLÍTICAS DE PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA	48
3.4	POLÍTICAS DE GESTÃO	50
3.5	POLÍTICAS DE ESTÁGIOS, PRÁTICA PROFISSIONAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES	52
3.5.1	ESTÁGIO	52
3.5.2	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	56
3.6	POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE	58
3.7	POLÍTICAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	61
4	INSERÇÃO REGIONAL	62
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCACIONAL	62
4.2	CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO, SOCIAL, CULTURAL, POLÍTICA E AMBIENTAL	64
5	APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO CURSO	79
5.1	O CURSO DE DIREITO NA FACULDADE PROMOVE DE SETE LAGOAS	79
5.2	MERCADO DE TRABALHO	81
5.3	OBJETIVOS DO CURSO	87

5.3.1	GERAL	89
5.3.2	ESPECÍFICOS	90
5.4	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	90
5.5	HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	91
5.5.1	FORMAÇÃO GERAL	92
5.5.2	FORMAÇÃO CIENTÍFICA	92
5.5.3	FORMAÇÃO TÉCNICA	92
5.6	FORMAS DE ACESSO AO CURSO	93
6	APOIO AO DISCENTE	94
6.1	NÚCLEO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO	94
6.2	APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS	96
6.3	APOIO PARA DIVULGAÇÃO DAS PRODUÇÕES DISCENTES	97
6.4	APOIO FINANCEIRO	97
6.5	MONITORIAS	98
6.6	MECANISMOS DE NIVELAMENTO	99
6.7	ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	100
6.8	MOBILIDADE ENTRE INSTITUIÇÕES	100
6.9	ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	101
6.10	NÚCLEO DE INOVAÇÃO ACADÊMICA - NINA	102
6.11	NUCLEO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA - NADC	104
7	GESTÃO DO CURSO	106
7.1	COORDENAÇÃO DO CURSO	106
7.1.1	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E NA GESTÃO ACADÊMICA	108
7.1.2	REGIME DE TRABALHO	109
7.1.3	ARTICULAÇÃO DA GESTÃO DO CURSO COM A GESTÃO INSTITUCIONAL	109
7.2	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	110
7.3	COLEGIADO DE CURSO	111
7.4	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO COORDENADOR DE CURSO - PDC	113
8	CORPO DOCENTE	114

8.1	TITULAÇÃO	114
8.2	REGIME DE TRABALHO	115
8.3	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	115
8.4	EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR	116
8.5	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOCENTE - PDD	116
8.6	QUADRO DOCENTE	117
9	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	117
9.1	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	119
9.1.1	POLÍTICAS DE ENSINO	120
9.1.2	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	122
9.1.3	POLÍTICAS DE PESQUISA	123
9.2	ESTRUTURA CURRICULAR	126
9.2.1	FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	127
9.2.2	COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO	129
9.2.3	COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL DO EGRESSO	129
9.2.4	COERÊNCIA DO CURRÍCULO FACE ÀS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS 130	
9.2.5	ARTICULAÇÃO DO PPC COM O PROJETO INSTITUCIONAL	130
9.2.6	ADEQUAÇÃO DA METODOLOGIA DE ENSINO À CONCEPÇÃO DO CURSO	131
9.2.7	COERÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM COM A CONCEPÇÃO DO CURSO	134
9.3	METODOLOGIA	136
9.3.1	O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA	139
9.3.2	TRABALHO DISCENTE EFETIVO - TDE	142
9.4	CONTEÚDOS CURRICULARES	145
9.4.1	CONTEÚDOS OPTATIVOS	148
9.5	REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	149
9.5.1	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO- BRASILEIRA E INDÍGENA	149
9.5.2	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	150
9.5.3	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	151
9.5.4	LIBRAS	152
9.5.5	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	152
9.6	DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA	156

9.7	MATRIZ CURRICULAR	156
9.8	EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	161
10	ENSINO	233
10.1	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	234
10.1.1	APRESENTAÇÃO	234
10.2	MECANISMOS E INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO	238
10.3	PRÁTICA PROFISSIONAL	240
10.4	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	241
10.4.1	APRESENTAÇÃO	241
10.4.2	MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E CUMPRIMENTO DO TCC	242
10.4.3	ORIENTAÇÃO DO TCC	243
10.4.4	AVALIAÇÃO	243
10.5	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	243
11	POLÍTICAS DE PESQUISA	248
11.1.1	OBJETIVO GERAL	250
11.1.2	OBJETIVO ESPECÍFICO	250
11.1.3	PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	251
11.1.4	PROGRAMA PARA PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	253
11.2	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	256
11.2.1	GRUPOS DE PESQUISA	256
11.2.2	PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	257
12	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	258
12.1	O NUCLEO DE EXTENSÃO – NEX	259
12.2	PROGRAMA E-LABORE	260
12.3	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	262
13	SISTEMA DE AVALIAÇÃO	263
13.1	AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	264
13.2	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA	266
13.3	AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	267

13.4	AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	268
14	INFRAESTRUTURA	270
14.1	INSTALAÇÕES GERAIS	270
14.2	INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	271
14.2.1	INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	272
14.2.2	SALAS DE AULA	273
14.2.3	SALA DE PROFESSORES	273
14.2.4	ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS	274
14.2.5	INFRAESTRUTURA PARA A CPA	275
14.2.6	GABINETES/ESTAÇÕES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL - TI	275
14.2.7	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	275
14.3	CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	276
14.4	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICA	277
14.5	PLANO DE EXPANSÃO	278
15	BIBLIOTECA	279
15.1.1	ACESSO A BIBLIOTECA	279
15.1.2	INFORMATIZAÇÃO	279
15.1.3	BASE DE DADOS	280
15.1.4	POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO	281
15.1.5	SERVIÇOS	282
15.1.5.1	CORPO TÉCNICO	282
15.2	LABORATÓRIOS	283
15.3	TECNOLOGIA DA COMUNICAÇÃO	283
15.4	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	284
15.5	NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS (NPJ)	287
15.5.1	JUSTIFICATIVA	288
15.5.2	OBJETIVOS	288
15.5.3	METODOLOGIA	289
15.5.4	RESULTADOS ESPERADOS	290
15.5.5	ABRANGÊNCIA DAS ATIVIDADES	290
15.5.6	RESPONSABILIDADE SOCIAL	290
15.5.7	DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NO NPJ	291

16	CONTROLE ACADÊMICO	291
17	CONCLUSÃO	292

1 APRESENTAÇÃO DO PPC

O presente instrumento dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas aprovado pelo Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) em sintonia com o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional e PPI - Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade Promove de Sete Lagoas, discorrendo e delineando, entre outros aspectos, o perfil desejado dos formandos e as suas competências e habilidades, os conteúdos curriculares, a organização curricular, o Estágio Supervisionado, as Atividades Complementares, a Metodologia aplicada, o Trabalho de Conclusão de Curso e a avaliação.

O PPC - Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas visa reconhecer o estudante como agente principal do processo educativo, despertando o seu interesse pela profissão e integrando os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas em seu processo educativo.

O PPC de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas apresenta toda orientação pertinente ao funcionamento do curso. Para tanto, buscou-se a formulação de uma matriz curricular concebida de acordo as diretrizes curriculares estabelecidas pela **Resolução CNE/CES 05, de 17/12/2018 e a Resolução CNE/CES nº 02 de 19 de abril de 2021.**

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito respalda-se em normas jurídicas pertinentes a Educação Superior no Brasil, dentre elas, destacam-se:

A Constituição Federal/88, art. 205, que garante a educação como um direito de todos;

Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 - que aborda sobre políticas de educação ambiental: visando contribuir no desenvolvimento de uma visão integrada do meio ambiente e suas relações, que envolvem aspectos ecológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, culturais e éticos.

Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 - institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.

Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004 - versa sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Resolução nº 09 de 29 de setembro de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito, bacharelado, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - estabelece as condições de acesso às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Nesse aspecto, a IES atende as normas estabelecidas, procurando continuamente atualizações e melhorias, com vistas a qualidade no atendimento ao público em geral.

Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - dispõe sobre a língua brasileira de sinais-LIBRAS: considerando a característica do curso, e a modalidade de bacharelado, atende-se a este decreto com a inserção da disciplina de LIBRAS como uma disciplina optativa.

Portaria normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007 - alterada pela Portaria normativa n. 23 de 01 de dezembro de 2010: dispõe sobre a disponibilização de informações acadêmicas de forma impressa e virtual (e-MEC), no qual a Instituição está constantemente acompanhando e atendendo o estabelecido.

Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que altera o art. 26 da **lei 9.394/1996** - na qual há referência sobre o ensino da História e cultura Afro-brasileira e Indígena. Mesmo destacando a obrigatoriedade dessa abordagem ao ensino fundamental e médio, esse Projeto Pedagógico indica a preocupação institucional com o propósito de abordar tal cultura, tão relevante do caráter nacional.

Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017 - Que dispõe sobre os procedimentos de competência do INEP referente as avaliações de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de acadêmicos.

Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 - Que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

Instrução Normativa nº 1, de 15 de dezembro de 2017 - Regulamenta o fluxo dos processos que chegarem à fase de avaliação externa in loco pelo INEP, a partir da vigência das Portarias nº 1.383, de 31 de outubro de 2017.

Instrução Normativa nº 2, de 18 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre os procedimentos de competência do INEP referente à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

Portaria Normativa nº 20 de 21 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Portaria nº 22, de 21 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre os procedimentos de supervisão a monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância, integrante do sistema federal de ensino.

Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Portaria nº 840, de 24 de agosto de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências, referência importante para a reestruturação desse PPC.

Resolução nº 02 de 19 de abril de 2021 - Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

2 PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E DA MANTENEDORA

A Faculdade Promove de Sete Lagoas é uma destacada instituição de ensino superior de natureza privada, cujo escopo de atuação é circunscrito ao município de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais. Esta instituição é mantida pelo ISLEC - Instituto Setelagoano de Educação e Ciência Ltda, doravante referido como mantenedora, uma entidade de direito privado com sede e foro na cidade de Sete Lagoas (MG) e devidamente registrada de acordo com as normas legais pertinentes.

Os propósitos da Faculdade Promove são abrangentes e incluem o estímulo à criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e da reflexão crítica. Além disso, a instituição se dedica a promover a pesquisa e a investigação científica, com o intuito de contribuir para o avanço da ciência, da tecnologia e para a disseminação da cultura. Este compromisso estende-se à formação integral dos cidadãos, capacitando-os a continuar aprendendo e adaptando-se às constantes

mudanças nas oportunidades profissionais, além de preservar e promover valores culturais e conquistas científicas em sintonia com as demandas espirituais da humanidade.

A Faculdade Promove tem por meta diplomar profissionais em diversos cursos de graduação, abrangendo licenciaturas, bacharelados e graduações tecnológicas, em uma diversidade de áreas do conhecimento. O alvo é habilitar esses profissionais para a inserção em setores profissionais e para o engajamento no desenvolvimento da sociedade brasileira, especialmente na região de Sete Lagoas.

A instituição também proporciona oportunidades para a realização de pesquisas e estimula atividades criativas, além de realizar ações de extensão com o propósito de atender às necessidades da comunidade. Isso ocorre através de cursos e serviços especiais oferecidos ao governo, à sociedade civil organizada e aos cidadãos, visando promover a preservação e o desenvolvimento da cultura, ciência, tecnologia e das artes.

Além disso, a Faculdade Promove assume o papel de divulgar conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade, comunicando o saber por meio do ensino, publicações e outras formas de disseminação. Ela também busca promover o intercâmbio com instituições semelhantes, tanto a nível nacional quanto internacional.

A trajetória da Faculdade Promove de Sete Lagoas teve início em 2001, com a missão de preparar profissionais capazes de enfrentar um mundo caracterizado por mudanças rápidas e profundas em todas as áreas. Inicialmente, a instituição ofereceu cursos em Administração, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, e Turismo.

Em 2007, a Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS assumiu a responsabilidade pela instituição como mantenedora. Isso marcou o início de uma nova fase de expansão, com a inauguração da Unidade II Nova Cidade e a oferta de cursos sequenciais.

Ao longo dos anos, novos cursos tecnológicos foram autorizados, incluindo Logística, Gestão de Recursos Humanos, Gestão da Produção Industrial e Gestão Ambiental. Os cursos sequenciais foram descontinuados em 2010, e as atividades dos cursos tecnológicos na Unidade Nova Cidade tiveram início.

Em 2013, a instituição deu início ao curso de Bacharelado em Engenharia Civil, que havia sido autorizado em dezembro de 2012. O curso Tecnológico em Redes de Computadores, autorizado em março de 2013, também começou a ser oferecido no campus Sede.

Em 2015, a Unidade Nova Cidade deu início ao curso de Bacharelado em Engenharia de Produção, e o curso Tecnológico em Gestão da Qualidade foi autorizado.

Em 2016, o curso de Enfermagem foi autorizado, e a instituição recebeu uma comissão para a autorização do curso de Engenharia Mecânica. No ano seguinte, a Faculdade Promove recebeu uma comissão para autorizar o curso de Psicologia e o curso tecnológico de Estética e Cosmética. Em abril do mesmo ano, a Única Educacional assumiu a instituição como mantenedora. Além disso, a instituição recebeu uma comissão para o reconhecimento do curso de Engenharia Civil.

Em 2018, o curso de Enfermagem teve início na Unidade Sede. Em abril de 2018, a instituição recebeu uma comissão para autorizar o curso de Direito. No segundo semestre, o curso de Psicologia também começou a ser oferecido na Unidade Sede.

Em 2019, o ISLEC - Instituto Setelagoano de Educação e Ciência Ltda. assumiu a instituição como entidade mantenedora, e o curso de Bacharelado em Direito teve início na Unidade Sede, autorizado pela Portaria 612, de 10 de setembro de 2018.

Ao longo de seus 22 anos de história, a expansão da Faculdade Promove tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento educacional e profissional de Sete Lagoas e da região, contribuindo também para o progresso de Minas Gerais. A instituição tem formado profissionais que atuam em todo o estado e até mesmo fora dele.

A contribuição da Faculdade Promove para a sociedade e a economia de Minas Gerais é notável. Ela se reflete na geração de conhecimento e inovação em diversas áreas, na promoção do desenvolvimento cultural da sociedade e nas múltiplas parcerias estabelecidas entre a instituição e a comunidade em geral. Os ex-alunos ocupam uma ampla variedade de posições no mercado de trabalho, tanto em organizações públicas quanto privadas, em diversos setores e tamanhos. Esse processo de desenvolvimento se concretiza através da oferta de cursos técnicos, de

graduação (nas modalidades bacharelado e tecnologia) e de pós-graduação, bem como por meio das atividades de extensão promovidas pela instituição.

IGC TRIÊNIO

2018	2019	2021
4	4	4

ATOS AUTORIZATIVOS

Curso	Autorização	Reconhecimento	Conceito
Administração		Portaria 208 de 25/06/2020	4
Comunicação Social		Portaria 208 de 25/06/2020	4
Direito	Portaria 612 de 10/09/2018		
Enfermagem	Portaria 889 de 29/12/2016		4
Engenharia Civil		Portaria 110 de 04/02/2021	4
Engenharia de Produção	Portaria 536 de 25/08/2014		3
Gestão da Produção Industrial		Portaria 917 de 27/12/2018	3
Gestão de Recursos Humanos		Portaria 208 de 25/06/2020	4
Logística		Portaria 208 de 25/06/2020	4
Psicologia	Portaria 1032 de 02/10/2017		4
Redes de Computadores		Portaria 917 de 27/12/2018	4

2.2 IDENTIDADE CORPORATIVA

MISSÃO

Oferecer serviços educacionais de excelência, visando a formação de cidadãos autônomos e conscientes que possam ser empreendedores e agentes de transformação da realidade na qual estão inseridos, protagonistas da formação do conhecimento e profissionais afinados com as exigências do mundo contemporâneo.

VISÃO

Ser reconhecida como uma instituição de excelência na produção e socialização do conhecimento, comprometida com o desenvolvimento social, com a inovação e a sustentabilidade, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com o crescimento e estabilidade financeira da IES.

VALORES

- Desenvolvimento regional e global.
- Compromisso social.
- Ética no relacionamento.
- Pluralismo de ideias.
- Tecnologia a serviço da humanização.
- Profissionalização de vanguarda.

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

OBJETIVO GERAL: A Faculdade Promove de Sete Lagoas tem por objetivo geral transformar-se em referência na formação superior e no desenvolvimento de pessoas e de profissionais para responder às demandas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, além de buscar antecipar-se às constantes mudanças tecnológicas que afetam e afetarão permanentemente as comunidades nas quais está inserida.

Para que possa atingir esse objetivo, a Faculdade Promove de Sete Lagoas busca:

- a) contribuir para a formação integral de profissionais e especialistas de nível superior e membros de sua comunidade estudantil, capacitando-os para o exercício de suas atividades, além de propiciar meios para um continuado processo educativo;
- b) tornar-se instrumento do processo de desenvolvimento, analisando e conhecendo acerca de seus principais problemas, necessidades básicas e maiores anseios;
- c) pesquisar e analisar a realidade local, regional e nacional, sugerindo medidas que possam solucionar os problemas inerentes ao desenvolvimento socioeconômico do país e especialmente de Sete Lagoas e da região macro norte de Minas Gérias.
- d) democratizar o acesso à educação através do uso das tecnologias da informação e da comunicação, capazes de gerar a minimização dos custos inerentes ao processo educacional;
- e) crescer e desenvolver-se enquanto instituição de educação superior ampliando seus serviços e, respectivamente, suas contribuições para o desenvolvimento de pessoas e da sociedade.
- f) ministrar o ensino superior formando diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos a integrarem os setores profissionais e a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- g) formar especialistas de nível superior e especializar técnicos e profissionais nos campos de ensino ministrado;
- h) promover a formação integral do homem, desenvolvendo o espírito crítico e o pensamento reflexivo;
- i) incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica buscando o incremento da ciência e da tecnologia visando a colaborar com o desenvolvimento do homem e da comunidade local e regional, com vistas ao seu bem-estar social, econômico e político;
- j) promover a extensão estimulando a participação da população nos resultados da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica produzidas na instituição;

k) ser uma instituição livre e democrática e um centro de preservação e difusão da cultura e da história do homem, comunicando o saber organizado através de outras formas de comunicação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Tendo em vista sua missão, os princípios e os referenciais norteadores das ações da instituição, a partir de seu objetivo geral, a Faculdade Promove de Sete Lagoas estabeleceu os seguintes objetivos específicos:

- Ministrar a Educação Superior em todas as suas modalidades integrando-a com as atividades de pesquisa e extensão (serviço e atuação comunitária);
- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Contribuir para a formação de uma cultura superior informada por princípios e direitos humanos e adaptada à realidade brasileira;
- Promover o desenvolvimento da solidariedade entre os povos, especialmente nos campos humanitário, cultural e social;
- Promover-se como um centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais e políticas locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Formar diplomados, em diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e capazes de contribuir para o desenvolvimento do país, e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científicas, visando o desenvolvimento sustentável da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, principalmente a preservação do meio ambiente;

- Elaborar programas de pesquisa, estudo e documentação, e de desenvolvimento em ciência e tecnologia, que forneçam subsídios para a solução dos problemas em nível local, regional, nacional e internacional;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do conhecimento;
- Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições de ensino, científicas e culturais, nacionais e internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das novas tecnologias, das letras e das artes;
- Contribuir para a formação integral de seus alunos, fornecendo-lhes ensino de excelência em sintonia com a realidade;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo construídos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os locais, regionais e nacionais e prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a aplicação e difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

2.3 CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E TEÓRICO METODOLÓGICAS

A instituição pauta seus princípios filosóficos e teóricos-metodológicos em ações que garantam uma formação superior que privilegie a educação de qualidade e que estejam em consonância com as exigências do ministério da educação, do mercado de trabalho e da sociedade.

Corroborando com sua missão institucional, valores e visão, a Faculdade Promove de Sete Lagoas busca capacitar os estudantes para que sejam éticos na profissão e como cidadãos e que construam conhecimentos técnicos que, aliados ao aprimoramento do desenvolvimento humano, possam resultar na excelência educacional almejada.

Além disso, a Faculdade Promove de Sete Lagoas tem o propósito de que toda essa evolução intelectual e humana seja convertida em prol das necessidades locais, regionais e nacionais, com base na integração do cotidiano acadêmico - ensino, pesquisa e extensão - com os diversos setores da sociedade e na prática da avaliação contínua como recurso de aprimoramento de suas ações.

Para o alcance dessa nobre aspiração, elencamos os princípios filosóficos e teóricos-metodológicos que norteiam as políticas e ações institucionais, em constante construção, passíveis de adequações num universo tão dinâmico e desafiador como é a educação.

2.3.1 METODOLOGIA MISTA DE ENSINO APRENDIZAGEM

Nossa IES tem uma preocupação especial com o processo educacional dos estudantes, no sentido de construir um itinerário formativo em conformidade com as diretrizes curriculares de cada curso, em consonância com o mercado de trabalho e priorizando a participação ativa dos alunos nesse processo. Na organização didático pedagógica e dos cursos são consideradas metodologias de ensino e aprendizagem nas quais devem ser ressaltadas, além dos métodos tradicionais, as metodologias ativas de aprendizagem.

Apesar de considerarmos ser relevante o protagonismo estudantil no desenrolar do processo de ensino aprendizagem, constatamos que nosso público aluno, grande maioria egresso de escolas

pública onde prevalece práticas metodológicas tradicionais, não está completamente preparado para caminhar com tanta autonomia e ser o principal agente da sua aprendizagem.

Foi necessário planejar metodologias de ensino que mesclasse estratégias do modelo tradicional, que até hoje permeiam o cotidiano acadêmico, com didáticas e práticas inovadoras que levem o aluno a construir saberes científicos, técnicos e profissionais, por meio de estímulos sobre conhecimento e análise de situações problemas.

O professor, mais do que apresentar aos alunos o direcionamento técnico e científico de cada disciplina, é um incentivador da aprendizagem participativa, propondo situações que garantam a ação do aluno nesse processo, e um mediador, que orienta e auxilia a construção do conhecimento.

A IES entende que a escolha da metodologia pedagógica (métodos, técnicas e recursos), deve refletir os objetivos de ensinar e aprender, bem como os conteúdos a serem desenvolvidos com os alunos, devendo tal processo ser avaliado de forma contínua e dinamicamente. É preciso examinar os conhecimentos prévios e os pré-requisitos acumulados para a aprendizagem dos conteúdos e, também, o perfil de cada turma, pois uma metodologia pode trazer resultados satisfatórios para determinado grupo, mas se mostrar inadequada para outro. É importante, ainda, definir o espaço e o tempo disponível, considerando que o imprevisto pode ocorrer, desequilibrando o planejamento.

No caso da aprendizagem, a instituição considera importante que seja possibilitada aos alunos, de forma gradual, a assimilação de conhecimentos, com a apropriação desses saberes por meio da prática de exercícios, a aplicação dessa aprendizagem em situações problema e a criação de novas visões e interpretações para problemas reais. Nessa maneira de atuação, a IES tem por objetivo incluir práticas pedagógicas inovadoras, por meio das metodologias ativas, não deixando de lado o *fazer pedagógico tradicional*.

O termo *pedagogia tradicional* formou-se a partir dos pontos recorrentes nas práticas de ensino ao longo da história da educação. É também usado para marcar o início de novas propostas que começaram a ser veiculadas, sendo assim classificada como “tradicional” a concepção de

educação adotada até aquele momento. Mas será que esse *tradicional* é mesmo somente sinônimo de aspectos negativos, desatualizados e nada significativos?

Não podemos esquecer que as instituições formais de educação em outro momento foram planejadas para atender uma sociedade que vivia em um ambiente de conhecimento muito mais estável do que o que vivemos hoje. As instituições de ensino sempre buscaram atender as necessidades histórico-culturais da sociedade, e essa já passou por inúmeras transformações e avanços.

Seria um equívoco descartar todas as contribuições que os diferentes tempos da educação nos proporcionam. Assim, nada melhor do que dirigirmos nosso olhar ao passado, fixá-lo no presente e mirar o futuro da educação para torná-la construtiva e para que desempenhe efetivamente a sua função no desenvolvimento dos alunos e da sociedade.

Hoje, existe uma grande necessidade de se evoluir cognitivamente e permanentemente, dados os avanços dos recursos e estratégias tecnológicas disponíveis. Essa evolução pressupõe uma IES aberta e participativa, na qual aluno, instituição, família, professores e sociedade aprendem juntos. Mas isso não significa propor uma nova metodologia descartando tudo aquilo que a educação vem alcançando ao longo dos anos.

O desafio é descobrir meios de nos adaptarmos para continuar ensinando e aprendendo, porém de acordo com o que o novo mundo demanda. Isso envolve o engajamento em sala de aula na era tecnológica, as mudanças no cenário educacional e como os professores e alunos estão envolvidos nesse processo. As salas de aula estão em constante transformação e é preciso uma renovação na forma de ensinar, porém não necessariamente se desfazendo de tudo aquilo que até então usávamos.

É preciso haver uma mescla entre o método tradicional de ensinar e os avanços, com conteúdo dinâmico e qualidade para prender a atenção dos alunos tecnológicos, aliados ao conteúdo programático estruturado pelo professor. E é isso que nossa IES busca estabelecer no desenvolvimento do processo educacional.

Considerando o que de positivo tem nas práticas tradicionais e trabalhando conceitualmente e tecnicamente cada componente curricular, são apresentadas, aos acadêmicos, propostas de atividades desafiadoras que acionem seus esquemas cognitivos. As situações problematizadoras, uma dessas atividades desafiadoras, proporcionam aos alunos observar, descrever, relatar, dialogar, ler, escrever, comparar, identificar, diferenciar, analisar, sintetizar, deduzir, concluir, julgar, avaliar, propor e comparar hipóteses.

As metodologias ativas são desenvolvidas nas disciplinas dos cursos com carga horária de 40 (quarenta) horas ou mais, por meio do **Trabalho Discente Efetivo - TDE**, sendo este, detalhado nos Planos de Ensino das disciplinas aos quais se vinculam e aprovados pelos Núcleos Docentes Estruturantes juntamente com a Coordenação de Curso. Outra forma de adotar o princípio das metodologias ativas é por meio da disciplina **Seminários Integradores**, componente curricular que tem o principal propósito de fazer com que os estudantes aprendam por meio da resolução colaborativa de desafios, integrando as disciplinas de cada período, refletindo e agregando significado aos componentes curriculares do respectivo período com a atividade profissional do curso que escolheram seguir.

O professor poderá utilizar uma ou várias metodologias ativas e dentre as mais utilizadas atualmente estão os estudos de casos, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem entre times e sala de aula invertida.

A disciplina **Seminários Integradores**, cuja inspiração didática é estruturada na metodologia PBL (*Problem Based Learning*) ou ABP (**Aprendizagem Baseada em Problemas**), tem o **principal** propósito de fazer com que os estudantes aprendam por meio da resolução colaborativa de desafios, integrando as disciplinas de cada período, refletindo e agregando significado aos componentes curriculares do respectivo período com o curso e com a profissão que escolheram seguir. Ressaltamos que não há impedimento para utilização de outras metodologias ativas no desenvolvimento da disciplina Seminários Integradores. Ao explorar soluções dentro de um contexto específico de aprendizado, que pode utilizar a tecnologia e/ou

outros recursos, essa metodologia incentiva a habilidade de investigar, refletir e criar perante a uma situação.

O professor atua como mediador da aprendizagem, provocando e instigando o discente a buscar as resoluções por si só. O docente tem o papel de intermediar nos trabalhos e projetos e oferecer retorno para a reflexão sobre os caminhos tomados para a construção do conhecimento, estimulando a crítica e reflexão dos nossos estudantes.

É preciso destacar um professor, graduado na área do curso, que tenha aderência às disciplinas, com entusiasmo, visão de mercado, engajado para promover aulas reflexivas a partir de problematizações fundamentadas nas teorias discutidas ao longo de cada período. O vínculo dele com os demais professores do período é primordial para o sucesso dessas aulas. Não há, nessa disciplina Seminários Integradores, conteúdo teórico. O objetivo em trabalhar com a proposta do PBL é integrar as teorias das disciplinas do período com a prática profissional, por meio de *cases*.

Os Seminários Integradores, segundo Bates (2016, p. 134), possibilitam a condução do estilo de ensino e aprendizagem que facilitam o tipo de competência que os estudantes necessitam na era digital. Para o autor, “quanto mais pudermos mudar para uma abordagem com o uso de seminários no ensino e nos distanciarmos das aulas expositivas, melhor, se quisermos desenvolver alunos com as competências necessárias à era digital”. Os seminários integradores utilizam as diversas áreas de conhecimentos para, de forma integrada, promover debates e reflexões que podem ser aliados a projetos que visam à aplicação prática do conhecimento elaborado teoricamente. Portanto, os Seminário Integradores integram a teoria com a prática e o básico com o profissionalizante.

Esses Seminários Integradores devem acontecer a partir do primeiro período dos cursos e deve ser oferecido até que uma outra disciplina ou prática faça o mesmo papel integrador que ele, como por exemplo: clínicas, estágios, plano de negócios entre outros

Com relação ao **Trabalho Discente Efetivo - TDE**, podemos afirmar que é um conjunto diversificado de atividades relacionadas ao ensino, que incorporam as práticas pedagógicas previstas nos mais diversos componentes curriculares, realizadas dentro ou fora de sala de aula,

de forma individual ou coletiva, voltadas à integralização dos currículos dos cursos de graduação, favorecendo a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

O Trabalho Discente Efetivo - TDE é desenvolvido nos componentes curriculares com carga horária acima de 40 (quarenta) horas e representa outra estratégia planejada para a aplicação da parte ativa da metodologia mista de ensino e aprendizagem que visa, além da interdisciplinaridade, a visão técnica, empreendedora e atitudinal dos acadêmicos, ao equacionar teoria e prática. É composto de atividades acadêmicas extraclasse como estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outras, e são desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação do professor, não se confundindo com as Atividades Complementares. Essas atividades são desenvolvidas sob o mote das diversas práticas de ensino e aprendizagem mais comuns nas metodologias ativas. A avaliação de desempenho dos alunos comporá a avaliação das disciplinas nas quais estão inseridas, conforme sistema avaliativo da instituição.

A realização do Trabalho Discente Efetivo poderá se concretizar conforme as diversas possibilidades que elencamos a seguir, mas estas não se esgotam aqui. Tais possibilidades não pretendem ser receita pronta e acabada para ser aplicada e foram pensadas com o intuito de facilitar e despertar o desejo e interesse de docentes e discentes em refletir sobre o tema e definir suas próprias estratégias de desenvolvimento do Trabalho Discente Efetivo.

Dentre as práticas que poderão ser utilizadas no Trabalho Discente Efetivo, destacamos as seguintes metodologias ativas¹:

I - Aprendizagem baseada em problemas

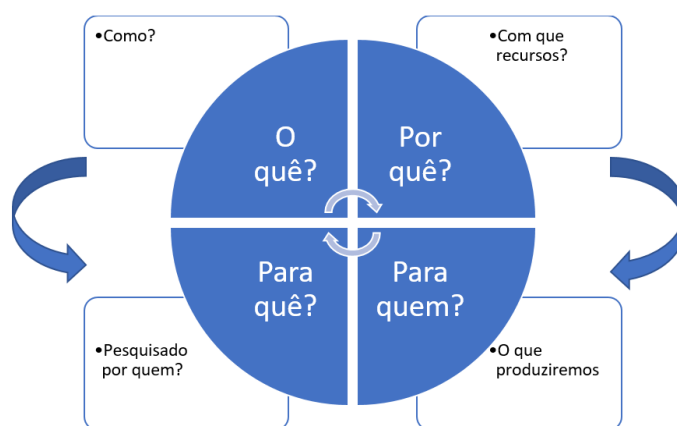
A aprendizagem baseada em problemas, Project Based Learning (PBL), tem como propósito fazer com que os estudantes aprendam através da resolução colaborativa de desafios. Ao explorar

¹<https://novaescola.org.br/conteudo/11897/como-as-metodologias-ativas-favorecem-o-aprendizado>

soluções dentro de um contexto específico de aprendizado, que pode utilizar a tecnologia e/ou outros recursos, essa metodologia incentiva a habilidade de investigar, refletir e criar perante a uma situação. O professor atua como mediador da aprendizagem, provocando e instigando o aluno a buscar as resoluções por si só. O docente tem o papel de intermediar nos trabalhos e projetos e oferecer retorno para a reflexão sobre os caminhos tomados para a construção do conhecimento, estimulando a crítica e reflexão dos jovens.

II - Aprendizagem baseada em projetos

A aprendizagem baseada em projetos também é fundamentada na Aprendizagem baseada em Problemas, porém exige que os alunos coloquem a mão na massa ao propor que os alunos investiguem como chegar à resolução. Um bom exemplo disso é o movimento maker, “faça você mesmo”, que propôs nos últimos anos o resgate da aprendizagem mão na massa, trazendo o conceito “aprendendo a fazer”.



Roteiro para aprendizagem baseada em projetos

III - Aprendizagem entre times

A aprendizagem entre times, Team Based Learning (TBL), tem por finalidade a formação de equipes dentro da turma, através do aprendizado que privilegia o fazer em conjunto para compartilhar ideias. O professor pode trabalhar essa aprendizagem através de um estudo de caso ou projeto, para que os alunos resolvam os desafios de forma colaborativa. Dessa forma, eles

aprendem uns com os outros, empenhando-se para formar o pensamento crítico, que é construído por meio de discussões e reflexões entre os grupos.

IV - Sala de aula invertida

A sala de aula invertida, flipped classroom, pode ser considerada um apoio para trabalhar com as metodologias ativas, que tem como objetivo substituir a maioria das aulas expositivas por extensões da sala de aula em outros ambientes, como em casa, no transporte. Nesse modelo, o estudante tem acesso a conteúdo de forma antecipada, podendo ser on-line para que o tempo em sala de aula seja otimizado, fazendo com que tenha um conhecimento prévio sobre o conteúdo a ser estudado e interaja com os colegas para realizar projetos e resolver problemas. É uma ótima maneira de fazer com que os estudantes se interessem pelas aulas e participe ativamente da construção de seu aprendizado, ao se beneficiar com um melhor planejamento de aula e com a utilização de recursos variados, como vídeos, imagens, e textos em diversos formatos. Para o professor José Moran, essa mescla entre sala de aula e ambientes virtuais é fundamental para abrir a escola ao mundo e, ao mesmo tempo, trazer o mundo para dentro da escola.

V - Estudo de caso

A prática pedagógica de estudo de casos tem origem no método de aprendizagem baseada em problemas. O estudo de caso oferece aos estudantes a oportunidade de direcionar sua própria aprendizagem, enquanto exploram seus conhecimentos em situações relativamente complexas. São relatos de situações do mundo real, apresentadas aos estudantes com a finalidade de ensiná-los, preparando-os para a resolução de problemas reais.

Uma forma interessante de estimular a realização das atividades de TDE bem como a interação e as trocas entre os estudantes, é promover a disponibilização, para toda a turma, das sínteses, elaborações ou outras formas de entrega definidas para as atividades, oportunizando e promovendo a análise e crítica recíproca entre os integrantes da turma.

É indispensável, nas aulas, dar consequência às atividades realizadas como Trabalho Discente Efetivo, envolvendo os estudantes e induzindo-os à participação, a partir dos subsídios obtidos

pelos estudos e atividades realizadas. O desenvolvimento das atividades de TDE deve ser compreendido e organizado como uma forma de qualificar a participação dos estudantes nas aulas e nos cursos como um todo, levando-os a mover suas próprias energias cognoscitivas em direção à construção do conhecimento e ao desenvolvimento das habilidades e competências necessárias.

Vale ressaltar que, por meio do Trabalho Discente Efetivo o estudante pode assumir um papel mais ativo no seu processo de formação, ampliando, complementando e aprofundando os conhecimentos em estudo, e/ou mesmo exercitando as competências e habilidades envolvidas no curso. Fundamental é desafiar os estudantes à busca do conhecimento e à elaboração intelectual própria a partir dos mesmos. É nesse sentido que o TDE pode ser uma importante estratégia para qualificar os cursos de graduação da instituição e para melhorar o desempenho acadêmico e profissional dos graduandos.

Portanto, o objetivo da Metodologia Mista de ensino e aprendizagem é aquela que busca o melhor das escolas que passaram até aqui. Da escola tradicional buscamos o sistema cartesiano de oferta e construção de disciplinas sendo oferecidas disciplinas menores com conteúdo mais delimitados e com professores com formação em pós-graduação na área para que o conteúdo possa ser oferecido com conhecimento e profundidade. A deficiência da forma tradicional de oferta da disciplina é corrigida com o uso do Trabalho Discente Efetivo - TDE no qual o aluno se torna o protagonista do seu aprendizado, orientado pelo seu professor, que usa metodologias ativas para conduzir essa parte da disciplina. Nele, o professor pode trabalhar conteúdos curriculares, fazer fixação de conteúdo, fazer exercícios e tudo mais que for necessário para se certificar que o aluno construiu o conhecimento da disciplina de forma efetiva. Então, de forma horizontal, cada disciplina dispõe de parte dela trabalhada com metodologia ativa. No que tange à compartimentação do conhecimento, oferecendo disciplinas menores, resolvemos essa questão com a disciplina Seminários Integradores que tem seu funcionamento anteriormente explicado. Tem o principal objetivo de vincular os conteúdos das diferentes disciplinas oferecidas no semestre entre eles e, com a prática da profissão do curso escolhido.

Assim, temos o melhor de cada escola para que nosso aluno consiga construir seu conhecimento com bases sólidas e com a autonomia e criticidade esperadas por um acadêmico do ensino superior.

2.3.2 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Faculdade Promove de Sete Lagoas trabalha em diversas frentes para contribuir com a formação acadêmica dos estudantes e com o aprimoramento e a formação humana, ética, social, cidadã e profissional. Por isso, investe em práticas que priorizam não somente o ensino, mas a pesquisa, a extensão e a capacitação continuada.

Com o propósito de valorizar o pensamento científico, a Faculdade Promove de Sete Lagoas institucionalizou um programa de iniciação científica com apoio discente e docente. Os trabalhos têm o objetivo de serem relevantes para o contexto acadêmico e social no qual estamos inseridos. O programa de iniciação científica oferece bolsas para discentes que pretendem ingressar nas atividades de pesquisa.

Os alunos têm o desenvolvimento de seus estudos acompanhados por um professor orientador. Nesta etapa, o estudante-pesquisador exerce os primeiros momentos da pesquisa acadêmica, como a escrita acadêmica, a apresentação de resultados em eventos, a sistematização de ideias, a sistematização de referenciais teóricos, a síntese de observações ou experiências, a elaboração de relatórios e demais atividades envolvendo o ofício de pesquisador. A culminância dos trabalhos se dá com a apresentação anual, em forma de banner, à toda a comunidade acadêmica e com as comissões avaliando os resultados alcançados.

O NEXT é uma frente priorizada pela Faculdade Promove de Sete Lagoas, uma vez que a extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre instituições de ensino superior e sociedade. Deve ser entendida como práticas em que o corpo acadêmico desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa e assessoria com a finalidade de atingir um público mais vasto e proporcionar as comunidades locais um acesso mais fácil a conhecimentos e técnicas que

permitam melhorar a qualidade de vida. Entende-se por extensão acadêmica ações que criam condições à sociedade de ter o conhecimento de domínio da IES, seja pela sua própria produção, ou seja, pela sistematização do conhecimento universal disponível.

Todas as unidades, acadêmicas ou administrativas que propuserem as atividades de extensão deverão procurar garantir que as mesmas sejam de fato um esforço para tornar acessível o conhecimento produzido pela unidade ou do seu domínio.

Os projetos de extensão possibilitam que os conhecimentos construídos no meio acadêmico sejam aplicados em favor de uma comunidade que não frequentou a universidade. Mas não pense que só essa comunidade sai ganhando. Muito se aprende também com o conhecimento chamado popular. Assim, a extensão deve articular o conhecimento científico com o popular, onde ambos são favorecidos. Outra questão importante é a possibilidade de se desenvolver trabalhos transdisciplinares, reunindo vários campos do conhecimento formal acadêmico para compreender e propor soluções para as demandas da comunidade.

Sempre pensando que “o todo é bem maior que a simples soma das partes isoladas”. Por isso, o envolvimento nas atividades de extensão é constantemente incentivado, pois além de ser um diferencial na formação acadêmica, ainda contribui para as horas que contarão como atividades complementares.

O Centro de Pesquisa é o órgão responsável pela elaboração e administração dos diferentes programas institucionais de expansão e apoio à pesquisa (iniciação científica, capacitação docente, apoio à participação em eventos científicos e estabelecimento de grupos de pesquisa.

O Centro de Pesquisa também é responsável pela coordenação geral dos trabalhos de conclusão de curso, com o intuito de prover infraestrutura e suporte para qualificação e defesa dos trabalhos, incentivar a continuidade das pesquisas e divulgar esse material no âmbito da Faculdade Promove de Sete Lagoas e da comunidade acadêmica. Além disso, busca continuamente a melhoria dos processos e da qualidade dos trabalhos de conclusão de curso.

2.3.3 INTEGRAÇÃO DOS CONTEÚDOS

A integração dos conteúdos teóricos que são ministrados nas disciplinas em cada período letivo acontecerá, do primeiro período ao quinto período do curso, por meio disciplinas integradoras, seminários e atividades teóricas e práticas; atividades práticas externas ou internas à IES, através dos laboratórios disponibilizados para este fim, atividades complementares, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão e Estágios curriculares.

Essa metodologia visa dar visão integrada dos conteúdos das disciplinas para que os acadêmicos não reconheçam esses conteúdos de forma estanque e isolada. Os seminários integradores propiciarão a oportunidade de, por meio de metodologia adequada com casos clínicos e interação dos conteúdos teóricos e práticos. Formar um profissional com conhecimento profundo em cada conteúdo curricular ministrado nas disciplinas mas com uma visão integrada desses conhecimentos realizado tanto em cada disciplina ministrada pela adoção da metodologia problematizadora mista, bem como por meio dos seminários integradores, que acontecem durante os quatro primeiros períodos e nas atividades de extensão, como a Jornada Acadêmica Integrada, Encontro de Iniciação Científica, entre outras que serão desenvolvidas ao longo do curso.

O estágio supervisionado é outro espaço que possui um papel muito importante no aspecto de integração dos conteúdos das disciplinas bem como na integração dos conteúdos teóricos e práticos.

As atividades de extensão e as atividades de pesquisa, por meio da iniciação científica, são também espaços não menos importantes no processo em tela. A integração dos conteúdos realizada na extensão amplia a visão do acadêmico e o aproxima com as demandas da comunidade o que permite a esse aluno compreender seu papel como agente de saúde e agente transformador, como cidadão ético e comprometido. As atividades de pesquisa e de investigação científica visam formar um profissional que se inquiete com as demandas da comunidade científica e da sociedade civil e, assim, exerça um papel ativo na busca de respostas com pesquisas metodologicamente adequadas, integrando conhecimentos diversos construídos, e

saber buscar na literatura científica publicada os saberes já produzidos e disponibilizados para todos os interessados.

Assim, percebe-se que o acadêmico será conduzido, pelos mecanismos anteriormente apresentados e por toda a estrutura institucional e do curso, a ter uma sólida base teórica nas diversas disciplinas e em outras atividades do curso. Esses conteúdos teóricos e/ou práticos além de serem consolidados e integrados, trazem flexibilidade e interdisciplinaridade.

A proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito contempla uma formação ampla do bacharel em direito, respeitando a multiplicidade de suas concepções teóricas e metodológicas, originadas em diferentes paradigmas e modos distintos de compreender esta ciência, assim como na diversidade de suas práticas e dos contextos da atuação do advogado no Brasil.

2.3.4 POLÍTICAS DE ENSINO DIFERENCIADAS COM VISÃO HOLÍSTICA DO PROCESSO EDUCACIONAL

O direcionamento das práticas de ensino por meio das diretrizes acadêmicas mostra à toda a comunidade acadêmica o ideal de educação superior que se pretende institucionalizar na IES. A institucionalização desse ideal iniciou com a elaboração das diretrizes acadêmicas, um documento desenvolvido em consonância com os padrões de qualidade e exigências do ministério da educação que orienta toda a comunidade acadêmica sobre algumas práticas cotidianas que elevam os cursos de graduação oferecidos.

O projeto pedagógico de curso, como unidade relevante que agrega e sistematiza toda a razão de ser da IES, é permanentemente acompanhado e redirecionado pelas DCN, sendo sua execução e gestão sob a responsabilidade de todos e em especial pelo núcleo docente estruturante e colegiado de curso. Atenção especial também se dá às avaliações internas e externas, pois a contribuição desses indicadores é essencial para o direcionamento de uma educação de qualidade. Para garantir a adequada implementação desse processo a Faculdade Promove de

Sete Lagoas criou o núcleo de avaliação, qualidade e estratégia - NAQUE que atua de forma alinhada e integrada à comissão própria de avaliação.

Há articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a presença desses fundamentos universitários nos documentos institucionais e no cotidiano acadêmico. As disciplinas dos cursos estão articuladas de forma adequada e estão em consonâncias com as diretrizes curriculares nacionais de cada curso de graduação e com as demandas do mercado de trabalho e da sociedade, para alcance de uma formação de excelência dos acadêmicos há também o incentivo às diversas estratégias de reinventar o processo educacional, priorizando recursos didáticos e metodológicos que aliem teoria e prática e que entendam cada estudante com um aliado ao processo que traz uma bagagem cultural e social que não pode ser desconsiderada.

2.3.5 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Consolidação do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico - NAP com o objetivo principal de disponibilizar orientação psicopedagógica aos discentes e docentes o NAP busca acompanhar os membros da comunidade acadêmica nas suas necessidades de aprendizagem, relacionamento intra e interpessoal, orientação profissional, condições de acessibilidade dentre outros.

Oferecem ainda apoio especializado para o pleno desenvolvimento da capacidade humana, nas dimensões social, cognitiva e psicomotora. São realizados atendimentos individuais ou em grupo e para os estudantes que demonstrarem outras necessidades, é feito o encaminhamento aos profissionais e/ou serviços específicos de cada área. O NAP organiza também os processos de monitoria e nivelamento e integra as bancas de seleção docente.

Sob a responsabilidade do NAP há o programa de acolhimento do estudante cujo objetivo principal é acompanhar o discente em sua entrada na Faculdade, a partir da consideração de que a realidade e o conhecimento são construídos socialmente. Assim, o espaço acadêmico passa a ser um lugar no qual acreditamos na equidade entre os sujeitos, em que se valoriza a potencialidade de cada um e se reconhece que os discentes são plurais e que a heterogeneidade

colabora para a construção de um projeto coletivo mais próximo das reais necessidades do aluno e da instituição.

Nesse contexto, o NAP se organiza e viabiliza ações, que visam colaborar para que os discentes se sintam, desde o primeiro dia, como parte da instituição, que percebam a importância desse momento para a concretização de um processo democrático e participativo em seus anos de formação acadêmica.

As ações de assistência ao estudante também caminham pelas demandas econômicas, financeiras e inclusivas.

A Faculdade Promove de Sete Lagoas também desenvolve ações para inclusão dos estudantes com deficiência, sejam elas estruturais, educacionais e atitudinais. A eliminação de barreiras arquitetônicas é uma preocupação constante, bem como a formação dos funcionários para o atendimento pleno às diferentes demandas. Capacitações e materiais são desenvolvidos para que a comunidade esteja preparada a acolher esse público e o Núcleo de Orientação Psicopedagógica atua diretamente no atendimento educacional especializado às diversas deficiências e transtornos.

Compromisso com o desenvolvimento integral dos estudantes fortalecimento dos projetos de nivelamentos: O projeto institucional de nivelamento é coordenado pelo Núcleo de Atendimento Psicopedagógica - NAP. Tendo em vista que os discentes que ingressam na nossa instituição têm como característica a heterogeneidade, sobretudo quanto aos conhecimentos e dificuldades nas disciplinas de Matemática e Português da Educação Básica ou mesmo quanto ao tempo para se dedicar ao estudo fora da sala de aula, o que levam muitos deles a apresentarem dificuldades no acompanhamento das atividades, entendemos que não há como promover a formação desse profissional sem oferecer a ele as condições adequadas para a construção de seu conhecimento e a aprendizagem desenvolvida no decorrer de seu curso.

Nesse contexto, reconhecemos que o projeto institucional de nivelamento tem como principal objetivo oferecer o devido apoio para que o aluno recupere os conhecimentos básicos necessários para dar continuidade ao curso de forma qualitativa e, assim, construir as competências e

habilidades necessárias à sua atuação profissional. O nivelamento acontece sempre no início de cada semestre letivo sendo oferecido prioritariamente aos alunos dos primeiros períodos de todos os cursos, mas aberto a toda a comunidade acadêmica.

Foco diferenciado no processo de ensino e aprendizagem: Em uma educação focada na aprendizagem, o aluno é o construtor do seu próprio conhecimento e o professor um facilitador deste processo. Nesta abordagem, o discente deve ser conduzido a aprender a aprender em vez de ser ensinado, assumindo um papel ativo e central dentro do processo educacional. Por outro lado, os paradigmas educacionais puramente focados na aprendizagem, considerados no seu extremo absoluto, levam o aprendiz a definir modelos e teorias próprias, desvinculadas da realidade da ciência já estabelecida. Ensino e aprendizagem não podem ser tratados de maneira isolada. O ensino desvinculado das práticas de aprendizagem é voz no vazio e a aprendizagem sem o “norte” definido pelo ensino é um barco sem orientação em alto mar. Para maior efetividade, a construção do conhecimento deve ser vista como um processo dialético que se firma pela oposição contínua entre ensino e aprendizagem.

Incentivo à leitura, escrita e busca de informações relevantes para a sua área de formação: Todo professor deve, na sala de aula ou em qualquer outra atividade que desenvolve, incentivar os alunos à leitura, à escrita e a procurar informações técnico-científicas. Além disso, os conhecimentos básicos da matemática e da informática são trabalhados como indispensáveis ao desempenho satisfatório do curso de graduação. Assim, os alunos são incentivados à aprimorarem esses saberes por meio dos cursos de nivelamento que acontecem em dias e horários diferenciados para atender às características dos nossos estudantes.

Aprendizagem e ensino como processo dialético de desenvolvimento contínuo: O planejamento do ensino, aula após aula ou disciplina por disciplina, não precisa ser pensado somente da forma tradicional como uma sucessão de unidades curriculares ou conteúdos diários nos quais uma suposta unidade mais complexa deva ser precedida a outras que se supõe serem pré-requisitos. O planejamento do ensino de uma disciplina pode assumir o objeto fundamental de estudo da disciplina como único objeto de estudo e, aula a aula, estudá-lo várias vezes em

diferentes níveis de abrangência e profundidade em um processo contínuo, teoricamente sem fim. Cabe a cada professor, planejar a jornada de investigação do objeto fundamental de estudo da sua disciplina de acordo com as suas convicções sobre as complexidades envolvidas, infraestrutura, material didático disponível etc. De forma correlata, a aprendizagem também pode se dar gradativamente de uma maneira dialética e contínua. Orientado por um professor ou partindo do zero e estando motivado para o que vai fazer, um aprendiz pode construir o seu próprio conhecimento na medida em que investiga um certo fenômeno, propõe um modelo para explicá-lo, avalia este modelo e, baseado no resultado da sua avaliação, decide reformulá-lo ou não, tudo isto ao estilo dos métodos de investigação científica. Este processo de construção do próprio conhecimento por um aprendiz leva-o a estabelecer uma postura crítica em relação às teorias estabelecidas, a percebê-las como explicações provisórias dadas pela ciência atual.

Visão de cada disciplina como um todo que faz parte de um todo maior: Pressupõe-se que os fenômenos e objetos são partes de um todo maior e que se deve dar ênfase no todo ao invés das partes ou elementos inter-relacionados. Aqui o termo “parte” refere-se a uma ampla variedade de coisas tais como conceitos, fenômenos físicos, objetos, pessoas, artefatos sociais etc. Cada parte afeta as propriedades de um sistema como um todo e depende de alguma outra parte do todo. Ou seja, um sistema ou fenômeno é considerado como um todo indivisível representando muito mais do que a simples soma de suas partes. Uma decorrência natural deste modo de pensar é que o desempenho de um sistema não pode ser julgado a partir da maneira como cada parte funciona isoladamente, mas também e, sobretudo, em função da maneira como as partes combinam e se relacionam mutuamente. O tradicional método hipotético dedutivo (observação, hipótese, predição dedutiva e avaliação) baseado nas relações de causa e efeito precisa ser revisto e aprimorado. Afinal, o todo tem implicação sobre a parte e a parte implica no todo; qualquer modificação da parte modifica o todo e as relações entre eles. Como parte de um todo, cada curso ou disciplina não pode ser compreendido sem as suas relações com a História, a Política, a Geografia, a Economia, a Psicologia, a Antropologia etc. Aceitando esta abordagem e ciente das suas implicações, o docente deve se esforçar para estabelecer relações entre a sua disciplina e as outras áreas, motivando o aluno para a busca de conhecimentos nos mais variados

campos. Por outro lado, cada curso ou disciplina tem implicações sobre este todo maior. Por exemplo, considerando que este todo maior seja a sociedade, cada disciplina de um curso deve abordar as suas repercussões sociais, éticas, legais, antropológicas etc.

Visão interdisciplinar do mundo: Decorre do princípio de que o todo tem influência sobre uma parte e de que esta parte influencia o todo, o fato de que as partes do todo são interdependentes. Cada disciplina é também uma parte do todo que é o curso do qual faz parte, somente podendo ser plenamente entendida a partir do entendimento do todo e das outras disciplinas que formam este todo.

Implantação da Revisão de Conteúdos Curriculares - RCC: A Revisão de Conteúdos Curriculares - RCC é uma avaliação contínua, aplicada em todos os semestres letivos e em todos os períodos dos cursos de graduação. Tem o objetivo de aferir o desempenho do acadêmico quanto à sua construção dos conhecimentos de formação geral e específicos. A metodologia é baseada nas diretrizes do ENADE. A IES faz o diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem por curso e período utilizando, como uma das ferramentas, o resultado da RCC. A Direção Acadêmica desenvolve, junto aos Coordenadores de Cursos, do Núcleo de Orientação Psicopedagógica e do Núcleo de Avaliação, Qualidade e Estratégia, o plano de ações para revisar os conteúdos que são considerados insatisfatórios. São incluídos no planejamento minicursos, palestras, oficinas, revisão de ementas e conteúdos programáticos, dentre outros, no intuito de reverter os resultados insatisfatórios.

Flexibilidade curricular: A instituição adota o princípio da flexibilidade como uma das características orientadoras de métodos, critérios e currículos, tendo em vista o atendimento das peculiaridades regionais e da necessidade de integração dos conhecimentos multidisciplinares. A instituição visa a implantação de metodologias ativas de aprendizagem que propiciem atividades desafiadoras e problematizadoras. O principal objetivo nessa implantação é enriquecer as práticas metodológicas no cotidiano acadêmico e permitir aos estudantes a utilização de novos conhecimentos na explicação dos fenômenos em geral, da prática social e profissional nas mais

diversas situações, para, em especial, consolidar sua autonomia na condução do seu desenvolvimento e da sua aprendizagem.

Além da implementação de currículos centrados no desenvolvimento de habilidades e competências, com a adoção de disciplinas eletivas, projetos integradores e tópicos especiais e com valorização da experiência extraclasse como forma de enriquecimento do saber, a IES busca garantir a identidade do perfil profissional de conclusão do curso e da respectiva organização curricular.

Formação continuada do corpo docente e técnico administrativo: A IES desenvolve ações periódicas voltadas à melhoria da qualidade de trabalho e da vida dos docentes, coordenadores, e técnicos e administrativos, elaborando e realizando programas que promovam a capacitação, permitindo-lhes seu aprimoramento e crescimento para a reflexão/ação no intuito de contribuir para o desenvolvimento de habilidades nos variados conhecimentos, atitudes e procedimentos no âmbito da comunidade acadêmica.

Desenvolve, ainda, o aperfeiçoamento continuado do corpo docente, coordenadores de cursos e núcleos e do pessoal técnico e administrativo, estimulando a iniciativa individual de busca da melhoria contínua dos processos de trabalho, no relacionamento interpessoal e no alcance dos objetivos institucionais.

Para o corpo docente, existe o Programa de Desenvolvimento Docente - PDD que foi criado para atender a estas demandas, com ações amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei nº 9.394/96) e visando a atender as metas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI no que diz respeito à qualificação docente.

Resultado de um trabalho liderado pela Diretoria Acadêmica, o PDD tem como objetivo promover ações que favoreçam a formação continuada dos docentes da nossa IES e o envolvimento dos mesmos nas atividades de ensino-pesquisa-extensão e gestão acadêmica, mediante o desenvolvimento de ações de aperfeiçoamento para docência, sistematização de uma prática de avaliação de desempenho docente e definição de uma política de reconhecimento e valorização docente.

A finalidade do PDD é promover o aprimoramento contínuo das habilidades docentes dos profissionais da educação, para lidar com os desafios da educação superior. Por isso o uso do termo “desenvolvimento” e não “capacitação”, pois as ações deste programa contribuirão para o aperfeiçoamento, sistematização e melhor desenvolvimento das habilidades, competências e conhecimentos que já são inerentes ao professor na sua prática docente.

As ações do PDD perpassam pela: **assessoria acadêmica**, que visa a prestar apoio ao desenvolvimento da prática pedagógica voltada à inovação educacional para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão da IES. Tem o objetivo de acompanhar, apoiar, supervisionar, avaliar e sistematizar as ações pedagógicas dos cursos da Faculdade Promove de Sete Lagoas e forma individual e/ou coletiva; **ambientação pedagógica** que é uma ação inovadora, voltada ao docente recém-contratado pela IES, reunindo vários tipos de atividades com a finalidade de promover a ambientação dos professores ingressantes; **oficinas pedagógicas** que são realizadas semestralmente, consistindo no conjunto de ações (palestras, oficinas, mesas-redondas, debates, entre outros) inerentes às atividades diretas ou indiretamente relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, onde são trabalhados temas relacionados aos projetos, programas e ações desenvolvidas pela IES; e **Academia Docente** que é uma ação do Núcleo de Avaliação da Qualidade em que são trabalhados temas demandados pelos docentes quando estes respondem o questionário correspondente à Revisão de Diretrizes Acadêmicas (RDAC).

A instituição oferece também subsídios para capacitação dos colaboradores para o trabalho com públicos diferenciados, como pessoas com necessidades, estudantes oriundos de educação de jovens e adultos e de inclusão socioeconômica.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A IES, por meio das suas instâncias colegiadas e por meio da Comissão Própria de Avaliação - CPA, busca descentralizar as ações que envolvam os interesses da gestão institucional, de modo a oportunizar a participação da comunidade acadêmica e demais segmentos da sociedade alinhados ao mesmo ideal de compromisso com os princípios democráticos ancorados no envolvimento coletivo e no diálogo. Para tanto, no âmbito institucional estimula-se a participação

e compartilhamento de informações entre funcionários, discentes e comunidade externa em ações direcionadas e que acontecem semestralmente concomitante aos processos seletivos, fóruns de discussão e debate, comissões, comitês, conselhos, colegiados, representações, dentre outros.

RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAIS

De acordo com o instituto ethos "responsabilidade social é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais".

A responsabilidade social e ambiental deve abranger as mais diversificadas questões do cotidiano, que visem atender toda diversidade social, bem como a preservação do meio ambiente. Essa responsabilidade prevê que a IES assuma um compromisso compatível com as demandas sociais das comunidades interna e externa, estabelecendo e fortalecendo parcerias entre as mesmas e trabalhando para formar pessoas socialmente responsáveis, em diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento da região em que atua.

Anualmente a IES, por meio do núcleo de extensão, promove ações de cunho social com comprometimento responsável e sustentável, como os trotes solidários, os *rolezinhos* no Hemominas, as doações de roupas e alimentos, o *street store*, a doação de mudas de plantas, a ações sociais com atendimentos em diversas áreas à população de vulnerabilidade social, dentre outros.

O desenvolvimento social é pensado com base nas diferenças e singularidades dos estudantes e como o conhecimento destas diferenças individuais é fundamental para uma aprendizagem mais satisfatória e para o crescimento da personalidade deles. Este princípio estabelece que os professores tratem seus discentes como pessoas distintas nas suas individualidades e que procurem adequar, na medida do possível, os seus métodos didáticos a estas diferenças individuais.

O estímulo à construção do conhecimento vinculado ao desenvolvimento e bem-estar social acontece por meio da participação da IES em ações que permitam aos estudantes colocarem em prática os conhecimentos construídos em sala de aula. Os alunos são motivados por docentes e coordenadores a prestarem atendimento à comunidade nas áreas de conhecimentos dos seus respectivos cursos. São promovidas ações sociais em comunidades de grande vulnerabilidade e diversos serviços são prestados pelos estudantes com o acompanhamento dos docentes e coordenadores. Destacam-se os atendimentos jurídicos, hábitos saudáveis e de empregabilidade.

RESPEITO À DIVERSIDADE E AOS DIREITOS HUMANOS

As ações da instituição, de caráter formal ou prático, devem ser realizadas no propósito de promover e resguardar a diversidade e os direitos humanos. O desenvolvimento saudável de um ambiente acadêmico, no qual deve prevalecer a construção do conhecimento, somente se realiza com a compreensão das diferenças entre pares e o exercício das garantias da pessoa humana. Importante salientar que a acessibilidade é assegurada não apenas pela reestruturação da infraestrutura, mas também por meio da implementação de políticas de incentivo às práticas inclusivas. Também são incentivadas e preservadas ações que excluem do cotidiano acadêmico qualquer indício de discriminação ou preconceito.

VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO

A verticalização do ensino na instituição prevê a integração entre os diferentes níveis e modalidades, procurando estabelecer itinerários da formação inicial à pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, compartilhando e otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. Este princípio permite oferecer ao educando a oportunidade de continuar seus estudos na instituição de forma a se especializar em determinada área, atendendo aos processos seletivos específicos.

INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

Hoje, no Brasil, a cooperação acadêmica internacional é condição fundamental para as instituições de educação superior do século XXI, a mobilidade de acadêmicos, docentes, pesquisadores e gestores é parte comum da atividade de uma IES que cria laços transnacionais, fixando conexões

e articulando redes de conhecimento. Por isso, a formação de redes internacionais permite à instituição aproximar-se de comunidades científicas de diferentes países, reforçando a cooperação entre os povos e o incentivo aos avanços tecnológicos e científicos.

A internacionalização das IES tomou novas dimensões a partir da globalização. O que antes se colocava como um diferencial, hoje, é exigência para o ensino de qualidade, uma vez que o mercado de trabalho requer profissionais sem barreiras territoriais. Por isso, faz parte da visão da IES tornar-se uma instituição reconhecida pela sua excelência e internacionalização. Esse é um processo da educação superior que integra a dimensão internacional e intercultural no ensino, na pesquisa e na extensão. Dentre as possibilidades de internacionalização, o intercâmbio acadêmico fomenta processos de abertura e exposição a outros métodos pedagógicos, permite o conhecimento e a convivência direta com outras realidades, valores e costumes, bem como favorece o contato com outros colegas acadêmicos.

A internacionalização na IES é vista como forma de desenvolvimento de novas habilidades, atitudes e conhecimento para docentes, discentes e técnicos administrativos. O foco dessas ações é a dimensão humana e profissional, condizente com a missão da IES. O objetivo do encaminhamento desse processo na instituição é propiciar atividades inovadoras - tanto acadêmicas como extracurriculares - a mobilidade de acadêmicos, docentes e colaboradores, os estudos de área, a assistência técnica, o treinamento intercultural e a pesquisa internacional conjunta.

A IES tem realizado ações com o permanente comprometimento com a cultura, a política, o planejamento e os processos organizacionais - a partir de políticas apropriadas e processos administrativos - para que a internacionalização não se torne marginalizada, ou seja, tratada como um fato passageiro.

A IES juntamente com a sua mantenedora, vem buscando parcerias de Instituições internacionais para promover o intercâmbio para os seus acadêmicos, docentes e colaboradores.

3 PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO

A preocupação com a qualidade acadêmica dos cursos de graduação e de pós-graduação da IES constitui um objetivo a ser mantido e permanentemente renovado de forma a reiterar os princípios filosóficos e teórico-metodológicos, promovendo a diversidade de áreas de conhecimento, de produção científica, tecnológica e social, que caracterizam a atuação da IES na educação superior brasileira.

A construção de um projeto pedagógico que estabeleça diretrizes à instituição, respeitando as constantes transformações da sociedade é uma tarefa extremamente complexa. Cobra-se da instituição o repensar seus pressupostos filosóficos, sociológicos, epistemológicos e didático-metodológicos, a partir de uma teoria pedagógica que se apoie no desenvolvimento de uma consciência crítica, na autonomia, na responsabilidade e criatividade - respeitando os valores estéticos, políticos e éticos - na estética da sensibilidade, na política da igualdade e na ética da identidade.

O modelo pedagógico da Faculdade Promove de Sete Lagoas parte da necessidade de superação das principais debilidades do currículo tradicional. O foco está na construção de um novo modelo pedagógico, alicerçado na inter e transdisciplinaridade, que, atendendo às exigências das diretrizes curriculares, supra a carência de formação pregressa e vise à formação de um profissional realmente sensível às necessidades sociais e à realidade tecnológica. Isto significa desenvolver um modelo pedagógico centrado no desenvolvimento do aluno como profissional, que atenda aos anseios da sociedade, do ponto de vista cognitivo, humanitário e ético. Os conteúdos são ministrados segundo os direitos do homem, promovendo a educação não apenas técnica, mas integral.

Desse modo, a política de ensino da IES visa ao estabelecimento de princípios e diretrizes gerais para os cursos em todas as modalidades, constituindo a principal referência para novos cursos e

para a reformulação dos cursos existentes, adequando-os às novas demandas sociais e educacionais, com vistas à busca pela excelência acadêmica e fortalecendo a imagem da IES no cenário da educação superior brasileira.

A IES oferta cursos de graduação, pós-graduação, extensão, dentre outros, na medida de suas possibilidades técnicas e econômico-financeiras e da demanda existente, observadas às exigências legais relativas à sua oferta. Na implantação dos Projetos Pedagógicos de Cursos a flexibilidade curricular é uma premissa para que os alunos, dentro de sua autonomia e a partir do aconselhamento de um sequenciamento pedagógico recomendado, possam definir sua trilha de formação. O ensino de graduação é desenvolvido pela IES por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC, que são construídos coletivamente, pelos Núcleos Docentes Estruturantes, a partir das orientações das DCN, LDB, Regimento Interno e PDI, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem.

Os cursos são gerenciados por meio de órgãos colegiados como forma de proporcionar mais autonomia e participação nas decisões. A administração acadêmica do curso é de responsabilidade da Coordenação de Cursos, assistida pelo seu Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado de Curso, com a supervisão da Direção Acadêmica.

A metodologia de ensino e aprendizagem adotada para a execução dos currículos é a teórico-prática, na qual são ressaltadas, além dos métodos tradicionais que trabalham os conteúdos curriculares, as práticas ativas de aprendizagem o que possibilita evidenciar o aluno como parte ativa do processo. Ambos os métodos contribuem para construir conhecimentos e gerar competências e habilidades. O regime adotado pelo curso é semestral, atendendo a um calendário de 100 (cem) dias letivos mínimos por semestre.

A instituição operacionaliza a implementação da carga horária das disciplinas em módulos de 50 (cinquenta) minutos em consonância com o que determinam as convenções coletivas da categoria docente. No entanto, para manter a conformidade com a Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007 do Conselho Nacional de Educação, que determina que o quantitativo em horas dos currículos

deve ser entendido em horas de 60 (sessenta) minutos, a IES acrescentou 20% (vinte por cento) às cargas horárias originais, cumprindo assim a determinação legal. A integralização dos cursos está informada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e obedece às determinações do Conselho Nacional de Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos.

As estruturas curriculares dos cursos são formadas por componentes curriculares que se desdobram em disciplinas, atividades práticas, estágios, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, projetos, extensão, iniciação científica, dentre outros que são inseridos em cada curso a partir das diretrizes curriculares. A articulação semestral de disciplinas observa uma cadeia de sequenciamento pedagógico recomendado que norteia e orienta o aluno em seu percurso formativo.

Os programas das disciplinas, descritos nos Planos de Ensino, contemplam informações relevantes como: Ementa, Objetivos, Conteúdo Programático, Metodologia, Sistema de Avaliação, Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar.

3.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A partir do Núcleo de Extensão - NEXT, as políticas de extensão foram consolidadas em programas, projetos e ações extensionistas buscando maior interatividade entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa. Nesse sentido, foram selecionadas as áreas Educação, Saúde e Tecnologia e Produção, como temáticas da extensão, sendo estruturadas nas seguintes linhas programáticas descritas a seguir:

Linhas Programáticas	
Comunicação Estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
Desenvolvimento Tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
Direitos Individuais e Coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária

	individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
Empreendedorismo	Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios estimulando a pro atividade.
Esporte e Lazer	Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
Grupos Sociais Vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
Mídias	Produção e difusão de informações e conhecimentos através de veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc.); promoção do uso didático dos meios de comunicação e de ações educativas sobre as mídias.
Pessoas com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.) de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
Questões Ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
Tecnologia da Informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.

Pensando em ampliar as possibilidades de aprendizagem, são fomentados os cursos de extensão que são propostos pelas coordenações de cursos de graduação, sendo o ministrante docente da IES ou convidado, através de um calendário de extensão, que é elaborado no início de cada semestre letivo. Esta dinâmica proporciona ao acadêmico o planejamento para a participação de cursos na área do conhecimento de seu maior interesse. O Portal *da IES na internet* é o ambiente que possibilita o acesso tanto da comunidade acadêmica, quanto da comunidade externa aos cursos. Oferecer capacitação profissional nas modalidades presencial, online e *in company*. Os cursos estão em constante atualização, acompanhando as tendências de mercado e a evolução do conhecimento.

Neste propósito, a IES constrói por meio dos seus cursos de graduação, juntamente com o Núcleo de Extensão, as propostas de programas permanentes relacionados a temáticas culturais, Ambientais, Esportivas, Promoção a Saúde e Memória Cultural.

É uma preocupação constante da instituição as suas ações de cunho social, onde são realizadas atividades eventuais e permanentes, tanto pelos cursos de graduação, como institucionalmente.

Essas atividades visam fortalecer o ensino e a pesquisa, oferecendo a oportunidade de vivenciar atividades das várias áreas contempladas pelos cursos da instituição. Diante desta nova proposta a IES propõe o fortalecimento das temáticas que envolvam a comunidade acadêmica e comunidade como um todo.

3.3 POLÍTICAS DE PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A partir do Centro de pesquisa, a IES parte da premissa de que pesquisa acadêmica deve englobar toda investigação, que utiliza o método científico como instrumento de descoberta e entendimento com a realidade. Pesquisar é realizar uma investigação contínua de um determinado ponto da realidade, através de fundamentação teórica e levantamento rigoroso de dados empíricos, de modo a permitir que essa teorização resulte, através da comprovação, na ampliação dos conhecimentos sobre a realização investigativa.

A ênfase maior está em focar ações que facilitem a integração entre as diversas áreas do conhecimento, tendência está mundial, uma vez que é necessário um acompanhamento da velocidade das transformações nas e das sociedades. Dessa forma, a IES já aponta como alternativas para o desenvolvimento das atividades de pesquisa trabalhos acadêmicos voltados para:

- Iniciação a pesquisa;
- Pesquisas populares, visando aproximação e integração com a comunidade;
- Pesquisas vinculadas a ações pedagógicas e institucionais;

- Pesquisas direcionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico;
- Pesquisas de impacto social, atreladas a problemas da comunidade local;
- Pesquisas de direcionadas ao entendimento do comportamento empreendedor;
- Pesquisas voltadas à solução de problemas específicos;
- Pesquisa com vistas à elaboração de trabalhos científicos, dissertações de mestrado e tese de doutorado, estes últimos atrelados aos docentes em qualificação.

Merece destaque o fato de alguns docentes da instituição já possuírem trabalhos importantes publicados, demonstrando capacidade de desenvolvimento de pesquisa juntamente com os alunos. A partir deste conceito de pesquisa, aqui assumido, a IES aponta as seguintes diretrizes:

- a) Disciplina, seriedade, método e sistematização de procedimentos, como exigências para a criação de competência, massa crítica para produção criativa e que contribuirá para qualificação do ensino e avanço da ciência;
- b) Fazer da investigação um meio de se qualificar o ensino de graduação e pós-graduação, através de incentivos a iniciação científica formando uma geração de novos pesquisadores;
- c) Buscar a institucionalização das pesquisas permitindo o avanço qualitativo das ações no ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento cultural.

O planejamento administrativo e financeiro tem tratamento próprio, objetivando a produção científica e acadêmica de qualidade. Os instrumentos de estímulo ora em consideração pela IES para serem utilizados para auxílio de docentes e alunos que se destacarem são:

- a) Aproximação com órgãos governamentais de auxílio à pesquisa, como FAPEMIG, CNPq, CAPES, FINEP e outros;
- b) Fundo de apoio, que possuirá recursos próprios;
- c) Assessoria e parcerias com empresas, instituições da região, tendo como objetivo intensificar a integração e desenvolvimento tecnológico entre escola e empresa.

Para que os objetivos planejados para o desenvolvimento das atividades de pesquisa sejam atingidos, a IES pretende adotar as seguintes estratégias:

- a) criar núcleos temáticos integrados, racionalizando a utilização de recursos humanos, materiais e de instalações físicas;
- b) criar mecanismos e instrumentos que facilitem o intercâmbio da comunidade acadêmica da IES com outros pesquisadores de temas afins e Instituições Científicas;
- c) treinar os recursos humanos para a pesquisa, oferecendo-lhes cursos, seminários e eventos similares para o desenvolvimento de seus trabalhos através de Programas regulares;
- d) alocar recursos orçamentários próprios e buscar outras fontes de recursos para financiar os projetos e pesquisa;
- e) envolver todas as áreas de ensino nas ações de pesquisa, estimulando docentes e discentes para as atividades criadoras e proporcionando recursos e meios necessários para essas atividades;
- f) divulgar ou publicar, por meio de convênios ou editoração própria a produção científica da comunidade acadêmica; e
- g) promover e ofertar oportunidades de formação continuada aos egressos da IES.

A IES vai aprimorar o desenvolvimento da pesquisa para além do que hoje já está consolidado no âmbito da iniciação científica. A intenção é ser uma incubadora de pesquisas e projetos preparando docentes para o universo da pesquisa acadêmica e suas interfaces.

3.4 POLÍTICAS DE GESTÃO

Toda e qualquer organização depende, em maior ou menor grau, do desempenho dos seus funcionários para seu sucesso. Por esse motivo, se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no seu ambiente de trabalho. Assim, a IES, logo no início de suas atividades, contemplou no seu planejamento estratégico, as políticas de gestão de pessoas.

Neste sentido, a IES elaborou um conjunto de políticas e diretrizes gerais que delimitam as ações da gestão para o corpo docente, funcionários técnico-administrativos e corpo discente. Ficou compreendida pelos gestores dessa instituição que o processo de normatização das políticas de gestão de pessoas, dentro da IES é uma atividade estratégica. Desta maneira, entende-se que ao definir essas políticas, a IES está enviando à sua comunidade acadêmica e funcional, mensagens que dizem respeito às crenças e valores mais profundos dos seus gestores.

Nesta perspectiva, a política que norteou a IES na estruturação de um corpo de recursos humanos orgânico à filosofia institucional e, teve como base as seguintes diretrizes gerais:

I - Manter o corpo docente e os funcionários técnico-administrativos comprometidos com a missão institucional;

II - Manter um ambiente de relacionamento respeitoso, valorizando a confiança, a lealdade e a ética profissional;

III - Assegurar processos de seleção e promoção baseados nos princípios da competência e do perfil do profissional da IES;

IV - Promover o desenvolvimento e a capacitação do corpo docente e dos funcionários técnico-administrativo por meio de programas de educação e treinamento/aperfeiçoamento;

V - Manter políticas de remuneração e benefícios de acordo com as boas práticas do mercado de trabalho;

VI - Regulamentar um plano de carreira docente, tendo em vista, assegurar o enquadramento na categoria, na classe e no nível;

VII - Manter um ambiente de trabalho adequado, oferecendo os recursos necessários para um bom desenvolvimento profissional;

VIII - incentivar o trabalho em equipe, proporcionando um ambiente participativo que estimule a atuação dos profissionais na realização de suas tarefas, instrumentalizando-os para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como a iniciação científica, serviços e gestão acadêmica da IES;

XI - Assegurar que todos os funcionários da instituição trabalhem para atuar com responsabilidade social, contribuindo para desenvolvimento da sociedade;

X - Proporcionar segurança e qualidade de vida no trabalho a todos que participam da execução das atividades institucionais.

3.5 POLÍTICAS DE ESTÁGIOS, PRÁTICA PROFISSIONAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.5.1 ESTÁGIO

Na operacionalização do currículo, poderão ser destacadas as atividades em classe e as atividades extraclases, que favoreceram a reflexão sobre os conteúdos estudados e sobre os valores e atitudes que sugerem o exercício das competências e habilidades constantes do perfil profissional e a relação dialética entre teoria e prática.

As principais estratégias de operacionalização do currículo, que se constituem em um grande desafio, consolidam os seguintes objetivos:

I - Proporcionar ao acadêmico oportunidades de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e social.

II - Complementar o processo de ensino-aprendizagem, por meio da conscientização das deficiências individuais, e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional.

III - Atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, proporcionando ao acadêmico mais oportunidades de conhecimento da filosofia, estruturação e funcionamento das organizações e da comunidade.

IV - Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares permitindo adequar disciplinas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas.

V - Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externos, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas.

VI - Atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa e ao ensino.

Em sala de aula, a crescente diversificação das estratégias de ensino e aprendizagem buscarão favorecer a operacionalização dos objetivos indicados no Projeto Pedagógico do Curso. A utilização de várias Metodologias Ativas de Aprendizagem e de outras estratégias de ensino aproximará aos acadêmicos da realidade e propiciará o desenvolvimento de habilidades e competências constantes do perfil de formação desejado.

As metodologias ativas de aprendizagem pressupõem um envolvimento do aluno com seu aprendizado indo além do conforto de ser somente ouvinte, mas participante ativo da interação que o faz se colocar em contato com os conteúdos e com as possibilidades de uso e de aplicação do mesmo.

Segundo Stephen Kosslyn, pesquisador na área da ciência cognitiva, os alunos apresentarão maior retenção de conhecimento a partir das discussões e da construção de um pensamento crítico sobre o que aprendem. Além disso, afirma que *"quanto mais a pessoa refletir sobre algum assunto, quanto mais profundamente ela processar uma informação, mais fácil será lembrar-se dela, porque a reflexão vai desencadear associações mentais entre aquele assunto e o que está armazenado na memória"*.

A diretriz pedagógica postulada pela direção é a de que o curso deve ser centrado no acadêmico - o agente de seu próprio aprendizado. Para isso, deverá desenvolver, no seu decorrer, competências e habilidades de consulta à biblioteca e à Internet, de leitura de artigos científicos e de trabalho em equipe. O acadêmico será o principal provedor de seu próprio aprendizado, que será conquistado ativamente, por meio da observação, estudo e pesquisa. Toda a vivência prática deverá ser trabalhada pelos acadêmicos, que participarão de conferências proferidas por professores e profissionais da área com renomada experiência, para aprofundamento de assuntos por eles já estudados e discutidos.

Os conhecimentos teóricos serão apreendidos a partir de atividades em sala de aula, da prática e da discussão de problemas, que suscitará a pesquisa na biblioteca e outras atividades. Nestas, o acadêmico terá a oportunidade de desenvolver habilidades referentes ao processo profissionalizante, bem como habilidades de relacionamento, de investigação, de organização, além de evidenciar um conjunto de atitudes necessárias à prática, como segurança, sensibilidade, cordialidade, respeito, responsabilidade, atenção, cuidado, etc.

A instituição trabalha com a proposta de que todos os currículos sejam operacionalizados de forma integrada, prevendo a articulação entre teoria e prática de forma dinâmica, por meio de abordagens diferenciadas de metodologias de ensino, buscando privilegiar abordagens de temas transversais que envolvem discussões de cidadania, moral, ética, humanidade, solidariedade, justiça social, cultura, meio ambiente, novas tecnologias, entre outros. Nesta proposta, considera-se os eixos estruturantes do trabalho os objetivos de cada disciplina, alinhados com a proposta do PPC, bem como o perfil do egresso e competências pretendidas para sua formação. Desta forma, a IES tem se empenhado em trabalhar com a oferta de metodologias ativas de aprendizagem, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, respeitando as características do curso e da proposta pedagógica.

Outra diretriz enfatizada pela instituição refere-se aos modos de integração entre teoria e prática. A relação entre a teoria e a prática se constitui em uma situação assumida como pressuposto pedagógico dos cursos desde os primeiros semestres na perspectiva da superação de um processo de ensino que privilegie somente a transmissão de conhecimentos. Entende-se que o desenvolvimento das competências e habilidades acontecerá principalmente por meio de situações em que os acadêmicos serão desafiados a estabelecer a relação entre a teoria e a prática, aplicando-a em situações problematizadoras e concretas do exercício profissional exigido pelo mercado de trabalho. Para tal, os professores, no cotidiano das suas aulas, realizarão ações como:

- Resolução de situações-problema em que os conteúdos das disciplinas serão aplicados em questões relacionadas ao exercício da profissão;

- Realização de atividades práticas nos laboratórios, aplicando os conhecimentos em situações concretas das atividades profissionais;
- Realização de atividades de pesquisa, ampliando, por meio da investigação, os conhecimentos teórico-práticos das áreas de atuação do curso;
- Realização de visitas técnicas, quando for o caso, nas quais os conhecimentos das aulas serão vivenciados concretamente em situações da profissão;
- Realização de estágios que possibilitem a vivência das competências e habilidades profissionais, colocando em prática os conhecimentos aprendidos no decorrer das disciplinas do curso.

O ensino deverá respeitar aos seguintes aspectos pedagógicos:

- Ser fortemente subsidiado por atividades de pesquisa e extensão, estimulando a iniciativa à aprendizagem, indispensável no processo de formação continuada;
- Abordar as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos, fundamentais à formação profissional;
- A abordagem de temas deve observar o equilíbrio teoria-prática desvinculado da visão tecnicista dos atuais modelos pedagógicos, permitindo na prática e no exercício das atividades a aprendizagem da arte de aprender;
- A estrutura do curso deverá buscar a abordagem precoce de temas inerentes às atividades profissionais que será integrada às ciências jurídicas, em complexidade crescente, evitando-se a separação entre ciclos básicos e profissionalizantes;
- Garantir, por meio de disciplinas/atividades obrigatórias, uma sólida formação básica multidisciplinar e interdisciplinar, permitindo a aquisição de conhecimentos essenciais em profundidade e de modo integrado;
- Favorecer a flexibilização curricular de forma a atender interesses mais específicos/atualizados, sem perda dos conhecimentos essenciais ao exercício da profissão;

- Explicitar o tratamento metodológico a ser dado aos conhecimentos, no sentido de garantir o equilíbrio entre a aquisição do conhecimento, habilidades, atitudes e valores;
- Comprometer o acadêmico com o desenvolvimento científico e a busca do avanço técnico associado ao bem-estar, à qualidade de vida e ao respeito aos direitos humanos;
- As estruturas curriculares serão organizadas de forma a permitir que haja disponibilidade de tempo para a consolidação dos conhecimentos adquiridos e para as atividades complementares, objetivando uma progressiva autonomia intelectual do acadêmico.

3.5.2 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares serão componentes curriculares de caráter acadêmico-científico e cultural, cujo foco principal é o estímulo à prática de estudos independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, de forma a promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do acadêmico, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As atividades complementares têm por finalidade diversificar, enriquecer e ampliar a formação do acadêmico, oferecendo espaço para conhecimento, discussão e aprofundamento de temas relacionados à prática, através da sua participação em tipos variados de eventos. As atividades complementares serão desenvolvidas a partir de:

- 1) Participação em palestras, seminários, congressos e conferências oferecidos pela própria instituição ou por outros cursos, centrados em temas polêmicos e atuais, com a participação de profissionais, professores e especialistas de destacado renome, em múltiplas áreas;
- 2) Participação e realização de pesquisas teóricas e/ou empíricas, de modo a visualizar os fenômenos nas projeções sociais e reais, não simplesmente interagindo, mas construindo-as;
- 3) Prestação de serviços como extensão à comunidade, sobretudo à população carente, com questões ligadas à cidadania, família, segurança pública, educação, moradia, meio ambiente, inclusão digital dentre outras, experimentando a função social do conhecimento produzido;

4) Participação na prática da iniciação científica que se dará como atividade investigativa, realizada no âmbito de projetos de pesquisa, sob supervisão de professor qualificado, visando ao aprendizado de métodos e técnicas científicas e ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade;

5) Participação em atividades didáticas, como visitas e viagens técnicas que despertem o interesse e a capacitação dos acadêmicos a harmonizarem conteúdo e metodologia do ensino nas suas áreas específicas de formação superior.

Estas atividades complementares se desenvolverão em três níveis:

1 - Instrumento de integração e conhecimento do acadêmico com a realidade social, econômica e o trabalho do profissional da área jurídica por meio de estágios extracurriculares em instituições conveniadas que permitam ao acadêmico o contato próximo com a realidade social e cultural da comunidade e com os serviços jurídicos em geral e de gestão dos serviços públicos.

2 - Instrumento de iniciação científica - na forma de monitoria, inclusive online, pesquisa orientada e extensão com vistas a incentivar a investigação científica, propiciando a criação e difusão dos conhecimentos científicos, condizentes com a filosofia do curso, ao tempo que possibilitará ao acadêmico intensificar sua aprendizagem de acordo com suas pretensões futuras de ensino, pesquisa e atividades na clínica privada e/ou pública onde exercitará os referidos conhecimentos. Estas atividades poderão ser desenvolvidas de acordo com os programas da IES, programas institucionais ou podem ser voluntárias, desde que atendam às exigências do Colegiado do Curso. Dentro desse nível, especial destaque será dado ao Trabalho de Conclusão de Curso.

O Regulamento das Atividades Complementares fixará a carga horária válida para cada atividade, respeitando o limite máximo de aproveitamento de cada uma, de acordo com normas próprias.

A IES possui mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo acadêmico, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou à distância, desde que atendido o prazo mínimo, estabelecido pela instituição, para a conclusão do curso. O acadêmico da graduação deverá obrigatoriamente completar 200 horas em atividades complementares no

decorrer do curso. A validação da atividade complementar desenvolvida deverá ser feita junto à coordenação do curso, mediante apresentação do formulário preenchido, o documento original de comprovação de realização da atividade e uma cópia do documento.

Somente serão integralizadas ao histórico escolar, as atividades acadêmicas desenvolvidas após o ingresso no curso, inclusive nos casos de transferência. Situações peculiares e especiais serão analisadas pelo Colegiado e Coordenação do Curso.

O controle acadêmico do cumprimento das horas referentes às Atividades Complementares é de responsabilidade da Coordenação de atividades acadêmico científico culturais – AACC, a quem cabe avaliar a documentação exigida para validação da atividade

3.6 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE

Desenvolvimento de ações e projetos institucionais que tenham o objetivo de assegurar o acesso e a permanência, com sucesso, de todos os estudantes, em especial os que apresentam deficiência ou necessidade educacionais especiais na IES.

A IES desenvolve sua política de atendimento, acessibilidade e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais a fim de assegurar às pessoas com deficiência as condições básicas de acesso ao ensino superior e o cumprimento da legislação brasileira. A existência de uma política de inclusão das pessoas com deficiência faz parte da própria missão da Faculdade Promove de Sete Lagoas, que é a de promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional, incentivando o aprendizado contínuo e a atuação solidária. Para garantir que a estrutura da universidade esteja de acordo com a política de acessibilidade pensada para os alunos, existe um setor chamado de NAP - Núcleo de Atendimento Psicopedagógico juntamente com uma equipe multidisciplinar que busca, através da intervenção ergonômica, melhorias nas condições de vida das pessoas com deficiência dentro da unidade, promovendo o conforto e o bem-estar de todos.

A equipe é responsável pela definição de novos processos, acessibilidade, alteração de processos existentes, compra de equipamentos, especificação de mobiliários e sugestão de layout. *Alunos e Futuros Alunos proporcionando as mesmas oportunidades para todas as pessoas.* É com este pensamento que a IES desenvolve uma política especial para o atendimento de alunos com deficiência, discutindo e elaborando ações e projetos que envolvam o estudante com necessidades especiais. O grande objetivo é melhorar cada vez mais a rotina acadêmica destes alunos através de materiais e espaços adaptados.

A IES disponibiliza condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No âmbito educacional, a acessibilidade pressupõe não só a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas a promoção plena de condições para acesso e permanência na educação superior para necessidades educacionais especiais.

Acessibilidade digital: Condição de utilização, com autonomia total ou assistida, de recursos tecnológicos. Para tanto a IES tem o NINA que oferta cursos e capacitação para uso das tecnológicas no processo de formação para estudantes e professores.

Atendimento educacional especializado - AEE: Serviço de educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos (NAP - Núcleo de Atendimento Psicopedagógica) e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo.
- Rampa demarcada, com corrimão, que visa facilitar o acesso de modo seguro e confortável.
- Reservas de vagas no estacionamento e na rua, em frente ao prédio da IES.
- Instalação de bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas.
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros.
- Elevador que garante acessibilidade a todos os pisos do prédio, com teclado de comando de alta sensibilidade, constando os números em Braille.

No que concerne a alunos com deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- Disponibilizar software Braille nos equipamentos da IES, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a um computador.
- Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.
- Piso tátil.

Quanto a alunos com deficiência auditiva, compromisso formal da instituição no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- De propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente, quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno.
- De adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.
- De estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.

- De proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística da pessoa com deficiência auditiva.

3.7 POLÍTICAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento do egresso em nossas IES faz parte de um Programa que tem início logo no primeiro período do curso. O acompanhamento de egresso tem a coordenação geral realizada pelo Núcleo de Carreiras.

Com a criação do Núcleo de Carreiras, e sua coordenação, o intuito é apoiar e acompanhar sua trajetória no mercado de trabalho; fomentar sua formação continuada e criar situações de interações entre os egressos e entre esses e a IES e todas as ações, projetos e programas institucionais. Assim, oferecemos-lhes oportunidades de especializações *lato sensu e stricto sensu* em nossas Instituições, mantendo contato permanente com aqueles que se formam em nossos cursos, além de oportunizar a participação em todas as atividades da IES.

Integrar o perfil acadêmico de egresso às necessidades individuais e sociais, e às exigências do mercado e preparar profissionais capazes de enfrentar os desafios na sociedade do futuro, constitui-se desafio permanente e nesse contexto, envidamos todos os esforços para que os acadêmicos egressos participem dessa integração, construindo um espaço de desenvolvimento profissional e atualização científica, que poderá ser ampliado também em encontros, cursos de extensão, atualização, aperfeiçoamento, e palestras, consolidando o Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Esperamos que nosso egresso aprimore seus conhecimentos e suas atividades profissionais cada vez mais e busque sua realização como profissional e como cidadão, agindo de forma ativa na sociedade em que estiver inserido.

O Núcleo de Carreiras tem como objetivo favorecer a aproximação do curso com a demanda do mercado, com as inovações tecnológicas e de fomento ao empreendedorismo tecnológico, bem como as relações com as representações empresariais, comerciais, entidades públicas e privadas.

São atribuições do Núcleo de Carreiras:

- a) Analisar as situações complexas que os egressos enfrentam e que os levam a confrontar as competências desenvolvidas durante o curso com as requeridas no mercado profissional.
- b) Verificar o índice de satisfação dos profissionais formados pelas Instituições, o grau de compatibilidade entre a sua formação e as demandas da sociedade e do mundo do trabalho e as suas expectativas quanto à formação profissional continuada.
- c) Verificar se o papel apresentado pelo egresso vem ao encontro dos objetivos propostos pelo curso, bem como o perfil profissional descrito no projeto pedagógico do curso, sugerindo a sua adequação.
- d) Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.

4 INSERÇÃO REGIONAL

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCACIONAL

Sete Lagoas, cidade sede do curso, é atualmente um dos principais polos de crescimento econômico do estado de Minas Gerais e vem apresentando índices significativos de desenvolvimento populacional, empresarial e de potencial consumidor. Conta com 227.360 habitantes (IBGE, 2022), sendo que a maioria reside em área urbana (208.956 habitantes). Sua área de influência abrange cerca de 34 municípios que, somados, ultrapassam 500 mil habitantes.

Em termos de crescimento populacional, a cidade apresenta uma taxa de 2,8% - o dobro da média de Belo Horizonte. Em sua economia, destacam-se a produção do ferro gusa e a siderurgia, mas ampliam-se rapidamente as atividades econômicas do município para outros segmentos industriais, de varejo e serviços.

A cidade conta com empresas de grande porte e reconhecida atuação no mercado nacional e internacional, tais como Embrapa, On-Highway Brasil Ltda. (Iveco), Elma Chips (Pepsico do Brasil), Grupo Stevanato (OMPI), Ambev, Bombril, Cedro Cachoeira, Itambé, Autoforjas, Brennand, Progress Rail, dentre outras.



Sete Lagoas está recebendo empresas dos vários setores produtivos. O crescimento industrial permitirá intensificar os fluxos comerciais, materiais e de pessoas, e promoverá o desenvolvimento de novos recursos que explorem a circulação de bens, conhecimento e capital humano. O setor industrial já demanda a existência de uma infraestrutura local desenvolvida, o que tem atraído empresas nos setores de serviços, conservação, transporte e logística.

A Faculdade Promove de Sete Lagoas, embasada em uma vasta experiência educacional de serviços prestados à comunidade da Macrorregião de Sete Lagoas, busca por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, período 2022-2026, sedimentar uma política efetiva e consciente de ampliação da oferta de cursos.

O seu compromisso com a região é ser agente captadora transformadora e organizadora do conhecimento e da cultura dos seus cidadãos, tornando-se prioritário oferecer cursos na área de

saúde em padrões de qualidade compatíveis às exigências dos órgãos reguladores do sistema de ensino superior, bem como às expectativas da sociedade, e, por conseguinte, da comunidade acadêmica da Instituição.

4.2 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO, SOCIAL, CULTURAL, POLÍTICA E AMBIENTAL

Sete Lagoas, está localizada na região central de Minas Gerais, pertencendo à mesorregião do Centro Leste Mineiro e à microrregião calcária de Sete Lagoas. Tem uma extensão territorial de 538 km² e 241.853 habitantes (estimativa do IBGE, 2020). A cidade fica apenas a 70 km de Belo Horizonte e a 40 km do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins. Hospitaleira como uma cidade do interior e, ao mesmo tempo, agitada como uma metrópole, Sete Lagoas é o principal polo econômico da região central do Estado de Minas Gerais, atraindo grandes indústrias e diversificando cada vez mais suas atividades econômicas.

Do ponto de vista geográfico a cidade limita-se ao norte pelos municípios de Jequitibá e Araçaí; ao sul pelos de Esmeraldas e Capim Branco, a oeste, pelos de Inhaúma, Paraopeba e Caetanópolis e a leste, pelos de Prudente de Moraes e Funilândia. A área de influência de Sete Lagoas, com mais de 500 mil habitantes, abrange cerca de 38 municípios das diversas microrregiões da mesorregião Metalúrgica. A microrregião Calcários de Sete Lagoas é formada pelos municípios de Araçaí, Baldim, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Cordisburgo, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Jaboticatubas, Jequitibá, Maravilhas, Papagaios, Paraopeba, Pequi, Santana de Pirapama, Santana do Riacho.

O município é cortado por uma Serra de natureza calcária (Serra de Santa Helena), que é o divisor de águas das bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba. A rede hidrográfica é constituída pelos afluentes do rio Paraopeba: São João, Lontra, Gineta e pelos afluentes do Rio das Velhas: Jequitibá, Paiol, Matadouro. A rede de drenagem do Município, que faz parte da Bacia do Rio São Francisco, consta de dois importantes cursos de água, o Rio das Velhas e o Paraopeba. Na Serra

de Santa Helena, localizada a noroeste da cidade, encontra-se o ponto de maior altitude (1.076 metros). A vegetação natural predominante na região, o cerrado, encontra-se bastante degradada ou substituída por pastagens e plantações. A reserva florestal que existe a oeste da Serra de Santa Helena marca a presença da Floresta Tropical, bastante restrita no Município. Em Sete Lagoas é mínima a área reflorestada, e o que existe hoje já está em fase de exploração, evidenciando os reflexos concretos do desenvolvimento socioeconômico no contexto da preservação socioambiental.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – que mede longevidade, educação e renda da população, ele evoluiu 48,7%, entre os anos de 1999 e 2010, representando avanços positivos no desenvolvimento econômico e social da população. O maior avanço foi na educação (134,2% no mesmo período). A renda evoluiu 19,7%. Destaca-se o ensino profissional que, entre 2005 e 2012, foi o nível que mais cresceu em número de estabelecimentos de ensino destinados à formação técnica e superior (85,7%).

O município também vivencia um crescimento significativo na área do ensino superior, com instituições que, ao ampliarem sua oferta de cursos, permitem que a população tenha opções de escolha em termos de formação profissional, contribuindo para a profissionalização e expansão do mercado de trabalho regional. A cidade conta com importantes recursos naturais, como as lagoas, o Parque da Cascata, situado na Serra de Santa Helena, e a Gruta Rei do Mato. O monumento natural estadual Gruta do Rei do Mato, uma das cavernas mais visitadas do Brasil, situa-se na região geológica conhecida como Cárstico de Lagoa Santa.

A gruta, que possui formações de estalagmite e estalactite raras em todo o mundo, também está inserida na Rota das Grutas Peter Lund, programa turístico do governo de Minas de criar um circuito turístico pela região cárstica do entorno da capital, formado também pelas grutas da Lapinha, em Lagoa Santa, e Maquiné, em Cordisburgo. O Cárstico de Lagoa Santa é uma formação geológica e geomorfológica com rochas sedimentares como calcário e dolomito. As feições superficiais apresentam paredões calcários lineares, maciços rochosos aflorantes ou

parcialmente encobertos, lagos associados às dolinas ou em planícies rebaixadas, e canais subterrâneos e sumidouros.

A paisagem é composta de formações remanescentes do cerrado (campos limpos, campos sujos e cerrado stricto) e de mata atlântica (floresta estacional semidecidual). Na flora, as espécies mais encontradas são ipê amarelo, bromélia do cerrado, gonçaleiro, pindaíba vermelha, peroba-rosa, macaúba, coco-de-quaresma, araticum e mandiocão. Há duas versões para o curioso nome da caverna. Uma, conta a história de que, em meados dos anos 1930, os moradores teriam avistado um homem alto, loiro, de cabelos e barbas longas que frequentava a floresta e a gruta. Uma outra versão, conta sobre um homem diferente, magro, moreno, de cabelos curtos, conhecido como Milito Pato, que teria habitado o primeiro salão da gruta. Em ambos os casos, o personagem da história teria sido apelidado de o "Rei Do Mato".

A partir de 1840, surgiram os primeiros registros de explorações e de estudos nas cavernas da região, realizados pelo dinamarquês Peter W. Lund. O primeiro mapeamento documentado da Gruta Rei do Mato foi feito pela Sociedade Excursionista e Espeleológica em 1973. Só em 2009, porém, a área foi alçada a monumento natural. A Gruta Rei do Mato possui 998 metros de extensão, dos quais 220 metros estão abertos à visitação. É considerada uma das mais belas grutas do país e uma das 50 maiores cavernas de Minas Gerais pela Sociedade Brasileira de Espeleologia. A Gruta Rei do Mato é, indubitavelmente, uma cavidade natural subterrânea de grau de relevância máxima, por possuir espeleotemas raros e por abrigar relevantes vestígios arqueológicos e paleontológicos.

O significativo volume dos seus condutos e salões, associado à presença de conjuntos de espeleotemas de grande beleza cênica, fazem de Rei do Mato uma das cavernas mais visitadas do Estado de Minas Gerais e também do Brasil. Há duas décadas a Gruta vem sendo explorada do ponto de vista turístico, tanto pelos raros espeleotemas como pelos importantes vestígios de ocupação humana pré-colonial. A Grutinha constitui um sítio arqueológico, com pinturas rupestres, localizada 50 metros abaixo da entrada da Rei do Mato. Na Grutinha, além de pinturas rupestres, feitas com sangue e gordura vegetal, foram encontradas soterradas ferramentas

indígenas petrificadas, em perfeito estado. Nela encontra-se, ainda, uma réplica, em resina, do Xenorhinothericen Bahiense - a macraoquemia - animal herbívoro que habitou Minas, Bahia e sul de São Paulo, há cerca de seis mil anos. O Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato (MNEGRM) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pela Lei Estadual nº 18.348, de 25 de Agosto de 2009, com o intuito de proteger o sítio arqueológico Gruta Rei do Mato, seus ecossistemas cársticos de grande beleza cênica, fauna e flora, valorizando os patrimônios espeleológico, arqueológico e paleontológico. Sua gestão é capitaneada pelo Instituto Estadual de Floresta - IEF. A Lagoa Paulino é a mais central e conhecida das sete lagoas que nomearam a cidade. Há outras seis: Boa Vista, José Félix, Cercadinho, Matadouro, Catarina e da Chácara. Na Alameda Prefeito Euro Andrade, próxima à Lagoa Paulino, é realizada uma feira de artesanato e comidas típicas, evento esse que objetiva promover a cultura e preservar o patrimônio cultural material e imaterial da cidade.

Até os anos 40 do século XX, a Lagoa Paulino mal era urbanizada. O espaço de terra, que hoje empresta seu nome para o bar "A Ilha", por meio de uma concessão pública, foi erguido por Emílio de Vasconcelos Costa, o Milito, prefeito nomeado de Sete Lagoas em 1942 (estávamos sob ditadura de Vargas), cujo mandato perdurou entre os anos de 1943 e 1945. Mas nem mesmo criar uma ilha era o objetivo do empreito. Segundo os historiadores Dalton Andrade e Márcio Vicente, o objetivo, na verdade, era recuperar a lagoa, então tomada por tabocas (uma espécie de bambu) e pelo assoreamento. "Na época não havia equipamentos adequados e todo o processo era feito de forma rudimentar, usando-se apenas picaretas, enxadas, pás e carrocinhas puxadas por burros", comenta Dalton Andrade. Com a terra do desassoreamento, que foi grande, foi feito o primeiro aterro no cais da lagoa, formando uma praça.

O excesso de terra levou à ideia e à construção da ilha antes que chegasse a temporada de chuvas. Dessa forma surgiu a Ilha do Milito, nome dado pelo então prefeito Wilson Tanure, pela ocasião da morte de Milito, em 7 de setembro de 1957. Não se sabe se ele também construiu a ponte de acesso. A história, entretanto, registra várias intervenções na ilha. "Vasconcelos Costa lá construiu o farol e instalou um viveiro de periquitos australianos. Sérgio Emílio Vasconcelos,

em sua primeira administração, remodelou a ilha, dotando-a de jardins, e construiu uma ponte de madeira, estilo japonês.

Já em seu segundo mandato dotou a ilha de piso em mosaicos portugueses, onde estavam registradas partituras musicais e, para lá, transferiu o busto de Milito (seu pai), antes instalado na avenida que tem o seu nome. Na década de 60, lá havia a Cabana do Milito, substituída na administração do prefeito Múcio Reis pela construção de um moderno restaurante, em concreto e aço”, recorda Márcio Vicente.

Fato é que a ilha fez tanto sucesso que serviu de inspiração para as lagoas que vieram depois: Boa Vista e Catarina também têm suas ilhas. A Serra que leva o nome da Padroeira da cidade fica localizada a noroeste, à aproximadamente 7 km do centro de Sete Lagoas. A Serra de Santa Helena pertence a uma APA (área de preservação permanente) e é uma formação calcária, 400 metros acima do nível da cidade, e cerca de 1.100 metros em relação ao nível do mar.

No seu topo, está localizada a igreja de Santa Helena e é possível se ter a mais bela vista panorâmica da cidade e redondezas. A vegetação natural predominante na região é o cerrado, e se encontra bastante degradada. Há, ainda, a reserva florestal na serra de Santa Helena, que marca a presença da restrita área de floresta tropical que ainda resta no município. O que existe hoje em Sete Lagoas está sendo explorado e é mínima a área reflorestada.

O Parque da Cascata fica localizado na Serra de Santa Helena. Atualmente há registros que denotam os reflexos do crescimento socioeconômico na devastação ambiental e comprometimento do equilíbrio do ecossistema local. O Parque Ecológico da Cascata é um dos cartões postais da cidade e está localizado no alto da Serra de Santa Helena em Sete Lagoas - MG. Possui uma lagoa e uma cascata de 35 metros de altura, além de trilhas e espaços ao ar livre para recreações. Uma área de 295 hectares, sendo 40 desses de mata, onde existem várias espécies de fauna e flora nativas. A serra é toda a área contida pela reserva ambiental sob a propriedade e domínio da SELTUR – Sete Lagoas, Turismo, Lazer e Cultura S.A. O local possui cercas delimitando toda a sua extensão (SELTUR, 2010). Uma construção com marquise de concreto abriga as estruturas de banheiros, apoio e lanchonete. Possui também, uma área

gramada em frente à lagoa do local, ambiente arborizado, um mirante e trilhas na mata, incluindo a trilha que circunda a represa, com passagens dentro da mata, e outra que segue até o Mirante da Cascata, essa que dá nome ao Parque.

A casa, denominada Fazenda Velha e situada à Praça de Santo Antônio, foi construída depois que a Capela de Santo Antônio foi elevada a Matriz. A sua construção foi posterior a 1841, quando Sete Lagoas ainda era um arraial. Atualmente, abriga o Museu Histórico Municipal, que serve como uma importante fonte de pesquisa para se conhecer a história de Sete Lagoas e da região, possuindo um rico acervo de documentos e objetos de grande valor histórico. A partir do museu, resgata-se a história de Sete Lagoas, com enfoque nos seus principais personagens: o minerador, o escravo e o tropeiro. Assim, o museu constitui-se uma importante fonte de pesquisa histórica para o município, pois abriga em seu acervo arquivos, dados, artefatos e fotos das principais personalidades e acontecimentos da cidade. No espaço onde se encontra localizado o referido museu temos o desenvolvimento de atividades culturais destinadas a promover a divulgação do patrimônio cultural local, além de estimular o exercício da economia mediante o comércio local.

No museu você poderá encontrar diversos utensílios de trabalho de tempos atrás, como uma cadeira de dentista do início do século XX, além de equipamentos utilizados pelos garimpeiros, uma vez que a região já foi destacada pelas riquezas minerais. Há, também, uma galeria com fotos de ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial, pois, de Sete Lagoas, partiram vários expedicionários da FEB. A partir da breve pesquisa histórica aqui desenvolvida, é possível demonstrar o compromisso do Município de Sete Lagoas em garantir a preservação da memória da história local, seja no contexto do patrimônio cultural material como, também, na preservação do patrimônio histórico-cultural imaterial.

A lagoa da Boa Vista é a segunda lagoa mais visitada do município de Sete Lagoas. Tem uma pista dupla no entorno, com 1630 metros. A infraestrutura do Parque Náutico envolve um palco para apresentações diversificadas, com área de eventos e feira, pista de patinação, bicicross, skate, quadras de areia e dois campos de futebol. Em sua orla encontram-se restaurantes, trailers, sorveterias, escolas e bares. É um lugar arborizado, ótimo para caminhadas e prática de

esportes ao ar livre. Nas manhãs de domingo, acontece a tradicional Feira da Boa Vista, que possui 220 feirantes ofertando artesanato, hortifrutigranjeiros e várias opções de alimentação. Complexo poliesportivo, localizado na Lagoa da Boa Vista, que foi totalmente recuperada, recebendo nova figuração paisagística e ecológica.

O Parque Náutico da Boa Vista ocupa uma área de 18 mil metros quadrados e é dotado de toda a infraestrutura necessária para atender cerca de 8 (oito) mil pessoas. Projeto do arquiteto Gregório Repsold, o parque oferece campos de futebol, pista de bicicross, duas pistas de skate em concreto, quadra poliesportiva, restaurante, três playgrounds, quadras de vôlei e peteca, cinco ancoradouros para pedalinhos e barcos e uma ampla praça de eventos com palco. Sua pista de corrida para pedestres e ciclistas, tem 1.630 metros.

O Parque Náutico da Boa Vista é palco de importantes eventos artísticos e esportivos do calendário de Sete Lagoas. O chamado Solar Do Chassim-Drummond foi construído em 1795 pelo Padre Antônio Salustiano Moreira. Os Chassim-Drummond adquiriram o prédio em torno de 1890 e, na parte de baixo, comportou diversas atividades públicas até ele todo torna-se escola nos anos 1960, sendo abandonado no final dos anos 1970. Está localizado na Praça Tiradentes, antiga Praça do Comércio, e o grande número de janelas demonstra sua condição aristocrática, de imponência sobre o espaço.

O imaginário popular fala que ali dormiu Tiradentes, para justificar historicamente a presença do alferes na cidade, que morou no quartel do Registro Colonial na Várzea. Contudo, o fato de o Casarão ter sido construído duas décadas após a passagem de Tiradentes por Sete Lagoas coloca em xeque a versão popular. Tombado pelo Decreto número 1.333 de junho de 1986 e recuperado em 1988, num dos poucos movimentos populares de sucesso na cidade, o "Casarão Te Quero", que contou com artistas, intelectuais, estudantes e cidadãos comuns. O Casarão foi renomeado Centro Cultural Nhô-Quim Drummond em 1991 pelas comemorações do centenário do historiador, com atribuição de ser o centro de artesanato e folclore da cidade. Localizado na praça Tiradentes, o "Casarão" demonstra sua condição aristocrática pelo grande número de janelas.

Recuperado em 1988, o "Casarão" foi renomeado "Centro Cultural Nhô Quim Drummond", em 1991, pelas comemorações do centenário do historiador.

O Centro de Preservação do Folclore, instalado no Casarão, uma construção do século XVIII, veio permitir que a cultura setelagoana fosse preservada e é também um espaço destinado às manifestações socioculturais e à feira permanente de amostras. Atrás do casarão, existe um anfiteatro, Mauro Faccio Gonçalves, Zacarias - com capacidade aproximada para 1.500 pessoas.

Aqui se encontram registros do exuberante congado setelagoano, com suas mais de vinte guardas. Dentre essas, guardas fundadas há mais de 100 anos e outra que tem como chefe atual o descendente direto de Chico Rei. Neste Casarão, as tradições da música, dança e religiosidade mineira são mostradas com autenticidade e beleza. A Casa da Cultura de Sete Lagoas é um espaço inaugurado em 1982 tendo sido palco de diferentes manifestações que marcam a diversidade cultural, apresentando teatro, música, dança, literatura, artes plásticas e visuais, além de seminários, reuniões, encontros, debates, dentre outras atividades coletivas e de natureza artístico-cultural.

A Casa já recebeu artistas locais, regionais, nacionais e internacionais e, mesmo com um pequeno auditório de 140 lugares, recebe, em média, 22 mil pessoas por ano. Hoje, no local também funciona a sede administrativa da Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação Social. O prédio abriga não apenas o Auditório Wilson Tanure e a Galeria Fernandino Jr., mas, também, a nova Galeria Myralda, que desde 2010 é dedicada exclusivamente às Artes Plásticas. A ideia da criação de um espaço físico exclusivo para as manifestações artísticas e culturais na cidade foi do Clube de Letras de Sete Lagoas, projeto esse que impulsionou substancialmente a divulgação de produções artísticas que enaltecem e expõe a cultura local, regional e nacional. Aos fundos da Praça Tiradentes, encontra-se a Catedral de Santo Antônio de Sete Lagoas, Padroeiro da cidade. O início de sua construção se deu, no ano de 1841 e concluída somente em 1896.

A catedral é originária de uma capela, cuja construção remonta ao século XVIII, quando a freguesia de Sete Lagoas foi elevada a paróquia em 1841 e a capela sofreu sua primeira reforma. Em 1955 a então Igreja Matriz passou a ser designada Catedral, com a criação da Diocese de

Sete Lagoas, mantendo o estilo rococó da última fase do período colonial mineiro. A Catedral foi construída em frente ao antigo bairro Gamela e que hoje tem o nome de Bairro da Várzea. Foi o primeiro bairro a ser fundado formalmente no município de Sete Lagoas, por acreditar que a cidade cresceria para aquele lado, ressaltando-se que a porta principal fica de costas para a área central da cidade. A catedral tem como destaque sua construção e seus trabalhos artesanais datados do século XIX.

Recentemente a catedral passou por uma reforma, mas manteve todas as suas características originais, objetivando-se a preservação da memória histórica do município de Sete Lagoas. O principal bem imóvel encontrado na Serra de Santa Helena é a Capela de Santa Helena, cuja origem se relaciona com a história da própria cidade de Sete Lagoas e da Serra Santa Helena. De acordo com informações obtidas na monografia de Maria Angela Bolson e Aide de Carvalho, a gleba onde se localiza a capela foi doada pelos proprietários Carlos e Geraldo Filizola, posteriores à posse do fazendeiro Lino Antônio de Avelar e, em seguida, à comissão zeladora da capela. O terreno foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas no ano de 1991, e por meio da Lei Municipal número 4359, a prefeitura doou oficialmente para a Diocese de Sete Lagoas uma área de 14.259 (quatorze mil, duzentos e cinquenta e nove) metros quadrados, que abrange o local da capela, do cruzeiro, da casa do zelador e uma área arborizada que os contorna.

A construção da capela segue o estilo colonial português, parte integrante a memória e história da cidade de Sete Lagoas. É possível observar que o responsável pelo planejamento e construção da capela era muito caprichoso e detalhista. A construção, apesar dos detalhes, utilizou materiais simples, provavelmente extraídos das fazendas no entorno. O estilo é colonial português antigo, rústico, sem luxo, sem afrescos ou pinturas. A construção foi demorada e demandou muitos recursos. Os tropeiros viajantes se deslocavam para aquele local a fim de encontrar descanso e cuidar de seus animais, mas não há registros de que tenham participado da construção da Capela. A Capela de Santa Helena já possuiu três cruzeiros. O primeiro foi erguido no ano de 1852 e fora atribuído ao fazendeiro Lino Antônio de Avelar, que pode ter sido o responsável pela construção da capela, segundo uma das hipóteses da origem dela, destacando-se que foi destruído por um raio. O segundo cruzeiro foi erguido pelo missionário Frei Francisco Coriolano de Otranto, em

1857, e bento pelo Frei Luiz, da Serra da Piedade, em 1863. Atualmente, há um novo cruzeiro, construído em cimento armado, construído em 1971.

Situado no coração da cidade, ao lado da Lagoa Paulino e circundado por um espelho d'água, sua construção lembra um pássaro alçando vôo. Tem, defronte, uma estátua de Juscelino cedida à Prefeitura pelo ex-prefeito Sérgio Emílio. O CAT JK - Centro de Apoio ao Turista Presidente Juscelino Kubitschek, inaugurado em 12 de setembro de 1990, serve como ponto de orientação ao turista. Nele funciona uma feira permanente de amostra dos produtos artesanais e industriais do município. Também são expostas obras de artistas setelagoanos. É um espaço aberto a eventos cívicos, culturais e esportivos. Assim, entidades públicas, educativas, empresariais de classe e clubes de serviço, têm um espaço para apresentações, solenidades e reuniões.

A Estação Ferroviária de Sete Lagoas foi inaugurada em 12 de setembro de 1886, é uma construção de pedra, cal, areia e forro de madeira de pinho de Riga (Bélgica) marco da primeira expansão urbana do município. Próspera estação com oficinas de montagem e reparos, fabricando vagões e ferramentas. Tinha o telégrafo para mensagens codificadas em Código Morse, servindo não só para o bom andamento deste meio de transporte, como de comunicações urgentes na região. Em março de 1957 passou a ser chamada de Rede Ferroviária e no dia 19 de dezembro de 1992 às 18:00hs passou por ela último trem de Sete Lagoas. Porém, em 2000 a estação foi transformada em Museu Ferroviário de Sete Lagoas e preserva através do seu acervo, parte significativa da memória ferroviária, como: fotografias, uniformes, quepes, relógio de ponto e um grande número de ferramentas. Na área externa, encontra-se em exposição um antigo vagão de passageiros da extinta RFFSA, além das locomotivas número 1015 e número 07, tombadas pelo Conselho de Patrimônio em 2007. Como a estação foi o primeiro marco de expansão urbana do município, muitas pessoas de várias regiões vieram atrás de oportunidades de emprego e juntamente com os moradores locais fincaram residências nas imediações da estação, fundando assim, o Bairro Boa Vista e a partir daí, iniciou-se o crescimento da cidade, antes apenas concentrada ao redor da Igreja de Santo Antônio.

Os primeiros a chegarem às terras "das Sete Lagoas" foram alguns integrantes da bandeira de Fernão Dias Leme - o "caçador de esmeraldas" que, em 1667, foram atraídos pela possibilidade da existência de minério argenteo no Serrote das Sete Lagoas. Nesse local, encontraram uma extensa planície, coberta por lagoas, que os indígenas davam o nome de "Vapabuçu". De 1667 até meados do século XVII, a região pouco progrediu, continuando, porém, a atrair aventureiros em busca de riquezas minerais, evidenciando claramente as tradições socioculturais que caracterizam a história de Minas Gerais.

A fixação do homem ao solo somente se verificou por volta de 1750, quando a Coroa Portuguesa concedeu uma sesmaria de 3 léguas ao Senhor Antônio Pinto de Magalhães, justamente onde hoje se localiza a cidade de Sete Lagoas. Sabe-se que essa sesmaria foi mais tarde transferida ao Padre Joaquim de Souza, em face do seu primeiro concessionário haver sido executado. Como a região era passagem para os currais da Bahia, foi erguido um quartel general, comandado pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier. Esse posto tinha o intuito de evitar o extravio de ouro e diamantes, cobrando-se os direitos de entrada. Em 1833, a "Fazenda das Sete Lagoas", parte da antiga sesmaria, pertencia a José Sarzedas, e uma outra parte, composta de várias fazendas, pertencia ao Sr. José Pereira da Rocha que, ao falecer, fez doação verbal de suas terras a diversas pessoas pobres, inclusive para a criação da Paróquia de Santo Antônio das Sete Lagoas, o que se verificou em 1841. A partir de 1880, o progresso começou a se fazer sentir.

A Estrada de Ferro Central do Brasil – EFCB – atraiu trabalhadores que se fixaram no município, possibilitando o crescimento da economia da cidade e da renda da população. Assim, a cidade vivenciou uma grande expansão demográfica, fato esse que gerou reflexos no contexto econômico, político e social. Inicialmente, destacou-se o crescimento do comércio, principalmente nos arredores da estação. Respalhando o aumento populacional, outros setores como educação, saúde e moradia registraram crescimento. A Estrada de Ferro Central do Brasil, responsável pela integração nacional, possibilitou não só o dinamismo no setor de transportes, encurtando as distâncias entre as regiões, como também fomentou o desenvolvimento dos municípios pelos quais os trilhos passavam. Pôde-se observar que a chegada da ferrovia em Sete Lagoas promoveu a criação de bases sólidas que fomentaram o crescimento econômico local. No entanto, a

desativação dos trilhos deixou um grande prejuízo histórico, econômico e cultural, principalmente para Sete Lagoas e demais cidades mineiras que estão ligadas de alguma forma a ferrovia deste a segunda metade do século XIX.

Algumas das principais atividades econômicas da região são a extração de calcário, mármore, ardósia, argila, areia e a produção de ferro-gusa. As transformações socioeconômicas que ocorreram na região, a partir dos anos 60, foram provocadas pelo crescimento do setor secundário (indústria) e seus reflexos positivos no setor terciário (comércio e serviços). Nos anos 70, as características naturais e demográficas da cidade permitiram a instalação de diversas empresas de siderurgia. A proximidade com Belo Horizonte, o acesso à rede ferroviária e aos principais centros de mineração de Minas Gerais eram uma vantagem importante, ressaltando-se que até hoje a localização geográfica do município de Sete Lagoas tem gerado importantes reflexos no desenvolvimento social e econômico da microrregião. Além disso, havia mão de obra a um custo relativamente baixo.

A partir de 2001, com a chegada da Iveco, a indústria automobilística e empresas satélites de autopeças e serviços relacionados ao segmento passam a marcar forte presença na economia do município. O ferro fundido bruto ainda é o principal produto exportado (34,1%), seguido de motores que, em 2012, representavam 84 milhões de dólares de exportação. Em 2010, o Produto Interno Bruto – PIB – totalizou 5,7 bilhões de reais. O aumento entre 1999 e 2010 foi de 502,4%, contra 291,3% em Minas Gerais e 254% no Brasil, no mesmo período. Hoje, são 28 siderúrgicas presentes na cidade, possibilitando que Sete Lagoas seja o maior polo de siderurgia independente de Minas Gerais, no entanto, é notável o fenômeno de diversificação de sua economia. Atualmente, são diversas as indústrias instaladas no Município, tais como IVECO FIAT, ITAMBÉ, CIMENTOS BRENNAND, AMBEV, CEDRO CACHOEIRA, dentre outras.

A leste do Município, próximo à divisa com o Município de Prudente de Moraes, localiza-se o centro de Pesquisas do Milho e Sorgo, da EMBRAPA. Trata-se de localidade em franca expansão econômica, fato esse que tem gerado constantes demandas quanto à necessidade de qualificação de mão-de-obra dos profissionais que atuam no mercado de trabalho local e regional. O novo

perfil industrial aumentou a exigência por engenheiros, técnicos e operários qualificados. O crescimento populacional também demanda infraestrutura adequada estimulando os setores de saúde, esportes, lazer, educação e, conseqüentemente o comércio e os serviços locais.

A necessidade da profissionalização da gestão nas empresas faz-se evidente, nesse novo cenário, bem como investimentos na expansão da infraestrutura urbana e industrial e em programas de saúde e qualidade de vida da população. Investimentos nas políticas públicas educacionais, especialmente quanto à expansão de vagas no ensino superior, tem gerado reflexos diretos na maior qualificação da mão de obra local e, conseqüentemente, a melhoria na prestação de serviços e oferta de produtos. No conjunto regional, Sete Lagoas tem sido fator importante no desenvolvimento e intensificação das atividades industriais no Estado, principalmente pela proximidade de Belo Horizonte, destacado mercado de consumo, e eficiente rede de transporte, que facilita a obtenção de matérias primas e escoamento da produção.

Os investimentos em infraestrutura, ocorridos nas últimas décadas contribuíram de forma direta e significativa para o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a projeção política do município de Sete Lagoas. O crescimento harmônico e sustentável do município, no entanto, depende diretamente de ações eficazes, públicas e privadas, nas áreas social, cultural, educacional, política, econômica e ambiental.

Somente assim a cidade se consolidará como eixo fundamental de desenvolvimento do vasto entorno regional. O compromisso político-institucional com o desenvolvimento sustentável da cidade de Sete Lagoas contribuiu diretamente para o desenvolvimento da microrregião, de modo a privilegiar a compatibilidade existente entre crescimento econômico e a preservação ambiental. Quanto à demanda acadêmica, torna-se evidente a necessidade de, a um só tempo, garantir a qualidade da formação superior e propiciar condições para que os egressos das instituições locais de ensino universitário permaneçam na região e exerçam atividades cada vez mais qualificadas, visando ao progresso regional, sobretudo por meio de ações resultantes da união de esforços entre os setores público e privado que apresentem soluções efetivas às questões que, no contexto atual, limitam o desenvolvimento da cidade. O compromisso assumido pela IES é o de garantir

que um número maior de pessoas tenha acesso ao ensino superior pois, dessa forma, torna-se viável a melhor qualificação da mão de obra e, conseqüentemente, o aprimoramento na prestação dos serviços locais, além da melhor qualidade quanto aos produtos ofertados ao mercado consumidor.

A justificativa do Curso de Direito para atender a região sustenta-se, principalmente, na preocupação de colaborar com a resolução de demandas que se colocam no mercado profissional atinente aos serviços jurídicos.

O Curso será desenvolvido em cinco anos, ou dez semestres e possui carga horária total de 4.640 horas. Foi estruturado com base na Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação do bacharel em direito.

Ao Bacharel em Direito, a ser formado com excelência pelo Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas, abrirá inúmeras possibilidades profissionais. A importância e necessidade do curso está retratada no fato do mesmo oportunizar ao bacharel em Direito o exercício profissional em diversos campos de atuação, seja no setor privado como a advocacia e consultoria jurídica de empresas, assim como no setor público, em cargos da administração pública direta e indireta, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Entre as possíveis áreas de sua atuação profissional, destacam-se:

- Magistratura do Distrito Federal e Territórios, dos Estados, Federal, Trabalhista e Militar;
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, dos Estados, Federal, Trabalhista e Militar;
- Advocacia Pública - Procuradoria do Distrito Federal, Procuradoria dos Estados e Procuradorias Municipais;
- Advocacia da União e Procuradorias Federais; Procuradoria Jurídica das Autarquias;
- Empresas Públicas e demais Órgãos Públicos; Advocacia Privada - representação judicial e extrajudicial;
- Consultoria e Assessoria Jurídica Empresarial;

- Instituições Policiais Cíveis e Militares;
- Cargos da Administração Pública em Geral;
- Cartórios Notários e Registrários.

O curso tem, como principais objetivos, a procura pela efetiva relação entre o perfil do profissional formado e o enquadramento dele no mercado de trabalho, bem como a formação plena de um bacharel em direito capaz de se reciclar constantemente, aprendendo a encontrar soluções para os problemas, dentro do imenso arcabouço de informações que o mundo jurídico proporciona.

São objetivos do Curso:

- Propiciar ao estudante formação geral técnico-jurídica adequada permitindo sua capacitação para o exercício das diferentes profissões jurídicas, com flexibilidade para sua formação adicional dentro das diversas temáticas que abrangem os Direitos Humanos, a Sustentabilidade socioambiental e o Desenvolvimento, sem prejuízo de conferir-lhe a capacitação que possibilite prosseguir nos estudos em horizontes que complementem esta formação;
- Permitir ao estudante refletir sobre os critérios de criação, interpretação e fundamentação das decisões jurídicas na perspectiva interna e global do sistema jurídico;
- Promover interdisciplinaridade como pressuposto fundamental da formação e da atuação político-jurídica contemporânea, e da compreensão da realidade e do fenômeno jurídico para buscar compreender e atuar num mundo concebido de forma integral;
- Permitir ao estudante o acesso a outras disciplinas específicas, jurídicas ou não, capazes de aprofundar a formação específica e preconizada para o Curso.

Os discentes do curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas, em número significativo, atuarão na área jurídica, seja com vínculo empregatício permanente em atividades de apoio às empresas, seja como estagiário voluntário, ou ainda, em cumprimento ao requisito obrigatório de estágio supervisionado para conclusão do curso. Tais condições de experiência externa, com vínculo direto com os conteúdos apreendidos em sala de aula, contemplam os objetivos aos quais

se propõe a instituição para com os seus alunos, quais sejam, o da contribuição para a demanda regional e local, ainda, durante a formação acadêmica.

Ainda visando alcançar os objetivos propostos, complementarmente aos conhecimentos internalizados ao longo do curso, e em atendimento aos objetivos propostos, serão realizadas inúmeras atividades extracurriculares, tais como: palestras proferidas por especialistas convidados; visitas técnicas em fóruns de Sete Lagoas e também, em municípios da região; participação em congresso; evento anual da semana do direito com minicursos, mesas redondas e palestras diversas, proporcionando aos acadêmicos, a aproximação com a realidade profissional que os aguarda.

O curso de Direito da Promove de Sete Lagoas oferece um diferencial que extrapola o que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC. Coerente com a política educacional que norteia o ensino da Instituição, o curso preocupar-se-á com a formação cidadã e interdisciplinar do aluno, visto que, além do sólido conhecimento acadêmico que será construído pelo discente, inclusive, com a absorção das novas tecnologias de mercado, a graduação visará, também, desenvolver a consciência de responsabilidade social e ética, bem como o comprometimento com a sustentabilidade em seu meio de atuação, além da valorização dos preceitos étnico-raciais.

5 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO CURSO

5.1 O CURSO DE DIREITO NA FACULDADE PROMOVE DE SETE LAGOAS

O Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas foi idealizado para a oferta em sistema de créditos, com matrícula por disciplina, inexigindo-se o cumprimento de pré-requisitos, contudo faz-se necessário a apropriação dos conhecimentos ministrados nas disciplinas ministradas no período anterior.

A partir da proposta de sua matriz curricular, estipula-se a carga horária total de 4640 horas/aula, distribuídas em disciplinas teóricas, disciplinas práticas e 200 (duzentas) horas de atividades complementares, com o que se atende com sobras aos parâmetros ditados no Parecer CNE/CES 08/2007.

O Curso de Direito tem o propósito de formar profissionais com valores de responsabilidade social, justiça e ética, aptos a serem inseridos nos diversos setores da sociedade, capazes de contribuir para a sua transformação e aprimoramento. O ensino jurídico no Curso está essencialmente alicerçado em uma perspectiva humanista e interdisciplinar, a partir da qual a formação acadêmica se fundamenta em conhecimentos teóricos relacionados às diversas disciplinas oferecidas e associados à prática forense.

Nesse sentido, ressalte-se que a existência de outros cursos na IES favorecerá o desenvolvimento de projetos científicos e de extensão em conjunto que contemplem de forma transdisciplinar a formação dos saberes dos acadêmicos do Direito e dos demais cursos.

Dentre os objetivos do Curso de Direito figura o de proporcionar aos acadêmicos o conhecimento e a experimentação da realidade social e jurídica existentes na região de localização do curso, para o fim de aprofundar a formação profissional, sem deixar de considerar os desafios que as diferentes realidades colocam diante de magistrados, membros do Ministério Público, advogados e defensores públicos, bem como de todos os profissionais que atuam nos sistemas de justiça.

O Curso de Direito apresenta avanços significativos na forma de transmissão do saber e fazer jurídicos, pois privilegia a reflexão, estimulando a leitura, análise e crítica de temas e questões relacionadas à área do Direito e das Humanidades, de forma individual e em equipe, com vistas à formação do bacharel em Direito generalista, mas qualificado para atuar nas diversas carreiras jurídicas, privativas do bacharel em Direito, com profundo conhecimento técnico-jurídico e conduta ético-profissional.

Para tanto, apresentamos as seguintes informações sobre a estrutura prevista para o funcionamento do curso:

CURSO		
Regime Escolar	Seriado semestral	
Vagas semestrais	150	
Turno de Funcionamento	Matutino/Noturno	
Número de Turmas	02	
Número de ACADÊMICOS por turma	50	
INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR		
MODALIDADE:	Bacharelado	
TEMPO PREVISTO	MÍNIMO:	10 semestres
	MÁXIMO:	16 semestres
CARGA HORÁRIA	4640	

5.2 MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho brasileiro melhorou em 2019, mas a intensidade da melhoria foi menor do que a observada em anos anteriores, segundo o Boletim de Mercado de Trabalho (BMT), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, publicado em fevereiro ano corrente.

Um dado positivo apresentado pelo boletim é a retração do nível de informalidade. De acordo com o IPEA, o número de empregados com Carteira de Trabalho assinada subiu 1,5% em 2013 ante 2012, o que equivale, em valores absolutos, a cerca de 184 mil novos contratos. No índice de empregados sem carteira houve recuo de 5,6%. O número de trabalhadores por conta própria cresceu 1,1%. O nível médio de informalidade da população ocupada ficou em 33% no ano passado, com retração de 1 ponto percentual em comparação a 2012.

Na média do ano de 2019, o rendimento médio real nas seis regiões metropolitanas analisadas na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE apresentou ganho de 1,9% em comparação à média do ano anterior, ficando em torno de R\$ 1.929,03.

De modo geral, o IPEA aposta na manutenção do ritmo de evolução do mercado de trabalho em 2019, em especial no segundo semestre.

Ao bacharel em Direito, formado com excelência pelo Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas, abrirá inúmeras possibilidades profissionais, seja no setor público, seja no setor privado. Entre as possíveis áreas de sua atuação profissional, destacam-se:

CARGOS	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	FORMA DE INGRESSO
DELEGADO DE POLÍCIA	<p>Investiga e prende criminosos; Garante a segurança jurídica, evitando que os cidadãos sejam presos injustamente; Chefia as Delegacias de Polícia e coordena os trabalhos de expedição de documentos de trânsito e de identificação de pessoas; Ouve pessoas e determina a realização de perícias criminais; Requer ao Juiz mandados de prisão e busca e apreensão, medidas protetivas, interceptações telefônicas, quebra de sigilos telefônicos, bancários e fiscais, entre outros; Organiza um conjunto de provas para que o Estado possa processar, julgar e punir criminosos por meio do Poder Judiciário; Representa a polícia Civil perante a sociedade.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico; Necessária formação em curso superior de Direito; Treinamento na Academia de Polícia Civil.</p>
DEFENSOR PÚBLICO	<p>A principal função deste servidor é prestar serviços para de assistência jurídica para a população que não possui condições de arcar com este curso, ou seja, ele deve defender todo e qualquer cidadão em processo criminal, incluindo crianças e adolescentes. O Defensor Público também pode ingressar com Ação Civil Pública a favor de toda a população.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico. Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
PROMOTOR DE JUSTIÇA	<p>O promotor de justiça tem como principal objetivo defender a sociedade e seus interesses. Ele atua como um fiscal da lei e pode entrar em ação caso queira investigar suspeitas de crimes como desvio de recursos públicos; Além da Justiça comum, promotores também estão presentes na Justiça especial - militar, Eleitoral e do Trabalho.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico; Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR	<p>Auxilia os Comandantes de Companhia nas Unidades Operacionais; Comanda frações de tropa empregadas em operações policiais militares; Orienta e instrui os Sargentos, Cabos e Soldados; Supervisiona a atuação do pessoal no policiamento;</p>	<p>Aprovação em concurso público específico; Necessária formação em curso superior de Direito; Treinamento na Academia de Polícia militar.</p>

CARGOS	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	FORMA DE INGRESSO
	<p>Zela pela boa apresentação do pessoal e pelo bom estado de conservação dos meios materiais destinados à atuação da companhia;</p> <p>Relaciona-se diretamente com o público buscando apoio ao policiamento;</p> <p>Representa, na condição de Oficial de Dia, o Comandante da Unidade nos horários fora do expediente, particularmente no que se refere ao policiamento.</p>	
<p>PROCURADOR DE JUSTIÇA ESTADUAL</p>	<p>O Procurador de Justiça tem múltiplas atribuições. Atua como fiscal da lei junto aos Tribunais de Justiça, pugnando por sua correta aplicação no sistema de revisão das decisões de primeiro grau, inclusive interpondo recursos ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal;</p> <p>A atuação poderá ser na área cível ou criminal;</p> <p>No aspecto cível destacam-se os pareceres sobre direito de família, propriedade, tributários, mandados de segurança, temas fazendários, bem como os feitos de interesse institucional;</p> <p>Na disciplina penal e processual penal, destacam-se os pareceres que analisam a correta fixação da pena, o regime de cumprimento, os habeas corpus, o exame da prova do crime, tipicidade, autoria, culpabilidade, e diversos aspectos processuais.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
<p>JUIZ DE DIREITO</p>	<p>Materializa a atividade jurisdicional do Estado, sendo na prática a pessoa física que dá efetividade a uma das três parcelas da tripartição estatal: o poder judiciário;</p> <p>Julga conflito de interesses entre pessoas, das mais variadas espécies: privado vs. Privado; público vs. Público; entre pessoas físicas e pessoas jurídicas;</p> <p>Demanda grande experiência de vida, para ter condições de julgar a vida de outras pessoas.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito;</p> <p>Haver exercido atividade jurídica pelo período mínimo de três anos.</p>
<p>DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL</p>	<p>Exerce a atividade policial no combate aos crimes praticados em detrimento do patrimônio e serviço da União Federal, destacando-se ainda o policiamento de fronteiras e o combate ao tráfico internacional de entorpecentes.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
<p>PROCURADOR DE JUSTIÇA FEDERAL</p>	<p>Representação judicial e extrajudicial da União quanto às suas atividades descentralizadas a cargo de autarquias e fundações públicas, bem como a representação judicial e extrajudicial dessas entidades;</p> <p>As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à União, em</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>

CARGOS	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	FORMA DE INGRESSO
	<p>suas referidas atividades descentralizadas, assim como às autarquias e às fundações federais;</p> <p>A apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;</p> <p>A atividade de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados.</p>	
PROMOTOR DE JUSTIÇA FEDERAL	<p>Exercer a fiscalização dos estabelecimentos que abrigam idosos, inválidos, menores, incapazes e pessoas com deficiências, supervisionando lhes a assistência;</p> <p>Exercer o controle externo das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais;</p> <p>Assistir as famílias atingidas pelo crime e defender-lhes os interesses; exercer o controle externo da atividade policial;</p> <p>Receber petições, reclamações e representações de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados na Constituição Federal e nas leis.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL	<p>O Defensor Público Federal atua na defesa dos hipossuficientes, na esfera federal, seja judicial ou extrajudicialmente, perante os órgãos jurisdicionais federais, prestando assistência jurídica integral e gratuita às pessoas que não têm condições de custear sua defesa.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
JUIZ FEDERAL	<p>Sua atribuição é julgar as ações em que a União, suas autarquias e empresas públicas federais são, de alguma forma, interessadas. Bem como outros temas, tais como direito indígena, as causas referentes à nacionalidade e à naturalização e a execução de sentença estrangeira, causas que envolvam Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
JUIZ DO TRABALHO	<p>Atua nas Varas do Trabalho e forma a 1ª instância da Justiça do Trabalho. É competente para julgar todos os litígios que envolvam relações trabalhistas, pela execução de incidentes processuais e pela adoção de medidas administrativas, sempre relacionadas a atividade laboral.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
PROMOTOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	<p>Exigir o cumprimento das leis trabalhistas por parte dos empregados e empregadores;</p> <p>Promover as ações que lhe sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas;</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>

CARGOS	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	FORMA DE INGRESSO
	<p>Defender os direitos e interesses coletivos, tais como:</p> <p>Emitir parecer nos processos trabalhistas quando entender existente interesse público que justifique sua intervenção;</p> <p>Defender os direitos difusos;</p> <p>Defender os direitos individuais homogêneos dos trabalhadores, como por exemplo, a despedida coletiva de determinada categoria de trabalhadores;</p> <p>Combate ao trabalho escravo e ao trabalho forçado;</p> <p>Combate ao trabalho infantil.</p>	
ADVOGADO LIBERAL	<p>O advogado pode ser profissional liberal, quando mantém seu próprio escritório de advocacia, ou mantém o escritório em sociedade com outros;</p> <p>O advogado é o profissional que defende os interesses de seus clientes com base nas leis vigentes no País. Ele pode representar tanto pessoas físicas como pessoas jurídicas (empresas, organizações).</p>	<p>Aprovação no Exame de Ordem;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
ADVOGADO EMPREGADO	<p>Pode ser empregado, quando desenvolve a atividade com um vínculo empregatício em uma empresa (advocacia de partido), ou em algum escritório de advocacia;</p> <p>Na condição de empregado, contratado para atender os serviços internos da empresa.</p>	<p>Aprovação no Exame de Ordem;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
CONSULTOR JURÍDICO	<p>Todo tipo de consultoria é a prestação de serviços de auxílio à determinada área. Já o consultor jurídico, presta consultoria para empresas relacionadas com a área de Direito. Assim como qualquer outra profissão, esse profissional pode escolher e se especializar em diversas áreas do Direito.</p>	<p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
PROCURADOR MUNICIPAL	<p>O Procurador do Município é o profissional da área jurídica que possui, basicamente, as atribuições de representar, judicial e extrajudicialmente, o Município, bem como promover o assessoramento jurídico da Administração Pública Municipal, direta e indireta.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
PROCURADOR DE ÓRGÃO E AUTARQUIAS	<p>O procurador de órgãos e autarquias é responsável pela defesa dos interesses da instituição ao qual pertence, elabora pareceres, avalia documentos e contratos.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
TITULAR DE CARTÓRIO	<p>Registro Civil de Pessoas Naturais;</p> <p>Registro Civil de Pessoas Jurídicas;</p> <p>Registro de Títulos e Documentos;</p> <p>Registro de Imóveis;</p>	<p>Seleção por Concurso Público;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito</p>

CARGOS	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	FORMA DE INGRESSO
	<p>Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos de Dívida;</p> <p>Tabelionato de Notas;</p> <p>Ofícios e Tabelionatos de Registros Marítimos;</p> <p>Ofícios de Registro de Distribuição.</p>	
OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL	<p>Sua principal atribuição é garantir o cumprimento de mandados judiciais, ou seja, fazer cumprir as ordens determinadas pelos juízes. Por esse motivo, são considerados <i>longa manus</i> do poder judiciário, expressão em latim que significa "mão longa". Ou seja, o oficial de justiça funciona como a mão do juiz fora do fórum. Intimações, citações, reintegrações de posse e buscas e apreensões são algumas das atividades realizadas por um oficial de justiça.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
OFICIAL DE JUSTIÇA FEDERAL	<p>Responsável por comunicar e entregar: Citações; Intimações; Penhoras; Prisões;. Reintegrações de posse de bens móveis e imóveis; Imissões de posse; Manutenções de posse; Buscas e apreensões de bens e de pessoas; Arrestos; Despejos compulsórios;</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p>
DIPLOMATA	<p>O profissional busca solucionar conflitos que envolvam os interesses do país, negocia acordos comerciais, culturais e militares e conduz a política externa em diversos outros setores, tais como preservação do meio ambiente, proteção dos direitos humanos, expansão da tecnologia aplicada, etc.</p> <p>O diplomata pode seguir também pela área comercial, Neste segmento, os diplomatas estabelecem contatos frequentes com empresários da agropecuária, comércio, indústria e serviços, procurando ampliar as oportunidades de negócios no exterior e também orientar a captação de investimentos.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Necessária formação em curso superior de Direito;</p> <p>Mestrado no Instituto Rio Branco (órgão subordinado ao Ministério das Relações Exteriores).</p>
DOCENTE	<p>É um profissional capacitado a dar aulas em instituições de ensino superior (universidades, faculdades, centros universitários) públicas e privadas;</p> <p>Ministra aulas, prepara o material didático das aulas de Direito conforme orientação e conteúdo previamente distribuído, aplica provas, desenvolve trabalhos em aula e esclarece dúvidas;</p> <p>O papel de produtor e disseminador de conhecimento do professor/pesquisador inclui a apresentação de trabalhos em congressos e seminários, realização de palestras e a publicação de artigos e livros científicos.</p>	<p>Necessária formação em curso superior de Direito;</p> <p>Especializações e titulações, como mestrado e doutorado, rendem gratificações (na rede pública) e maiores salários (na rede privada).</p>

CARGOS	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	FORMA DE INGRESSO
TÉCNICO DO JUDICIÁRIO	<p>O técnico judiciário atua em órgãos públicos como os tribunais. Entre os existentes, Tribunal de Justiça (TJ); Tribunal Regional do Trabalho (TRT); e Tribunal Regional Eleitoral (TRE) figuram como os principais.</p> <p>Este profissional é responsável pelas atividades gerais dos órgãos dos quais fazem parte, como digitação de documentos, elaboração de certidões e relatórios, atendimento ao público, recursos humanos, materiais orçamentários e financeiros, entre outras atividades de apoio.</p> <p>O técnico será submetido às atividades de nível intermediário referentes à execução de tarefas de sua área de apoio como: execução de tarefas judiciárias, tramitação dos feitos, realização de abertura e encerramento de audiências, comunicação com as partes (dos advogados e das testemunhas), e à guarda e conservação de bens e processos e outras atividades judiciárias correlatas.</p>	<p>Aprovação em concurso público específico;</p> <p>Para ser Técnico Judiciário é necessária uma formação de nível médio. Dependendo do órgão, é preciso uma formação em algum curso específico.</p>
ASSESSOR DE GABINETE	<p>Atividades relacionadas ao assessoramento dos magistrados, tais como: exame de autos e papéis; pesquisa de doutrina, legislação e jurisprudência; redação de minutas de despachos e decisões; recepção e atendimento de partes e advogados. Como por exemplo:</p> <p>Elaborar estudos, pesquisas, projetos de voto, minutas de decisões unipessoais (art. 557 do CPC e tutelas de urgência) e de despachos diversos, sob a supervisão e orientação do secretário jurídico;</p> <p>Recepcionar e atender partes e advogados quando não houver necessidade de que o contato se dê diretamente com o desembargador ou juiz de direito de segundo grau;</p> <p>Executar atividades administrativas inerentes à sessão de julgamento, supervisionadas pelo secretário jurídico;</p> <p>Executar atividades administrativas em geral.</p>	<p>Necessária formação em curso superior de Direito.</p> <p>Os Tribunais definem as atribuições dos cargos comissionados de oficial de gabinete, secretário jurídico, assessor jurídico e assessor de gabinete, lotados nos gabinetes de desembargadores e juizes de direito de segundo grau do quadro de pessoal do Poder Judiciário.</p>

5.3 OBJETIVOS DO CURSO

A Faculdade Promove de Sete Lagoas - tem por missão institucional "*Oferecer serviços educacionais de excelência visando à formação de cidadãos autônomos e conscientes que possam*

ser empreendedores e agentes de transformação e da realidade na qual estão inseridos, protagonistas da formação do conhecimento e profissionais afinados com as exigências do mundo contemporâneo”, e é concebido com base nos novos paradigmas trazidos pela legislação de ensino vigente, em especial a Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

Nesse sentido, o ensino jurídico no âmbito do Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas está essencialmente alicerçado em uma perspectiva humanista, generalista, cidadã e ética, na qual a formação acadêmica apoiar-se-á em conhecimentos teóricos relacionados às diversas disciplinas oferecidas, associados a real prática forense.

Os egressos deste curso irão adquirir, assim, sólido conhecimento interdisciplinar, sendo que tal interdisciplinaridade não será exterior à dogmática jurídica, mas, por certo, processar-se-á no interior desta, estando presente em todas as disciplinas, sendo desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares e intercursos por meio de projetos, programas e ações de extensão.

Ao optar-se por referido fio condutor interdisciplinar e transdisciplinar, este Curso de Direito assume, perante a comunidade, postura comprometida com uma qualificação ao mesmo tempo técnica e política de seus egressos, preparados para o pleno e competente exercício das profissões jurídicas públicas e privadas e para uma adequada ação de cidadania. Formam-se, então, profissionais e cidadãos comprometidos com a eficaz solução dos litígios, com a prevenção dos conflitos, com a busca de respostas éticas e interdisciplinares às transformações da história e do País.

É preciso, pois, além da sólida formação jurídica, idêntica formação histórica, sociológica, econômica, política, crítica etc. A linha que permeará o Curso de Direito, por isso, além da preparação de profissionais habilitados ao exercício competente de todas as carreiras jurídicas, buscará preparar cidadãos conscientes e comprometidos com os problemas de seu tempo, com o conhecimento de sua realidade local.

Diante desse aspecto, o Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas se afirma, perante a comunidade, como verdadeiro espaço público não estatal, com projetos integrados de

docência, pesquisa e extensão, não apenas entre as disciplinas existentes no curso, mas também com os demais cursos existentes na IES, o que implica a definição do perfil docente, com qualificação de excelência para o magistério e a pesquisa nitidamente interdisciplinar, relevante e criadora.

5.3.1 GERAL

Alinhado ao perfil do egresso desejado o curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas apresenta os seguintes objetivos gerais:

- Formar cidadãos críticos conscientes de seu papel social e profissional aptos para entenderem o contexto econômico-social e político-jurídico e atenderem as demandas sociais e do mundo atual, onde o Direito é produto da sociedade, mas, também, instrumento transformador;
- Proporcionar a formação humanística e o desenvolvimento do pensamento reflexivo fundados na valorização do meio ambiente e dos espaços públicos, do Direito Público e das garantias constitucionais do cidadão a partir de uma visão plural do homem e da sociedade, e que tenha como finalidade básica a realização plena da democracia, o bem comum e o desenvolvimento econômico sustentável;
- Promover e encorajar o estudo do Direito, articulando-o com a agenda das questões locais;
- Conduzir o ensino do Direito integrando-o a outros campos de saber e em sintonia com novas demandas do mercado de trabalho, para propiciar aos formandos inserção em novos segmentos profissionais;
- Realizar e incentivar estudos, investigação científica e pesquisas em Direito, articulando-os a campos de saber correlatos, bem como com os demais cursos existentes na IES;
- Promover a divulgação de conhecimentos em Direito, por meio de publicações acadêmicas ou de outras formas de comunicação;
- Estimular o conhecimento e o debate da atualidade em uma visão global, dando ênfase a questões nacionais, regionais e locais.

5.3.2 ESPECÍFICOS

São objetivos específicos do Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas:

- Propiciar ao acadêmico formação geral técnico-jurídica adequada permitindo sua capacitação para o exercício das diferentes profissões jurídicas, com flexibilidade para sua formação adicional dentro das diversas temáticas que abrangem os Direitos Humanos, a Sustentabilidade socioambiental e o Desenvolvimento, sem prejuízo de conferir-lhe a capacitação que possibilite prosseguir nos estudos em horizontes que complementem esta formação;
- Permitir ao acadêmico refletir sobre os critérios de criação, interpretação e fundamentação das decisões jurídicas na perspectiva interna e global do sistema jurídico;
- Promover interdisciplinaridade como pressuposto fundamental da formação e da atuação político-jurídica contemporânea, e da compreensão da realidade e do fenômeno jurídico para fundamentar a atuação num mundo concebido de forma integral;
- Permitir ao acadêmico o acesso a outras disciplinas específicas, jurídicas ou não, capazes de aprofundar a formação específica e preconizada para o Curso.

5.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O profissional egresso do curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas por meio de uma sólida formação geral e humanística encontra-se capaz de analisar e articular conceitos e argumentos, interpretar e valorizar os fenômenos jurídicos e sociais. Além de adotar uma postura reflexiva e exercer a visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, que favoreça a aptidão para uma aprendizagem autônoma, dinâmica e continuada.

A formação do acadêmico do curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas está voltada para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania baseado nos preceitos éticos que regem a coletividade, compreendendo:

- a) Atuação para a cidadania, de forma a exercer as atividades jurídicas, de extensão, audiências públicas, simpósios e parcerias com autonomia, criatividade, ousadia, espírito crítico e investigativo, sempre com a capacidade técnica e sensibilidade social;
- b) Formação profissional generalista, capaz do exercício competente das atividades jurídicas;
- c) Compromisso com a realidade regional, de forma sensível aos problemas sociais, econômicos, ambientais, agrários e políticos;
- d) Formação humanista e ético-profissional, para que possa compreender o espaço e a responsabilidade social que lhe são inerentes;
- e) Atuação criativa do Direito, com capacidade de promover investigações científicas de forma a inovar e criar respostas às proposições oriundas do labor jurídico;
- f) Atuação como um cientista social, adotando investigação, análise e critérios de sistematização para a correta compreensão do objeto da sua atividade de comunicação e argumentação.

5.5 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Direito, o bacharel em Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas tem as seguintes habilidades e competências:

- a) leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico jurídicas;
- b) interpretação e aplicação do direito;
- c) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito;
- d) adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- e) correta utilização da terminologia jurídica ou da ciência do direito;
- f) utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

g) julgamento e tomada de decisões; e,

h) domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

5.5.1 FORMAÇÃO GERAL

Sabedores do papel do educador, responsáveis que somos pela formação do acadêmico como cidadão e engajados no processo educacional e na transformação a realidade local. Este aspecto será destacado no decorrer do curso, no NPJ e por meio de prestação de serviços intra e extramuros, serviços comunitários, campanhas de educação em escolas, empresas, dentre outras. Em todas estas situações de relação interpessoal e com a comunidade, o acadêmico será estimulado a criar um grau de consciência, ressaltando aspectos éticos, respeito e compreensão, capazes de não permitir que valores ético-morais sejam substituídos por valores menores. O respeito mútuo entre colegas, professores, acadêmicos e colaboradores serão permanentemente observados e exigidos.

5.5.2 FORMAÇÃO CIENTÍFICA

O acadêmico será estimulado constantemente em todos os períodos a buscar a leitura, interpretação e mesmo para a produção de trabalhos científicos. Assim, buscamos desenvolver um sentido crítico de análise formas de argumentação e conseqüentemente, formas de verbalização. Participação em seminários, discussões de casos serão também estimuladas, bem como atividades científicas extracurriculares que promovam a educação continuada.

5.5.3 FORMAÇÃO TÉCNICA

A formação técnica objetiva a aquisição de habilidades, competências e atitudes para a execução do exercício profissional. A formação técnica desenvolvida no curso de Direito buscará adequar a tecnologia recente e sofisticada à realidade da futura atuação profissional. Os acadêmicos serão incentivados a buscar subsídios para seu crescimento pessoal, desenvolvendo habilidades em computação, pesquisa, interpretação e aplicação de dados.

Princípio e fim do Direito, o valor máximo da Justiça não será apenas transmitida em aulas aos acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas, mas também se revelará em consistente política de desenvolvimento institucional desta IES por meio da implementação de uma educação superior inclusiva, que se preocupa em incorporar, de forma igualitária, a todos, sem distinção, que desejem integrar o corpo discente desta Instituição.

Essa política institucional de educação inclusiva é condizente com a emergência, a partir do final do século passado, da concepção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. Com essa concepção, se fortalecerá a crítica às práticas segregacionistas de acadêmicos isolados em ambientes especiais, bem como o questionamento dos modelos de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares.

5.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O ingresso no curso dá-se mediante processo de seleção. As inscrições para os processos seletivos são divulgadas em edital, juntamente com o manual, no qual consta os cursos oferecidos, com as respectivas vagas de acordo com cada modalidade de ingresso, os prazos de inscrição, a relação e o período das provas, testes, entrevistas ou análise de currículos, os critérios de classificação e desempate e demais informações necessárias ao candidato.

A Faculdade Promove de Sete Lagoas apresenta as seguintes modalidades de ingresso:

Vestibular - direcionado aos candidatos que concluíram o ensino médio em instituições públicas e privadas de ensino.

Programa Universidade para Todos / ProUni - destinado aos candidatos de baixa renda, sendo concedidas bolsas de estudos. Os critérios de seleção são definidos pelo Ministério da Educação.

Ação PROMOVE - Processo seletivo destinado a candidatos de baixa renda que comprovadamente, tenham concluído o ensino médio em escolas da rede pública. Mais um compromisso da instituição com o desenvolvimento social. Os primeiros colocados no Processo

Seletivo, que é exclusivo para tal fim, receberão bolsas de 25% a 90% de desconto na mensalidade.

Os candidatos também poderão ingressar no curso por meio de **transferências internas e externas e obtenção de novo título**. No caso de transferências, o aluno deverá apresentar a documentação solicitada. Em relação à obtenção de novo título, a documentação solicitada consiste em diploma original, histórico escolar e programas das disciplinas cursadas. As solicitações, tanto de transferências quanto de obtenção de novo título, serão analisadas conforme a disponibilidade de vagas para o curso pretendido.

6 APOIO AO DISCENTE

6.1 NÚCLEO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICA

A Faculdade Promove de Sete Lagoas possui o Núcleo de Atendimento Psicopedagógica (NAP) preparado para atender aos discentes em toda a sua trajetória acadêmica, também os docentes e colaboradores da IES. Visa proporcionar meios para a formação integral, cognitiva, relação intra e interpessoal e inserção profissional e social.

O NAP conta com uma equipe que trabalha de forma integrada às coordenações de curso e outros setores da IES buscando mediar e solucionar, junto aos docentes e discentes, eventuais situações que necessitem de atendimento.

A Faculdade Promove de Sete Lagoas considera o acadêmico um ator social importante na construção e consolidação de uma Instituição cidadã. Por este motivo, a Faculdade Promove de Sete Lagoas conta com Pedagogos e Psicólogos sob orientação da Diretoria Acadêmica como os responsáveis pelo planejamento, pela coordenação, pelo acompanhamento e pela orientação do trabalho escolar, visando à qualidade da relação ensino-aprendizagem.

A orientação pedagógica se faz de forma permanente através do contato direto com professores, coordenadores, pais e acadêmicos oferecendo, também, oportunidades de capacitação continuada dirigida ao corpo docente e de trocas de experiências apresentando assim uma política de apoio pedagógico que deve assegurar ao acadêmico da Faculdade Promove de Sete Lagoas adequadas condições de estudo e trabalho intelectual, por meio de programas que atendam suas necessidades acadêmicas, culturais, sociais e econômicas, contribuindo para a sua formação.

Ações do NAP

Recepção de calouros e veteranos - Aula Inaugural para apresentação da IES e seu setores.

Incentivo a recepção por parte dos cursos e seus veteranos, premiando aqueles que melhor organizarem e receberem os calouros.

Tutoria - Acompanhamento do processo ensino aprendizagem e frequência dos alunos em conjunto com a assessoria acadêmica. Monitoramento das dificuldades que afetam a continuidade e desempenho no curso.

Representantes de Turma – Acompanhamento dos estudantes eleitos pela turma com os seus representantes, oferecendo-lhes apoio, orientação e desenvolvimento de competências de liderança que facilitarão o exercício do seu papel no contexto acadêmico.

Nivelamento - Acompanhamento do aprendizado dos alunos com dificuldade por meio do nivelamento para os alunos do 1º e 2º períodos, que durante o semestre tem aulas de matemática e português.

Comissão Permanente ENADE - Trabalho conjunto e permanente com o NAQUE e Coordenação de Curso a fim de propiciar a engajamento sensibilização e preparo dos estudantes.

Atendimento Educacional Especializado – AEE – Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, oferecendo metodologias e condições para o AEE.

O Núcleo de Orientação Psicopedagógica vem a cada ano aprimorando e estendendo sua área de atuação, visto que os sujeitos são múltiplos e é necessário considerar os tempos, espaços e

saberes próprios dessa etapa da educação. É necessário considerar as potencialidades e dificuldades comuns ao processo de ensino aprendizagem, orientando-lhes no redirecionamento de seus estudos e criando metodologias de acordo com as necessidades individuais, sem perder de vista o grupo.

Dessa forma, o NAP pretende nos próximos anos consolidar os princípios éticos e humanistas na formação acadêmica de nossos alunos, desenvolvendo programas e projetos de integração social e acadêmica. Articulando a prática da formação em contexto social e comunitário e estimulando ações de formação que promovam a valorização e o respeito à diversidade.

Para o desenvolvimento do discente são previstas ações para o acompanhamento e apoio aos alunos em conjunto com o NAQUE, o Núcleo de Extensão e o Centro de Pesquisa. As principais ações e programas previstos para o atendimento de discentes são o apoio pedagógico e os estímulos à permanência.

6.2 APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS

Os alunos do Curso de Direito são estimulados a participar de diversos eventos com apoio da Instituição. Estes eventos são de caráter científico e tecnológico, particularmente, quando da apresentação de trabalhos científicos. Para tal, a Mantenedora contribui com auxílio parcial ou total mediante solicitação demandada em formulário próprio e de acordo com as condições estabelecidas pelo setor.

A Faculdade Promove de Sete Lagoas tem como missão estimular a realização de seminários internos sobre tópicos de pesquisa de interesse da região, que possam também ser oferecidos à comunidade sob a forma de extensão. Esses seminários têm a participação de docentes e discentes da instituição em mesas redondas, juntamente com convidados externos.

Para enriquecimento das atividades de ensino a instituição realiza periodicamente eventos Acadêmico-Científico-Culturais, com a participação dos acadêmicos e docentes. Dentre os quais

podemos citar: Mesas Redondas; Oficinas; Visitas Técnicas; Palestras; Congressos; Jornadas Culturais e Acadêmicas, apresentação de pôsteres, entre outros.

6.3 APOIO PARA DIVULGAÇÃO DAS PRODUÇÕES DISCENTES

A Faculdade Promove de Sete Lagoas estimula a publicação através do apoio às publicações científicas apresentadas em seus eventos oficiais o que possibilita a publicação e divulgação das produções científicas da comunidade acadêmica e comunidade externa. Os trabalhos dos alunos de extensão, monitoria, iniciação científica e estágio supervisionado são divulgados através de jornal O Norte, folders, murais, página da Internet, TV e Rádios locais próprios ou em parceria com a IES, revistas científicas da IES, Editora da rede em parcerias, assim como por meio de eventos próprios que contribuem para a divulgação das produções.

6.4 APOIO FINANCEIRO

BOLSAS DE ESTUDO

Para efeito de concessão de bolsas, são observados os critérios estabelecidos no plano de carreira docente, obedecendo às disponibilidades financeiras da Faculdade Promove de Sete Lagoas e o interesse da Instituição em ter o seu docente/administrativo vinculado a um curso em outra escola ou no programa interno de capacitação.

BOLSAS ACADÊMICAS

A Faculdade Promove de Sete Lagoas trabalha com o sistema de Bolsas de Trabalho ou de Administração, ou seja, estágio remunerado com alunos interessados em prestar serviço à instituição.

FIES

O Programa de Financiamento Estudantil - FIES destina-se ao estudante, regularmente matriculado em curso de graduação não gratuito e que não tenha condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. A Faculdade Promove de Sete Lagoas, preocupada em oferecer um Programa de Apoio ao estudante, prioritariamente, aos alunos de baixa renda, se cadastrou para participar do FIES e oferecer aos alunos condições de prosseguir com sua formação acadêmica.

PROUNI

O ProUni - Programa Universidade para Todos é um programa de bolsas de estudo institucionalizado pela Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que possibilita o acesso de jovens de baixa renda à educação superior. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Como forma de contribuir para o aumento do acesso dos jovens carentes à Educação Superior, a Faculdade Promove de Sete Lagoas integra o PROUNI.

AÇÃO PROMOVE

Processo seletivo destinado a candidatos de baixa renda que comprovadamente, tenham concluído o ensino médio em escolas da rede pública. É mais um compromisso da instituição com o desenvolvimento social. Os primeiros colocados no Processo Seletivo, que é exclusivo para tal fim, recebem bolsas de 50% a 90% de desconto na mensalidade.

6.5 MONITORIAS

A Monitoria do curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas é oferecida por meio de seleção com edital publicado pela Instituição aos discentes no período estabelecido no edital.

Tem como objetivos:

- Assegurar a cooperação didático-pedagógica entre discentes, docentes e corpo técnico científico;
- Proporcionar aos alunos de graduação a possibilidade de otimizar o seu potencial acadêmico, assegurando a formação de profissionais mais competentes;
- Promover a melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que permitam a interação do corpo docente e discente da instituição com o programa;
- Criar condições para a iniciação da prática da docência, através de atividades de natureza pedagógica, desenvolvendo habilidades e competências próprias desta atividade;
- Propor formas de acompanhamento dos discentes em suas dificuldades de aprendizagem;
- Contribuir, através da formação de monitores.

6.6 MECANISMOS DE NIVELAMENTO

A Faculdade Promove de Sete Lagoas, comprometida com a aprendizagem dos estudantes, implementou o Programa de Nivelamento discente, cujos objetivos são:

- Oferecer, através de disciplinas especiais conteúdos básicos e complementares a todos os cursos da instituição;
- Promover a ampliação de conhecimentos por meio da constante atualização do processo formativo;
- Contribuir para a flexibilização curricular e
- Possibilitar o exercício da reflexão em grupos heterogêneos quanto à formação básica e complementar.

As disciplinas de nivelamento discente propiciam o acesso aos conhecimentos básicos em disciplinas fundamentais ao desenvolvimento dos estudos acadêmicos, contemplando as áreas de linguagens e códigos, matemática, ciências da natureza e humanas e suas respectivas

tecnologias, de forma que os discentes acompanhem os estudos acadêmicos, sendo ofertadas nos dois primeiros períodos.

Já as disciplinas de Formação Complementar, ofertadas a partir do terceiro período, favorecem a complementaridade e atualização dos conhecimentos necessários ao acadêmico nas diversas áreas de formação. Vale ressaltar que são ofertadas a cada semestre, sem custos para os alunos e os programas, conteúdos e metodologias de cada disciplina, utilizam práticas didáticas inovadoras que estimulam a aprendizagem de forma diferenciada.

6.7 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A Faculdade Promove de Sete Lagoas faz o acompanhamento dos alunos egressos por meio do desenvolvimento de projetos específicos, priorizando os seguintes objetivos:

- Caracterizar o perfil do egresso para subsidiar o aperfeiçoamento e desenvolvimento curricular;
- Possibilitar a criação de uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos;
- Promover um relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos, visando o aperfeiçoamento profissional;
- Acompanhar e discutir as trilhas profissionais – carreira dos egressos;
- Programas de Educação Continuada, através das Pós-Graduações ofertadas pela IES.

6.8 MOBILIDADE ENTRE INSTITUIÇÕES

A IES pertence a um grupo educacional constituído por diversas instituições de ensino como universidade, centros universitários e diversas IES isoladas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Goiás e Espírito Santo.

O relacionamento entre as instituições do grupo permite um diálogo acadêmico permanente no sentido de melhorias para cada unidade. No mesmo sentido, há previsão e disposição para se

criar um intercâmbio entre alunos e professores, enriquecendo mutuamente as experiências acadêmicas, profissionais e sociais

O Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional (intercâmbio estudantil, através de convênios de cooperação mútua), permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na IES, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições.

Somente é permitida a participação do estudante no Programa, quando atendidos os seguintes requisitos:

- Existência de convênio entre as Instituições de Ensino Superior;
- Ter integralizado todos os componentes curriculares dos 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres do 1º (primeiro) ano do curso;
- Possuir, no máximo, uma reprovação por semestre;
- Ter um plano de atividades aprovado pelo NDE;
- Ter autorização das Instituições de Ensino Superior envolvidas.

O discente participante desse Convênio tem vínculo temporário com a Faculdade Promove de Sete Lagoas. O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI prevê que o Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente da Faculdade Promove de Sete Lagoas cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária, de acordo com as regras do Convênio e da Instituição receptora.

6.9 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

As organizações estudantis são estruturadas pelos próprios alunos, fazendo com que eles assumam diferentes desafios e enriqueçam suas experiências ao longo do curso; pois a formação profissional do acadêmico vai além do conhecimento adquirido em sala de aula. Na sua maioria, a participação é voluntária.

Através dessas atividades, os alunos se expõem a diferentes problemas e situações não previstas, pois desenvolvem projetos sociais, projetos de consultoria, ações de integração com a sociedade, atividades esportivas, eventos, entre outras.

Nos cursos de graduação ofertados pela Faculdade Promove de Sete Lagoas existem duas organizações: a Atlética e a Liga Acadêmica.

Atlética: associação esportiva organizada pelos cursos, a qual organiza campeonatos esportivos internos, selecionam equipes das mais diversas modalidades, e organizam eventos.

Ligas Acadêmicas: São grupos de estudo formados por alunos e por um professor-coordenador, os quais se reúnem semanalmente; e tem como objetivo estudo de temas específicos e formação de líderes.

6.10 NÚCLEO DE INOVAÇÃO ACADÊMICA - NINA

O NINA - Núcleo de Inovação Acadêmica é o órgão responsável pela coordenação administrativa, didático-pedagógica, supervisão e execução das atividades que envolvam as ações relativas à inovação no ensino, aprendizagem e pesquisa da instituição, na graduação, na extensão e que tem como objetivo desenvolver ações que reflitam a abrangência de sua área de trabalho.

O NINA atua com os seguintes objetivos:

- Criar, implementar, coordenar e desenvolver a cultura institucional de inovação na educação;
- Contribuir com o desenvolvimento e oferta de cursos na modalidade a distância e/ou o emprego dessa modalidade em cursos presenciais, conforme a legislação em vigor, alinhado com estratégias sustentáveis e inovadoras no cenário da educação superior; atuando em sincronia com a Diretoria Acadêmica e demais setores da IES;
- Contribuir por meio do aperfeiçoamento contínuo da comunidade acadêmica, incorporando recursos tecnológicos, cooperativos, especializados e favoráveis à inovação;

- Incentivar uma cultura institucional de inovação, propondo programas, cursos, ações e atividades que permitam trabalho, em rede, entre a comunidade acadêmica e instituições parceiras nacionais e internacionais viabilizando a promoção da educação superior alinhada ao contexto do contemporâneo.

São atividades da Coordenação do NINA:

- Propor, dirigir, orientar e coordenar as atividades do NINA;
- Coordenar ações relativas às novas metodologias dos processos de ensino e aprendizagem da IES; às metodologias ativas de aprendizagem, à capacitação da comunidade acadêmica com objetivos de criar projetos, processos, ambientes físicos e virtuais facilitadores da inovação;
- Elaborar em conjunto com a Diretoria Acadêmica, coordenações dos cursos e coordenações dos demais núcleos das IES, projetos que incorporem práticas inovadoras por meio das tecnologias e do trabalho em rede, que permitam desenvolver soluções com eficiência e conhecimento abrangentes;
- Incentivar o empreendedorismo inovador na educação, por meio a fomento à incubadoras de startups com soluções derivadas de pesquisas científicas, que possibilitem ações pertinentes para o benefício da sociedade;
- Propor e executar parcerias, convênios e ações estratégicas de cooperação institucional nacionais e internacionais, que incentivem ações inovadoras, e formação continuada na instituição.

6.11 NUCLEO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA -

NADC

A formação profissional do aluno passa pelo estudo de conteúdos necessários ao desempenho da profissão escolhida, pelas práticas para desenvolvimento das competências e habilidades necessárias e pela inserção desse aluno no mundo profissional, através dos estágios.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, o estágio é um componente curricular do Projeto Pedagógico dos cursos, devendo ser integrante da formação acadêmica profissional, como parte do processo ensino-aprendizagem, de articulação teórica e prática e como forma de interação entre as políticas de ensino, pesquisa e extensão da IES e as organizações que recebem os alunos como estagiários.

As atividades desenvolvidas em estágio oportunizam que estudantes conheçam com mais profundidade as especificidades da área onde pretendem trabalhar, estabelecendo, desta forma, a relação fundamental entre os conteúdos vistos em sala de aula e as rotinas e processos da sua futura profissão. O estágio facilita o ingresso de jovens profissionais no mercado de trabalho, pois amplia a sua experiência prática e tornam tangíveis assuntos que, geralmente, veem apenas em livros e em sala, mediados pela figura do professor.

O estágio permite que os alunos vivenciem experiências profissionais indispensáveis para o desenvolvimento de sua carreira. Além de adquirir experiência, conhece novos profissionais, vivencia situações de trabalho de sua futura profissão e ainda pode ser efetivado antes mesmo do término do curso.

Segundo a legislação vigente, o estágio, realizado pelos alunos, pode configurar-se como curricular (obrigatório ou extracurricular) e como não obrigatório ou extracurricular.

- Estágio curricular obrigatório é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma.

- Estágio não obrigatório ou extracurricular, é aquele realizado facultativamente pelo discente como forma de complementação profissional. Pode ser realizado a qualquer momento da graduação, desde que o aluno esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva no curso correspondente à sua área de atuação. E pode ser considerado como Atividade Complementar.

Os alunos que precisam realizar estágios obrigatórios são acompanhados por instrutores ou preceptores ou professores de estágio e coordenadores de curso. E alunos em estágio não-obrigatórios, serão acompanhados pelo Núcleo de Apoio e Desenvolvimento de Carreira, que é o órgão da IES responsável por cuidar do Estágio não obrigatório ou extracurricular.

O Núcleo de Apoio e Desenvolvimento de Carreiras funciona como um canal de integração entre o mercado de trabalho e os alunos e ex-alunos dos cursos da IES, provendo recursos que os auxiliam no processo de inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho, através de vagas de estágios, empregos e empreendedorismo dos estudantes e do mercado.

Atuará prioritariamente com o gerenciamento e divulgação de oportunidades profissionais, programas de trainees e estágios, com orientação individual ao planejamento de carreira, realização de palestras, processos seletivos e workshops sobre carreiras nas dependências da IES, interação por meio de redes sociais como o LinkedIn, Facebook e o Instagram e promoção de networking profissional para os alunos e ex-alunos por meio de programas específicos.

O Núcleo de Apoio e Desenvolvimento de Carreiras é o setor responsável por monitorar e estimular a progressão dos índices de trabalhabilidade de alunos e egressos. Para isso, busca ampliar a inserção de alunos em oportunidades de estágio e acompanhar a trajetória de egressos no mercado de trabalho oferecendo, em ambos os casos, aproximação com empregadores e orientações específicas de apoio em processos seletivos.

7 GESTÃO DO CURSO

7.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenadora do curso, Professora Roseli de Oliveira Silva, atua permanentemente na gestão estratégica deste, cuidando de todas as questões acadêmicas, zelando pelo bom e produtivo relacionamento entre docentes e discentes, além de planejar estratégias de captação e retenção de alunos, parcerias com organizações, projetos comunitários, culturais, eventos acadêmicos, visitas técnicas, atividades de nivelamento acadêmico e extensão, em parceria com os demais setores responsáveis por estas atividades, sempre com vistas ao enriquecimento da proposta de formação do curso e atendimento adequado às políticas institucionais.

A coordenadora atua também na condução do Núcleo Docente Estruturante assegurando a atuação permanente e satisfatória, deste núcleo, para o constante aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso com vistas à qualidade dos processos acadêmicos e formação do egresso de acordo com o que se propõe o curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas, tendo sempre em vista a legislação vigente.

A coordenadora do curso tem consciência de que não deve atuar somente como gestora de recursos e articuladora, mas também como gestor de potencialidades e oportunidades internas e externas. Portanto, ela é a primeira a favorecer e implementar mudanças que aumentem a qualidade do aprendizado contínuo, pelo fortalecimento da crítica e da criatividade de todas as pessoas envolvidas no processo, isto é, alunos, docentes, funcionários, corpo administrativo, corpo financeiro, entre outros.

Cabe a ela, também, incentivar a produção de conhecimentos neste cenário global de intensas mudanças, por meio da pesquisa e animar a comunidade acadêmica, para implementar ações solidárias que concretizem valores de responsabilidade social, justiça e ética. Da coordenadora espera-se o desenvolvimento de várias atividades capazes de articular todos os setores e fortalecer a coalizão do trabalho em conjunto, para incrementar a qualidade, legitimidade e

competitividade do curso, tornando-o um centro de eficiência, eficácia e efetividade rumo à busca da excelência. De acordo com o Regimento Interno da Faculdade Promove de Sete Lagoas, cabe ao coordenador de curso:

- Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente;
- Convocar e presidir as reuniões do NDE e do colegiado de curso;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas no(s) curso(s) sob sua responsabilidade;
- Sugerir a realização de cursos de graduação, especialização e extensão;
- Deliberar sobre pedidos de transferência e aproveitamento de estudos, ouvidos, quando for o caso, o professor responsável pela disciplina;
- Sugerir medidas que visem aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pela diretoria executiva;
- Representar o curso de graduação junto às autoridades externas e órgãos da IES;
- Supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores;
- Nomear o professor responsável pela disciplina;
- Julgar em grau de recurso, os pedidos de revisão de provas dos alunos;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e/ou confiadas pela Diretoria Acadêmica.

A coordenação de curso é apoiada:

- Pela Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA), a qual compete gerenciar a Avaliação Institucional baseada nas 10 dimensões definidas no SINAES e subsidiar a coordenação de curso com dados e informações que propiciem a melhoria das atividades do curso;

- Pela Biblioteca, a quem compete atender aos alunos e docentes nas solicitações de objetos de estudo e pesquisa, atualização de acervo etc.;
- Por um Núcleo Docente Estruturante (NDE), composto por 5 (cinco) professores incluindo o coordenador, o qual compete a reavaliação, implementação e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso, entre outros, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, identificação das necessidades profissionais e sociais, ampliando a relação do curso com a comunidade; Para suas atividades administrativas a coordenação de curso contará com um ambiente próprio equipado com mesa, armários, computador com conexão à internet, impressora e telefone;
- A coordenação será atendida pela Secretaria Acadêmica e por toda uma estrutura administrativa de apoio acadêmico baseada nesta secretaria. A natureza da gestão do colegiado é puramente acadêmica cabendo ao mesmo, conforme definido no Regimento Interno, a supervisão das atividades didáticas do curso, o que envolve o planejamento, acompanhamento da execução e a avaliação das atividades previstas na organização curricular. Todos os setores de apoio pautam suas atividades no cumprimento do PPC. Suas atividades estão voltadas tanto para o apoio aos docentes quanto aos discentes.

7.1.1 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E NA GESTÃO ACADÊMICA

A coordenadora do Curso é graduada em Direito, Mestre em Administração e Especialista em Educação à Distância, Direito do Trabalho e Direito Público. A formação da Coordenadora demonstra que adquiriu competências na sua trajetória de formação que a torna apta a desenvolver plenamente as ações previstas no projeto pedagógico do curso. A coordenadora do curso tem 19 anos de experiência como docente no magistério superior, 01 ano em coordenação de cursos de graduação e 28 anos de experiência profissional.

7.1.2 REGIME DE TRABALHO

A coordenadora do Curso atua em regime de trabalho integral.

7.1.3 ARTICULAÇÃO DA GESTÃO DO CURSO COM A GESTÃO INSTITUCIONAL

A Coordenadora do Curso realiza a integração do curso com o Núcleo Docente Estruturante – NDE e a Direção Acadêmica. Essa articulação passa pelo processo de comunicação via órgãos colegiados, possibilitado por mecanismos de gestão e controle acadêmico e pela disposição em promover mudanças dinâmicas e sistemáticas, sempre que fatores externos (legislação, novas tecnologias, oportunidades de convênios, avaliações externas) ou internos (avaliações internas, demandas de alunos e docentes, eventos, convênios, execução dos projetos e outros) demandem providências. Em conjunto com o Colegiado do Curso, atua para a definição das diretrizes gerais e específicas, bem como para o desenvolvimento e avaliação das atividades acadêmicas, em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso e o Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Promove de Sete Lagoas.

A Direção Acadêmica propõe atividades aos docentes para a supervisão das práticas didáticas, os Estágios Supervisionados, as Atividades Complementares, os Trabalhos de Conclusão de Curso, a avaliação do processo ensino-aprendizagem e os eventos acadêmicos. O Coordenador do Curso embasa seu processo de gestão em reuniões semestrais com os órgãos de colegiado docente e discente e com os membros do Núcleo Docente Estruturante - NDE.

O Coordenador, desde o início do Curso, contribui substancialmente, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante - NDE, para a elaboração e atualização do Projeto Pedagógico, das matrizes curriculares, ementas e conteúdos programáticos das disciplinas, analisando o processo ensino-aprendizagem e sua avaliação. Por esse motivo, se dedica ao cumprimento dos objetivos e da missão do curso, que é de contribuir para a formação e habilitação continuada de profissionais participantes do mercado de trabalho do advogado, desenvolvendo sua competência técnica com criatividade e inovação, com senso crítico, ético e empreendedor, para que possam atuar de forma socialmente responsável e contribuindo para sua realização pessoal, para o

desenvolvimento das organizações, utilizando suas potencialidades como atividade-fim para o desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico. Esta missão se efetiva em consonância com a filosofia educacional da IES, apontadas através de seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

7.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

A gestão do Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas é feita pelo Coordenador, com colaboração do Núcleo Docente Estruturante – NDE, que tem a responsabilidade de participar na formulação do projeto pedagógico do curso, implementar e desenvolver o PPC, além de acompanhar as ações previstas no projeto pedagógico do curso.

Em atendimento à legislação vigente, o Curso de Direito possui Núcleo Docente Estruturante, sendo composto por 5 (cinco) docentes do curso, com o coordenador. Atendendo a Resolução nº1, de 17 de junho de 2010. Ressalte-se que o NDE possui em sua composição 100% dos seus membros com titulação *stricto sensu* e 20% em regime integral. Os membros do NDE são nomeados através de Portaria Interna da Diretoria.

MEMBROS	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Roseli De Oliveira Silva	Mestre	Integral
Ana Flávia Machado de Oliveira	Mestre	Parcial
Giuliano Fernandes	Doutor	Parcial
Lohany Dutra Amorim	Mestre	Parcial
Philippe Rodrigues da Silva	Mestre	Parcial

O NDE desenvolve com qualidade as atividades destinadas ao núcleo, de acompanhamento e atualização do projeto do curso. O NDE conta com regulamento próprio e as reuniões acontecem duas vezes a cada semestre letivo, no mínimo, ou sempre que a Coordenação julgar necessário, tendo todos os seus registros feitos em atas.

Sua composição leva em consideração, além da titulação e do regime de dedicação do docente, o envolvimento do mesmo e a representatividade nas áreas de formação do curso.

São realizadas reuniões periódicas com os docentes a fim de discutir as práticas pedagógicas empreendidas nas disciplinas (avaliação, interdisciplinaridade, relação teoria e prática, entre outros), planejar eventos e estratégias metodológicas de aprendizagem. Tais reuniões acontecerão ordinárias e extraordinariamente quando se julgar necessário.

O NDE tem como objetivo proporcionar ao corpo docente um ambiente adequado à revisão e ao incremento de suas práticas pedagógicas.

Também procura identificar e encaminhar as questões relativas ao desempenho docente, especialmente quanto às condições de trabalho, à qualificação e à participação no desenvolvimento da instituição, visando à melhor dedicação e os melhores resultados da prática de ensino.

Conforme art. 2º da Resolução Nº 1/2010, acima mencionada, são as seguintes atribuições do NDE:

- I - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE é regido por Regulamento próprio.

7.3 COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso consiste num órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior da Faculdade Promove de Sete Lagoas, responsável pela discussão das políticas acadêmicas e de

sua gestão no projeto pedagógico do curso. É formado por todos os professores do curso e dois acadêmicos.

Para garantir a representatividade dos segmentos, é composto pelos seguintes membros:

- I. Coordenador de Curso (ou, na falta deste, pelo Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão), que é o presidente do Colegiado;
- II. Todos os docentes que ministram aulas no curso;
- III. um discente.

Os incisos I e II devem totalizar 70% do Colegiado, respeitando o artigo n.º 56 da LDB.

As competências e atribuições do Colegiado de Curso, assim como sua natureza, composição e seu funcionamento estão apresentadas em regulamento próprio.

De acordo com essa normativa, a periodicidade das reuniões é, ordinariamente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo seu Presidente, por iniciativa ou requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

Os registros das reuniões devem ser lavrados em atas, a serem aprovadas na sessão seguinte e arquivadas na Coordenação do Curso.

As decisões do Colegiado do Curso devem ser encaminhadas pelo coordenador ou demais envolvidos no processo, de acordo com sua especificidade ao órgão ou setor competente.

Compete a cada Colegiado de Curso:

- Conduzir e aprovar em primeira instância os trabalhos de reestruturação de Projeto Pedagógico do Curso, inclusive a estrutura curricular, o perfil do egresso, o projeto de estágio supervisionado, estrutura de pré-requisitos para apreciação e aprovação de instâncias superiores da Faculdade Promove de Sete Lagoas.
- Colaborar no processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso.
- Propor redução ou ampliação da oferta de vagas no curso.

- Analisar e emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa e extensão para cada curso de acordo com o plano institucional de pesquisa.
- Propor à Coordenação de Curso procedimentos e pontuação para avaliação de Atividades Complementares.
- Propor à Diretoria Acadêmica - DIRAC o estabelecimento de convênios de cooperação técnica e científica com instituições afins com o objetivo de desenvolvimento e capacitação no âmbito do curso.
- Apresentar propostas de atividades extracurriculares necessárias para o bom funcionamento do curso.
- Apresentar proposta de quadro horária enviado pelo NDE.
- Avaliar semestralmente, em reunião específica, a execução dos Planos de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, enviando relatório à Diretoria Acadêmica – DIRAC.
- Examinar e responder quando possível as questões suscitadas pelos docentes e discentes, ou encaminhar ao setor competente, quando a solução transcenda as suas atribuições.
- Realizar análise de pedido das revisões de Verificação de Aprendizagem – VA.

7.4 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO COORDENADOR DE CURSO - PDC

O Programa de Desenvolvimento de Coordenadores – PDC, programa Institucional é responsável pela formação e atualização dos Coordenadores de Curso, em relação às normativas gerais, diretrizes curriculares, inovações metodológicas ativas, flexibilização Curricular e interdisciplinar, projetos integradores, TCC's, dentre outros.

A visão e participação na construção e atualização do PDI é sistematizada ao longo do período letivo anual. Os avanços tecnológicos, em benefício da qualidade do ensino superior, também são temas nas reuniões de PDC.

8 CORPO DOCENTE

8.1 TITULAÇÃO

O corpo docente do curso de Direito conta com profissionais de formação acadêmica conforme as exigências legais, *lato e stricto sensu*, além de comprovada experiência na aplicação prática dos conhecimentos da área, comprometidos com a qualidade do ensino e o desenvolvimento local e regional.

Na busca de assegurar um perfil de docentes que atenda à sua missão, a Faculdade Promove de Sete Lagoas lançou mão dos profissionais mais bem titulados nas respectivas áreas de atuação.

O corpo docente também analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, ainda incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

Nº	NOME DOS DOCENTES	TITULAÇÃO
1	ANA FLÁVIA MACHADO DE OLIVEIRA	MESTRE
2	AURÉLIO FERREIRA	ESPECIALISTA
3	CRISTIANE PERÁCIO BASTOS	DOUTORA
4	GERALDO MAGELA DE LACERDA	ESPECIALISTA
5	GIULIANO FERNANDES	DOUTOR
6	JAQUELINE DA SILVA OLIVEIRA	ESPECIALISTA
7	JOSIMARA MENDES RABELO	DOUTORA
8	LOHANY DUTRA AMORIM	MESTRE
9	PHILLIPE RODRIGUES DA SILVA	MESTRE
10	ROSELI DE OLIVEIRA SILVA	MESTRE

8.2 REGIME DE TRABALHO

Os professores do curso de Direito atuam nos regimes de trabalho integral, parcial e horista, o que permite a demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação efetiva no colegiado do curso, o planejamento didático e a preparação e correção das Verificações de Aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos professores em registros individuais de atividades docentes, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua do curso.

Nº	NOME DOS DOCENTES	REGIME DE TRABALHO
1	ANA FLÁVIA MACHADO DE OLIVEIRA	PARCIAL
2	AURÉLIO FERREIRA	PARCIAL
3	CRISTIANE PERÁCIO BASTOS	PARCIAL
4	GERALDO MAGELA DE LACERDA	PARCIAL
5	GIULIANO FERNANDES	PARCIAL
6	JAQUELINE DA SILVA OLIVEIRA	PARCIAL
7	LEONARDO ANTÔNIO DOS REIS MARQUES	PARCIAL
8	LOHANY DUTRA AMORIM	PARCIAL
9	PHILLIPE RODRIGUES DA SILVA	PARCIAL
10	ROSELI DE OLIVEIRA SILVA	INTEGRAL

8.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

O corpo docente do curso é constituído por profissionais com experiência em empresas públicas e privadas, empresários, instituições do terceiro setor, servidores públicos, o que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualiza-se com relação à interação conteúdo e prática, promovendo compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisa as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

8.4 EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR

Todos os docentes possuem ampla experiência profissional no magistério do Ensino Superior. A atuação do corpo docente abrange desde a atuação em áreas técnicas específicas, de acordo com a área de formação, até a experiência de atuação na docência e pesquisa no curso superior. São profissionais engajados com a missão da IES e do Curso.

O corpo docente promove ações que permite identificar as dificuldades dos discentes, expõe o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresenta exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elabora atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

8.5 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOCENTE - PDD

Programa de Desenvolvimento Docente (PDD) da Faculdade Promove de Sete Lagoas ocorre semestralmente e busca realizar um trabalho de capacitação docente institucional. Além de ser um programa de capacitação continuada, trata-se de um momento de integração entre os docentes da instituição. O principal objetivo do PDD é a construção de instrumentos pedagógicos e de uma cultura reflexiva que possibilite a todos os docentes, coordenadores e diretores o comprometimento com a formação de profissionais autônomos e capazes de realizar uma análise crítico-reflexiva das suas práticas profissionais e das necessidades explicitadas pela sociedade pós-moderna.

O PDD busca a transformação e construção de novas práticas pedagógicas que tenham maior impacto no processo de ensino aprendizagem e a discussão de novas metodologias de ensino.

Os programas de desenvolvimento foram criados visando capacitar ainda mais os docentes da instituição, o objetivo é que a instituição sempre seja inovadora. A busca por uma abordagem

que seja favorável para aquilo que o docente desenvolve dentro ou fora da sala de aula como professor e como pessoa.

A proposta é fazer com que cada docente da instituição, descubra o seu melhor; a sua melhor ou melhores habilidades e tenha, a partir disso, a possibilidade de se reconstruir a partir de uma visão de si mesma; que possam fazer planos que sejam favoráveis para sua vida pessoal e profissional, especialmente dentro da instituição.

A busca pela melhora no ensino é algo que está pedagogicamente intrínseca aos responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem da Faculdade Promove de Sete Lagoas. E através do PDD é possível afirmar que a grande maioria dos nossos docentes conseguem superar os desafios e atingir as expectativas.

O Programa de Desenvolvimento Docente conta com a presença de diretores, coordenadores e professores de todas as unidades no início e final de cada semestre trazendo as atualizações e avanços da educação no Brasil, com a oportunidade de promover uma maior interação do docente com os discentes e assim criar um vínculo afetivo com a instituição de ensino.

8.6 QUADRO DOCENTE

Quadro docente do curso encontra-se anexo.

9 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A Faculdade Promove de Sete Lagoas entende que uma organização curricular se produz a partir das ações de todos os processos educativos da instituição. Entende ainda que os critérios de seleção e organização dos referenciais de conhecimentos, metodologias, atitudes e valores devem estar fundamentados no Projeto Pedagógico Institucional - PPI e consagrados como Meta no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Desse modo, cada curso da Faculdade Promove de Sete Lagoas tem clareza quanto às suas prioridades, e estabelece com coerência suas estratégias de trabalho. Por meio da redação de um Projeto Pedagógico, cada curso apresenta publicamente os seus princípios norteadores, contribuindo para que suas atividades sejam organizadas dentro de orientações coerentes e fundamentadas.

A matriz curricular de um curso é parte integrante de um Projeto Pedagógico. Sua construção deve ser compreendida não como enumeração de disciplinas, mas como estabelecimento de um campo de questionamento de temas relevantes, propício ao amadurecimento intelectual e motivador para a prática profissional.

Sua sustentação depende não apenas de fidelidade à legislação em vigor, mas também de um plano de desenvolvimento de habilidades intelectuais e práticas, esperadas no perfil do egresso. A racionalização da matriz curricular, no interior do Projeto Pedagógico de Curso, leva em conta as formas como as disciplinas se relacionam entre si, e o papel dessas relações para chegar ao perfil de egresso.

São utilizados recursos como a atribuição de carga horária a atividades de iniciativa dos acadêmicos, ou elaboradas pelos respectivos colegiados, a serem contabilizadas na parte flexível dos currículos e a elaboração de projetos de ensino, destinados à articulação entre diferentes disciplinas, de acordo com as diretrizes institucionais vigentes.

As conexões entre ensino, extensão e pesquisa, capazes de tornar o processo de formação mais produtivo, ocorrem por iniciativa tanto de professores como de acadêmicos. No processo de formação, acadêmicos e professores são responsáveis pelos resultados. Ambos devem estar atentos à realidade externa, sendo hábeis para observar as demandas por ela colocadas. Cada vez mais problemas sociais, econômicos e culturais, que repercutem na prática do cotidiano, devem ser considerados na vivência acadêmica diária e nas relações estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem.

Tanto no sentido geral de um Projeto para a instituição, como no sentido específico de um Projeto para cada curso, na Faculdade Promove de Sete Lagoas o Projeto Pedagógico é proposto como

associação entre uma concepção de ensino, pautada em senso de responsabilidade pública, uma concepção de sujeito humano, contextualizado no processo de transformações histórico-sociais, e uma avaliação das condições necessárias para a formação de egressos capazes de um desempenho satisfatório, aptos a contribuir para a intervenção social, interessados na superação de problemas. O Projeto Pedagógico do Curso é a expressão mais clara da sua organização didático-pedagógica e, tanto a administração acadêmica do Coordenador, quanto a ação do Núcleo Docente Estruturante – NDE são responsáveis pela execução, acompanhamento e revisão do Projeto.

9.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A proposta pedagógica do curso de Direito foi elaborada a partir da missão, visão e valores institucionais. O curso utiliza-se das políticas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional para a construção das estratégias para execução de sua proposta pedagógica.

Faz-se necessária clareza em todas as variáveis inerentes ao processo de ensino aprendizagem de uma instituição de ensino, vinculada a um sistema educacional que é parte integrante do sistema sociopolítico-cultural e econômico do país. Cada um destes segmentos possui seus valores, direção, opções, preferências e prioridades que se traduzem e se impõem por meio de normas, leis, decretos, propagandas, burocracias, ministérios e secretarias.

Nesse sentido, reconhecemos que a qualidade necessária e exigida sofre influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do formando. Assim, torna-se imprescindível a inter-relação entre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), principalmente, em relação às questões didático-pedagógicas, como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado como profissional.





O curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas, prima pelo respeito à multiplicidade de concepções teóricas e metodológicas oriundas de diferentes paradigmas e modos de conceber

a ciência, o que, por sua vez, se reflete em uma multiplicidade de práticas e contextos de atuação. Vale destacar o esforço em fazer jus ao compromisso ético-social como princípio que possibilita ao graduando atuar em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.











Além das peculiaridades próprias do Curso de Direito, há um conjunto de características com base nos pressupostos institucionais que conferem um perfil de identidade própria. Portanto, além de um acurado compromisso com a missão institucional, o Curso de Direito tem clareza a respeito de sua missão, dos mercados a que se dirige, do perfil do profissional oferecido e da dinâmica desses mercados.

Isso implica uma orientação para garantir a inserção dos graduados no mercado de trabalho, que inclui o desenvolvimento da capacidade de aprendizado contínuo e de adaptação aos novos desafios. O curso de Direito proporciona a formação de indivíduos capazes de se ajustarem de forma flexível às mudanças no mercado de trabalho e da sociedade, e de continuar a se aperfeiçoar desenvolvendo o espírito empreendedor e crítico.

9.1.1 POLÍTICAS DE ENSINO



POLÍTICAS PARA O ENSINO	
PDI	PPC
<p>Construção de um novo modelo pedagógico, alicerçado na inter e transdisciplinaridade, que, atendendo as exigências das diretrizes curriculares, supra a carência de formação pgressa e vise à formação de um profissional realmente sensível às necessidades sociais.</p> 	<p>A elaboração do Projeto Pedagógico do Curso está alicerçada às premissas do CNE, CES, DCN, PDI e ao Processos Avaliativos internos e externos, buscando o fortalecimento no processo de formação do egresso. Para a aplicabilidade das atividades pedagógicas serão utilizadas diversas práticas metodológicas, tendo como foco a resolução de problemas associada a visão inter, trans e multidisciplinar, cujo resultado levará a uma formação alicerçada com o desenvolvimento de habilidade e competências que geram sustentabilidade junto ao mercado de trabalho.</p> 
<p>Elaborar o PPC coletivamente, a partir das orientações das DCN, LDB, Regimento Interno e PDI, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem.</p> 	<p>O PPC do curso será reavaliado e reestruturado anualmente e sua elaboração considerará as DCN, CNE, CES e os resultados dos processos avaliativos interno e externo do curso.</p> 

<p>Elaborar Currículo formado por um núcleo de conteúdos básicos, um núcleo de conteúdos profissionalizantes e um núcleo de conteúdo específicos.</p>	<p>O PPC do curso será reavaliado e reestruturado anualmente e sua elaboração considerará as DCN, CNE, CES e os resultados dos processos avaliativos interno e externo do curso.</p>
<p>Ministrar conteúdos segundo os direitos do homem, promovendo a educação não apenas técnica, mas integral.</p>	<p>O PPC do curso será reavaliado e reestruturado anualmente em seus objetivos de formação humanística e geral, com foco na promoção dos valores humanos e humanitários.</p>
<p>Elaboração do currículo que aborde a metodologia teórico-prática que possibilita o tratamento de conteúdos que geram competência e habilidades.</p>	<p>A capacitação permanente de professores e a pesquisa de novas metodologias faz parte integrante dos objetivos do NDE para a gestão do curso.</p>
<p>Elaborar estruturas curriculares dos cursos se compõem de disciplinas, respeitando a complexidade dos conteúdos e contemplando as informações de carga horária por período dividida em teoria e prática, Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares.</p>	<p>A estrutura curricular abrange todos os componentes curriculares estabelecidos na DCN do curso e será ponto de atenção do NDE.</p>
<p>Os programas das disciplinas, descritos nos Planos de Ensino, contemplam informações como: Ementa, Objetivos, Conteúdo Programático, Metodologia, Sistema de Avaliação, Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar.</p>	<p>O acompanhamento do desenvolvimento e aprimoramento dos Planos de Ensino será ponto de observação permanente do NDE.</p>
<p>Atualizar, adequar e redimensionar permanente dos seus cursos, visando atender às demandas sociais e do mercado.</p>	<p>O acompanhamento dos indicadores internos e externos de avaliação, será ponto de atenção do NDE.</p>
<p>Consolidar o processo de avaliação institucional interna dos cursos de graduação e promover a sua avaliação externa.</p>	<p>O NDE acompanhará os trabalhos da CPA, interagindo com professor, alunos e corpo técnico administrativo.</p>
<p>Realizar estudos que apontem alternativas de novos cursos, direcionados ao desenvolvimento técnico-científico e social da região de inserção.</p>	<p>O Colegiado de Curso e o NDE estarão atentos às demandas do mercado.</p>
<p>Promover a permanente integração da graduação com as atividades da pós-graduação, de pesquisa/iniciação científica e de extensão;</p>	<p>Estabelecer a pós-graduação como um ponto de fomento à atualização do corpo docente e do PPC além de ser um instrumento importante de relacionamento com os egressos do curso.</p>

<p>Articular o ensino de graduação com programas voltados a contribuir para a reversão do quadro educacional do ensino básico.</p> 	<p>Por meio da Ação PROMOVE, estimular a participação de docentes e discentes em escolas públicas para o desenvolvimento de ações que promovam a cidadania.</p> 
<p>Estudar e adotar novas formas de acesso à IES, buscando a renovação do processo seletivo.</p> 	<p>Contribuir com a mantenedora para criar mecanismos de acesso.</p> 
<p>Ampliar e fortalecer as políticas de iniciação científica assim como outros programas especiais dirigidos ao aperfeiçoamento do alunado de graduação.</p> 	<p>Junto a promover e incentivar a participação de discentes e docentes nos programas institucionais e externos.</p> 
<p>Implantar programa especial de orientação e acompanhamento acadêmico aos estudantes, desde seu ingresso até a conclusão do curso, com vista a aperfeiçoar sua participação e vivência universitária.</p> 	<p>Difundir e fomentar o NAP para alunos e professores.</p> 
<p>Manter as instalações físicas dos laboratórios existentes em perfeitas condições de uso e propiciar o material de apoio necessário</p> 	<p>Demandar sempre que necessário as atualizações e conservação dos laboratórios ligados ao curso.</p> 

9.1.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A IES possibilita ao seu acadêmico a participação em atividades de extensão por meio de sua política institucional e programa de extensão universitária estabelecendo seu funcionamento e aproveitamento em regulamentos próprios, fomentando atividades e ações junto à sociedade de modo multidisciplinar objetivando o desenvolvimento de competências atitudinais, articulando com as competências profissionais necessárias para sua futura profissão.







POLÍTICAS PARA EXTENSÃO	
PDI	PPC
<p>Desenvolver a extensão em todos os cursos, como um dos instrumentos de formação profissional, por constituir-se em eixo de articulação entre o ensino e a iniciação científica.</p> 	<p>Oferecer cursos de Extensão para os alunos com temas contemplados em sala de e em Projetos de Iniciação Científica.</p> 













<p>Compreender os projetos de extensão como um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural ou científico, desenvolvido a partir das coordenações de cada curso, por meio de ações sistematizadas, deliberadas pelo Conselho</p>	<p>São oferecidas as jornadas ACADÊMICAS.</p>
<p>Desenvolver eventos (cursos, fóruns, congressos, seminários, viagens, semanas acadêmicas, simpósios e outros) entendidos como atividades de caráter técnico, científico ou cultural, objetivando o acesso da comunidade às diversas áreas do conhecimento humano.</p>	<p>Desenvolver Visitas Técnicas, Cineclube, seminários, encontros, debates etc., internamente ou em parceria com outros cursos ou instituições.</p>
<p>Priorizar projetos de relevância social que venham ao encontro das reais necessidades da sociedade, sobretudo das comunidades situadas próximas às instalações da IES, de forma a que seja possível uma intervenção mais eficaz, bem como a mensuração dos resultados alcançados.</p>	<p>Serão desenvolvidos projetos de Doação de Sangue, Doação de Leite, Campanhas de Agasalho, Campanhas de Prevenções de Doenças, Projetos ambientais, Cartilhas da Cidadania.</p>
<p>Priorizar projetos de natureza interdisciplinar que permitam a contextualização das ações em uma perspectiva global, buscando a transformação social.</p>	<p>O curso participará do Projeto social Ação PROMOVE.</p>
<p>Estabelecer parcerias com entidades e instituições da sociedade civil organizada e órgãos governamentais para a elaboração e execução de atividades de extensão.</p>	<p>Será estendido ao curso as parcerias já implantadas.</p>
<p>Articular o ensino e a iniciação científica com as demandas sociais, referentes às áreas da educação, da gestão, da comunicação, do direito e das tecnologias da informação, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com os interesses e necessidades da sociedade.</p>	<p>O curso tomará ações que levem em consideração os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.</p>
<p>Estabelecer um fluxo bidirecional entre o conhecimento acadêmico e o popular, buscando a produção de conhecimentos resultantes do confronto com a realidade e a democratização do conhecimento acadêmico.</p>	<p>Divulgar e incluir a comunidade nas Jornadas acadêmicas, nos eventos de Iniciação Científica e nas ações de extensão.</p>
<p>Buscar nas atividades de extensão subsídios para a reavaliação dos conteúdos programáticos das disciplinas e cursos.</p>	<p>A extensão como instrumento de escuta dará contribuições importantes para o NDE na manutenção e atualização do PPC.</p>

9.1.3 POLÍTICAS DE PESQUISA

Visando oportunizar a formação geral, humanística e holística, a IES apresenta por meio do desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, um valioso instrumental pedagógico e

social para a consecução de seus objetivos educacionais. O fazer ciência, participando de atividades de pesquisa básica ou aplicada, tem importante papel na formação do estudante, no despertar e aprimorar de qualidades que se refletem no preparo de um profissional capacitado a enfrentar os problemas do dia a dia. Espera-se do novo profissional a capacidade de dar respostas concretas e imediatas aos problemas que surgem em sua atividade diária, quando engajado no mercado de trabalho.

POLÍTICAS PARA PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
PDI	PPC
<p style="text-align: right;"></p> <p>Desenvolvimento das atividades de pesquisa trabalhos acadêmicos voltados para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Iniciação a pesquisa focando em programa de iniciação científica; - Pesquisas populares, visando aproximação e integração com a comunidade; - Pesquisas vinculadas a ações pedagógicas e institucionais; - Pesquisas direcionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico; - Pesquisas voltadas a solução de problemas específicos; - Pesquisa com vistas à elaboração de trabalhos científicos, artigos e dissertações de mestrado e tese de doutorado, estes últimos atrelados aos docentes em qualificação. 	<p style="text-align: left;"></p> <p>Assim, a partir desse pressuposto, a consolidação da pesquisa institucional é obtida pelo desenvolvimento das disciplinas de metodologia, TCC (Trabalhos de Conclusão de Curso) I e II. O desenvolvimento e gerenciamento das revistas acadêmicas institucionais, da criação de grupos e núcleos de pesquisa, bem como o suporte às atividades de iniciação científica, representadas pelos programas PIC (Programa de Iniciação Científica) e PIBIC (Programa de Bolsas de Iniciação Científica).</p>
<p style="text-align: right;"></p> <p>Incentivar a produção científica discente própria ou em colaboração com seus orientadores, visando à criatividade e a crítica.</p>	<p style="text-align: left;"></p> <p>O Centro de Pesquisa, por meio do Programa de Auxílio a Eventos/Publicações, apoia a divulgação de trabalhos científicos. Tal produção é viabilizada e incentivada pelas revistas e atividades decorrentes do PIBIC institucional.</p>
<p style="text-align: right;"></p> <p>Contribuir para o desenvolvimento do aluno de formas de pensamento que assegurem a sua clareza e o poder crítico, construtivo e independente</p>	<p style="text-align: left;"></p> <p>Como forma de contribuir para o desenvolvimento crítico do aluno e para o crescimento científico e de ações práticas de pesquisa. O Centro de Pesquisa organiza a Mostra de trabalhos de trabalhos científicos. Nesse evento são convidados professores externos as IES com intuito de avaliar os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo PIBIC, assim como, os projetos de pesquisa de grupos de pesquisa independentes.</p>
<p>Incentivar o estudante não só a observar a realidade, mas também a dialogar com ela e a agir sobre ela, por meio dos procedimentos que caracterizam o trabalho científico: o teste, a dúvida, o desafio que,</p>	<p>O incentivo ao aluno por meio das disciplinas de metodologia científica e também a disciplina de TCC 1 sustentam tal ação para que os alunos tenham conhecimento suficiente na construção dos objetivos de pesquisa para construção de pesquisas empíricas.</p>

<p>por sua vez, desfazem a tendência meramente reprodutiva da aprendizagem.</p> 	<p>Outro ponto que oportunamente propicia essa ação é a construção de grupos de pesquisas que auxiliam na reflexão e na discussão estratégias de pesquisas.</p> 
<p>Aprimorar o espírito analítico-crítico e desenvolver o espírito científico do estudante universitário.</p> 	<p>Para aprimorar a criticidade e o desenvolver de pesquisas dos alunos da IES, o Centro de Pesquisa conta com algumas frentes para esse trabalho, sendo elas: a disciplina de Metodologia Científica, dando assim estrutura para que o jovem aluno possa desenvolver pesquisas nas demais disciplinas assim como, a proposição de projetos para o PIBIC. Uma segunda frente a esse aprimoramento é a disciplina de TCCI, um diferencial pois, oferece ao aluno a oportunidade de qualificação de um pré-projeto a ser desenvolvido no TCCI, dando uma base maior para a construção do seu artigo científico.</p> 
<p>Incrementar a participação dos estudantes em programas de iniciação científica, promovidos pela instituição.</p> 	<p>Além das bolsas financiadas pela IES, o Centro de Pesquisa incentiva a criação e desenvolvimento de grupos de pesquisa independentes. Com essa ação, acreditamos que os grupos poderão participar de financiamentos de pesquisas de agências de fomento assim como a criação de parceria com empresas privadas com objetivo de financiamento dos projetos propostos.</p> 
<p>Ampliar e fortalecer as atividades de iniciação científica, assim como outros programas especiais dirigidos ao aperfeiçoamento do alunado de graduação.</p> 	<p>De maneira a ampliar e fortalecer as atividades de Iniciação científica, será elaborado um edital temático, com intenção de oferecer e incentivar a continuação dos trabalhos do PIBIC.</p> 
<p>Subsidiar a iniciação científica por bolsas oferecidas aos estudantes, que consistem em ajuda de custo ou desconto na mensalidade da IES.</p> 	<p>O Programa de Iniciação Científica PIBIC conta com bolsas mantidas pela Instituição oferecendo aos alunos e professores incentivos financeiros e recursos materiais para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa científica.</p> <p>O aluno contemplado tem direito a uma bolsa auxílio correspondente a 50% do valor da mensalidade do seu curso com vigência de 8 (oito) meses. Para participar do programa é necessário a inscrição em edital aberto no início do ano Letivo.</p> 
<p>Incentivar o estudante da graduação a dar continuidade aos seus estudos por meio de cursos de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado.</p> 	<p>A própria iniciação científica, a publicação nas revistas acadêmicas internas e aos cursos de pós-graduação lato sensu e <i>strictu sensu</i> da IES.</p> 

9.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular implantada no curso Direito contempla de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional uma matriz flexível, interdisciplinar com carga horária que atende ao previsto pela legislação que regula a matéria, bem como à carga horária mínima e competências básicas definidas na Resolução nº 05 de 17/12/2018, sempre articulando a teoria com a prática.

O curso conta com carga horária total de 4.640h, sendo 3.920 horas de disciplinas teórico e práticas, 200 horas de atividades complementares, 80 horas de TCC e 440 horas de estágios.

Desta forma, a distribuição de carga horária dentro do curso atende aos art. 12 e 13 das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Direito, bem como às normas pertinentes à curricularização da extensão.

A estrutura e a organização curricular do Curso de Direito se constituem a partir dos três eixos interligados de formação do discente: Eixo de Formação Fundamental, Eixo de Formação Profissional e Eixo de Formação Prática. Sendo:

I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia e História do Direito, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, Psicologia e Sociologia;

II - Formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Financeiro, Direito Digital.

III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação.

O curso propõe uma verdadeira educação jurídica, onde se coloca o acadêmico não só frente a um corpo de normas, conferindo-lhe um caráter lógico, mas prioritariamente, em face às controvérsias, conflitos de interesses e busca de soluções.

Pretende-se possibilitar ao Bacharel em Direito a construção de um senso crítico, com vistas a diminuir o hiato existente entre o sistema educacional e a realidade.

Por fim, destaca-se a relevância da concepção do curso, qual seja, considerar o homem que litiga em face do seu meio social. E, para a solução de seus conflitos, é necessário que se observe o ser humano em toda a sua extensão, eis que os conflitos não podem ser resolvidos e encarados apenas nos aspectos de homem para homem, mas homem a homem, vivendo em sociedade.

9.2.1 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A adoção de dinâmica curricular integradora, considerando a interdisciplinaridade, ocorre tanto entre as disciplinas quanto com as outras atividades que configuram a formação e que até agora foram consideradas complementares ao ensino, tais como: estágio, monitoria e extensão.

Essas atividades ajudam o acadêmico a (re)construir seus saberes e seus limites, a fim de se integrar plenamente ao processo formativo. Assim, de modo articulado, a estrutura curricular deve possibilitar o engajamento dos acadêmicos na busca de soluções para problemas correspondentes a sua área de formação e de vivência local, regional e nacional. O curso de Direito prima pela construção de saberes interdisciplinares e contextualizados com a realidade de vivência de seus alunos.

A flexibilização dos componentes curriculares estará também presente nos estudos independentes, nas atividades complementares, cursos de extensão, projetos de responsabilidade social e os grupos de estudos.

I - Trabalho Discente Efetivo - TDE: são as atividades que, sob iniciativa do acadêmico e/ou recomendadas pelo professor, complementam a sua formação. Constituem um componente curricular aberto e flexível, devendo ocorrer com a orientação do professor, mas fora do horário regular das aulas. O Trabalho Discente Efetivo permite a utilização de metodologia ativa conhecida com "sala de aula invertida" ou "*flipped classroom*". A sala de aula invertida prevê que tudo que diz respeito à oferta de conteúdo aconteça *on-line*, no caso da IES, com a postagem ou indicação de material através do *Google for Education*, enquanto os momentos presenciais são utilizados para a aplicação desse conteúdo, através de metodologias ativas de aprendizagem. Neste modelo, a aula acontecerá em casa e os momentos presenciais, em sala de aula, serão utilizados para a resolução de exercícios e problemas, tirar dúvidas etc. (ou seja, a lição de casa é feita na escola e a aula acontece em casa). Daí o termo sala de aula invertida (ou *flipped classroom*).

II - Desenvolvimento de atividades complementares: como estudos e práticas estudantis/acadêmico/culturais independentes, possibilitam enriquecimento das propostas do currículo institucionalizado, contribuindo para a flexibilização curricular e participação social, integralizadores do currículo.

III - Cursos de extensão: têm a finalidade de proporcionar o enriquecimento da comunidade com o aproveitamento prático dos conteúdos teóricos assimilados.

IV - Projetos de responsabilidade social: oportunizam ao acadêmico aquisição de competências e o desenvolvimento de habilidades específicas da futura profissão.

Registre-se também que as **disciplinas optativas** são ofertadas a fim de garantir, em mais uma unidade curricular, a vivência do corpo discente com o seu entorno social e, para tanto, elegerem-se como conteúdo: Língua Brasileira De Sinais – Libras; Direito Eleitoral; Direito Esportivo;

Medicina Legal; Direito Notarial, Processo Administrativo, Direito das Pessoas com Deficiência, Políticas Públicas, Direito Previdenciário, Tópicos Especiais em Direito.

9.2.2 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO

Desde o início do seu projeto, a Faculdade Promove de Sete Lagoas estabeleceu um perfil profissional a ser buscado. A Faculdade Promove de Sete Lagoas objetiva formar um bacharel com certas habilidades e competências dentro de um determinado espaço profissional. A estrutura curricular está plenamente conectada com o perfil do egresso e com os objetivos do Curso.

9.2.3 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL DO EGRESSO

A filosofia que embasa a construção da estrutura curricular identifica-se com a proposta educacional da Faculdade Promove de Sete Lagoas de desenvolver as atividades de ensino de forma a atender as necessidades de formação fundamental, sociopolítica, técnica e prática do bacharel em direito.

A Faculdade Promove de Sete Lagoas tem acompanhado as mudanças nas relações tecnológicas, políticas, sociais e jurídicas no espaço local, nacional e internacional. Ainda, tem percebido a necessidade de contar com uma estrutura curricular suficiente ao atendimento da realidade das exigências de um mercado de trabalho especializado.

Ademais, a estrutura curricular pela preocupação de selecionar conteúdos estruturantes do pensamento do bacharel em direito que, amarrada a uma metodologia de ensino com destaque na formação de habilidades e competências, possa garantir o perfil de um profissional de qualidade, intelectualmente autônomo e empreendedor, apto a construir novas soluções para um mundo internacionalizado que se modifica constante e rapidamente.

9.2.4 COERÊNCIA DO CURRÍCULO FACE ÀS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

A Faculdade Promove de Sete Lagoas organizou sua estrutura curricular com base na Resolução CNE/CES nº 5/2018. Logo, o projeto pedagógico contempla de forma plena os conteúdos e atividades que atendem aos três eixos de formação de forma interligada, quais sejam:

- Conteúdos de Formação Geral;
- Conteúdos Formação Técnico-Jurídica;
- Conteúdos de Formação Prático-Profissional.

Adequação e atualização de ementas, programas de ensino e bibliografia

O ementário, os programas de ensino e a bibliografia estão em permanente processo de atualização na Faculdade Promove de Sete Lagoas e o processo de atualização destes para o curso de Direito é uma tarefa contínua. Sempre que necessário, o Colegiado de Curso e o NDE sugerem e produzem modificações e atualizações. Outra medida importante, que assegura melhores ações no que tange à atualização, é a discussão setorizada entre docentes de áreas com alguma conexão temática ou algum vínculo importante com as ementas objeto de interesse.

A bibliografia proposta para o curso de Direito é atualizada e adequada em função do seu Projeto Pedagógico de Curso. A biblioteca atende à normativa educacional e adota uma política de atualização de periódicos e livros.

9.2.5 ARTICULAÇÃO DO PPC COM O PROJETO INSTITUCIONAL

A IES elaborou o seu projeto institucional a partir da reflexão, discussão e colaboração de todos os segmentos envolvidos, assumindo seu cumprimento integral como um compromisso institucional, tendo presente em suas ações que ele “estabelece os princípios da identidade institucional e expressa a missão, os objetivos, os valores, as práticas pedagógicas, as políticas de ensino, pesquisa e extensão e sua incidência social e regional”.

As políticas de ensino da IES privilegiam a formação por competências e habilidades. Estruturam a concepção curricular, favorecem a flexibilidade e a interdisciplinaridade, investindo em projetos alinhados com a identidade e com a missão institucional, assim como fomentam a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades e compromissos da comunidade acadêmica.

Tais aspectos da política institucional são expressos no Projeto Pedagógico do Curso, na medida em que os componentes curriculares promovem o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias. As atividades complementares favorecem a flexibilidade e a interdisciplinaridade do projeto.

Na construção do Projeto Pedagógico de Curso, observa-se a materialização das políticas definidas no PPI da instituição.

9.2.6 ADEQUAÇÃO DA METODOLOGIA DE ENSINO À CONCEPÇÃO DO CURSO

São requisitos básicos ao trabalho docente, o domínio do conteúdo com o qual trabalha o professor e outros conhecimentos que, juntamente com os conteúdos, fazem parte dos saberes da pedagogia, ou, mais precisamente, da teoria e da prática da educação. Dentre esses saberes estão aqueles referentes aos mecanismos pelos quais acontece a aprendizagem e suas relações com a prática docente.

Por aprendizagem entende-se o processo pelo qual os indivíduos da espécie humana vão se constituindo como homens ao longo de sua existência, diferenciando-se dos demais animais e se apropriando dos produtos da cultura. Nesse sentido, a aprendizagem que acontece no contexto escolar é apenas um aspecto desse processo. (TEIXEIRA, 2000).

A aprendizagem escolar, portanto, é um processo não natural e somente ocorre se houver a concorrência de elementos mediadores, que são, por sua vez, socialmente construídos. O resultado mais eloquente da aprendizagem escolar é, para utilizar uma expressão de SAVIANI (1997b), a conversão do objeto de aprendizagem numa espécie de "segunda natureza". Ou seja,

o conhecimento tem de ser tão propriamente do sujeito, que sequer pode-se imaginá-lo desprovido dele. É como se este - o conhecimento - fizesse parte da natureza do sujeito.

No entanto, o uso do conhecimento é uma habilidade adquirida e não espontânea, à qual somente se chega por um processo deliberado e sistemático. Disso decorre que o professor de ensino superior tem de proporcionar aos acadêmicos, atividades que os encaminhem a desenvolver uma verdadeira disposição permanente para a aprendizagem, em direção à autonomia crescente, ao esforço próprio, buscando ser o protagonista de sua aprendizagem.

SAVIANI (1997b) chama essa disposição permanente de "habitus", ao qual somente se chega com persistência e insistência, e ainda, às vezes, com repetições de determinados atos até que estes se fixem. Isso significa, por exemplo, que determinadas atividades acadêmicas devem estar de tal modo organizadas e formalmente garantidas no currículo, que os acadêmicos não as executem em apenas determinados momentos, mas durante todo o curso.

O conhecimento não é transferido, nem inventado pelo homem, mas construído por ele na sua relação com os outros e com o mundo. Assim, os conteúdos que o professor apresenta precisam ser refletidos e reelaborados pelos acadêmicos para se constituírem em conhecimentos deles. Cabe ao educador mobilizar os estudantes e propiciar os meios para que eles se apropriem do conhecimento, elaborem e expressem sínteses.

O ponto de partida e o ponto de chegada do ensino deve ser a prática social porque ambos, professor e alunos, são agentes sociais, que buscam a transformação da realidade onde estão inseridos. No entanto, é importante ter claro que professor e acadêmicos têm níveis diferentes de compreensão.

Inicialmente os acadêmicos apresentam uma visão fragmentada e no âmbito do senso comum em relação ao objeto do conhecimento. No entanto, o professor deve partir do conhecimento dos alunos proporcionando o estabelecimento de múltiplas relações no sentido de levá-los a perceber que seu conhecimento é sincrético e insuficiente para atender à realidade. A ação do professor deve ser mediadora, de modo que os estudantes cheguem a análises e sínteses mais elaboradas e concretas. Para detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e,

em consequência, que conhecimento é necessário dominar, há necessidade de o professor dominar o conteúdo para saber o que é importante enfatizar, relacionar, criar, selecionar e organizar (SAVIANI, 1997b).

Para que a aprendizagem seja eficaz e ocorra a apropriação do conhecimento, há necessidade da ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento. O professor deve comprometer-se com a análise crítica das questões socioeconômico culturais, exigindo dos acadêmicos, produção de análises escritas e a realização de debates com fundamentação teórica pertinente e não utilizar sínteses prontas.

Após a aproximação e análise crítica do objeto do conhecimento segue-se a etapa de sistematizá-lo, expressá-lo concretamente, seja de forma oral, gestual, gráfica, escrita ou prática.

Utilizou-se, como orientação geral, para a construção da estrutura curricular do curso, a elaboração de um projeto pedagógico bem estruturado e sintonizado aos objetivos acadêmicos pretendidos.

São adotadas as seguintes práticas didático-pedagógicas, dentre outras:

- Aulas teóricas com exposições dialogadas problematizadas e contextualizadas;
- Seminários de discussão de textos - atividade em que se trabalha, simultaneamente, a habilidade de leitura, compreensão e elaboração de textos e a expressão verbal;
- Metodologia ativas de aprendizagem para o adequado desenvolvimento da associação teoria-prática
- Trabalhos individuais, em grupos e seminários que levem o aluno a ser sujeito do processo de ensino-aprendizagem, tendo o professor como o facilitador desse processo, favorecendo a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- Leitura coletiva de textos com posterior discussão visando o desenvolvimento da capacidade de julgamento e de tomada de decisões;
- Exigência da apresentação de trabalhos escritos (artigos científicos), visando desenvolver a capacidade de pesquisa;

- Uso de tecnologias para a ampliação do ambiente acadêmico, por exemplo, por meio da utilização de blogs e do portal universitário, ferramenta que expande o espaço de interação entre alunos e professores;
- Apresentação de "fichamento" de textos e de resenhas;
- Visitas técnicas;
- Elaboração e participação em projetos de iniciação científica e extensão;
- Programa de monitoria;
- Desenvolvimento do estágio curricular supervisionado;
- Participação em eventos científicos promovidos pela IES;
- Participação em atividades solicitadas pela sociedade e em atividades desenvolvidas na comunidade;
- Trabalho de conclusão de curso;
- Atividades complementares.

9.2.7 COERÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM COM A CONCEPÇÃO DO CURSO

A avaliação da aprendizagem no curso de Direito é entendida como um processo contínuo, sistemático e integral de acompanhamento e julgamento do nível no qual alunos e professores se encontram em relação ao alcance dos objetivos desejados na formação do profissional em questão.

Nesse sentido, deve ser entendida como um processo indissociável da dinâmica de ensino e aprendizagem, pois implica a realização de verificações planejadas para obter diagnósticos periódicos do desempenho dos alunos e professores em relação à transmissão/assimilação e replanejamento das ações sempre que necessário.

Como processo cooperativo implica a tomada de decisão de todos os participantes deste processo (alunos, professores, profissionais dos serviços nos quais ocorre a aprendizagem) em relação ao projeto curricular. Dessa forma, os diferentes momentos da avaliação durante o processo (resultados parciais) legitimam-na como produto apreendido em termos de resultado final.

Para que seja viabilizada dentro desta concepção, é importante que haja clareza quanto às características que nortearão a sua operacionalização:

I - Para ser contínua, a avaliação deve acontecer ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem, realizada em diferentes momentos, não sendo pontual (isolada) nem um momento terminal do processo educativo;

II - Para ser sistemática, a avaliação não pode ser improvisada; deve ser um ato intencional, consciente e planejado como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. Requer-se clareza quanto às suas finalidades, bem como quanto à utilização de instrumentos e medidas adequadas, que seja pensada como uma atividade permanente, permitindo acompanhar passo a passo a evolução do aluno na assimilação, construção e produção do seu conhecimento;

III - Para ser integral, a avaliação deve estender-se a todos os domínios do comportamento: cognitivo, afetivo e psicomotor;

IV - Para estar voltada ao alcance dos objetivos, a avaliação deve ser planejada de acordo com o perfil profissional delineado no PPC, explicitado na forma do desempenho (conhecimentos, habilidades e atitudes) desejado no graduando;

V - Para ser indissociável da dinâmica de ensino e aprendizagem, a avaliação deve ser coerente com o projeto pedagógico, no sentido de refletir os objetivos e princípios que o norteiam. Não se pode limitar a um momento separado ou independente do processo de ensino.

VI - Para ser inclusiva, a avaliação deve facilitar ao professor, quando detectar problemas e/ou dificuldades de aprendizagem, propor alternativas de recuperação desta, integrando o aluno na busca persistente do alcance dos objetos desejados;

VII - Para ser abrangente, a avaliação não deve se restringir ao desempenho do aluno, mas também fornecer subsídios para avaliar o desempenho do professor e de outros profissionais envolvidos na formação acadêmica, auxiliando na tomada de decisões sobre o projeto pedagógico;

VIII - Para ser cooperativa, a avaliação deve ter atuação ativa de todos os participantes do processo de ensino e aprendizagem, proporcionando feedback mútuo e reflexão sobre o próprio desempenho (autoavaliação).

A avaliação dos processos de ensino e aprendizagem na concepção do curso tem por objetivo visualizar as projeções sociais e reais, não simplesmente interagindo-os, mas construindo-os.

9.3 METODOLOGIA

A IES acredita em um ensino dinâmico, dentro de um processo crítico-reflexivo, capaz de contribuir com a transformação da realidade e num diálogo permanente entre a teoria e a prática.

A sala de aula é um ambiente de ensino/aprendizagem muito eficiente e tem sido, tradicionalmente, ao longo da vida escolar, o local mais importante. Sua importância e eficiência dependem não apenas do que acontece no momento da aula, mas também do trabalho prévio do professor.

O tempo da aprendizagem pode ser dividido em antes, durante e após a aula. Esse tempo não está limitado necessariamente a uma aula de 50 minutos, mas o aluno pode aprender antes com textos disponibilizados pelo professor ou aprender depois fazendo exercícios ou assistindo um vídeo.

Antes da aula, o docente coloca em prática as suas habilidades, preparando uma aula planejada, com objetivos definidos; escolha de textos e material didático; definição de atividades, exercícios, vídeos, dentre outros. Uma aula bem-preparada poderá significar um momento mais rico e melhor aproveitado. Nesse sentido, a Faculdade Promove de Sete Lagoas utiliza as ferramentas do *Google for Education*, que permitem uma interação maior entre o professor e aluno. O professor

pode disponibilizar através da metodologia da sala de aula invertida materiais que o aluno poderá ter acesso antes da aula, tornando o tempo em sala de aula mais proveitoso através do diálogo, explicação de pontos específicos e o esclarecimento de dúvidas.

Os três momentos da aula, quando bem planejados pelo professor, tornam-se poderoso auxiliar no processo de aprendizagem. Se todos os envolvidos, dirigentes, docentes e discentes trabalharem em conjunto, a qualidade da aprendizagem será sempre melhor.

Neste sentido, podem ser destacadas as atividades em classe e as atividades extraclasse, que favorecem a reflexão sobre os conteúdos estudados e sobre os valores e atitudes que sugerem o exercício das competências e habilidades constantes do perfil profissional e as relações dialéticas entre teoria e prática e indivíduo e sociedade.

As atividades práticas e experimentais, desenvolvimento de projetos, atividades de iniciação científica e de extensão também complementam o instrumental pedagógico. O curso está estruturado de forma a organizar os conteúdos por meio de unidades curriculares, seminários, práticas, projetos dentre outros que atendam a realidade.

A Faculdade Promove de Sete Lagoas acredita que a tecnologia pode ser uma aliada no processo educacional no sentido de contribuir para melhoria da aprendizagem. Para estimular nos alunos as competências advindas das tecnologias da informação e comunicação nos processos de aprendizagem, serão utilizadas ferramentas adequadas, atingindo toda a matriz curricular. São utilizados softwares interativos, disponibilização de conteúdos on-line e outros recursos que contribuam para a promoção de interação, conectando a atenção do aluno e tornando a aula mais dinâmica e produtiva, estimulando-os ao processo de ensino e aprendizagem.

As TIC são utilizadas em todas as disciplinas do curso através do serviço da Google conhecido como *Google for Education*, que é a utilização das ferramentas Google para inovação do processo de ensino e aprendizagem.

No momento atual da educação num mundo tecnológico, a aprendizagem não se reduz apenas a sala de aula, mas diversos outros ambientes podem suportar uma aula física ou, através do uso da tecnologia, a aprendizagem pode ocorrer em qualquer lugar e a qualquer tempo.

Infelizmente, alguns alunos ainda preferem o modo de aula tradicional, não se dando conta das mudanças tecnológicas e da importância da educação se adaptar aos novos tempos. Desta forma, precisamos de mecanismo para auxiliar os nossos alunos na cultura da autoaprendizagem. Não basta, portanto, uma aula bem planejada pelo professor, mas é importante uma cultura de avaliação que privilegie o esforço e o protagonismo do aluno.

Se desejarmos fomentar no estudante o esforço próprio, precisaremos de mecanismos que o levem a realizar seu próprio trabalho de aprendizagem. Não é suficiente dizer para o aluno que ele precisa estudar, é necessário fornecer orientações precisas e detalhadas do que deve estudar, como e quando estudar, em cada uma das disciplinas do seu curso.

O incentivo ao aluno, que o leva a experimentação no sentido de ser protagonista do seu processo de aprendizagem, é importante para promoção de um processo que privilegie a aprendizagem mais do que o ensino.

Entre as metodologias ativas, a sala de aula invertida é uma forma do aluno entrar em contato com o assunto a ser estudado antes mesmo do momento da aula, gerando uma cultura de autoaprendizagem, fundamental para a formação do aluno de hoje. O professor pode disponibilizar na plataforma digital, materiais enriquecedores e que venham despertar o interesse do aluno.

O Trabalho Discente Efetivo - TDE é um convite ao uso de metodologias ativas e aprendizagem híbrida para a promoção do ensino ativo. Sob a supervisão dos docentes, com a utilização das ferramentas do *Google for Education* e acompanhada pelo Núcleo de Inovação em Aprendizagem - NINA, o TDE promove a melhoria do desempenho acadêmico e profissional dos graduandos por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas que priorizem a sua participação ativa no processo de formação, estimulando o aprendizado autônomo e sua progressiva autonomia intelectual.

Após os docentes descrever sobre o TDE nos planos de ensinos, cabe ao NDE validar e supervisionar o desenvolvimentos destas atividades, que incorporam as práticas pedagógicas de ensino ativo, realizadas dentro ou fora de sala de aula, de forma individual ou coletiva, voltadas à integralização do currículo do curso de graduação em Direito, favorecendo a apropriação do

conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

A disciplina Projeto Integrador se beneficia da prática pedagógica utilizadas no TDE, que é apoiada no ensino ativo em diferentes ambientes de aprendizagem como biblioteca, laboratórios e em situações extramuros, entre outros. É novo papel do professor, deixando de ser o transmissor de informações para ser o articulador da aprendizagem do aluno em atendimento às orientações das Diretrizes Curriculares e do Projeto Pedagógico Institucional.

Não podemos esquecer que a construção de uma matriz curricular não só objetiva-se proporcionar um ensino que aborde as técnicas contemporâneas, mas que seja também voltado para a transmissão de valores e conceitos perenes, indispensáveis à formação humanística dos alunos.

9.3.1 O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA

Em março de 2020, a fim de se dar continuidade ao período letivo, mesmo com as restrições impostas pela Pandemia da COVID-19, os cursos da Faculdade Promove de Sete Lagoas, dentre eles o de Direito, foram subsidiados para implementar metodologias, tecnologias e formas de avaliação de forma remota.

O contexto de criação da aula remota foi marcado pela condição de Pandemia de COVID-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, tendo em vista a doença causada pelo vírus Sars-Cov-2, que significa "Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2" (Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2), descoberto em dezembro de 2019.

Antes disso, o Brasil, seguindo as recomendações de órgãos internacionais, já havia decretado, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN). Seguindo as diretrizes nacionais, Minas Gerais declarou "Situação de Emergência em Saúde Pública" por meio do Decreto estadual nº 113, de 12 março de 2020.

A alta transmissibilidade do agente causador da doença impôs o isolamento social que impactou em todos os cenários da sociedade, inclusive no educacional. Frente à rápida e fácil contaminação e considerando quadros clínicos variados que vão desde pacientes assintomáticos à óbitos, a suspensão das aulas presenciais foi a realidade mundial.

O Ministério da Educação, por meio das Portarias de número 343 e 345, publicadas em 17 e 19 de março, respectivamente, apresentou a possibilidade de substituir as aulas presenciais por aulas que utilizem recursos tecnológicos para comunicação e ensino remoto, pelas instituições de ensino superior, enquanto durar a situação de pandemia.

O prazo de vigência dessa condição foi de 30 dias com a possibilidade de renovação. Em 1º de abril de 2020, foi publicada a medida provisória nº 934, que isentou as instituições da obrigação de cumprirem os 200 dias letivos.

Em 16 de junho de 2020 o MEC publicou a Portaria nº 544 que autorizou a permanência do sistema remoto de ensino até 31 de dezembro de 2020, além de incluir permissividade para atividades práticas, desde que respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de requerer avaliação institucional interna e adendo aos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Nesse sentido, a instituição implementou o ensino remoto, que foi planejado etapa por etapa, tendo em vista as incertezas do momento.

Após a interrupção das aulas por completo por 3 (três) dias, 18, 19 e 20 de março de 2020, a instituição orientou os professores para que iniciassem contato síncrono com os alunos a partir de 23 de março de 2020, nos respectivos dias e horários das aulas.

Como se tratava do final da primeira etapa de avaliação do primeiro semestre de 2020, os professores tiveram autonomia para escolher a ferramenta que lhes permitisse estabelecer esse contato com o aluno e o encerramento de suas avaliações do semestre.

Nesse período, a instituição já fazia uso da Plataforma Google for Education que foi a ferramenta oficialmente utilizada pelos professores e alunos a partir da segunda etapa de 2020-1. Os professores, receberam treinamento para o uso da plataforma, suporte técnico de informática, tutoriais, oficinas, enfim, recursos com potencial para otimizar a utilização da Plataforma, bem

como formação continuada voltada para esse novo modelo de ensino que requer cada vez mais metodologias ativas, que veio se configurando no contexto mundial.

A Plataforma, além das reuniões (videoconferências), permite a disponibilização de materiais de diferentes formatos (textuais e audiovisuais), realização de atividades avaliativas, fóruns de discussão, troca de mensagens instantâneas, gravação das discussões, dentre outros. Cada um, professor e aluno, recebeu seu login e senha e suporte técnico para auxiliar na instalação do software em seu computador e/ou smartphone.

Um aspecto amplamente discutido foi a facilidade de consulta ao material e ao colega quando da realização das avaliações. Nesse sentido, entendeu-se que essa consulta também amplia o processo de formação e de aprendizagem e que os professores precisariam elaborar questões que requeressem raciocínio e não meramente decoreba.

As Verificações de Aprendizagem - VA, também fora realizada no formato remoto. Pensando em utilizar a situação em favor do curso, a Coordenação e o NDE do curso propuseram e organizaram eventos integrados que permitiram intercurso e cidades, que contou com palestrantes renomados nas diversas especialidades do direito, permitindo a ruptura de barreiras geográficas e aproximando os alunos de profissionais referências na área da Direito.

As aulas teóricas continuaram ocorrendo no formato remoto, e a instituição optou por aguardar liberação para que pudessem ocorrer os estágios e as práticas de laboratório.

Os alunos e supervisores receberam equipamentos de proteção individual e treinamentos para utilização deles bem como, para rotinas necessárias para o momento. Já as aulas práticas, seguindo todos os protocolos de biossegurança, iniciaram-se nos sábados, mais precisamente, no curso de Direito, em março de 2021.

Importante salientar que o aluno poderia optar por não realizar o estágio ou a aula prática, e adiá-la para outra ocasião, caso não se sentisse seguro em realizá-la ou apresentasse algo que o impedisse. Nesse sentido, para iniciar o estágio ou prática, ele recebia instruções e manifestava seu consentimento por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O agendamento da aula prática considerava a disponibilidade de espaço físico, materiais necessários e viabilidade de uso sob a ótica da biossegurança, disponibilidade do professor e dos alunos. Foram mantidas as atividades de estágio supervisionado até o final do semestre, o que permitiu a integralização de 100% da carga horária de estágio dos alunos.

9.3.2 TRABALHO DISCENTE EFETIVO - TDE

As experiências internacionais, especificamente as defendidas pelo Protocolo de Bologna, indicam a necessidade de transferir o entendimento do processo educacional antes concentrado na ótica docente, ou seja, ensino desenvolvido por meio de horas em sala de aula, para a ótica discente, denominada carga de trabalho necessário para aquisição de saber.

Estas propostas apregoam que é preciso pensar o processo educacional como um volume de conhecimentos a ser assimilado pelos estudantes, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades, ocorrendo mediante a interdisciplinaridade, em conformidade com as especificidades de cada curso delineadas pelo projeto pedagógico. A este sentido, somamos o que defende SANTOMÉ (1998):

Também é preciso frisar que apostar na interdisciplinaridade significa defender um novo tipo de pessoa, mais aberta, mais flexível, solidária, democrática. O mundo atual precisa de pessoas com formação cada vez mais polivalente para enfrentar a sociedade na qual a palavra mudança é um dos vocábulos mais frequentes e onde o futuro tem um grau de imprevisibilidade como nunca visto em outra época da história da humanidade.

O trabalho discente efetivo permite a utilização de metodologia ativa conhecida como "sala de aula invertida" ou "*flipped classroom*". A sala de aula invertida prevê que tudo que diga respeito à oferta de conteúdo aconteça *online*, no caso da IES, com a postagem ou indicação de material através do *Google for Education*, enquanto os momentos presenciais são utilizados para a aplicação desse conteúdo, através de metodologias ativas de aprendizagem. Neste modelo, a aula acontece em casa e os momentos presenciais, em sala de aula, são utilizados para a resolução de exercícios e problemas, tirar dúvidas etc. (ou seja, a lição de casa é feita na escola e a aula acontece em casa). Daí o termo sala de aula invertida (ou *flipped classroom*).

Desta forma, a carga horária de um curso reporta a um conjunto de atividades de aprendizagem (intramurais e extramurais), tendo a conotação de tempo de aprendizagem discente em diferentes cenários. Assim, o estudante participa de projetos de iniciação científica, artística, cultural, tecnológica, atividades de monitorias, programas de estágio e trabalhos de final de curso, dentre outros.

A legislação educacional vigente sinaliza que mesmo as atividades teóricas (em sala de aula), possibilitam diversificação e flexibilização, podendo computar como 'tarefa-tempo' as atividades oferecidas no 'tempo aula', realizadas no 'tempo aluno', assim sendo a composição do trabalho discente efetivo compreende e organiza:

- Estágio supervisionado
- Atividades complementares
- Disciplinas da modalidade semipresencial/atividades mediadas por tecnologia
- Atividades teóricas em sala de aula
- Atividades tutoriais
- Atividades práticas dentro e fora da sala de aula
- Atividades fora de sala de aula

Com base nestes princípios, a atuação docente vem sendo redimensionada, permitindo que este desenvolva o papel de supervisor, animador, incentivador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a visão ampliada da IES sobre a integralização da carga horária do curso com o aproveitamento de atividades já realizadas no âmbito das disciplinas torna-se essencial para atendimento da legislação educacional, levando a uma abordagem do processo de formação centrado na autonomia discente, no qual este é protagonista do fazer acadêmico que ocorre além da dedicação às aulas.

O trabalho discente efetivo permite a utilização de metodologias ativas como a sala de aula invertida, que consiste no aluno estudar o conteúdo antes da aula, proporcionando economia de tempo para tirar dúvidas, promover debates e desenvolver outras atividades e conteúdos.

OPERACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO DISCENTE EFETIVO

A implantação do programa de trabalho discente efetivo tem por finalidade estruturar de forma clara o que o discente desenvolve ao longo do curso. Configura-se em uma organização sistêmica definida a partir das políticas institucionais que integram ações das coordenações de cursos, articuladas com o Núcleo Docente Estruturante - NDE que visa, sobretudo, a organização, realização e avaliação do trabalho efetivo discente. As seguintes diretrizes permeiam o trabalho discente efetivo:

Atividade	O que é para o discente	O que é para o docente
Estágio supervisionado	Aproximação com o campo de trabalho e integração dos conhecimentos teóricos com a prática.	Direcionamento das ações de sala de aula, validadas pela experiência e percepção do aluno, de maneira a planejar as atividades a serem desenvolvidas pelo aluno e orientá-lo.
Atividades complementares	Ampliação dos mecanismos de aprendizagem e sobretudo agregar novos conhecimentos e articular com a área de formação.	Desenvolver mecanismos de operacionalização das atividades desenvolvidas pelo aluno, identificando a coerência com a formação almejada.
Atividades teóricas	Momento de absorver as explicações do docente, formular questionamentos, participar da discussão e buscar outros subsídios.	Estabelecer técnicas de transmissão de conhecimento e de informação, com conteúdo e apresentação dos objetivos.
Atividades práticas	Entender a prática como uma atividade fundamental na formação e aquisição de competências e habilidades profissionais.	O docente deve estimular e desenvolver atividades práticas em diferentes cenários para a abertura de experiências acadêmicas, oportunizar a integração das áreas de graduação
Atividades fora de sala de aula	Entender a aprendizagem significativa em sentido amplo, ocorrendo inclusive a partir de atividades fora da sala de aula, tais como: estudar, ler, discutir e debater, ouvir uma preleção, trabalhar na biblioteca, redigir trabalhos, participar de conferências de especialistas, entrevistá-los, fazer perguntas, solucionar dúvidas, participar de trabalhos de iniciação científica, participar de pesquisas estruturadas, participar de oficinas, realizar trabalhos de campo, desenvolver diferentes formas de expressão e comunicação.	O docente deve estimular e oportunizar o desenvolvimento das atividades fora de sala de aula.
Tarefas integralizadoras	A atividade acadêmica das tarefas integralizadoras é uma ferramenta metodológica intelectual-avaliativa diretamente relacionada ao conteúdo teórico desenvolvido em sala de aula e que tem como objetivo integralizar os conhecimentos teóricos desenvolvidos em cada disciplina do semestre letivo através de um trabalho	Esta atividade possibilita ao docente aprofundar o conhecimento teórico ministrado ao aluno e ao mesmo tempo diversificar o processo avaliativo. Ao discente permite estreitar o caminho a ser percorrido na busca e construção do próprio conhecimento e, desta forma,

Atividade	O que é para o discente	O que é para o docente
	individual ou em grupo. Trabalho Integralizador e Atividades Práticas Supervisionadas - APS	acelerar o processo de autonomia intelectual.

9.4 CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC, nº 05/2018) e se vinculam, nos termos do Projeto Pedagógico do Curso, ao perfil do egresso e às habilidades e competências a serem desenvolvidos, sem perder de vista os objetivos do curso que expressam um ideal institucional do futuro Bacharel em Direito.

O currículo estrutura-se em eixos que se imbricam no decorrer do Curso e estão presentes nos diversos períodos com diferentes enfoques, ou seja, um determinado conteúdo de formação fundamental servirá de aprofundamento em outro conteúdo de formação profissional ou prática. Ressalte-se que há realização de atividades e projetos interdisciplinares entre as disciplinas de um mesmo eixo e entre os eixos.

As disciplinas componentes na matriz curricular, voltadas para formação fundamental têm como objetivo integrar o acadêmico nas áreas de atuação do Direito, estabelecendo as relações deste com outras áreas do saber. Despertando-o para adoção de uma postura ética e de raciocínio jurídico.

Com uma estrutura curricular receptiva aos novos ramos do direito, e às DCNs promoveram-se algumas alterações nas ementas destinadas ao estudo de algumas das disciplinas que compõem o núcleo de disciplinas de formação fundamental, profissional e prática.

No Eixo das disciplinas que compõem a Formação Geral, o objetivo é integrar o estudante no campo jurídico de modo transdisciplinar em relação a outros olhares epistemológicos, ligados às Humanidades e às Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética e Filosofia, História, Psicologia, Sociologia). A intenção é contribuir para que o/a estudante tenha a oportunidade de integrar esses saberes a uma concepção de Direito que seja harmônica com o

desenvolvimento regional, redução de desigualdades sociais e proteção de grupos vulnerabilizados, enquanto princípios fundantes da Faculdade Promove de Sete Lagoas, tais como esboçados no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico de Curso.

Nesse espírito, a preocupação com o território em que se situa a Faculdade Promove de Sete Lagoas favorece a adoção de perspectivas integradas com as comunidades locais e a promoção de seu desenvolvimento, com a inclusão de seus membros no ambiente universitário. Essa integração de saberes é realizada transversalmente em todos os componentes curriculares do curso de Direito, em que são privilegiadas práticas pedagógicas voltadas à reflexão teórico e crítica, leitura e elaboração de textos e utilização de metodologias de ensino e pesquisa em humanidades por meio dos projetos de pesquisas voltados para temáticas locais, projetos de extensão desenvolvidos dentro do NPJ, além das parcerias para realização de ações sociais (APAC).

Além destes recursos, no entanto, são ofertados componentes curriculares introdutórios que busquem aplicar as noções obtidas em outros campos do saber a questões especificamente jurídicas, tais como: Filosofia Geral e do Direito, Antropologia e Sociologia Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito e as teorias do Direito Público (com foco em Direito Constitucional), do Direito Privado e do Processo. Essa antecipação, no entanto, não pode ser feita de modo superficial, como tendem a ser componentes curriculares destinados à formação de estudantes de áreas contíguas, antes primam pelo aprofundamento e a aderência ao campo que serão exigidos dos futuros bacharéis em Direito.

Por sua vez, o Eixo de Formação Técnico-Jurídica abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento dos diversos ramos do Direito, compreendendo de forma holística a sistemática normativa e como este organismo estruturado pode melhor ser aplicado para resolver os constantes e dinâmicos com seu enfoque sobre os conceitos de conflito e de direitos, os conteúdos formativos são abordados no curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas em sua conexão com as mudanças sociais, políticas e econômicas, em âmbito regional, nacional e internacional, perspectivas que devem ser integradas aos conhecimentos tradicionalmente

tratados no interior do Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal e Processual Penal, Direito Civil e Processual Civil, Direito Empresarial, Direito Internacional, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. É importante ressaltar que, de acordo com a vocação da faculdade e do próprio curso de Direito, esses conteúdos são abordados em um viés que privilegie o respeito e a promoção dos direitos humanos, o fomento de políticas de gênero e étnico-raciais e a preocupação com a inclusão social de grupos historicamente vulnerabilizados, bem como os conhecimentos e tecnologias digitais que atualmente envolvem esses conhecimentos em sua atuação prática.

Finalmente, o Eixo de Formação Prático-Profissional, que se refere a atividades de Prática e Estágio Supervisionado dos discentes em Direito, o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, a realização de Atividades Complementares e de Atividades de Extensão, destinam-se a preparar o estudante para o desempenho de suas responsabilidades profissionais de forma consistente, crítica e ética.

Ao longo do curso, o estudante tem contato com atividades reais, envolvendo sujeitos e conflitos. Esse contato ocorreu com sua imersão no território em que se insere a Faculdade Promove de Sete Lagoas, por meio de sua atuação no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), nos órgãos públicos (Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacias de Polícia, Secretarias Municipais, Câmara de Vereadores, PROCON, Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais etc.) e privados (empresas, sindicatos, cooperativas, associações, organizações não governamentais – ONGs, dentre outras), além de instituições públicas paraestatais, organizações não-governamentais e movimentos sociais, com os quais o/a estudante entra em contato, por meio de convênios firmados com a Faculdade Promove de Sete Lagoas.

Além da prática voltada para as atividades jurídicas, esse eixo de formação também proporciona ao discente uma atuação diversificada no seio comunitário. Assim, a noção de prática também engloba, no interior do processo de formação profissional, a atuação em projetos de pesquisa e extensão, mantidos pelos docentes da Faculdade, e o desenvolvimento de trabalhos monográficos

nos Trabalhos de Conclusão de Curso estão voltados para problemáticas locais e regionais, em especial.

9.4.1 CONTEÚDOS OPTATIVOS

As disciplinas optativas constituem um vasto elenco de possibilidades de enriquecimento curricular, oferecido aos educandos do Curso de Direito a oportunidade de frequentar uma instituição de ensino superior é restrita a um pequeno grupo de estudantes, diante do enorme contingente de brasileiros alijados do sistema de educação superior.

De tal modo, compete às IES ofertar aos educandos o acesso ao conhecimento nas mais diversas áreas do saber. Os educandos do Curso de Direito podem cursar disciplinas optativas, distribuídas ao longo do curso, sendo o resultado incluído no histórico escolar. Por conseguinte, dá-se maior flexibilização curricular permitindo ao aluno incorporar conhecimentos de seu interesse específico que agregam valor a sua formação universitária.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito pensando em fornecer integralidade entre seus formandos, oferece disciplina optativa em libras e ratifica o compromisso com a igualdade de oportunidades e com o processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade.

As Línguas de Sinais são as línguas naturais das comunidades surdas. Ao contrário do que muitos imaginam, as Línguas de Sinais não são simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. São línguas com estruturas gramaticais próprias. Atribui-se às Línguas de Sinais o status de língua porque elas também são compostas pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico.

9.5 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

9.5.1 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

A Resolução CNE/CP N.º 1, de 17 de junho de 2004, estabelece no Art. 1º, parágrafo 1º que:

"As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004".

A Constituição da República Federativa do Brasil, lei maior de nossa nação, possui enquanto pressuposto (...) assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social (...). (BRASIL, 1988, p. 1).

Seus princípios, baseados na prevalência dos Direitos Humanos, na tolerância às diferenças e repúdio a quaisquer formas de discriminação tiveram, no campo educacional, sua transposição na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, que confere ao contexto educacional a especificidade de articular com a diversidade, por meio do respeito às manifestações culturais, bem como um currículo que atenda às necessidades de todas as partes envolvidas na relação ensino–aprendizagem.

Frente a isso, a questão das relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena são contempladas de forma transversal por meio dos conteúdos ministrados na disciplina de Antropologia e Sociologia Jurídica e Projeto Integrador de Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Relações Étnico-Raciais, tópicos de tamanha importância no curso de Direito, visto que,

somente entendendo a cultura e expressão artística dos povos é possível inferir e atuar na contemporaneidade.

9.5.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Resolução CNE/CP 2, de 15 de junho de 2012, estabelece no Art. 8º que:

"A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico".

Somente a partir da década 1980 é que começaram a surgir condições jurídicas e institucionais para ações de controle do meio ambiente mais consistentes e efetivas. Como exemplo, citam a lei 6.938 de 1981 que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente e criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Meio Ambiente. Na Constituição Federal promulgada em 1988, novos avanços ocorreram, enunciando-se no artigo 228 do capítulo VI (Do Meio Ambiente) que todos têm direito (...) ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e à coletividade de preservá-lo para as presentes e futuras gerações (...).

A Educação Ambiental foi incorporada como componente essencial na educação nacional a partir de da Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Impossível conceber um profissional na área do Direito dissociado das questões relacionadas ao meio ambiente. A própria formação holística que se almeja ao graduado no curso obriga que nas disciplinas apresentadas na matriz curricular do curso, com destaque para a disciplina de Gestão do Meio Ambiente, enfatiza discussões relacionadas ao tema, como: ética socioambiental nas

atividades profissionais, além do desenvolvimento de ações que tratam de questões relacionadas à sustentabilidade e ações extensionistas alusivas ao tema.

Com isso, prevê-se neste curso a integração da educação ambiental na disciplina de Direito Ambiental, e de modo transversal em outras disciplinas, de forma contínua e permanente (Decreto nº 4.281/2002), por meio da realização de atividades curriculares e extracurriculares.

9.5.3 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Resolução CP/CNE 01, de 30 de maio de 2012, estabelece no Art. 6º que:

"A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político- Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação."

Os Direitos Humanos são frutos da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Histórica e socialmente construídos, dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos face às transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos.

Nesse processo, a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Assim sendo, a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos, e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação.

Desta forma, a Educação em Direitos Humanos está presente na formação dos profissionais da Faculdade Promove de Sete Lagoas cooperando para que a consolidação, propagação e sustentação dos Direitos Humanos dos jovens sejam a força motriz necessária para um construir e viver numa sociedade digna, não discriminatória e democrática. Frente a isso, a questão dos Direitos Humanos é contemplada de maneira transversal em todas as disciplinas, sobretudo por meio de conteúdo da disciplina de Filosofia Geral e do Direito e Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Relações Étnico-raciais, tópico de tamanha importância no curso de Direito.

9.5.4 LIBRAS

O curso contempla o estudo da Língua Brasileira de Sinais em disciplina optativa. Conforme Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O conteúdo relacionado à Língua Brasileira de Sinais é abordado na disciplina LIBRAS, que pode ser cursada com caráter optativo pelos (as) discentes desse curso.

9.5.5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os parâmetros para Educação Inclusiva no Curso de Direito desta IES baseiam-se nas seguintes normas jurídicas:

- A Constituição Federal/88, art. 205, que garante a educação como um direito de todos;
- O Decreto nº 3.956/2001, que ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com deficiência;
- O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

- As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito (Resolução CNE/CES nº 05, de 2018);
- A Resolução n. 1 de 17 de junho de 2004, que versa sobre educação e relações étnico-raciais, bem como o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana;
- O Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - dispõe sobre o ensino de língua brasileira de sinais (LIBRAS);
- A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008);
- O Decreto de Acessibilidade (nº 5.296/2004), a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 e demais dispositivos legais pertinentes.

Destaque-se, entre essas normas jurídicas, a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (Programa Incluir - Acessibilidade Na Educação Superior, Secadi/Sesu–2013).

O acesso a um sistema educacional inclusivo pressupõe a adoção de medidas específicas que assegurem as condições de acessibilidade, necessárias à plena e autônoma participação dos acadêmicos com deficiência, em ambientes que elevem seu desenvolvimento acadêmico e social.

No bojo da política de desenvolvimento institucional desta IES para implementação de uma educação superior inclusiva, a acessibilidade, entendida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários, das edificações, e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, pressupõe a adoção de ações de acessibilidade, tais como:

- Adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento na instituição;

- Adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual;
- Aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas e demais recursos de tecnologia assistiva;
- Formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros códigos.

A acessibilidade, porém, alcança, hoje, sentido mais amplo, extrapolando a dimensão física e abrangendo o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras (Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): Parte 1 – Avaliação de cursos de graduação. Brasília: INEP, BRASIL, 2013).

Além da acessibilidade arquitetônica, há que considerar a:

- Acessibilidade atitudinal: atitude de perceber o outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Base para a remoção de barreiras;
- Acessibilidade metodológica: Ausência de barreiras nas metodologias de estudo;
- Acessibilidade Programática: Eliminação de barreiras nas políticas públicas (instrumentos legais);
- Acessibilidade instrumental: Superação de barreiras instrumentais de estudo, trabalho, de lazer e recreação;
- Acessibilidade nos transportes: Oferece condições de acesso ao transporte (veículos, paradas, calçadas, terminais e similares);
- Acessibilidade nas comunicações: Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual;
- Acessibilidade digital: Eliminação de barreiras de comunicação; acesso físico, equipamentos e programas adequados; conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Assim, a Faculdade Promove de Sete Lagoas, em sua política de educação inclusiva, estipula a adoção de outras medidas, quais sejam:

- Política de aprovação de projetos de pesquisa vinculado à linha de pesquisa inclusão social e na acessibilidade;
- Política de aprovação de projetos de extensão que visem acessibilidade de sujeitos com TEA (Transtorno do Espectro Autista);
- Atendimento e acompanhamento especializados no Núcleo de Atendimento Psicopedagógica - NAP;
- Abordagem transversal do Transtorno Espectro Autista em disciplinas optativas, tais como, Educação Especial, Relações étnico-raciais e direito à diferença, e outras;
- Produção de material didático juntamente com a comunidade, visando a comunicação alternativa;
- Disponibilização de softwares de enriquecimento curricular;
- Proposição de atividades de enriquecimento curricular semestrais com atendimento personalizado ao acadêmico;
- Participação de docentes e acadêmicos em eventos técnico-científicos sobre Acessibilidade;
- Realização anual de seminário sobre Acessibilidade com participação de autoridades no tema.

O Curso de Direito desta IES, em consonância com as normas jurídicas supracitadas, em harmonia com a sua Missão Institucional e o seu PDI, por meio de disciplinas como Antropologia e Sociologia Jurídica e Projeto Integrador de Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Relações Étnico-Raciais, contribui para a consolidação de uma educação inclusiva na Faculdade Promove de Sete Lagoas.

Em síntese, esses são parâmetros e as ações iniciais para o desenvolvimento de uma política institucional de educação inclusiva.

9.6 DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA

Respeitando a legislação em vigor, o Curso de Graduação em Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas determina que o quantitativo que consiste a hora-aula utilizado na organização do curso é de 50 minutos. No entanto, para não desobedecer à carga horária mínima determinada por lei para Bacharelado em Direito, que é de 3.700 horas, com módulos de 60 minutos, a IES acrescentou mais 940 horas na carga horária mínima definida por lei, cumprindo assim a determinação legal. A duração mínima do Curso de Direito será de dez semestres (cinco anos) letivos e máximos de dezesseis semestres (oito anos) letivos, com carga horária de 3920 h/a nas disciplinas de formação básica e profissional, 440h/a de Estágio Supervisionado, atividades complementares, que a IES fixou uma carga horária de 200 h/a e 80 h/a de TCC totalizando para a formação do bacharel em direito 4640 h/a, distribuídas em 20 semanas e 100 dias por semestre, integralizando 200 dias letivos e 40 semanas/ano.

9.7 MATRIZ CURRICULAR

IES: FACULDADE PROMOVE DE SETE LAGOAS

CURSO: DIREITO

Carga Horária de Integralização: 4640

Regime: Semestral

Nº de Semanas Letivas: 20 semanas

Nº de Dias Letivos Semanais: 5 dias

Nº de Dias Letivos Semestrais: 100 dias

1º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA DO DIREITO	80	-	80	04
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO	80	-	80	04
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	80	-	80	04
LÍNGUA PORTUGUESA	80	-	80	04
PSICOLOGIA APLICADO AO DIREITO	80	-	80	02
SUBTOTAL	400	-	400	20

TOTAL	400	
--------------	------------	--

2º PERIODO				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
DIREITO CIVIL I - PARTE GERAL	80	-	80	04
DIREITO CONSTITUCIONAL I	80	-	80	04
DIREITO PENAL I	80	-	80	04
FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	80	-	80	04
SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	80	-	80	04
SUBTOTAL	400	-	400	20
TOTAL			400	

3º PERIODO				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES	80	-	80	04
DIREITO CONSTITUCIONAL II	80	-	80	04
DIREITO PENAL II	80	-	80	04
HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO	80	-	80	04
TEORIA GERAL DO PROCESSO	80	-	80	04
SUBTOTAL	400	-	400	20
TOTAL			400	

4º PERIODO				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
DIREITO CIVIL III - CONTRATOS	80	-	80	04
DIREITO CONSTITUCIONAL III	80	-	80	04
DIREITO EMPRESARIAL I – TEORIA GERAL E SOCIEDADES	80	-	80	04
DIREITO PENAL III	80	-	80	04
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I – PROCESSO DE CONHECIMENTO	80	-	80	04
SUBTOTAL	400	-	400	20
TOTAL			400	

5º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
DIREITO CIVIL IV - DIREITOS REAIS	80	-	80	04
DIREITO EMPRESARIAL II - S/A	80	-	80	04
DIREITO PENAL IV	80	-	80	04
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II – SENTENÇA E RECURSOS	80	-	80	04
PROCESSO CONSTITUCIONAL	80	-	80	04
SUBTOTAL	400	-	400	20
TOTAL			400	

6º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
DIREITO ADMINISTRATIVO	80	-	80	04
DIREITO CIVIL V – FAMÍLIA	80	-	80	04
DIREITO EMPRESARIAL III – TÍTULOS DE CRÉDITO	80	-	80	04
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III - EXECUÇÃO	80	-	80	04
DIREITO PROCESSUAL PENAL I	80	-	80	04
SUBTOTAL	400	-	400	20
TOTAL			400	

7º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
DIREITO CIVIL VI- SUCESSÕES	80	-	80	04
DIREITO DO TRABALHO I	80	-	80	04
DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	80	-	80	04
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	80	-	80	04
DIREITO EMPRESARIAL IV - RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA	40	-	40	02
SUBTOTAL	360	-	360	18
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I – PRÁTICA CÍVEL.	-	120	120	
TOTAL			480	

8º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
DIREITO DO TRABALHO II	80	-	80	04
DIREITO PROCESSUAL PENAL III	40	-	40	02
METODOLOGIA CIENTÍFICA	40	-	40	02
DIREITO CIVIL VII – CONTRATOS EM ESPÉCIE E RESPONSABILIDADE CIVIL	80	-	80	04
DIREITOS HUMANOS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	40	-	40	02
DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO I	80	-	80	04
ÉTICA E ESTATUTO DA OAB	40	-	40	02
SUBTOTAL	400	-	400	20
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II – PRÁTICA PENAL	-	120	120	
TOTAL			520	

9º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	40	-	40	02
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	80	-	80	04
DIREITO TRIBUTÁRIO II	80	-	80	04
ECONOMIA	40	-	40	02
OPTATIVA I	40	-	40	02
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I – TCC	40	-	40	02
DIREITO DO CONSUMIDOR	40	-	40	02
DIREITO DIGITAL	40	-	40	02
SUBTOTAL	400	-	400	20
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III – PRÁTICA ADMINISTRATIVA, EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIA E PREVIDENCIÁRIA	-	120	120	
TOTAL			520	

10º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL	80	-	80	04
DIREITO ECONÔMICO	80	-	80	04
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	40	-	40	02
MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS	40	-	40	02
OPTATIVA II	40	-	40	02
DIREITO AMBIENTAL	80	-	80	04
SUBTOTAL	360	-	360	18
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV – PRÁTICA TRABALHISTA	-	120	120	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	-	200	200	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II – TCC		40	40	
TOTAL			720	

DISCIPLINAS OPTATIVAS	
DISCIPLINA	CH
DIREITO ELEITORAL	40
MEDICINA LEGAL	40
LIBRAS	40
PROCESSO ADMINISTRATIVO	40
DIREITO NOTARIAL	40
POLÍTICAS PÚBLICAS	40
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40
TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO	40

QUADRO RESUMO	CH
DISCIPLINAS	3920
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	440
TCC	80
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200
TOTAL	4640

9.8 EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

1º PERÍODO

ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA DO DIREITO

Antropologia: histórico e objeto. Etnocentrismo e Relativismo Cultural. Diversidade Cultural e seu Status Jurídico hoje, contextualizado no Sistema Internacional de Direitos Humanos. Formação Étnica Pluralista brasileira e relação com a temática do Multiculturalismo e Interculturalidade. Pluralismo Jurídico. Temas Antropológicos para Estudos Jurídicos. O Direito em Civilizações Pgressas e análise de alguns de seus Institutos Jurídicos. O Direito no Brasil: alguns marcos relevantes de seu desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Alan de Paula. Antropologia: questões, conceitos e histórias. Curitiba : Intersaber, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/161681/pdf/0>

GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: Ciência do Homem filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1267/pdf/0>

MOSCAL, Janaína; FRIGO, Simone. Algumas Questões de Antropologia Contemporânea. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: [Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185154/pdf/0](https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185154/pdf/0)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHICARINO, Tathiana (org.) Diversidade cultural. São Paulo: Pearson, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184083/pdf/0>

INGOLD, Tim. Antropologia para que serve? Petrópolis : Vozes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/202113/epub/0>

CHICARINO, Tathiana. Antropologia social e cultural. São Paulo : pearson, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22238/pdf/0>

FIORAVANTE, Raphael Hardy. Antropologia da Política. Curitiba : Intersaber, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168148/pdf/0>

RIBEIRO, Darcy. Utopia Selvagem. São Paulo: Global editora, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184729/epub/0>

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO

Introdução à Ciência Política e Teoria do Estado. Evolução histórica: Estado antigo, Estado Grego, Estado Romano, Estado Medieval, Absolutismo, Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito. Poder Estatal e Poder Social. Legitimidade do Poder. Introdução à teoria da tripartição dos poderes. Origem e constituição da sociedade. Poder e Sociedade. O conceito de Estado. Elementos constitutivos do Estado. Estado, Direito e Política. Democracia. Estado Neoliberal e Estado Pós-social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANDUCO, Alessandro. Ciência política. São paulo: Saraiva, 2011.

BOBBIO, Norberto; Bovero, Michelangelo (org.). Teoria geral da política, a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2000 .

RIBEIRO, João Ubaldo. Política quem manda por que manda como manda. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LUCAS, João Ignácio Pires. Ciência política. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021. - Pearson.

LEITE, Fernando. Ciência política: da Antiguidade aos dias de hoje. Curitiba: InterSaberes, 2016. - Pearson.

FRIEDE, Reis. Curso de ciências políticas e teoria geral do Estado: teoria constitucional e relações internacionais. 5ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2013. - Pearson.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 33 ed. São paulo: Sarraiva, 2018.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Teoria geral do estado e da constituição. 10 ed. São Paulo: Forense, 2016.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Introdução à Ciência Jurídica. Divisão do Direito. Direito e Moral. Axiologia Jurídica. Sanção e Coação. Estrutura e Validade da Norma Jurídica. Classificação das Regras Jurídicas. Fontes do Direito. Fatos e Atos Jurídicos. Direito Objetivo e Subjetivo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187792/epub/0>

PAINÉ, Thomas. Direitos do homem: uma resposta ao ataque do Sr. Burke à revolução francesa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/202137/epub/0>

MELLO, Cleyson de Moraes. Introdução ao estudo do direito. 3. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2021. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191749/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRIEDE, Reis; CARLOS, André. Lições esquematizadas de introdução ao estudo do direito: teoria, esquemas analíticos e exercícios de fixação. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208643/pdf/0>

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito, técnica, decisão, dominação. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 .

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 40 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017 .

GLASENAPP, Ricardo. Introdução ao Direito. São Paulo: Pearson, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/176758/pdf/0>

NUNES, Rizzatto. Manual de introdução ao estudo do direito, com exercícios para sala de aula e lições de casa. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LÍNGUA PORTUGUESA

O discurso dissertativo de caráter científico. Organização, coesão e coerência do texto. Argumentação. Interpretação. Produção de texto: descrição, narração e dissertação; Noções de português jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORIN, José Luiz; PLATÃO, Francisco Savioli; FIORIN, José Luiz. Para entender o texto, leitura e redação. 16 ed. São Paulo: Ática, 2000 .

ANDRADE, Maria Margarida de; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação em língua portuguesa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009 .

SOUZA, Luiz Marques de; Carvalho, Sérgio Waldeck de. Compreensão e produção de textos.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, Evanildo. Lições de português, pela análise sintática. 18 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006 .

FARACO, Carlos Alberto; Tezza, Cristovão. Prática de texto, para estudantes universitários. 24 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

Kocher, Vanilda Salton; BOFF, Odette Maria Benetti. Pavani, Cinara Ferreira. Prática textual, atividades de leitura e escrita . 11ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 18 ed. São Paulo: Contexto, 2011

POLITO, Reinaldo. Como Falar Corretamente e sem Inibições. 111 ed. São Paulo: Saraiva, 2006

RIOS, Mariza; TEIXEIRA, Newton Teixeira. Direitos Humanos e democracia em construção. Belo

Horizonte: Conhecimento, 2020. disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/189717/epub/0>

PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO

A psicologia como ciência. Bases teóricas. Behaviorismo. A teoria psicanalítica de Freud. Conceito de personalidade. Conceito de Motivação. Bases da motivação. A pirâmide de Maslow. Conceito de emoção. Inteligência emocional. Princípios fundamentais de psicopatologia. Relacionamento. Vínculo Grupal. Conflito e liderança. Aplicação da psicologia no contexto jurídico. Noções gerais do estudo de psicologia. Aspectos psicológicos das relações humanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOUZA, André Peixoto de. Psicologia jurídica. Curitiba: InterSaberes, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185160/pdf/0>

REZENDE, Luiza Franco. A psicologia jurídica e proteção das crianças e dos adolescentes. Curitiba: Contentus, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185212/pdf/0>

DAGOSTIN, Ana Paula. Psicologia investigativa. Curitiba: Contentus, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184229/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORRIS, Charles G. Introdução à psicologia. São Paulo: Prentice Hall, 2004. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/433/pdf/0>

DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2193/pdf/0>

VASCONCELLOS, Silvio José Lemos; LAGO, Vivian de Medeiros (orgs.). A psicologia jurídica e as suas interfaces: um paronoma atual. 2ª ed. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2022. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/206696/epub/0>

PAULO, Beatrice Marinho (Coord.). Psicologia na pratica juridica, a criança em foco. 2.ed. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 .

PINHEIRO, Carla. Psicologia jurídica. 4.ed. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 .

2º PERÍODO

DIREITO CIVIL – PARTE GERAL

Introdução ao Estudo do Direito Civil: LINDB. Personalidade Jurídica: sujeitos, direitos da personalidade. Ausência. Domicílio. Pessoas jurídicas: teorias sobre a pessoa jurídica, espécies, teoria da desconsideração da personalidade jurídica dos bens. Dos atos, fatos e negócios jurídicos. Prescrição e Decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DESGUALDO, Juliana Guillen. Coleção Direto e Reto 1ª fase OAB - Direito Civil. São Paulo: Rideel, 2022. Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203725/pdf/0>

MATOS, Ana Carla Harmatiuk et al. Direito civil na legalidade constitucional: algumas aplicações. Indaiatuba: Editora Foco, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188693/epub/0>

GARCIA JUNIOR, Vanderlei . Direito Civil. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188188/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Alexandre Cortez Fernandes. Direito Civil: introdução, pessoas e bens. Caxias do Sul, RS: Educus, 2012. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2955/pdf/0>

GONCALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2018. v. 1

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018. v. 1.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil.. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 1.

DIREITO CONSTITUCIONAL I

Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo. Teoria da Constituição. Conceito e classificação da Constituição. Aplicabilidade e Interpretação das normas constitucionais. Poder Constituinte. Teoria das normas constitucionais (regras e princípios). Teoria dos direitos e garantias fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Constitucional. 12 ed. Salvador: Juspodium, 2018

MASSON, Nathalia. Manual de direito constitucional. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 6. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188667/epub/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NOVELINO, Marcelo. Curso de direito constitucional. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 13. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2018.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2018

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 21 ed. São Paulo: Método, 2018

DIREITO PENAL I

Introdução ao Direito Penal e suas Teorias. Direito Penal Constitucional. Parte Geral do Código Penal: visão crítica. Teoria da Norma. Teoria do Crime.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORREIA, Martina. Direito penal em tabelas, parte geral. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2018 .

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de direito penal, parte especial (arts. 121 ao 361). 10 ed. Salvador: Juspodivm, 2018 .

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Manual de direito penal. 11.ed. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

QUEIROZ, Paulo (coord.). Direito penal: parte especial, Coordenação de Paulo Queiroz. 3.ed./v.2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. Manual de direito penal: parte geral. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PRADO, Luiz Regis. Direito penal econômico. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO

Conceito, origens e desenvolvimento do pensamento filosófico. Principais pensadores e escolas filosóficas. Liberdade, poder, política e sua correlação com o Direito. Vicissitudes entre democracia e igualdade desde a antiguidade até a contemporaneidade e sua influência na formação do homem. Relação entre ciência, verdade e método; Racionalismo, Irracionalismo e suas correntes filosóficas: materialismo e idealismo; Relação entre filosofia ética e moral. Problemas e questões fundamentais de Filosofia geral e do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATTAR NETO, João Augusto. Filosofia. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/183206/pdf/0>

LUDWIG, Celso Luiz. Elementos de filosofia geral e filosofia jurídica: uma introdução crítica. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191710/pdf/0>

GUERRA, Carlos Eduardo; RIBEIRO, Ricardo Lodi. Teoria e filosofia do direito. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37860/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Alexandre Cortez; LUCAS, João Ignacio Pires (org.). Escritos sobre filosofia do direito. 1. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208187/pdf/0>

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito: Uma Crítica na Verdade na Ética e na Ciência. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013 .

MONTALVÃO, Bernardo. Manual de filosofia e teoria do direito. Salvador: Juspodivm, 2018.

Hervada, Javier. Lições propedêuticas de filosofia do direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008 .

MONTALVÃO, Bernardo (coord.). Resolução n^o 75 do CNJ : noções gerais de direito e formação humanística. Salvador: Juspodivm, 2018 .

SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA

Aspectos históricos do desenvolvimento do pensamento sociológico. Conceitos fundamentais dos principais teóricos clássicos. Organização Social. Sociedade e Cultura. Aspectos da cultura afro e indígena. A Sociologia Contemporânea. A sociologia como ciência e sua relação com o direito. Função Social do Direito. Conceito Sociológico do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IAMUNDO, Eduardo. Sociologia e antropologia do direito. São Paulo: Saraiva, 2017 .

REINERT, Regina Paulista Fernandes. Sociologia geral e jurídica. Curitiba: InterSaberes, 2021. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191765/pdf/0>

SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149515/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Luciano. Manual de Sociologia Jurídica. Vozes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/114688/pdf/0>

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo. Curso de Sociologia Jurídica. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/201023/pdf/0>

REINERT, Regina Paulista Fernandes. Sociologia geral e jurídica. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191706/pdf/0>

CAMPOS, Juliana Lipe de; PONTES, Stefani. Sociologia. Curitiba: Intersaberes, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/158425/pdf/0>

BERTHOLDI, Juliana. Direitos sociais e políticas públicas. Curitiba: Contentus, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185986/pdf/0>

3º PERÍODO

DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES

Compreensão das fontes obrigacionais: contrato, declaração unilateral de vontade, ato ilícito, bem como suas respectivas consequências. Modalidades de obrigações: dar coisa certa e incerta, fazer, não fazer, alternativas, divisíveis e indivisíveis. Solidariedade ativa e passiva. Transmissão: cessão e assunção. Do Adimplemento e Extinção das Obrigações. Do Inadimplemento das Obrigações. Da mora. Cláusula penal e Arras. Juros legais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito civil: obrigações. 2. ed. Porto Alegre: EducS, 2019. -

Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/175209/pdf/0>

MELLO, Cleyson de Moraes. Direito civil: obrigações. 4. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. -

Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198494/pdf/0>

MELO, Nehemias Domingos de. Lições de direito civil: obrigações e responsabilidade civil. 5. ed.

Indaiatuba: Foco, 2022. - Pearson Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208882/epub/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil: obrigações. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 2.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: direito das obrigações. 12. ed. Salvador: JusPodivm, 2018. v. 2.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 2.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 3.

CAMPOS, Aurélio Bouret. Direito civil: parte geral, contratos, obrigações e responsabilidade civil.

1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209325/pdf/0>

DIREITO CONSTITUCIONAL II

Os direitos fundamentais na Constituição brasileira. Tutela Constitucional das liberdades. Direitos sociais. Direito de nacionalidade. Direitos políticos. A Federação. Organização Político-Administrativa. Administração Pública. Organização dos Poderes e do Ministério Público. Processo Legislativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, Eduardo dos. Direito constitucional sistematizado. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188675/epub/0>

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Direito constitucional: primeiras linhas. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/201423/pdf/0>

OLIVEIRA, Erival da Silva. Prática jurídica constitucional. 13. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209364/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Constitucional. 12. ed. Salvador: JusPodium, 2018.

NOVELINO, Marcelo. Curso de direito constitucional. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira; VENERAL, Débora Cristina; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho (org.). Filosofias das abordagens jurisdicionais no direito constitucional e internacional. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/211888/pdf/0>

MORAES, Guilherme Peña de. Constitucionalismo multinacional: uso persuasivo da jurisprudência estrangeira pelos tribunais constitucionais. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/211379/epub/0>

DIREITO PENAL II

Teoria Geral da Pena: Pena, Penas Privativas de Liberdade, Penas Restritivas de Direitos, Pena de Multa. Concurso de crimes. Limite das Penas. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção de Punibilidade. Prescrição. Lei de Execuções Penais Lei 7210/84

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Gisele Mendes. Direito penal II. Caixias do Sul: Educs, 2018. - Pearson. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187357/pdf/0>

KALACHE, Kauana. Direito penal comparado: uma análise entre Brasil, Estados Unidos e Portugal. Curitiba: InterSaberes, 2020. - Pearson. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186504/pdf/0>

ARANHA FILHO, Adalberto.[et al.]. Temas atuais de Direito Penal e Direito Processual Penal. São Paulo: Rideel, 2021. - Pearson. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203777/pdf/0>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal, parte especial: dos crimes contra a pessoa a dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos: (arts. 121 a 212). 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 2.

BRAGA, Hans Robert. Manual de Direito Penal: Parte Geral. São Paulo: Rideel, 2018. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182327/pdf/0>

PARDAL, Rodrigo. Direito penal : parte geral. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209330/pdf/0>

VINERAL, Débora Cristina. Elementos do direito penal. Curitiba: InterSaberes, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/179736/pdf/0>

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal parte especial: crimes contra a pessoa. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 2

HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO

Origens históricas e intelectuais da Hermenêutica. Hermenêutica filosófica e hermenêutica jurídica: a interpretação e compreensão na Filosofia e no Direito. Escolas jurídicas hermenêuticas.

Métodos de interpretação e integração jurídica. Teoria da norma jurídica. Teoria do ordenamento jurídico. Teoria da argumentação jurídica. Elementos de Hermenêutica Constitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MELLO, Cleyson de Moraes. Hermeneutica e direito. Rio de Janeiro : Editora Processo, 2018.
disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185203/pdf/0>

SCHMIDT, Lawrence k. Hermeneutica. Petropolis : Rio de Janeiro : Vozes, 2014. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54230/pdf/0>

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. Logica, comunicação e argumentação jurídica.
Curitiba: Intersaber, 2021. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191708/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ILHESCA, Daniela Duarte et al. Comunicação e expressão. Curitiba: Intersaberes, 2012.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3838/epub/0>

GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. Comunicação e linguagem. São Paulo: Pearson, 2020.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/178098/pdf/0>

SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. 3.ed. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Pamplona Filho, Rodolfo (coord.). Assis Jr., Luiz Carlos de (coord). Hermenêutica aplicada. São Paulo: Saraiva, 2014.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Sociedade e tutela jurídica. O processo e o direito processual - Princípios gerais do direito processual - Direito processual constitucional - Tutela constitucional do processo - Norma processual – Eficácia da lei processual no espaço e no tempo - Jurisdição e Arbitragem - Poder

judiciário e organização judiciária – Competência – Ação - Processo, relação jurídica e procedimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil: teoria geral e processo de conhecimento. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 1.

MELLO, Cleyson de Moraes. Teoria geral do processo. 2. ed. [S.l.]: Processo, 2023. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208339/pdf/0>

SILVA, Rodrigo Otávio Monteiro da. Teoria geral do processo. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/197775/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEDINA, Palo Roberto de Gouvêa. Teoria Geral do Processo: de Acordo com o Código de Processo Civil de 2015. 3 ed. Salvador: Juspodivm, 2017 .

MARTINS, Sergio Pinto. Teoria Geral do Processo. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MELLO, Cleyson de Moraes. Processo civil: teoria geral do processo. 2. ed. [S.l.]: Processo, 2023. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208311/pdf/0>

SALES, Fernando Augusto De Vita Borges de. Manual de direito processual civil. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182336/pdf/0>

DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil, introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 20 ed. Salvador: Juspodium, 2018 Vol. 1.

4º PERÍODO

DIREITO CIVIL III –CONTRATOS

Normas e Princípios fundamentais do direito dos contratos. Formação. Classificação. Regime dos contratos bilaterais. Espécies contratuais. Validade e invalidade. Hermenêutica contratual. Efeitos e extinção. Teoria da imprevisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

WENCESLAU, Roberto Rocha. Contratos empresariais. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186492/pdf/0>

MELLO, Cleyson de Moraes. Direito civil: contratos. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198501/pdf/0>

CÓDIGO de Defesa do Consumidor de bolso. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188204/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO, Nehemias Domingos de. Lições de direito civil: dos contratos e dos atos unilaterais. 5. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208888>

CAMPOS, Aurélio Bouret. Direito civil: parte geral, contratos, obrigações e responsabilidade civil. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209325>

CASSETTARI, Christiano. Elementos de direito civil. 11. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208913>

FONTOURA, Rodrigo Brandão. Contratos de prestação de serviços e mitigação de riscos. 2. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188659>

GARCIA, Wander Carvalho Dompieri; RODRIGUES, Gabriela. Manual completo de direito civil: Ideal para provas e concursos. 3. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211376>.

DIREITO CONSTITUCIONAL III

Controle de Constitucionalidade. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem econômica. Ordem social. Sistema Tributário Nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDES, Gilmar Ferreira; Gonet Branco, Paulo Gustavo. Curso de direito constitucional. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Constitucional. 12 ed. Salvador: Juspodium, 2018.

MASSON, Nathalia. Manual de direito constitucional. 6 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROCHA, Marcelo Hugo da; SENA, Daniel. Direito constitucional. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188189/pdf/0>

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 6. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188667/epub/0>

DRAGO, Guilherme Dettmer. Manual de direito constitucional. São Paulo: Educs, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/175208/pdf/0>

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIREITO EMPRESARIAL I - TEORIA GERAL E SOCIEDADES

Evolução histórica do comércio e do direito comercial. Fontes do direito comercial. Teoria da empresa e atos de comércio. Empresa e empresário. Estabelecimento empresarial. Registro de empresa. Nome empresarial. Livros empresariais. Direito Societário: das sociedades em geral; responsabilidade da sociedade e dos sócios; da constituição das sociedades; sociedades não personificadas; sociedade simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em conta de participação; sociedade limitada e a empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI); Dissolução e liquidação de sociedades; reorganização das sociedades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DURÃES, Hebert Vieira. Nova lei de recuperação e falência empresarial: quadro comparativo e comentários aos dispositivos vetados. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2021. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203779/pdf/0>

ALQUALO, Fernando Pereira. Direito empresarial. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203727/pdf/0>

NIARADI, George Augusto (org.). Direito empresarial. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177790/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEDRO, Paulo Roberto Bastos. Curso de direito empresarial. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/206121/pdf/0>

NÓBREGA, Camile Silva. Direito empresarial e societário. 3. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/206121/pdf/0>

FREITAS, Grace Kellen Corrêa de. Direito empresarial de leve na prática. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2021. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188214/pdf/0>

GABRIEL, Sérgio. Manual de direito empresarial. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2018. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182333/pdf/0>

Diniz, Helena Maria. Curso de direito civil brasileiro: direito de empresa.. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 8.

DIREITO PENAL III

Introdução e análise crítica da teoria do bem jurídico. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes

contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra a dignidade sexual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de direito penal, parte especial (arts. 121 ao 361). 10 ed. Salvador: Juspodivm, 2018 .

GILABERTE, Bruno. Crimes contra o patrimônio. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/183514/pdf/0>

VENERAL, Débora Cristina; FERREIRA, Elizete Aparecida Borges. Elementos do direito penal. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/179736/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal parte especial: crimes contra a pessoa. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 2.

MOREIRA FILHO, Guaracy. Código penal comentado. 11. ed. São Paulo: Rideel, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191636/pdf/0>

BACILA, Carlos Roberto. Introdução ao direito penal e à criminologia. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/42141/pdf/0>

CORREIA, Martina. Direito penal em tabelas, parte geral. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2018 .

ARANHA FILHO, Adalberto.[et al.]. Temas atuais de Direito Penal e Direito Processual Penal. São Paulo: Rideel, 2021. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203777/pdf/0>

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I – PROCESSO DE CONHECIMENTO

Noções gerais de Direito Processual Civil. Fundamentos do Direito Processual Civil. Princípios informadores do Direito Processual Civil. Partes e Procuradores. Capacidade processual. Deveres

das partes e dos seus procuradores. Substituição das partes. Ministério Público. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de Terceiros. Competência. Distribuição de competência. Modificação da competência. Prazos processuais. Preclusão. Do procedimento comum. Petição Inicial. Citação. Resposta do réu. Reconvenção: pressupostos de admissibilidade. Exceções: de incompetência; de impedimento ou suspeição; procedimento das exceções. Revelia. Audiência Preliminar. Procedimento Sumário. Teoria Geral da Prova. Das provas em espécie. Audiência de instrução e julgamento (Rito ordinário e sumario).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil, introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 20 ed. Salvador: Juspodium, 2018 Vol. 1.

MELLO, Cleyson de Moraes. Processo civil: teoria geral do processo - processo de conhecimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188122/pdf/0>

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil, teoria geral e processo de conhecimento. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

THEODORO Junior, Humberto. Curso de direito processual civil, teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 59 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018 Vol. 1.

MARTINS, Sergio Pinto. Teoria Geral do Processo. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 .

JAYME, Fernando Gonzaga. Manual de direito processual civil. 1. ed. [S.l.]: Del Rey, 2023. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/211545/epub/0>

ALVES, Maíra Feltrin. Direito processual civil. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203729/pdf/0>

BARONOVSKY, Ricardo. Direito processual civil. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. – Pearson

5º PERÍODO**DIREITO CIVIL VI – DIREITO REAIS**

Introdução ao estudo do Direito das Coisas. Classificação, características e constituição dos direitos reais. Posse: conceito; teorias; classificação; aquisição; conservação; extinção da posse e efeitos. Proteção possessória e proteção petítória. Propriedade: evolução histórica; características; extensão; limitações; função social; direito de Vizinhança; aquisição e perda. Condomínio. Direitos Reais na coisa alheia: autônomos. Direitos reais de garantia: acessórios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito civil: direitos reais. 2. ed. São Paulo: Educ, 2016.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/175333/pdf/0>

MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rego Monteiro (coord.). A reforma dos direitos reais. Rio de Janeiro: Processo, 2020. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185337/pdf/0>

COELHO, Camila Bottaro Sales. Fundamentos básicos dos direitos reais. Curitiba, PR: Intersaberes, 2022. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211890>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASSETTARI, Christiano. Elementos de direito civil. 11. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208913/epub/0>

MELLO, Cleyson de Moraes. Direito civil: direito das coisas. 5. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208158/pdf/0>

ADRIANO STANLEY. Direito das coisas. 8. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203811/pdf/0>

MELO, Nehemias Domingos de. Lições de direito civil: direito das coisas. 5. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. - Pearson. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208895/epub/0>

DESGUALDO, Juliana Guillen. Direito civil. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203725>

DIREITO EMPRESARIAL II – S/A

Sociedade Anônima: Conceito, Característica, constituição e espécies. Companhias abertas e companhias fechadas. Sociedade anônima e mercado de capitais. Capital social e sua divisão em ações. Partes Beneficiárias. Debêntures. Direitos e deveres de acionista. O acionista controlador. Assembleias, administração, conselho fiscal. Aumento e redução do capital social. Bônus de subscrição e opções de compra. Lucros Sociais e a sua distribuição. Dissolução e Liquidação. Sociedade de economia mista. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Grupos societários: coligação e controle, participação recíproca, responsabilidades administrativas, subsidiária integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DURÃES, Hebert Vieira. Nova lei de recuperação e falência empresarial: quadro comparativo e comentários aos dispositivos vetados. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2021. - Pearson. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203779/pdf/0>

ALQUALO, Fernando Pereira. Direito empresarial. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203727/pdf/0>

NIARADI, George Augusto (org.). Direito empresarial. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020. - Pearson.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177790/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEDRO, Paulo Roberto Bastos. Curso de direito empresarial. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NÓBREGA, Camile Silva. Direito empresarial e societário. 3. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2022.

- Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/206121/pdf/0>

FREITAS, Grace Kellen Corrêa de. Direito empresarial de leve na prática. 1. ed. São Paulo: Rideel,

2021. - Pearson. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188214/pdf/0>

GABRIEL, Sérgio. Manual de direito empresarial. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2018. - Pearson.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182333/pdf/0>

Diniz, Helena Maria. Curso de direito civil brasileiro: direito de empresa.. 10 ed. São Paulo:

Saraiva, 2018 Vol. 8.

DIREITO PENAL IV

Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a Administração pública. Legislação Especial: Crimes de Trânsito; Crimes da Lei de Drogas; Crime Organizado (Organização Criminosa); Lei Maria da Penha (Violência Doméstica), Estatuto do Desarmamento. Atualização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACIOLLI, Sonia Mara Inglat; POZO, Odemyr Soraia Dill. Código de transito brasileiro: infrações e

crimes. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184443/pdf/0>

PAGLIUCA, José Carlos Gobbis; CURY, Matheus Guimarães. Lei de Drogas : Lei federal

11.343/2006 - lei de drogas. São Paulo : Rideel, 2016. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/174291/pdf/0>

RAMOS, Samuel Ebel Braga. Leis Penais Especiais: atualizado com a lei 13.964 de 24 de dezembro

de 2019 pacote anticrime. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186638/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Camila Saldanha. Cibercrime e as organizações criminosas. Curitiba: Contentus, 2020.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186352/pdf/0>.

Código Penal de bolso. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188355/pdf/0>

BOMFATI, Claudio Adriano; Kolbe Junior, Armando. Crimes Ciberneticos. Curitiba: Intersaber,

2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/179734/pdf/0>

VENERAL, Debora Cristina. Crimes na administração Pública. Curitiba: Contentus, 2020.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187997/pdf/0>

GARCIA, Thiago. Tudo que voce precisa saber sobre delegado de policia, lei Maria da Penha e princípio da insignificancia. São Paulo: Rideel, 2019. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186400/pdf/0>Disponível em:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II – SENTENÇA E RECURSOS

Da prova. Teoria geral da prova: conceito, objeto, destinatário e meios. Admissibilidade dos meios de prova. Classificação. Ônus da prova. Momentos da prova. Falta ou insuficiência. Das provas em espécie. Sentença. Coisa julgada. Teoria Geral dos Recursos. Os recursos no CPC. Ação rescisória. Modificação do Novo CPC (Lei 13.105/2015).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HANTHORNE, Bruna de Oliveira Cordeiro. Métodos Consensuais de solução de conflitos. Curitiba:

Intersaber, 2022. disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198385/pdf/0>

MELLO, Cleyson de Moraes. Processo Civil: procedimentos Especiais. Rio de Janeiro: Processo,

2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/194482/pdf/0>

SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Manual de direito processual civil : volume unico. São Paulo : Rideel, 2018. disponível em : <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182336/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELLO, Cleyson de Moraes. Posse e ações possessórias. Rio de Janeiro : Processo, 2021. disponível em : <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186914/pdf/0>

GAIO JUNIOR, Antonio Pereira; MELLO, Cleyson de Moraes. Código de Processo Civil Comentado: Lei nº 13.105/2015 atualizada pela Lei nº 14.195/2021. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198111/pdf/0>

BAGGIO, Andreza Cristina. Recursos e processos nos tribunais. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184228/pdf/0>

MELLO, Cleyson de Moraes. Processo Civil - Recursos e Processos nos Tribunais. Processo, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188440/pdf/0>

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil, Volume único. 10.ed. ed. Salvador: Juspodivm, 2018 .

PROCESSO CONSTITUCIONAL

O processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o STF. O processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental. Arguição de inconstitucionalidade pela via de exceção. Mandado de segurança. Mandado de injunção. Habeas Data.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROCHA, Marcelo Hugo da; SENA, Daniel. Direito constitucional. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188189>

BITENCOURTT, Carolina Muller; RECK, Janrie Rodrigues. Direito constitucional: teoria e prática 1 e 2 fases OAB. São Paulo: Rideel, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188358/pdf/0>

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho . Direito Constitucional : Primeiras Linhas. Curitiba: Intersaber, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/201423/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BACHA E SILVA, Diogo. Desconstruindo o novo constitucionalismo latino-americano: O Tribunal Constitucional plurinacional e a jurisdição constitucional decolonial. São Paulo: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/189715/epub/0>

DIAS, Ronaldo Bretas de Carvalho. Processo constitucional e estado democrático de direito. Belo Horizonte : Editora Del Rey, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/196875/epub/0>

MASSON, Nathalia. Manual de direito constitucional. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 13. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2018.

6º PERÍODO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceitos e fontes do Direito Administrativo. O regime jurídico-administrativo. Princípios constitucionais de Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Os bens públicos. A organização administrativa. O controle da administração pública. O regulamento no direito brasileiro. Os atos administrativos. O procedimento administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARRARA, Thiago. Manual de direito administrativo: fundamentos, fontes, princípios, organização e agentes. 3. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/211238/epub/0>

MADEIRA, José Maria Pinheiro. Direito administrativo. 13. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/200936/pdf/0>

QUENEHEN, Rômulo. Direito administrativo no setor público. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184696/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHÃO, Anderson Jamil (org.). Legislação de direito administrativo. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203747/pdf/0>

ALMEIDA, André Luiz Paes de (coord.); MAZZA, Alexandre; CURY, Rogério. Vade mecum administrativo e constitucional: legislação específica. 23. ed. São Paulo: Rideel, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188223/pdf/0>

ALVES, Felipe Delenogare. Direito Administrativo. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188187/pdf/0>

ALVES, Felipe Delenogare. Direito Administrativo - Teoria e Prática - 1ª e 2ª fase OAB. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188218/pdf/0>

MATSUMOTA, Leandro. Manual de direito administrativo: Concursos públicos e Exame da OAB. Matrioska Editora, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/189740/epub/0>

DIREITO CIVIL V – FAMÍLIA

Família e sociedade: modelos de família. A família na Constituição de 1988. Eixo matrimonial: casamento habilitação, impedimentos, efeitos. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal

e divórcio. Eixo concubinário: união estável, histórico, evolução, visão atual, regulamentação e legislação. Eixo parental: parentesco, filiação, filhos havidos no casamento e fora do casamento, reconhecimento de filhos, alimentos, adoção. Eixo assistencial: pátrio poder, tutela e curatela.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito civil: direito de família. Caxias do Sul, RS: EducS, 2015. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/47895/pdf/0>

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. [et al.]. Responsabilidade civil e direito de família: o direito de danos na parentalidade e conjugalidade. Indaiatuba: Editora Foco, 2021. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/192945/epub/00>

CALMON, Patricia Novais. Direito das famílias e do idoso. São Paulo: Editora Foco, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208789/epub/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MULTEDO, Renata Vilela. Liberdade e família: limites para intervenção do Estado nas relações conjugais e parentais. Rio de Janeiro: Processo, 2017. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185130/pdf/0>

TEIXEIRA, Ana carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. Manual de direito das famílias e das sucessões. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Processo, 2017. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185150/pdf/0>

MELLO, Cleyson de Moraes. Direito civil - famílias. 3. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198491/pdf/0>

MELO, Nehemias Domingos de. Lições de direito civil: família e sucessões. 5. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208898/epub/0>

NIGRI, Tânia. União estável. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/181782/pdf/0>

DIREITO EMPRESARIAL III – TÍTULOS DE CRÉDITO

Títulos de crédito. Características, classificação e circulação dos títulos de crédito. Estudo analítico dos institutos cambiais e dos principais títulos de crédito: Letra de câmbio; Nota promissória; Cheque; Duplicata; Cédulas de Crédito; Conhecimento de depósito e warrant; Conhecimento de transporte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NIARADI, George. Direito empresarial. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177790/pdf/0>

FREITAS, Grace Kellen Corrêa. Direito empresarial de leve na prática. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2021. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188214/pdf/0>

PAULI, Cristiane.; AZEVEDO, Douglas Matheus.; ARANALDE, Luciana. Caderno de peças e questões: direito empresarial. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209311/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALQUALO, Fernando Pereira. Direito empresarial. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203727/pdf/0>

NÓBREGA, Camile Silva. Direito empresarial e societário. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2015. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/30381/pdf/0>

GABRIEL, Sérgio. Manual de direito empresarial. São Paulo: Rideel, 2018. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182333/pdf/0>

SARHAN JUNIOR, Suhel. Curso de direito empresarial. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Processo, 2019. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185225/pdf/0>

ALCÂNTARA, Silvano Alves. Direito empresarial e direito do consumidor. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/48472/pdf/0>

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III – EXECUÇÃO

Teoria Geral da Execução. Partes. Competência. Requisitos necessários para realizar qualquer execução. Responsabilidade patrimonial. Espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Penhora. Avaliação. Arrematação. Insolvência. Pagamento ao credor. Entrega de dinheiro. Adjudicação de imóvel. Usufruto de imóvel ou empresa. Execução contra a Fazenda Publica. Execução de alimentos. Embargos do Devedor. Impenhorabilidade. Suspensão e extinção do processo de execução. Objeção de pré-executividade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAGGIO, Andreza Cristina. Recursos e processos nos tribunais. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184228/pdf/0>

SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Manual de Direito Processual Civil: volume único. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182336/pdf/0>

MELLO, Cleyson de Moraes. Processo Civil - Recursos e Processos nos Tribunais. Processo, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188440/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAIO JUNIOR, Antonio Pereira; MELLO, Cleyson de Moraes. Código de Processo Civil Comentado: Lei nº 13.105/2015 atualizada pela Lei nº 14.195/2021. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198111/pdf/0>

MACHADO, Silvestre Sales. Sistema de precedentes judiciais no Direito Processual Civil: Em busca de integridade e de previsibilidade. Maringá: Viseu, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/195263/epub/0>

HANTHORNE, Bruna de Oliveira Cordeiro. Métodos consensuais de solução de conflitos. Curitiba: Intersaberes, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198385/pdf/0>

MELO, Nehemias Domingos de. Lições de processo civil: dos processos dos tribunais e dos recursos. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211375>

BARONOVSKY, Ricardo. Direito processual civil. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209323>

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Sistemas Processuais. Princípios. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Competência: conceito, classificação, critérios determinativos. Competência absoluta e relativa. Modificações de competência. Ação e exceção. A ação penal e sua natureza jurídica. Condições da ação penal e condições de procedibilidade. Elementos da ação penal. Classificação da ação penal: pública e privada. Ação penal popular. A problemática do exercício da ação penal: o inquérito policial. O recebimento da denúncia e da queixa. A justa causa. Obrigatoriedade da ação penal. Exceção. Assistência: terceiros. Pressupostos processuais. A capacidade. Atos processuais. Vícios. Nulidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA, OLIVEIRA, Rafael. Coleção Amo Direito - Direito Processual Penal. São Paulo: Rideel, 2019. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209328/pdf/0>

ARAUJO, Moacir Martini de. Direito processual penal descomplicado - concursos. 2. ed. São Paulo? Rideel, 2014. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/174315/pdf/0>

VARALLI, Janaina Daniel. Direito processual penal. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203731/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIGUEIREDO, Ricardo Vergueiro. Código de Processo Penal - Coleção Maxiletra. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203740/pdf/0>

GARCIA, Fluvio Cordinelle Oliveira. Noções de direito processual penal à luz de alguns de seus princípios. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2016. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37391/pdf/0>

LECHENAKOSKI, Bryan Bueno. Processo penal e sistema acusatório: análise crítica dos sistemas processuais penais ao ônus da prova. Curitiba: InterSaberes, 2021. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191774/pdf/0>

AUFIERO, Aniello. Teoria e prática de processo penal e execução penal. 8. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209310/pdf/0>

SILVA, Bruna Isabelle Simioni. Júri e outros procedimentos penais especiais. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/195519/pdf/0>

7º PERÍODO**DIREITO CIVIL VI – SUCESSÕES**

Fundamentos do Direito sucessório. Sucessão em geral. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia. Herança jacente e herança vacante. Capacidade sucessória. Sucessão legítima: na linha reta, decorrente do casamento e da união estável, do colateral e do Poder Público. Sucessão testamentária. Formas ordinárias de testamento. Codicilo. Formas especiais de testamento. Testemunhas testamentárias. Disposições testamentárias. Deserdação. Invalidez do testamento: revogação, rompimento, caducidade e nulidade. Legados. Direito de crescer. Substituições e fideicomisso. Liquidação da herança: inventário, colações, sonegados, partilha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Direito Civil: Direito das sucessões. Indaiatuba: Foco, 2021.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/193083/epub/0>

MELLO, Cleyson. Direito Civil: Sucessões. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021. Disponível

em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188660/pdf/0>

FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito civil: direito das sucessões. Caxias do Sul: Educus, 2020.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187368/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO, Nehemias Domingos de. Lições de direito civil: família e sucessões. 5. ed. Indaiatuba:

Foco, 2022. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208898>

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da; JOSEPHSON, Heloisa Alves de Paiva. Multiparentalidade no direito das sucessões. 1. ed. [S.l.]: Processo, 2023. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208368>

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima (coord.); OLIVEIRA, Alexandre Miranda; BIRCHAL, Alice de Souza. Contratos, família e sucessões: diálogos interdisciplinares. 3.

ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208894>

LARA, Mariana Alves et al. Direito das famílias e das sucessões: contribuição acadêmicas dos programas de pós-graduação em direito da FDMC, PUC Minas, UFMG E UFOP. 1. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2021. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/189768>

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; FRAZÃO, Ana (coord.); NEVARES, Ana Luiza Maia; MATOS, Ana Carla Harmatiuk; SCHREIBER, Anderson. Direito das sucessões: problemas e tendências. 2.

ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/212324>

DIREITO DO TRABALHO I

Introdução ao Direito do Trabalho: história, natureza jurídica, fontes e princípios. Hierarquia das normas trabalhistas. Prescrição e decadência. Relação de Emprego. Conceito, características e espécies de Empregado e de Empregador. Relação de Trabalho. Terceirização Trabalhista. Contrato de trabalho. Poder regulamentar, disciplinar, diretivo e fiscalizatório no contrato de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOUZA, Organização: Fabiano Coelho de; AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de. Consolidação das leis do trabalho. 27. ed. São Paulo: Rideel, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188346/pdf/0>

ALMEIDA, Ronald Silka de. Prática trabalhista: elementos para a produção de peças processuais. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/193281/pdf/0>

ALMEIDA, André Luiz Paes de. Vade mecum trabalhista: legislação específica. 30. ed. São Paulo: Rideel, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186387/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Sergio Pinto. A terceirização e o direito do trabalho. 11.ed. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ALCÂNTARA, Silvano Alves. Relações trabalhistas. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187749/pdf/0>

ALMEIDA, Ronald Silka de. Prática trabalhista: elementos para a produção de peças processuais. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/193281/pdf/0>

ALCÂNTARA, Silvano Alves. Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas. Curitiba: Intersaberes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208994/pdf/0>

MOTA, Vinicius. Direito do trabalho. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209324/pdf/0>

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária. Consignação em Pagamento. Consignação em Pagamento. Prestação de Contas. Ações Possessórias. Nunciação de Obra Nova. Ação de Usucapião de Terras Particulares. Embargos de Terceiro. Ação Monitória. Teoria Geral do Processo Cautelar. Disposições Gerais. Os procedimentos Cautelares Específico. Arresto. Seqüestro. Da Caução. Da Busca e Apreensão. Da Exibição. Da produção antecipadas de provas. Dos alimentos Provisionais. Do arrolamento de bens. Da justificação. Dos protestos, Notificações e Interpelações. Da Homologação do Penhor Legal. Da Posse em Nome do Nascituro. Do atentado. Do Protesto e da Apreensão de Títulos. De outras medidas provisionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil, introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 20 ed. Salvador: Juspodium, 2018 Vol. 1.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil, teoria geral e processo de conhecimento. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 1.

GAIO JUNIOR, Antonio Pereira; MELLO, Cleyson de Moraes. Código de Processo Civil Comentado: Lei nº 13.105/2015 atualizada pela Lei nº 14.195/2021. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198111/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HANTHORNE, Bruna de Oliveira Cordeiro. Métodos Consensuais de solução de conflitos. Curitiba: Intersaber, 2022. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198385/pdf/0>

MELLO, Cleyson de Moraes. Processo Civil: procedimentos Especiais. Rio de Janeiro: Processo, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/194482/pdf/0>

SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Manual de direito processual civil: volume unico. São Paulo: Rideel, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182336/pdf/0>.

MELLO, Cleyson de Moraes. Posse e ações possessórias. Rio de Janeiro: Processo, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186914/pdf/0>

ROCHA, Marcelo Hugo da; Thamay, Rennan Faria Kruger; GARCIA JUNIOR, Vanderlei. Direito Processual Civil. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188192/pdf/0>

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

O procedimento comum no processo penal condenatório. O rito sumaríssimo nas contravenções. O procedimento especial do júri. Pedido. Citação, notificação, intimação. A defesa do réu. As exceções. Revelia. Prova. Das provas em espécie. Processo e Procedimento - Sentença. Correlação entre imputação e sentença. Efeitos civis da ação penal. Coisa julgada penal. Limites objetivos e subjetivos. Recursos: princípios gerais. Dos recursos em espécie.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 25.ed. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BEZERRA, Fernando. Direito processual penal. São Paulo: Rideel, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209328/pdf/0>

CHOUKR, Fauzi Hassan. Iniciação ao processo penal. 3. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2022. E-book. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/211880/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LECHENAKOSKI, Bryan Bueno. Processo penal e sistema acusatório: análise crítica dos sistemas processuais penais ao ônus da prova. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191774/pdf/0>

SOUZA, André Peixoto de; LEONARDI, Lucas Cavini. Rito do júri comentado: artigos 413 a 497 do Código de Processo Penal. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/193283/pdf/0>

BRASIL. Código de Processo Penal de bolso. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188206/pdf/0>

RAMIDOFF, Mário Luiz. Elementos de processo penal. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186190/pdf/0>

SILVA, Bruna Isabelle Simioni. Júri e Outros Procedimentos Penais Especiais. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/195519/pdf/0>

DIREITO EMPRESARIAL IV- RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA

Os procedimentos concursais e suas fases evolutivas: critérios históricos e econômicos para sua fixação. A insolubilidade de empresa: reerguimento ou liquidação. A dissociação entre a sorte da empresa e a do empresário. O Direito Concursal Brasileiro. Caracterização da falência. A decretação da falência. Efeitos jurídicos da sentença de decretação quanto aos direitos dos credores; à pessoa do falido; aos bens do falido; aos contratos do falido. Revogação de atos praticados pelo devedor antes da falência. Administração da falência. Arrecadação de bens, livros e documentos. Pedido de restituição e embargos de terceiro. Verificação e classificação dos créditos. Inquérito Judicial. Liquidação. Extinção das Obrigações. Crimes Falimentares. Recuperação Judicial e Extrajudicial. Plano de Recuperação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DURÃES, Hebert Vieira. Nova lei de recuperação e falência empresarial: quadro comparativo e comentários aos dispositivos vetados. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2021. - Pearson Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203779/pdf/0>

HABER, Alberto et al. Recuperação judicial e falência: evidências empíricas. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208847/epub/0>

GUIESELER JUNIOR, Luiz Carlos. Recuperações judicial e extrajudicial: um manual de acordo com a Lei n. 11.101/2005 e sua reestruturação pela Lei n. 14.112/2020. Curitiba: Intersaberes, 2021. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/197337/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NIARADI, George (Coord). Direito Empresarial. 2a. edição. São Paulo: Editora Pearson, 2019. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177790/pdf/0>

ALCANTARA, Silvano Alves. Legislação comercial e societária. Curitiba: Contentus, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187768/pdf/0>

GABRIEL, Sérgio, Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Rideel, 2018. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182333/pdf/0>

GUIESELER JUNIOR, Luiz Carlos. Direito falencial. Curitiba: InterSaber, 2021. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187439/pdf/0>

NÓBREGA, Camile Silva. Direito empresarial e societário. Curitiba: InterSaber, 2015. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/30381/pdf/0>

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - PRÁTICA CÍVEL

Prática Cível. Inicial das ações mais frequentes, correspondentes aos processos de conhecimento (ritos sumaríssimo, sumário, ordinário e especial), execução e cautelar. Realização de Audiências. Elaboração de Recursos Cíveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAIO JUNIOR, Antonio Pereira; MELLO, Cleyson de Moraes. Código de Processo Civil Comentado: Lei nº 13.105/2015 atualizada pela Lei nº 14.195/2021. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.

Disponível em: Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198111/pdf/0>

ANGHER, Anne Joyce. Código de processo civil. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203739/pdf/0>

SARRO, Luís Antonio Giampaolo.; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe.; LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Código de processo civil: anotado e comentado. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2020. - Pearson.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186380/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Código de processo civil: CPC de bolso. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2020. - Pearson.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188354/pdf/0>

JUNIOR GAIO, Antonio Pereira.; MELLO, Cleyson de Moraes. Código de Processo Civil Comentado: Lei nº 13.105/2015 atualizada pela Lei nº 14.195/2021. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2022. - Pearson. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198111/pdf/0>

MELO, Nohemias Domingos de. Código de processo civil : anotado e comentado. 3. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2023. - Pearson. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208881/epub/0>

SARRO, Luís Antonio Giampaolo. Novo código de processo civil: principais alterações do sistema processual civil. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2016. - Pearson. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/174265/pdf/0>

GABRIEL, Sérgio. 4Ps da OAB: Prática Civil. 7. ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186395/pdf/0>

PRÁTICA CÍVEL

Prática Cível. Inicial das ações mais frequentes, correspondentes aos processos de conhecimento (ritos sumaríssimo, sumário, ordinário e especial), execução e cautelar. Realização de Audiências. Elaboração de Recursos Cíveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAIO JUNIOR, Antonio Pereira; MELLO, Cleyson de Moraes. Código de Processo Civil Comentado: Lei nº 13.105/2015 atualizada pela Lei nº 14.195/2021. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198111/pdf/0>

ANGHER, Anne Joyce. Código de processo civil. 28. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203739/pdf/0>

SARRO, Luís Antonio Giampaulo.; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe.; LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Código de processo civil: anotado e comentado. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186380/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Código de processo civil: CPC de bolso. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188354/pdf/0>

JUNIOR GAIO, Antonio Pereira.; MELLO, Cleyson de Moraes. Código de Processo Civil Comentado: Lei nº 13.105/2015 atualizada pela Lei nº 14.195/2021. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198111/pdf/0>

MELO, Nohemias Domingos de. Código de processo civil : anotado e comentado. 3. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2023. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208881/epub/0>

SARRO, Luís Antonio Giampaulo. Novo código de processo civil: principais alterações do sistema processual civil. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2016. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/174265/pdf/0>

GABRIEL, Sérgio. 4Ps da OAB: Prática Civil. 7. ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186395/pdf/0>

8º PERÍODO**DIREITO DO TRABALHO II**

Profissões com normas especiais. Trabalho da Mulher. Trabalho do Menor. Trabalho Rural. Trabalho Doméstico. Contrato de Trabalho Temporário - Lei 9.601/98. Alteração contratual e jus variandi. Suspensão e Interrupção do contrato de trabalho. Aviso Prévio. Cessação do contrato de trabalho. Justa causa do empregador e do empregado. Rescisão Indireta. Verbas Rescisórias e seu Pagamento. Estabilidade e Garantias de Emprego. Os sistemas de Indenização Rescisórias e o FGTS. Segurança e Medicina no Trabalho. Acidente de Trabalho. Danos Morais trabalhistas. Movimento sindical. Conflitos trabalhistas: greve e lockout. Direito Coletivo do Trabalho. Formas de composição. Liberdade sindical. Organização sindical. Funções do sindicato. Flexibilização e Desregulamentação do Direito do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, André Paes de. Direito do trabalho: material, processual e legislação especial. 19. ed. São Paulo: Rideel, 2019. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182484/pdf/0>

PRAZERES, Irley Aparecida Correia. Manual de direito do trabalho. São Paulo: Rideel, 2018. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182332/pdf/0>

BENATTO, Pedro Henrique Abreu. Coleção Direto e Reto 1ª fase OAB - Direito do Trabalho. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203726/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, Leone. et al. Praticando para passar na 2º fase da OAB: direito do trabalho. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209360/pdf/0>

BARBOZA, Heloisa Helena. et al. Direito do trabalho: o futuro do direito. Rio de Janeiro: Processo, 2022. - Pearson. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/205043/pdf/0>

CRAMACON, Hermes. Como passar na OAB 1º fase. [recurso eletrônico]. 8. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2018. - Pearson. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/189113/epub/0>

MOTA, Vinicius. Direito do trabalho. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209324/pdf/0>

KNIHS, Karla. As relações de trabalho. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/197434/pdf/0>

DIREITO PROCESSUAL PENAL III

Processo Cautelar: prisão cautelar, fiança e liberdade provisória; cautelas patrimoniais; cautelas referentes aos meios de prova Habeas corpus. Revisão criminal. Execução Penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEGLIUCA, José Carlos. Leis especiais comentadas Execução Penal. São Paulo: Rideel, 2016. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/174334/pdf/0>

GARCIA, Flávio. Noções de direito processual penal à luz de alguns de seus princípios. Curitiba: InterSaber, 2016. - Pearson. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37391/pdf/0>

BRASIL. Código de Processo Penal de bolso.-3.ed.-São Paulo: Rideel, 2021. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188206/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VARALLI, Janaina. Direito Processual Penal. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203731/pdf/0>

RAMIDOFF, Mário Luiz. Elementos de processo penal. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186190/pdf/0>

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 25.ed. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Disponível em:

LECHENAKOSKI, Bryan Bueno. Processo penal e sistema acusatório: análise crítica dos sistemas processuais penais ao ônus da prova. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191774/pdf/0>

MILAGRES, Marcelo de Oliveira; CRISTÓFORO, Pablo Gran. Juizado especial criminal. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/211367/epub/0>

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Ciência. Métodos científicos: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo, didático. Introdução aos fundamentos técnicos e científicos. A pesquisa científica: do projeto à publicação. As orientações metodológicas, a concepção da pesquisa e as técnicas empíricas. A pesquisa quantitativa e a qualitativa. Análise crítica de pesquisas em Direito. Problema de pesquisa e análise de resultados. Relatórios de pesquisa. Especificidades do projeto de pesquisa na área do Direito. Normas ABNT: Resenha, citações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Ana Paula Weinfurter Lima Coimbra. Metodologia científica. Curitiba: Contentus, 2021.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/192974/pdf/0>

MASCARENHAS, Sidnei A. Metodologia científica. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/183213/pdf/0>

PÁDUA, Elisabete Metallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática.

Papirus, 2019. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168757/epub/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011 .

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010 .

Rudio, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica.. 43 ed. Petropolis: Vozes, 2015.

BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson. (orgs.) Metodologia da pesquisa em direito. Caxias do Sul: Educus, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/30808/pdf/0>

BASTOS, Aurélio Wander. O ensino jurídico no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/199251/pdf/0>

DIREITO CIVIL VII – CONTRATOS EM ESPÉCIE E RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Responsabilidade: Conceito, Dever jurídico originário e sucessivo; Posicionamento da responsabilidade na teoria geral do Direito; 4 Espécies de responsabilidade, função da responsabilidade civil; Responsabilidade subjetiva: pressupostos, exclusão de ilicitude; 2. Responsabilidade Extracontratual Subjetiva: pressupostos, conduta culposa, dolo e culpa, nexos causal, o dano; liquidação do dano. 3. Responsabilidade Extracontratual Objetiva: Evolução doutrinária, A teoria do risco, Modalidades do risco; A Responsabilidade Objetiva no Código Civil: O abuso do direito como ato ilícito, Responsabilidade pelo desempenho de atividade de risco, o dever de segurança; fato do serviço; Responsabilidade dos empresários e empresas por danos causados por produtos. 4. Espécies de responsabilidade civil: Responsabilidade por Fato de Outrem, Responsabilidade pelo Fato das Coisas, Responsabilidade da Administração Pública, Responsabilidade Contratual; Responsabilidade do Transportador, Responsabilidade Profissional, Responsabilidade das Instituições Bancárias, Responsabilidade do Segurador, A Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo; A Cláusula de não Indenizar, Influência da Sentença Criminal sobre o Juízo da Reparação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

WENCESLAU, Roberto Rocha. Contratos empresariais. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186492/pdf/0>

GAGGINI, Fernando Schwarz. Manual dos contratos empresariais: teoria e prática. 2. ed.

Indaiatuba, SP: Foco, 2024. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/212549/epub/0>

FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito civil: contratos. 1. ed. Porto Alegre: Educ, 2011. -

Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2939/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Farias, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil, contratos. Teoria geral e contratos em espécie. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018 Vol. 4.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, contratos e atos unilaterais. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 3.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 Vol. 3.

MELLO, Cleyson de Moraes. Direito civil: contratos. 4. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198501/pdf/0>

GARCIA, Wander Carvalho Dompieri; RODRIGUES, Gabriela. Manual completo de direito civil: Ideal para provas e concursos. 3. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211376>

DIREITO HUMANOS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS

A disciplina Direitos Humanos. Evolução histórica dos Direitos Humanos. Principais documentos.

Universalidade X Relatividade. Proteção na Constituição de 1988. Proteção internacional. Direito

Internacional dos Direitos Humanos: Direitos Humanos x Direito Humanitário. Proteção Regional.

O papel do Estado na proteção dos direitos humanos. As instituições e a defesa dos direitos do cidadão. Novos atores. Novos temas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUZACA, Ruan Didier; SOUSA, Mônica Teresa Costa (orgs.). Temas emergentes no direito internacional dos direitos humanos. 1ª ed. Jundiaí, SP: Paco, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/206371/epub/0>

GONÇALVES, Ane Elise Brandalise. Ética e moral na questão dos direitos humanos e movimentos sociais. Curitiba: Contentus, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186040/pdf/0>

BARREIROS, Maria Christina. Aprovado em Ética na OAB - Estatuto, Regulamento e Código de Ética #continueaestudar. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209344/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PRETTI, Gleibe. Direito internacional do trabalho e convenções da OIT ratificadas pelo Brasil. São Paulo: Ícone, 2009.. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/195548/pdf/0>

CARVALHO, Ana Paula Cosmin de [et. al.]. Desigualdade de gênero, raça e etnia. Curitiba: InterSaberes, 2012. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3241/pdf/0>

GOMES, Nilma Lima. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/202875/epub/0>

OLIVEIRA, Glacielli Thaiz Souza de. Gênero, raça e etnia: identidade e conceitos. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186041/pdf/0>

GOMES, Nilma Lino (Org.). Um olhar além das fronteiras, educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO I

Direito tributário: conceito, o falso problema da autonomia e a interdisciplinaridade do Direito Tributário com os demais ramos do direito positivo. Tributo: conceito e classificação. O poder e o direito de tributar. Sistema Constitucional Tributário. Os limites constitucionais do poder de tributar: competência tributária, princípios constitucionais tributários e imunidades tributárias. Relação jurídica tributária. Norma jurídica tributária. Normas gerais de Direito Tributário. Legislação tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração. Obrigação tributária: classificação, fato gerador e sujeitos da obrigação. Sujeito passivo da obrigação tributária: demarcação constitucional e classificação. A responsabilidade tributária dos sócios das sociedades de pessoas e de capital. A sucessão empresarial por reorganização (transformação, fusão ou incorporação) ou extinção e por aquisição de empresas. A substituição tributária: conceito e regime jurídico. Objeto do Direito Financeiro: Atividade Financeira do Estado; Histórico; Competência legislativa em matéria financeira; Receita Pública; Classificações: receita originária e receita derivada; Despesa Pública; Classificações; Noções de Orçamento Público; Leis orçamentárias; Créditos orçamentários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GLASSENAP, Ricardo Bernd. Direito tributário. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/150789/pdf/0>

MATTHES, Rafael. Manual de direito tributário. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2019. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186391/pdf/0>

MESSA, Ana Flávia. Manual de direito tributário e financeiro. 8. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203752/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PICHILIANI, Maurícios Carlos. Manual de direito tributário. São Paulo: Rideel, 2018. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182328/pdf/0>

CAROTA, José Carlos. Manual de direito tributário e financeiro aplicado. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184131/pdf/0>

RODRIGUES, Deusmar José. Direito tributário. 4. ed. São Paulo: JH Mizuno, 2015. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191263/epub/0>

FERREIRA, Leonardo Sanches. Direito financeiro. [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184433/pdf/0>

HACK, Érico. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/147876/epub/0>

ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. O papel do profissional no contexto social brasileiro. Funções específicas, relações interdisciplinares e estratégias de ação do profissional do Direito. Deveres e proibições. Deveres em relação aos colegas e a classe. A Ordem dos Advogados do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VAILATTI, Diogo Basílio, FERNANDES, Glauca Guisso; MAIN, Lucimara Aparecida. Manual de Ética Profissional e Estatuto da OAB. São Paulo: Rideel, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182334/pdf/0>

CASAGRANDE, Lucas Trompieri Rodrigues. Ética Profissional na advocacia: atualizado pela Lei 14.365/22 Questões de exame de ordem com gabarito. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208389/epub/0>

TRIGUEIROS, Arthir (coord.). Código de ética e disciplina da OAB e estatuto da advocacia. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208748/epub/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCISCETTO, Gilsilene Passom P; OMMATI, José Emílio Medaur; GORETTI, Ricardo (org.). Educação jurídica e alternativas pedagógicas para uma formação crítica e emancipatória. Livraria e Distribuidora, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/189733/epub/0>

NOVO Código de Ética e Disciplina da OAB Comparado. São Paulo: Rideel, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/174282/pdf/0>

RACHID, Alysson. Ética profissional e no serviço público. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209333>

SILVEIRA, Fabio Guedes Garcia da. Ética. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203733>

BERTHOLDI, Juliana. Ética, direitos humanos e direitos da cidadania. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185299/pdf/0>

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II- PRÁTICA PENAL

Acompanhamento da persecução penal nos crimes de procedimento comum e de procedimento especial, com ênfase para aqueles praticados contra a pessoa, o patrimônio, os costumes, o meio ambiente e a administração pública. Quanto aos recursos, ênfase ao habeas corpus, Execução penal (inclusive com visitas aos estabelecimentos prisionais).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AHMAD, Nida. Direito Penal: teoria e Prática. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188216/pdf/0>

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, Bruna Isabelle Simione; RUTHES, Igor fernando. Práticas de recursos criminais e ações autônomas. Curitiba : Intersaber , 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198943/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Código de Processo Penal de bolso. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188206/pdf/0>

RAMIDOFF, Mário Luiz. Elementos de processo penal. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186190/pdf/0>

AUFIERO, Aniello. Direito Processual Penal. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188193/pdf/0>

BASTOS, Aurélio Wander. O ensino jurídico no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186632/pdf/0>

VENERAL, Debora. Execução penal: teoria e prática. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186632/pdf/0>

9º PERÍODO**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

Evolução histórica do Direito Internacional. Sujeitos do Direito internacional. Relação entre o Direito Interno e o Direito Internacional. Atos jurídicos internacionais. Tratados internacionais. Codificação: conceito, processo, efeitos. O Estado como pessoa internacional: elementos constitutivos. A soberania do Estado e a ordem jurídica internacional. Das Organizações Internacionais. Do Direito da Integração. Preceitos básicos sobre solução de litígios. Contencioso Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FLUMIAN, Renan. Super-revisão OAB doutrina: direito internacional público e direito internacional privado. 13. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/212479/epub/0>

BARBOZA, Heloisa Helena; MELLO, Cleyson de Moraes; GUSTAVO SILVEIRA SIQUEIRA. Direito internacional: o futuro do direito. 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/205039/pdf/0>

VODOVOZ, Elic. Legislação nacional e internacional. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/197327/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAZ, Eliane Gomes. [et al.]. Curso de direito internacional privado. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2012. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37808/pdf/0>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Coleção Maxiletra. 29. ed. São Paulo: Rideel, 2022. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203746/pdf/0>

KNIHS, KARLA KARINY. Direito internacional público. 1. ed. Curitiba: Contentus, 2020. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184177/pdf/0>

NOGUEIRA, Raniere Ferraz. Direito internacional. São Paulo: Rideel, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209338/pdf/0>

MENDONÇA, Bruno Macêdo. O conceito de sociedade internacional. 1. ed. Jundiaí: Paco e Littera, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/207087/epub/0>

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Princípios e singularidades do Direito processual do trabalho. Organização Judiciária do Trabalho. Procedimentos nos dissídios individuais e coletivos. Partes, audiência, petição inicial, contestação, provas, alegações finais e recursos no processo do trabalho. Ação rescisória. Ações admissíveis no Processo do Trabalho. Ministério Público do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOTA, Vinicius. Direito processual do trabalho. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209334/pdf/0>

ALVAR, Maria Vitoria Queija. Direito processual do trabalho. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203730/pdf/0>

SPALLER, Amanda Viega. Direito processual do trabalho: da fase de conhecimento às ações especiais. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191711/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES JÚNIOR, Sérgio Assunção. Direito processual do trabalho e direito processual laboral: uma análise comparativa da matéria recursal trabalhista no sistema brasileiro e português. 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208114/pdf/0>

ALMEIDA, André Luiz Paes de. Direito do trabalho: material, processual e legislação especial. 19. ed. São Paulo: Rideel, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182484/pdf/0>

PRETTI, P. G. Súmulas comentadas do TST com jurisprudência. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/197980/pdf/0>

CRAMACON, Hermes; GARCIA, Wander Carvalho Dompieri (coord.); DOMPIERI, Ana Paula (org.). OAB primeira fase: direito processual do trabalho. 19. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/212279/epub/0>

SANDES, Fagner (org.); AIDAR, Leticia. Jurisprudência do TST organizada: súmulas, orientações jurisprudenciais e precedentes normativos com remissões transcritas. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203759/pdf/0>

DIREITO TRIBUTÁRIO II

Legislação Tributária: Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares; vigência, aplicação, interpretação e integração. Obrigação Tributária: definição; espécies; elementos e responsabilidade tributária. Crédito Tributário: conceito; natureza; constituição; suspensão; extinção; exclusão; garantias e privilégios. Administração Tributária: fiscalização; dívida ativa e certidões negativas. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Punibilidade em matéria tributária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GLASENAP, Ricardo. Direito tributário. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/150789/pdf/0>

MATTHES, Rafael Antonietti. Manual de Direito Tributário. 2a. edição. São Paulo: Rideel, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186391/pdf/0>

GLASENAPP, Ricardo Bernd. Direito Tributário. São Paulo: Person Education do Brasil, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/176607/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185200/pdf/0>

RODRIGUES, Deusmar José. Direito Tributário. São Paulo: Editora Jh Mizuno, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191263/epub/0>

CAROTA, José carlos. Manual de Direito Tributário e Financeiro Aplicado. 3.ed.- Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184131/pdf/0>

HACK, Érico germano. Direito administrativo e tributário. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188054/pdf/0>

PICHILIANI, Maurício Carlos. Manual de Direito Tributário. 1a. edição. São Paulo: Rideel, 2018.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182328/pdf/0>

ECONOMIA

Uma visão introdutória da Economia como ciência social aplicada. A ciência econômica como ciência humana e a relação desta com as outras ciências sociais. Evolução das escolas do pensamento econômico através da história. A macroeconomia e a microeconomia. Produção e circulação na economia capitalista. Mercado e concorrência. O papel do Estado e as forças do mercado. Relações econômicas internacionais. A questão do desenvolvimento econômico. Repartição e concentração da riqueza. Análise econômica do Direito. Intervenção do Estado na economia. Economia Internacional e Desenvolvimento Econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184054/pdf/0>

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/151481/pdf/0>

CALABREZ, Felipe. Introdução à economia política: o percurso histórico de uma ciência social. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/178120/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 18ed. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política.. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010 .

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia, micro e macro: teoria e exercícios; glossário com os 300 principais conceitos econômicos.. 4.ed. ed. São Paulo: Atlas, 2009 .

CALABREZ, Felipe. Introdução à economia política: o percurso histórico de uma ciência social. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/178120/pdf/0>

SOENDERGAARD, Niels. Economia política global. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188968/pdf/0>

DIREITO DO CONSUMIDOR

A proteção ao consumidor inserida na ordem pública do ordenamento jurídico. Estudo do Código de Defesa do Consumidor; os seus princípios fundamentais; a responsabilidade dos fornecedores de produtos e serviços; a proteção ao consumidor nos contratos e nas demais relações inerentes ao consumo: os interesses e direitos coletivos dos consumidores e a correspondente proteção através das ações civis adequadas; as infrações penais às relações de consumo, inclusive as previstas na legislação extravagante; a regulamentação e as sanções administrativas. Conceitos fundamentais do direito da concorrência Formação de preços, concorrência, eficiência econômica e estrutura de mercados. Posição dominante, poder de mercado e poder econômico. Oligopólio e coordenação de mercados. A defesa da concorrência no Brasil. Abuso do poder. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O processo administrativo no âmbito da defesa da concorrência. Órgãos e competências. Procedimentos. O processo judicial de defesa da concorrência. Execução judicial das decisões do CADE. O CADE e as Agências Reguladoras Competência complementar, concorrente e residual. Coordenação. Convênios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SCHWARTZ, FABIO. Flávio Manual de direito do consumidor. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185374/pdf/0>

GAIO JUNIOR, Antônio Pereira; MELLO, Cleyson de Moraes. Código de Defesa do Consumidor Comentado. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182361/pdf/0>

ALQUALO, Fernando Pereira. Direito do consumidor. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209335/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Ney Queiroz de. Direito do consumidor. Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/30494/epub/0>

AZEVEDO, Fernando Costa de. Relação jurídica de consumo: elementos para uma teoria geral. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/211793/epub/0>

MELLO, Cleyson de Moraes. Curso de direito do consumidor. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2023. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209135/pdf/0>

VARALLI, Riccardo Marcori. Direito do consumidor. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203734/pdf/0>

MARQUES, Claudia Lima et al. (coord.); PAUSEIRO, Sergio Gustavo (org.); FERNANDES, Jonas Sales. Direito do consumidor aplicado: garantias do consumo. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208878/epub/0>

DIREITO DIGITAL

Introdução ao Direito Digital. A Lei do Processo Eletrônico. Direito do Consumidor no meio Eletrônico. Responsabilidade Civil dos Provedores. Monitoramento Eletrônico. Crimes Contra Honra e Estelionato Eletrônico. Contratos Eletrônicos. O Valor Probante das Provas Obtidas no Meio Eletrônico. Direito Digital e Direito Comunitário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENEZES, Elisângela Dias. Curso de Direito Autoral: do clássico ao digital. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/195944/epub/0>

SAITO, Tiemi. Política e legislação comercial na era digital. Curitiba: contentus, 2020. disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187459/pdf/0>

ROCHA JUNIOR, Cid; KAMEL, Antoine Youssef. Noções elementares da atividade notarial e registral. Curitiba: Intersaber, 2020. disponível: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/180505/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LARA Rocha Garcia et al. Lei Geral de Proteção de dados pessoais (LGPD): guia de implantação. São Paulo: Blücher, 2020. disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/183221/pdf/0>

BASAN, Arthur Pinheiro. Publicidade digital e proteção de dados pessoais: o direito ao sossego. Indaiatuba, Sp: Foco Jurídico, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188665/epub/0>

IBRAC. Instituto Brasileiro de Estudos de concorrência, consumo e comércio internacional. Comentário à Lei geral de proteção de dados à luz do código de defesa do consumidor. São Paulo: Editora Singular, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/189697/epub/0>

BERTHOLDI, Juliana. Cooperação Internacional e o Combate aos cibercrimes. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188234/pdf/0>

SOUZA, Marcos da Cunha. Legislação em Comunicação. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/193076/pdf/0>

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I – TCC I

Conhecimento: do empírico ao epistemológico. Direito e ciência social. O papel da ciência jurídica na contemporaneidade. Métodos e técnicas de pesquisa em Direito. Projeto de pesquisa e Monografia: trabalho intelectual, pesquisa científica, preparação de projeto de pesquisa jurídica e sócio-jurídica e método de preparação do trabalho de conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Ana Paula Weinfurter Lima Coimbra. Metodologia científica. Curitiba: Contentus, 2021.

Disponível em: Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/192974/pdf/0>

MASCARENHAS, Sidnei A. Metodologia científica. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/183213/pdf/0>

PÁDUA, Elisabete Metallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática.

Papirus, 2019. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168757/epub/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Maria Cecília de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e

técnicas. 24. ed. Campinas: Papirus, 2022. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/204107/epub/0>

MARTINS, Vanderlei; MELLO, Cleysson de Moraes et al. Metodologia Científica: Fundamentos,

Métodos e Técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/204466/epub/0>

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à

pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54223/pdf/0>

BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson. (orgs.) Metodologia da pesquisa em direito. Caxias do Sul:

Educs, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/30808/pdf/0>

BASTOS, Aurélio Wander. O ensino jurídico no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/199251/pdf/0>

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - PRÁTICA TRABALHISTA

Acompanhamento a partir da inicial dos dissídios individuais e coletivos (audiências conciliatórias, audiência de instrução e julgamento e sustentações orais). Recursos para os primeiros e segundos graus e para a Instância Especial, processo de execução trabalhista – Características Especiais e Gerais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRAZERES, Irley Aparecida Correia; MOREIRA, Marcia Santos. 4Ps da OAB: prática trabalhista. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186397/pdf/0>

ALMEIDA, Ronald Silka de; ZEMPULSKI, Tatiana Lazzaretti. Prática trabalhista: elementos para a produção de peças processuais. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/193281/pdf/0>

ALCANTRA, Silvano Alves. Legislação Trabalhista e Rotinas Trabalhistas. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185170/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, André Luiz Paes. Prática Trabalhista - Coleção OAB 2ª Fase. 12. ed. São Paulo: Rideel, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182339/pdf/0>

SPALLER, Amanda Viega. Direito processual do trabalho: da fase de conhecimento às ações especiais. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191711/pdf/0>

CAMPOS, Ricardo J. F. de. Honorários Advocatícios na Justiça do Trabalho pós Reforma. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191642/pdf/0>

SILVA, Luis Cláudio Pereira da. Principais Peças de Prática Trabalhista. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/169620/pdf/0>

ALCANTRA, Silvano Alves. Relações trabalhistas. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em:

10º PERÍODO

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

Conceito, autonomia, princípios e fontes. Proteção social. conceito, origem e relação jurídica. Previdência social e Sistema Previdenciário Brasileiro. Beneficiários da Previdência Social Urbana. Empresa e custeio da Previdência Social Urbana. Acidente de Trabalho. Sistema Previdenciário especial. Previdência Privada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, Raquel Barcelos de. Política de seguridade social: previdência social. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186763/pdf/0>

GLASENAPP, Ricardo (org.) Direito previdenciário. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/176603/pdf/0>

SANTOS, Erico Sanches Ferreira dos. Manual de direito previdenciário. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186377/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HORVATH JUNIOR, Miguel. Direito previdenciário. 12. ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186377/pdf/0>

TEIXEIRA, Denilson Victor Machado. Manual de Direito da Seguridade Social: Aspectos doutrinários, legais e jurisprudenciais. 3. ed. Leme - SP: JH Mizuno, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191260/epub/0>

RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier (org.) Manual de Direito Previdenciário em Esquemas. 5. ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186381/pdf/0>

LOPES JUNIOR, Nilson Martins (org.) Legislação de Direito Previdenciário. 15. ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182342/pdf/0>

RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier (org.). Advocacia Previdenciária: Guia Prático de Atendimento. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188359/pdf/0>

DIREITO ECONÔMICO

Conceito, objeto, método e autonomia. Institutos e temas de direito econômico. Constituição econômica. Ordem jurídico-econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico. Empresa e poder econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184054/pdf/0>

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/151481/pdf/0>

CALABREZ, Felipe. Introdução à economia política: o percurso histórico de uma ciência social. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/178120/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 18ed. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política.. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010 .

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia, micro e macro: teoria e exercícios; glossário com os 300 principais conceitos econômicos.. 4.ed. ed. São Paulo: Atlas, 2009 .

Nogami, Otto; Passo, Carlos Roberto Martins. Princípios de economia. 7.ed. ed. São Paulo: Cengage, 2018 .

SOENDERGAARD, Niels. Economia política global. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188968/pdf/0>

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Direito Internacional Privado. Diversidade e conflito de ordens jurídicas positivas. Natureza do Direito Internacional Privado. Nacionalismo e Internacionalismo. Direito Uniforme. Direito Comparado. Estrutura, função e natureza das normas de Direito Internacional Privado. Objeto do Direito Internacional Privado: a nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro e conflito de leis. Reconhecimento internacional dos direitos adquiridos. Fundamento, conceito e evolução histórica do Direito Internacional Privado. O problema técnico conflituou: elementos de conexão. Nacionalidade e domicílio. Qualificação, renúncia e devolução. Exceções à aplicação do direito estrangeiro. Aspectos analítico-críticos dos principais institutos jurídicos, pela ótica do Direito Internacional Privado: Pessoas Físicas; Casamento e Divórcio; Filiação e Assistência; Sucessão Legítima e Sucessão Testamentária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROQUE, Sebastião. Direito internacional privado. São Paulo:Ícone, 2009. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/195162/pdf/0>

KNIHS, Karla. Direito internacional público. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184177/pdf/0>

BRAZ, Eliane Gomes. Curso de direito internacional privado. Rio de Janeiro: Freitas bastos, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37808/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ORMONDE, Alexandre Pereira. Constituição da República Federativa. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188202/pdf/0>

PIRES, Lier; CHAPARRO, Verônica. Curso de direito internacional privado. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/202968/epub/0>

FLUMIAN, Renan. Super-revisão OAB doutrina: direito internacional público e direito internacional privado. 13. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37808/pdf/0>

NOGUEIRA, Ranieri Ferraz. Direito internacional. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209338/pdf/0>

SALIBA, Aziz Tuffi (org.) Legislação de Direito Internacional. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182341/pdf/0>

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS

Técnicas de arbitragem, mediação e conciliação, procedimentos dos Juizados Especiais, compromisso de cessação, acordo de leniência, PROCON. A terminologia, os procedimentos e a racionalidade dos métodos alternativos de resolução de litígios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HANTHORNE, Bruna de Oliveira Cordeiro. Métodos consensuais de solução de conflitos. Curitiba: Interdaberes, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198385/pdf/0>

GARBELINI, Viviane Maria Penteadó. Negociação e conflitos. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37447/epub/0>

DOREEKI, Andre Cristiano. Resolução pacífica de conflitos: alternativas para a segurança pública. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/47511/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SARTORI, Maria Betania Medeiros. Resolução de conflitos. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184020/pdf/0>

SANTOS, Mayta Lobo dos. Resolução de Conflitos: Dialogando com a Cultura de Paz e o Modelo Multiportas. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184964/pdf/0>

KAMEL, Antoine Youssef. Mediação e arbitragem . Curitiba: InterSaber, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/147874/epub/0>

MARTINS, Alessandra Negrão Elias. Mediação familiar para idosos em situação de risco. São Paulo: Blucher, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/163864/pdf/0>

PELAJO, Samantha et al. Comentários à lei de mediação: Estudos em homenagem aos 10 anos da comissão de mediação de conflitos da OAB-RJ. Rio de Janeiro: Processo, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185335/pdf/0>

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - TCC II

Elaboração final do artigo científico e defesa do trabalho de conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTOS, Aurélio Wander. O ensino jurídico no Brasil. -4.ed.- Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/199251/pdf/0>

SOMEKH, Bridget. Teoria e métodos de pesquisa social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/123438/pdf/0>

LEÃO, Lourdes Meireles. Metodologia do estudo e pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/202144/epub/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo C. B.. Metodologia da pesquisa jurídica, teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 .

MEZZAROBIA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 7.ed. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; BARBOSA, Luis Felipe Andrade; PAULA FILHO, Alexandre Moura Alves de. O que nos dizem os dados?: uma introdução à pesquisa jurídica quantitativa. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2023. - Pearson. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/207997/epub/0>

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 12 ed. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica.. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - PRÁTICA TRIBUTÁRIA, EMPRESARIAL E ADMINISTRATIVA

Prática de diversas e específicas ações, defesas e medidas jurídicas na área tributária, empresarial e administrativa, em todas as fases do processo tributário, empresarial e administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATTHES, Rafael. Manual de direito tributário. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186391/pdf/0>

HACK, Érico. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/147876/epub/0>

"GABRIEL, Sérgio. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Rideel, 2018.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182333/pdf/0>"

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSONI FILHO, Sérgio. Coleção Direto e Reto 1ª fase OAB - Direito Tributário. São paulo: Rideel, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/203732/pdf/0>

SILVA, Lauri Romário. Direito Administrativo 1. Caixias do Sul: Educs, 2013. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/26763/epub/0>

SARHAN JÚNIO, Suhel. Curso de direito empresarial. Rio de Janeiro: Processo, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185225/pdf/0>

SUBI, Henrique R. Como passar na OAB 2ª fase: Prática empresarial. 4. ed. Indaiatuba,SP:Editora Foco, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191369/epub/0>

FREITAS, Grace Kellen. Direito Empresarial de leve na Prática. -1.ed.- São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188214/pdf/0>

OPTATIVA

DIREITO ELEITORAL

Direito Eleitoral, Democracia e Sistema Político Brasileiro Direito Eleitoral. Direitos Políticos. Justiça eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Partidos Políticos. Sistemas eleitorais. Alistamento. Elegibilidade e Inelegibilidade. Processo eleitoral. Registro de candidatura. Campanha e propaganda eleitoral. Eleição. Voto. Diplomação. Reforma Política. Processo Contencioso Eleitoral. Perda de Mandato eletivo. Sanção eleitoral e sua execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORN, Rogério Carlos. Panorama do Direito Eleitoral e Partidário. Curitiba: InterSaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184993/pdf/0>

PRESGRAVE, A. B. F.R. et al. Aspectos polêmicos e atuais do Direito Eleitoral - 1ª edição. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191654/pdf/0>

BORN, Rogério Carlos. Direito eleitoral. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186401/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Edson de Resende. Curso de direito eleitoral. 10ª ed rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/197076/epub/0>

BARBOSA, Raphael P. R. (org.). Código Eleitoral. 25ª edição. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182365/pdf/0>

PAGLIARINI, A. C.; CLETO, V. H. Direito e jurisdições: interna e internacional. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/158369/pdf/0>

FERREIRA, Daniel (org.). Jurisdição, processo e direito na contemporaneidade. Curitiba: InterSaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188113/pdf/0>

VIEIRA, Fabrícia Almeida. Sistemas eleitorais comparados. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/193271/pdf/0>

DIREITO NOTARIAL

Teoria Geral da Atividade Notarial. Vetor Constitucional. Estrutura do Sistema Notarial e Registral. Especialidades. Deontologia. Extinção da função. Atividade notarial. Função notarial. Legislação específica. Atos notariais. Registros Públicos. Características do registro público. Linguagem registral. Efeitos do registro. Fiscalização pelo Poder Judiciário. Responsabilidade notarial. Sistema emolumental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROCHA JUNIOR, Cid. Noções elementares da atividade notarial e registral. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/114791/pdf/0>

RODRIGUES, Felipe Leonardo. Tabela de notas. Indaiatuba: Foco, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188685/epub/0>

KAMEL, Antonie Y. Mediação e arbitragem. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/147874/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAIA, Fernanda L. Secretariado em pauta: técnicas de assessoria e métodos de organização, Curitiba: InterSaberes, 2015. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/170582/pdf/0>

SENA, Daniel. Direito Constitucional — Série Rideel Flix. São Paulo: Rideel, 2021; Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188189/pdf/0>

ARAÚJO, Jailson de Souza. Tripartição dos poderes e funções essenciais à justiça. Curitiba: InterSaberes, 2015. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/194853/pdf/0>

PAGLIARINI, Daniel Ferreira. Jurisdição (inter)nacional e direitos fundamentais. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/178172/pdf/0>

NEVES, Gustavo Bregalda. Passe agora em concursos públicos: cartório. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/174773/pdf/0>

POLÍTICAS PÚBLICAS

Conceituação Jurídica de Políticas Públicas. Análise das Políticas Públicas e sua relação com a cidadania e o desenvolvimento. Estudo sobre o combate às desigualdades sociais. Análise da cidadania e políticas públicas: proteção das minorias e inclusão social. Estudo sobre o planejamento, desenvolvimento e fiscalização de políticas públicas: a garantia e a eficácia do exercício de direitos. Compreensão acerca da Gestão Estratégica e Políticas Públicas. Análise das Políticas Públicas e Terceiro setor. Estudo das Políticas Públicas para a proteção da cidadania, com ênfase na atuação institucional do Ministério Público na garantia dos direitos constitucionais do cidadão e do Poder Judiciário e juízo de constitucionalidade de políticas públicas. Análise crítica das Políticas Setoriais de Desenvolvimento Nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Mara ; BERGUE, Sandro T. (orgs.). Políticas Públicas: Definições, Interlocações e Experiências. Caxias dos Sul: Educ, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5870/pdf/0>

KAUCHAKJE, Samira. Políticas públicas sociais: a cidade e a habitação em questão. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54339/pdf/0>

MORICZ, Carolina Lara et al. Direito, políticas públicas e controle externo: temas contemporâneos. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211374>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Vlândia Pompeu. Políticas públicas: conformação e efetivação de direitos. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208836>

LAZARETTI, Lauana Rossetto; PELEGRINI, Tatiane; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto. Políticas públicas no Brasil: ferramentas essenciais ao desenvolvimento. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201877>

BRAGA, Andréa Luiza Currelino. Políticas públicas. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187765>

NASCIMENTO NETO, Paulo. Gestão de políticas públicas: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186634>

CARVALHO, Márcio Bernardes de. Gestão de políticas públicas. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184754>

MEDICINA LEGAL

Introdução ao Estudo da Medicina Legal; A aplicabilidade da Medicina na prática do Direito Penal; Conhecimentos da Traumatologia Forense, Tanatologia e Sexologia Forense; Crimes Sexuais; Estudo da Psiquiatria Forense, doenças e perturbações mentais e as suas consequências na aplicação da pena; Perícias e Peritos; Lesões corporais leves, graves e gravíssimas; Identificação e distinção de Homicídios, suicídios e acidentes; Documentos médico-legais; Antropologia Forense.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Neusa. Medicina legal e noções de criminalística: revista e atualizada.10. ed.Indaiatuba: Foco, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/189422/epub/0>

HERCULES, H. de Carvalho. Medicina Legal: textos e atlas. curso e concursos.2. ed.São Paulo: Atheneu, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/171486/pdf/0>

VASQUES, Paulo Mauricio. Medicina Legal: curso e concursos.1. ed.Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37840/epub/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MIZIARA, Ivan Diebe. Manual Prático de Medicina Legal.2. ed.São Paulo: Atheneu, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/192899/pdf/0>

VELHO, Jesus Antonio et al. Polícia científica: transformando vestígios em evidências à luz da cadeia de custódia. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177843/pdf/0>

ALVARENGA, Wishilen T. Rayzel. Perícia judicial: aspectos legais e qualificação. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186574/pdf/0>

GAZZOLA, Luciana de Paula Lima. Medicina Legal: 350 questões comentadas para concursos. 3. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188658/epub/0>

LIBRAS

A utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a sua gramática básica e seus símbolos icônicos com significados; traduções de expressões figuradas e gírias, algumas técnicas de interpretação no auxílio da construção de significados e conceitos - dentro de uma perspectiva e identidade bilíngüe. Formas de comunicação que tenham como objetivo a inclusão social do surdo, o seu acesso à cidadania plena (como alternativas para o desenvolvimento cognitivo e lingüístico do aluno surdo); os pressupostos teóricos sobre as diferentes identidades surdas, cultura surda e comunidade surda; Peculiaridades na leitura e escrita (não linear) de um texto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SARNIK, Mariana Victória Todeschini. Libras. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186507/pdf/0>

SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem. 5. ed. São Paulo: Summus, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177963/epub/0>

SILVA, Rafael Dias (org.) Língua brasileira de sinais libras. São Paulo: Pearson, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35534/epub/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGGIO, Maria Auxiliadora; NOVA, Maria da Graça Casa. Libras. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/129456/epub/0>

MARTINS, Vanessa Regina de (org.) Libras: aspectos fundamentais. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/169745/pdf/0>

"PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2658/epub/0>"

FERNANDES, Suelo. Educação de surdos. Curitiba: Intersaberes, 2011. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6089/epub/0>

SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. 2. ed. Cmapinas: Editora Autores Associados BVU, 2015. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185650/epub/0>

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Os direitos fundamentais de informação administrativa, de petição e de obtenção de certidões como meios administrativos da garantia da legalidade e dos administrados. As garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa em processo administrativo. Jurisdição administrativa. Processo e procedimento: conceito, classificação e características gerais. Princípios constitucionais e critérios pertinentes. Devido processo legal. Processos de iniciativa da administração ou dos administrados. Processos administrativos especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALCANTARA, Silvano Alves. Direito Administrativo para Serviços Jurídicos e Notariais. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184704/pdf/0>

QUENEHEN, Romulo. Direito Administrativo para Serviços Jurídicos e Notariais. Curitiba: Contentus, 2021. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191803/pdf/0>

HACK, Erico Germano. Direito administrativo e tributário. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188054/pdf/0>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

"ALVES, Felipe Dalenogare. Direito Administrativo. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188187/pdf/0>"

MATSUMOTA, Leandro. Manual de direito administrativo: Concursos públicos e Exame da OAB. Matrioska Editora, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/189740/epub/0>

ALVES, Felipe Delenogare. Direito Administrativo - Teoria e Prática - 1ª e 2ª fase OAB. São Paulo: Rideel, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188218/pdf/0>

MADEIRA, José Maria Pinheiro. Direito Administrativo - 13ª Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/200936/pdf/0>

QUENEHEN, Rômulo. Direito Administrativo. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/191803/pdf/0>

10 ENSINO

A didática orientada para o Curso de Direito está voltada para a construção de habilidades e competências previstas para o mercado de trabalho. Busca-se formar um profissional que tenha clareza do seu lugar numa sociedade que se encontra imersa no contexto de globalização. Até mesmo ao docente da instituição é necessária uma visão que conceba filosoficamente a educação como uma relação de troca, interação e experiência global. Só assim será possível que se minimize os eventuais efeitos nocivos da globalização e se transforme o volume expressivo de informações que se tem hoje em uma formação ampla e bem estruturada.

Portanto, o curso busca em suas diretrizes pedagógicas suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, além de estimular o desenvolvimento de um espírito científico e do pensamento reflexivo em cada uma das células (disciplinas) de ensino que compõem os cursos da Faculdade Promove de Sete Lagoas.

O processo de aprendizagem é interativo, o que transcende as formas de compreender a passagem da informação e do conhecimento como um processo unilateral verticalizado, a partir dos polos professor aluno e/ou emissor receptor. É uma relação comprometida e interessada entre professores e alunos – um que possui um conhecimento específico e que buscará

metodologias apropriadas para compartilhar este saber com os alunos, e outro, que traz experiências diversificadas e que buscará assimilar os conteúdos a partir de seu histórico contextual particular e aplicados às suas perspectivas de ação e socialização. Destacam-se os Estágios, por meio das quais será possível desenvolver uma aprendizagem prática e orientada que possibilita a inserção do aluno no mercado de trabalho, aliando o embasamento teórico ministrado em sala de aula ao desenvolvimento de atividades práticas, integrando conceitos e teorias através da experiência vivencial.

10.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

10.1.1 APRESENTAÇÃO

Atendendo às necessidades do contexto sócio-histórico atual, o Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas busca priorizar a formação do acadêmico na sua totalidade, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos jurídico-sociais. Seus princípios e finalidades estão concebidos numa visão holística de sociedade, na intenção de promover através do ensino, pesquisa e extensão, a formação de um profissional crítico e autônomo.

A proposta curricular do Curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas evidencia, em sua base filosófica, um enfoque socioantropológico; concebe o Direito como meio e fim educacionais, delimitando sua área de conhecimento ao desenvolvimento do raciocínio jurídico, ao equacionamento e busca de soluções de problemas e à capacidade de comunicação.

Sabe-se que o profissional do Direito encontra hoje, no mercado de trabalho, novos desafios e oportunidades. Por isso o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é a unidade acadêmica na qual os recursos humanos e materiais são alocados para a prestação e coordenação direta ou indireta, exclusiva, compartilhada ou conveniada, de atividades de prática jurídica curricular e extracurricular, inclusive para atendimento ao público, além de favorecer a realização de

trabalhos, projetos e programas interdisciplinares e transdisciplinares com outros cursos existentes na IES.

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerente ao perfil do formando. Conta com carga horária de 520 (quinhentos e vinte) horas organizando-se por atividades práticas reais, e é realizado dentro da própria IES, no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), podendo em parte, ser cumprido em outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, no Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, desde que conveniados à IES, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio da IES, para avaliação, conforme Regulamento do Estágio.

As atividades do Estágio Supervisionado se dividem em quatro áreas assim definidas:

- Estágio Curricular Supervisionado I - 80h;
- Estágio Curricular Supervisionado II- 120h;
- Estágio Curricular Supervisionado III- 120h;
- Estágio Curricular Supervisionado IV – 120h.

O Estágio curricular obrigatório é composto por acadêmicos do 7º, 8º, 9º e 10º períodos do curso de Direito, professores-orientadores, com mais de 03 (três) anos de experiência profissional, uma secretaria, e a coordenação.

Possui regulamento próprio que disciplina suas atividades e funcionamento, bem como avaliação e modo de conduzir dos estagiários.

As atividades reais são desenvolvidas através de assistência jurídica gratuita às pessoas carentes realizada nas instalações do NPJ/PROMOVE, localizado na própria faculdade.

No entanto, tais atividades não se limitam à assistência judiciária, que seria apenas percorrer os labirintos do Poder Judiciário, elaborando peças processuais, participando de audiências e

acompanhando o trâmite processual, também de sua importância para o aprendizado do acadêmico.

O NPJ/PROMOVE visa muito mais que tal aprendizado, posto que esteja oportunizando aos acadêmicos estagiários a possibilidade de proporcionar a melhoria da qualidade de vida daqueles que integram a sociedade, uma vez que toda instituição de ensino superior deve ter por escopo identificar problemas e conflitos, socializar os conhecimentos adquiridos e transformar a sociedade.

O NPJ/PROMOVE é um órgão que favorece a profissionalização do acadêmico, onde se oportuniza aos acadêmicos a prática jurídica atrelada ao conhecimento já adquirido, resgatando o conteúdo teórico, incentivando o estudo, a iniciação científica doutrinária, jurisprudencial e outras necessárias ao conhecimento crítico e humanizado, fundamentais para a formação acadêmica.

O estágio curricular obrigatório realizado pelo NPJ/PROMOVE é compreendido de forma ampla e multifacetada, posto que visa a profissionalização do acadêmico com perfil de interprete do ordenamento jurídico, sensível à realidade sociopolítica e econômica do Brasil, conscientes da responsabilidade social e da necessidade de transformação da sociedade, cientes da complexidade, historicidade e interdependência do direito com o substrato social, capazes de analisar criticamente o funcionamento das instituições jurídicas.

O NPJ/PROMOVE adequa-se à nova performance em que os cursos de Direito têm se moldado, ou seja, busca-se mais do que o ensino tradicional teórico feito em sala de aula, os cursos de Direito têm introduzido em seus currículos atividades práticas, de extensão e iniciação científica. Para que tais atividades envolvam não apenas corpo docente e discente da faculdade, o curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas tem interagido com a comunidade onde está inserida para prestar assistência jurídica gratuita, em seu sentido mais amplo, ou seja, assessoria jurídica e assistência judiciária, uma das formas de diminuir desigualdades culturais e educacional existentes no mesmo local e separadas por um muro.

Os acadêmicos também podem realizar o estágio curricular supervisionado mediante convênio em órgãos do Poder Judiciário local ou em escritórios de assessoria jurídica de empresa parceiras

da Faculdade Promove de Sete Lagoas, devidamente credenciadas pela OAB, cuja carga horária poder ser aproveitada em parte, sem prejuízo da realização de atividades previamente fixadas pelo NPJ/PROMOVE, a serem cumpridas integralmente nas instalações do escritório modelo, referente ao restante da carga horária.

Em caso de estágio a ser contemplado com qualquer dos órgãos ou entidades conveniadas com a Faculdade Promove de Sete Lagoas, o estagiário deverá fazer requerimento à Coordenação do NPJ, perante o setor de protocolo da faculdade, juntando ao mesmo o contrato de convênio que o autoriza, bem como portaria, ou documento comprobatório de estágio junto ao órgão ou entidade conveniada.

As atividades de estágio são desenvolvidas pelos acadêmicos dos períodos supramencionados, em situações reais. Na qual os estagiários realizam atendimento jurídico ao público de baixa renda, prestando assistência jurídica gratuita sob a orientação do professor-orientador e sob a supervisão e coordenação do NPJ, por intermédio do professor-coordenador.

As atividades de estágio supervisionado, eminentemente práticas, abrangerão todas as rotinas processuais, incluindo a elaboração de peças processuais, administrativas e profissionais, atuação em audiências, prestação de serviços jurídicos e visitas a Secretarias e demais órgãos da Justiça, sempre sob a orientação e supervisão de professores orientadores do NPF/PROMOVE.

O Estágio é feito nas instalações da Faculdade Promove de Sete Lagoas, em ambiente exclusivo e adequado ao atendimento ao público. Estão disponíveis aos acadêmicos, ambiente com cabines individualizadas para atendimento ao público pelos estagiários, salas para atendimento onde se formalizam as mediações e conciliações realizadas pelo NPJ/PROMOVE, uma sala da coordenação, uma sala para os professores-orientadores devidamente adornada com os equipamentos e mobília necessários ao desenvolvimento das atividades pertinentes.

O NPJ/PROMOVE tem por escopo principal atuar na prevenção de conflitos e litígios, bem como na solução de conflitos extrajudicial, por meio de conciliação, mediação, além de assistência judiciária nas áreas de família, cível em geral e penal.

10.2 MECANISMOS E INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO

A partir do 7º período o acadêmico desenvolverá as atividades de estágio supervisionado no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). Tendo em vista as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Direito, o estágio supervisionado estará voltado para desempenho profissional antes mesmo de se considerar concluído o curso. Assim, é necessário que, à proporção que os resultados do estágio forem verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase. Assim, ele próprio reconhecerá a necessidade de retificação da aprendizagem nos conteúdos e práticas em que revelara equívocos ou insegurança de domínio, importando em reprogramação da própria prática supervisionada.

A combinação teoria-prática dar-se-á, não só pela experiência anterior das disciplinas ofertadas desde o primeiro ano (oficinas, projetos interdisciplinares, seminários e outras) como também pela estrutura apresentada na metodologia curricular que privilegia a reflexão e elaboração teórica a partir de eixos vivenciais concretos, ao longo de todo o curso. Buscando integrar a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos na formação fundamental e na formação profissional, bem como implementar, na iniciação profissional, as atividades relacionadas ao estágio de prática jurídica, o estágio incluirá atividades profissionais relacionadas com as profissões jurídicas reais.

Com relação a essa atividade, a Faculdade Promove de Sete Lagoas, estabeleceu, para o Curso de Direito proposto, firmar convênios com diversos organismos jurídicos da comunidade, como: Ordem dos Advogados do Brasil OAB, Pastorais Carcerárias, escritórios de Advocacia, setores jurídicos de empresas, Defensoria Pública, Vara da Infância e da Juventude dentre outros.

Para coordenar, supervisionar e executar as atividades do estágio curricular, o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é dirigido por um coordenador, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil e, conta com o auxílio de professore do Curso de Direito, devidamente inscritos na OAB, encontrando-se aberto à inserção de qualquer professor que se disponha a, no

NPJ, realizar projetos específicos dentro da sua disciplina ou de forma interdisciplinar. Funciona como organismo de apoio e permanente intercâmbio com as atividades de ensino desde os períodos iniciais e não só no final do curso, quando se tem de cumprir o Estágio Supervisionado. Nessa última fase o NPJ está ocupado, também, no atendimento às necessidades do Estágio e se abrirá à possibilidade de propiciar o acesso da população carente serviços jurídicos, mediante a prestação de assistência jurídica gratuita, assegurando o acesso à justiça de todos. Competir-lhe-á, ainda, responder a consultas jurídicas que venham a ser formuladas por membros da comunidade universitária, inclusive *online*, por meio de WhatsApp e um link a ser desenvolvido na *home Page* da Instituição. Possibilitando o uso das tecnologias digitais na propagação de conhecimento e informação, além da formação do acadêmico.

Nas atividades desenvolvidas no NPJ são desenvolvidas habilidades básicas para o exercício profissional nas áreas jurídica e as principais regras do Estatuto e do Código de Ética e Disciplina da OAB.

O NPJ possui secretaria, biblioteca, salas para atividades simuladas, sala de informática, com acesso à Internet, sala de triagem e salas de atendimento ao público. Contará também com professores com experiência profissional e acadêmica, dedicados à orientação dos estagiários e demais atividades, quadro de pessoal formado por advogados, assessores, estagiários e funcionários técnico-administrativos.

O atendimento é feito pelos acadêmicos, supervisionado pelo Professor-orientador, tendo em vista não somente a solução de problemas, mas também e, principalmente, a prevenção dos conflitos de interesse tão frequentes na área do Direito, realização de atividades de extensão que visem o desenvolvimento social local.

Integra ainda as atividades do NPJ, conforme salientado, o suporte operacional para as atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito das disciplinas, inclusive o estudo de métodos alternativos de resolução de litígios. O objetivo é proporcionar o entrosamento entre os professores das disciplinas que compõem a matriz do curso, bem como de outros cursos existentes na IES e o

NPJ, com vistas à realização das atividades práticas que compõem a carga horária dos conteúdos curriculares, além de atividades de extensão e pesquisa.

As visitas orientadas a órgãos judiciais e extrajudiciais, atividades pedagógicas da Matriz Curricular, que objetivam propiciar ao acadêmico o contato com o ambiente de trabalho das instituições, também serão coordenadas pelo NPJ. O acadêmico estará, além disso, comparecendo a audiências e sessões judiciais e extrajudiciais, devendo ser avaliado mediante a apresentação de relatórios circunstanciados.

Os mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento das atividades, tais como as formas de apresentação dos resultados parciais e finais, a relação entre acadêmico e orientador, as atividades internas oferecidas, as formas de incentivo à participação em atividades externas, a abrangência das atividades oferecidas e áreas de formação atingidas estão dispostas e regulamentadas no regimento próprio do Estágio Supervisionado.

10.3 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional em Direito objetiva, através de atuação prática supervisionada e de discussão teórica, aperfeiçoar e ampliar os conhecimentos do acadêmico na prática profissional. Pretende também desenvolver a capacidade do futuro profissional para atuação em equipes multiprofissionais e prepará-lo para pesquisa nas áreas de atuação do curso de Direito. Portanto, visa assegurar que sua prática seja realizada, de forma integrada e contínua, com outras áreas, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas inerentes ao campo de formação profissional, a fim de procurar soluções para os problemas vivenciados pela sociedade.

10.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

10.4.1 APRESENTAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular e constitui exigência para que se finalize o curso de graduação e/ou pós-graduação ressaltando que seja uma produção científica de qualidade, metodologicamente correta e cumprindo os preceitos éticos no desenvolvimento das pesquisas realizadas.

Para a elaboração e cumprimento das exigências desta Instituição de Ensino, os estudantes devem cumprir as seguintes atividades:

- Elaboração de projeto de pesquisa e apresentação perante banca;
- Elaboração do Artigo Científico e;
- Apresentação em banca examinadora dos resultados alcançados.

O Trabalho de Conclusão de Curso no curso de Direito da Faculdade Promove de Sete Lagoas consiste na elaboração de um artigo científico, que deverá ser escrito e apresentado de acordo com as normas da revista escolhida pelo aluno juntamente com o professor-orientador para ser publicado com a parceria da revista Humanidades.

Para a elaboração do TCC, o estudante terá dois semestres, começando o processo de elaboração do projeto de pesquisa no 8º semestre na disciplina de TCC I e concluindo a pesquisa no 9º semestre na disciplina de TCC II. Em ambos há necessidade de apresentação perante banca.

As atividades são desenvolvidas com o acompanhamento sempre de um professor de TCC I e de um professor orientador, que auxiliam o estudante durante as etapas do processo de elaboração do projeto de pesquisa, até a análise dos resultados da pesquisa, elaboração do artigo e defesa.

Adota-se a seguinte definição para Trabalho de Conclusão de Curso:

- Documento que represente o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, [...], curso,

programa e outros ministrados. E deve ser feito sob a coordenação de um orientador. (ABNT, NBR 14724: 2002);

- O Trabalho de Conclusão de Curso, pois, expressa em forma de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, uma construção que deve ir se desenvolvendo a cada semestre por meio das disciplinas, confirmando o perfil dos profissionais que aqui formamos;
- Constitui um momento de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação na forma de pesquisa acadêmica científica tratando-se de uma experiência fundamental na formação profissional.

Para a sua operacionalização devem ser observadas as diretrizes próprias, as quais constam de Orientação Específica. Ressalte-se que além da exigência de formatação do artigo para submissão e publicação em uma revista de livre escolha do estudante e professor orientador, também possuímos um repositório para publicação dos resumos (ANAIS DE TCC) com ISSN.

O Curso de Direito possui um corpo de professores orientadores em diversas áreas jurídicas, com o que o discente tem, em regra, condições de desenvolver sua pesquisa sobre tema de sua escolha.

10.4.2 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E CUMPRIMENTO DO TCC

A elaboração do artigo científico final do curso compreenderá duas etapas a serem realizadas em dois semestres subsequentes. A primeira etapa iniciará no 8º período (TCC I) com a entrega de aceite do professor orientador ao Professor Responsável pelo Artigo, em formulário próprio. Compreende, ainda, o depósito do artigo científico e o início da elaboração do artigo científico, bem como a entrega dos relatórios parciais, de acordo com cronograma fixado pelo Colegiado de Curso. A segunda etapa iniciará no 9º período (TCC II) com a continuidade da redação do artigo, e compreende a entrega de relatórios parciais, recebimento do artigo científico pelo Professor Responsável, e encerrará com a sua defesa perante a Banca Examinadora.

10.4.3 ORIENTAÇÃO DO TCC

O artigo científico será desenvolvido sob a orientação de um professor do curso de graduação em Direito, cabendo ao acadêmico escolher o professor orientador, em lista a ser definida a cada semestre, devendo, para esse efeito, realizar o convite, levando em consideração os prazos estabelecidos no Regimento da Faculdade Promove de Sete Lagoas para a entrega do artigo científico.

10.4.4 AVALIAÇÃO

Para a avaliação da disciplina TCC I (9º período) o acadêmico deverá apresentar projeto e relatórios mensais parciais, sobre o desenvolvimento do artigo científico. Tais relatórios devem conter informações detalhadas acerca das pesquisas e estudos realizados, no período respectivo, na forma definida pelo professor orientador, sendo entregues ao professor coordenador nos prazos fixados em cronograma aprovado pelo coordenador do curso de Direito. Os relatórios serão pontuados conforme cronograma aprovado pelo coordenador do curso de Direito. Não entregando os relatórios no dia marcado, o acadêmico perderá os pontos referentes aos mesmos, não cabendo trabalho substitutivo para aquisição dos referidos pontos.

Para aprovação na disciplina TCC II (10º período), o acadêmico deverá obter nota igual ou superior a sete na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

10.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades acadêmicas complementares são componentes curriculares de caráter acadêmico-científico e cultural, cujo foco principal é o estímulo à prática de estudos independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, de forma a promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Há uma gama de atividades extracurriculares que a instituição de ensino oferece:

- **Intercâmbio:** a possibilidade de fazer um intercâmbio durante o curso é uma das atividades extracurriculares que mais chama a atenção dos alunos. Além da experiência com a troca cultural, o estudante adquire força em seu currículo, pois um intercâmbio garante vantagens no mercado de trabalho.
- **Estágio:** atividade obrigatória para a colação de grau do curso. É o desempenho de atividade profissional relacionada com o curso, mas com foco no aprendizado dessas práticas. Geralmente, é realizado em empresas. A disponibilidade de estágios em uma empresa privada pode ser fruto de uma parceria com a instituição de ensino.
- **Iniciação científica:** atividade fundamental para quem deseja se envolver com a pesquisa acadêmica, além de contar muitos pontos – sendo obrigatória para alguns casos – para quem deseja prestar mestrado e doutorado. Consiste no desenvolvimento de uma pesquisa científica orientada por um professor da instituição.
- **Grupos de estudo:** muitas vezes atrelados com a produção de pesquisas científicas, os grupos de estudo – ou grupos de pesquisa – reúnem alunos e professores interessados em um tema em comum. Nas reuniões, são levantados tópicos para discussão e análise, com a possibilidade de produção de artigos e pesquisas acadêmicas.
- **Projetos de extensão:** são atividades de cunho social com a aplicação prática do conhecimento técnico e teórico apreendido no curso. É uma oportunidade do aluno – e da faculdade – sair para fora do espaço físico da instituição e levar à sociedade as habilidades adquiridas em sala de aula.
- **Oficinas e cursos de extensão:** esse tipo de atividade tem foco no aprendizado de conteúdos complementares e especializados, que irão agregar à formação do aluno. Podem ser presenciais ou online, na própria faculdade ou em instituições parceiras.
- **Voluntariado:** as atividades sociais são muito bem-vistas pelos alunos. Independentes de relação com o curso, agregam valores como empatia, responsabilidade, compreensão de mundo, entre outros.

- **Estudo de idiomas:** oferecido pela própria faculdade ou em parceria com projetos, o ensino de línguas estrangeiras é um grande diferencial, devido a sua importância na atualidade.
- **Centro acadêmico:** os centros e diretórios acadêmicos consistem nas entidades formadas por alunos e responsáveis pelas questões que envolvem a classe estudantil. Fazem reivindicações para melhorar a vida acadêmica e o bem-estar dos estudantes como um todo. Promovem atividades culturais, debates políticos e sociais, integração entre alunos e auxiliam os calouros.
- **Monitoria:** são vários os tipos de monitorias nos quais os alunos podem trabalhar. Os laboratórios de informática são os mais comuns, onde o aluno se torna responsável por cuidar dos equipamentos e da sala como um todo. Há, também, monitorias nos grupos de estudo, laboratórios diversos, projetos desenvolvidos por professores, e até como acompanhamento de alunos com deficiência ou necessidades especiais.

As Atividades Complementares têm por finalidade diversificar, enriquecer e ampliar a formação do aluno, oferecendo espaço para conhecimento, discussão e aprofundamento de temas relacionados à prática, através da sua participação em tipos variados de eventos. As atividades complementares serão desenvolvidas a partir de:

- 1) Participação em palestras, seminários, congressos e conferências oferecidos pela própria instituição ou por outros cursos, centrados em temas polêmicos e atuais, com a participação de profissionais, professores e especialistas de destacado renome, em múltiplas áreas;
- 2) Participação e realização de pesquisas teóricas e/ou empíricas, de modo a visualizar os fenômenos nas projeções sociais e reais, não simplesmente interagindo, mas construindo-as;
- 3) Prestação de serviços como extensão à comunidade, sobretudo à população carente, com questões ligadas à cidadania, família, saúde, educação, moradia, meio ambiente, inclusão digital dentre outras, experimentando a função social do conhecimento produzido;
- 4) Participação na prática da iniciação científica que se dará como atividade investigativa, realizada no âmbito de projetos de pesquisa, sob supervisão de professor qualificado, visando ao

aprendizado de métodos e técnicas científicas e ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade;

5) Participação em atividades didáticas, como visitas e viagens técnicas que despertem o interesse e a capacitação dos alunos a harmonizarem conteúdo e metodologia do ensino nas suas áreas específicas de formação superior.

Estas atividades complementares se desenvolverão em três níveis:

Instrumento de integração e conhecimento do estudante com a realidade social, econômica e o trabalho do bacharel em direito – através de estágios extracurriculares em instituições conveniadas que permitam ao estudante o contato próximo com a realidade social e cultural da comunidade e com os serviços administrativos em geral e de gestão dos serviços públicos.

Instrumento de iniciação científica – na forma de monitoria, pesquisa orientada e extensão com vistas a incentivar a investigação científica, propiciando a criação e difusão dos conhecimentos científicos, condizentes com a filosofia do curso, ao tempo que possibilitará ao estudante intensificar sua aprendizagem de acordo com suas pretensões futuras de ensino, pesquisa e atividades na clínica privada e/ou pública, onde exercita os referidos conhecimentos. Estas atividades poderão ser desenvolvidas de acordo com os programas da Faculdade Promove de Sete Lagoas, programas institucionais ou poderão ser voluntárias, desde que atendam às exigências do Colegiado do Curso. Dentro desse nível, especial destaque é dado ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Para os estudantes de Direito este é estimulado desde os períodos iniciais e exigido até o décimo período letivo, como forma de garantir uma qualidade mínima satisfatória e não interferir com as demais atividades de conclusão do curso, particularmente para os estudantes que estão voltados para continuação de seus estudos em cursos de especialização.

O Regulamento das Atividades Complementares define a carga horária válida para cada atividade, respeitando o limite máximo de aproveitamento de cada uma, de acordo com normas próprias, conforme apresentado pela tabela a seguir.

Atividade	1	2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA (máxima)	Limite máximo no curso	3 Comprovação
Grupo I	1	Congresso Nacional/Internacional	30h (evento)	80h	Certificado
	2	Cursos de extensão/atualização	40h (curso)	80h	Certificado
	3	Seminário /Simpósio/ Conferência/ Semana da Direito	20h (evento)	60h	Certificado
	4	Defesas de Dissertações, Teses e Monografias na área de Direito ou áreas afins	3 h (cada)	50 h	Atestado de presença e relatório
	5	Palestra	3 h	50 h	Certificado
Grupo II	6	Disciplina cursada em outros cursos de graduação e pós-graduação	20h/semestral 40h/anual	80h	Aprovação na disciplina
	7	Monitoria em disciplinas da graduação no curso de Direito	5 h (mensal)	80 h	Relatório do prof. orientador
	8	Estágios voluntários não supervisionados (extracurriculares)	30 h (semestral)	90 h	Atestado e apresentação de relatório
	9	Intercâmbios	40h/semestral	80h	Documentação Comprobatória
	10	Cursos de língua estrangeira	30 h	60 h	Certificado
Grupo III	11	Projeto de Iniciação Científica, de Pesquisa ou de Assistência à Pesquisa	40 h	80 h	Relatório do prof. orientador ou certificado
	12	Publicação de artigos científicos ou áreas afins em revistas acadêmicas	20 h	80 h	Artigo publicado
	13	Participação em concurso de monografias, sobre temas de Direito ou afins	20 h	80 h	Monografia elaborada e aceita pela comissão de concurso
	14	Apresentação de trabalho em eventos científicos relacionados ao curso de Direito e áreas afins	10 h	50 h	Certificado
	15	Participação em oficinas de leitura/oficinas interdisciplinares	10h (oficina)	50 h	Relatório e avaliação do professor orientador do grupo de estudos
	16	Viagens Técnicas organizadas pela PROMOVE	40 (máximo por viagem)	80 h	Relatório do prof. organizador
	17	Visitas Técnicas organizadas pela PROMOVE	10 (máximo por visita)	60 h	Relatório do prof. organizador
Grupo IV	18	Prestação de serviços à comunidade universitária e não universitária	25 h (proj.)	60 h	Declaração do responsável pelo projeto
	19	Representação estudantil nos órgãos colegiados da PROMOVE	25 H (anual)	50 h	Atestado
	20	Representação estudantil nas Atléticas e Ligas	20 H (anual)	40 h	Atestado

A Faculdade Promove de Sete Lagoas possui mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais ou à distância, desde que atendido o prazo mínimo, estabelecido pela instituição, para a conclusão do Curso. O aluno da graduação deverá obrigatoriamente completar 200 horas em atividades complementares no decorrer do curso.

A validação da atividade complementar desenvolvida deverá ser feita junto à coordenação do curso, mediante apresentação do formulário preenchido, o documento original de comprovação de realização da atividade e uma cópia do documento, conforme descrito na tabela anterior.

Somente serão integralizadas ao Histórico Escolar, as Atividades Acadêmicas desenvolvidas após o ingresso no Curso de Direito inclusive nos casos de transferência. Situações peculiares e especiais serão analisadas pelo Colegiado e Coordenação do Curso de Direito.

11 POLÍTICAS DE PESQUISA

A Faculdade Promove de Sete Lagoas apresenta uma preocupação em atender as crescentes exigências em apresentar elevados indicadores de produtividade e qualidade do conhecimento gerado, impostas pelos órgãos federais de fomento à pesquisa, ligados principalmente aos Ministérios de Educação e Cultura (MEC) e de Ciência e Tecnologia (MCT). Isso envolve que o ensino superior se diferencie, buscando novos conhecimentos e não apenas repassando aquilo que já foi pesquisado. A Faculdade Promove de Sete Lagoas, preocupado com a formação holística de seus discentes, oferece adicionalmente a oportunidade qualificação para o mercado de trabalho por meio de atividades de pesquisa.

Além disso, a sociedade e o setor produtivo exigem a formação de profissionais que sejam capazes de responder às rápidas transformações, bem como as respostas criativas a essas transformações. Para enfrentar esta realidade, a Faculdade Promove de Sete lagoas pretende acelerar o seu ritmo de crescimento e implantar transformações não apenas conjunturais e estruturais, mas principalmente na concepção de objetivos claros que conduzam à consolidação da pesquisa entre suas unidades de ensino. É sabido também, que o crescimento homogêneo de uma instituição de ensino superior está intimamente ligado à atuação de seu corpo docente de forma harmônica no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão. Isso induz a necessidade de uma adequada sintonia entre as políticas institucionais definidas pela IES,

as quais devem estar voltadas ao mesmo objetivo. Sem essa ação recíproca, a definição isolada de uma política de pesquisa pode ser inócua para o desenvolvimento uniforme e homogêneo.

Oportunamente, a política institucional voltada para a pesquisa, está sintonizada com as políticas nacionais e alicerçada em bases sólidas e coerentes abrangendo aspectos, como: organização e apoio institucional à expansão da pesquisa; plano de capacitação e de expansão do corpo docente (titulação do quadro existente e a contratação de profissionais qualificados para atuação na pesquisa, ensino e extensão); consolidação de grupos de pesquisa multidisciplinares; formação de recursos humanos capazes de responderem positivamente às exigências da sociedade; produção qualificada de conhecimento científico e tecnológico e sua divulgação em veículos indexados; interação entre os grupos de pesquisa consolidados da IES com o setor produtivo para transferência do conhecimento científico e tecnológico gerado; incentivo a utilização da infraestrutura disponível visando a sua otimização, racionalização e flexibilização.

São segmentos da Pesquisa:

Grupo de Pesquisa - O GP tem o propósito de ser definido como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente, podendo e admitindo a existência de apenas um único pesquisador, como representante de um GP. O grupo deverá ser composto por membros internos e externos à instituição, sendo professores, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais técnicos, com exceção do representante, que deverá ser um professor vinculado a IES.

Grupos de Trabalho Científico – representado por professores e acadêmicos que desenvolveram trabalho de conclusão de curso, com vistas a elaboração de artigos científicos, para disseminação de conhecimento através de publicações internas e externas.

Comitê de Ética - tem como objetivo suscitar nos pesquisadores sentimentos de lealdade e respeito, que devem guiar a vida privada e pública, e, neste âmbito, a atividade científica.

No regimento das políticas de pesquisa são contemplados os critérios para o desenvolvimento da pesquisa com requisitos e obrigações da IES, do Orientador e do Bolsista/pesquisador.

11.1.1 OBJETIVO GERAL

Ampliar e consolidar a política de pesquisa da Faculdade Promove de Sete Lagoas, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento regional e nacional por meio da formação de recursos humanos qualificados a atuarem de forma crítica e reflexiva, na docência, na pesquisa e na extensão; da qualificação de seu corpo docente; da produção qualificada do conhecimento científico e tecnológico; da expressiva interação com o setor produtivo para transferência de tecnologia e conhecimento.

11.1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Com base no objetivo geral, na plataforma política de pesquisa como estratégia para a formação de recursos humanos de qualidade, bem como as exigências dos órgãos federais em termos de qualidade do conhecimento gerado, os objetivos específicos seguem-se abaixo.

- Apoiar institucionalmente a criação, consolidação de grupos de pesquisa;
- Promover mecanismos para a capacitação do corpo docente e a sua ampliação;
- Apoiar o desenvolvimento de Projetos de Pesquisa;
- Apoiar a iniciação científica e a pesquisa docente;
- Promover mecanismos de auxílio a publicação;
- Promover e apoiar o desenvolvimento de eventos científicos;
- Incentivar a participação em eventos científicos.
- A implantação do Centro de Pesquisa, o qual está vinculado a Direção de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão, é uma necessidade e tem o objetivo de viabilizar os meios institucionais, materiais e humanos para promover a Pesquisa Científica no âmbito da Faculdade.

11.1.3 PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O Programa de Iniciação Científica é estruturado a partir da implantação dos cursos propostos pela Instituição, estimula no corpo docente e discente, a partir do início dos cursos, a criação de atitudes, ferramentas e de todo o contexto favorável à pesquisa, de maneira a fortalecer a integração ensino, pesquisa e extensão.

A iniciação científica no âmbito da graduação é um investimento que visa à formação de futuros pesquisadores. Consiste, portanto, num empreendimento que busca antecipar e melhorar a preparação de quadros para a pesquisa.

O professor orientador é a pessoa que, ao interagir com o graduando, faz a mediação de um complexo processo de criação. Ele não treina o acadêmico apenas, posto que pesquisar não é somente dominar técnicas. A aprendizagem das atividades de pesquisa não é, portanto, um resultado imediato do domínio de técnicas e informações; é uma consequência mediada pelas ações do orientador.

Todos os componentes curriculares são instigadores da iniciação científica, ao tempo em que se articulam ao encaminhamento das atividades de ensino com pesquisa.

Os cursos da IES incentivam o desenvolvimento da pesquisa através da atribuição de horas/aula aos professores pesquisadores para realização dos projetos aprovados institucionalmente. São formados grupos de estudos interdisciplinares sob a Coordenação de professores doutores que se reúnem em seminários de pesquisa, simpósios, produção de artigos para publicação, apresentação de painéis e conferências na Instituição e fora dela.

A pesquisa com esta característica, desenvolvida nos cursos da Faculdade Promove de Sete Lagoas não significa um aligeiramento da sua significatividade, já que articulada organicamente ao ensino e apresentada como atividade - meio, servirá como embasamento e preparação fundamental para os iniciantes na pesquisa.

O Programa de Iniciação Científica (PRO-IC) foi elaborado e encontra-se em constante aperfeiçoamento para atender aos cursos oferecidos pela Instituição. As atividades de pesquisa

buscam, sempre que possível, uma atuação multiprofissional e baseada na ação dos Grupos de Pesquisa (GP) da Instituição, nos moldes do CNPq. Através dos GPs, ainda que iniciais, busca-se a definição das linhas de pesquisa, consolidadas na experiência do corpo docente e permeada pela participação discente, tanto intra como intercurrosos.

O PRO-IC tem como principais objetivos:

- Contribuir para a formação dos acadêmicos na prática investigativa da pesquisa;
- Estimular o corpo docente a estabelecer propostas de pesquisa em suas disciplinas visando o enriquecimento dos conteúdos;
- Promover na comunidade acadêmica o desenvolvimento da capacidade crítica, discursiva e criativa;
- Fomentar a interdisciplinaridade;
- Fortalecer o tripé - ensino, pesquisa e extensão;
- Promover intercâmbio com outras instituições de pesquisa no Brasil e exterior;
- Possibilitar a ação conjunta de pesquisa entre os diversos cursos da Instituição;
- Desenvolvimento da Revista Científica da Instituição, permitindo a divulgação dos trabalhos executados no âmbito da Iniciação Científica;
- Otimizar a participação docente e discente em congressos e encontros científicos regionais, nacionais e internacionais;
- Realização de eventos científicos nas dependências da Instituição;
- Promover o crescimento da IES como instituição educacional geradora de melhorias no seu "entorno";
- Atender às necessidades da comunidade regional.

O PRO-IC tem como missão implementar ações efetivas para a investigação de problemas da realidade, que possam ser analisados nos Cursos e que possam gerar a produção de

conhecimentos, aplicáveis à solução dos problemas diagnosticados e fomentem na Instituição a cultura das práticas de pesquisa.

O PRO-IC abrange os cursos, através da criação de GPs, que estabelecerão suas áreas de concentração e linhas de pesquisa. O público-alvo será a comunidade acadêmica da IES (docentes, discentes e funcionários), bem como a comunidade externa (professores convidados, visitantes, estagiários, empresas, órgãos governamentais e não governamentais). As áreas de conhecimento trabalhadas serão coerentes com os cursos já existentes (educacional, tecnológica, gerencial/informacional) e demais cursos a serem implantados.

11.1.4 PROGRAMA PARA PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

11.1.4.1 INTRODUÇÃO

O Programa para Publicações e Divulgação de Produção Científica é coordenado pelo Centro de Pesquisa que coordena e acompanha as diferentes atividades de produção científica dos discentes e docentes.

São instrumentos de publicação e divulgação da produção científica:

11.1.4.2 REVISTA CIENTÍFICA

Tem como objetivos:

- Permitir aos docentes um espaço para publicação dos seus trabalhos e divulgação dos seus conhecimentos;
- Publicar textos de qualidade dos docentes de qualquer instituição universitária brasileira;
- Constituir-se, ao lado da revista discente, em uma forma de incentivo à produção discente.

11.1.4.3 REVISTA DISCENTE

É um espaço a ser criado para publicação e divulgação de trabalhos dos (as) acadêmicos (as) da instituição. Considerando as inúmeras dificuldades no tocante à competência da produção escrita, a instituição está empenhada em implementar atividades com vistas a qualificar os seus acadêmicos para uma produção escrita de qualidade, a saber:

- Oficina de Redação;
- Trabalho pedagógico articulado entre os professores dos cursos visando a garantir a produção escrita como forma de avaliação processual e contínua dos acadêmicos.

REVISTA BIONORTE

A Revista Bionorte é uma publicação da área Inter e Multidisciplinar, vocacionada para a interlocução entre a Ciência e a Sociedade. Aberta à comunidade científica nacional e internacional, possui uma linha editorial centrada na área das Ciências da Saúde, com publicações em formato eletrônico de periodicidade semestral (fevereiro e julho). A Bionorte recebe manuscritos nos idiomas português, inglês ou espanhol. A Faculdade Promove de Sete Lagoas conta com a parceria da revista Bionorte.

REVISTA HUMANIDADES

A Revista Humanidades é uma publicação da área Inter e Multidisciplinar aberta à comunidade científica nacional e internacional, vocacionada para a interlocução entre a Ciência e a Sociedade. Com esta publicação, busca-se transformar pesquisas em informação acessível à comunidade científica e potencializar o desenvolvimento de investigações em uma perspectiva de troca de experiências com outros periódicos e Centros de Pesquisa nacionais e internacionais. A Faculdade Promove de Sete Lagoas conta com a parceria da revista Humanidades.

EDITORA FUNORTE

A Editora Universitária FUNORTE é um veículo de publicação aberta à comunidade científica nacional e internacional, publica edições de obras técnicas, didático-pedagógicas, científicas, culturais e literárias no formato de E-book, desde que estejam de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Editorial. Suas linhas editoriais são: Textos didático-pedagógicos; Produtos científicos; Textos artísticos e culturais; e Produções técnicas. A Faculdade Promove de Sete Lagoas tem parceria com a Editora FUNORTE.

EVENTOS CIENTÍFICOS

A instituição pretende oferecer à comunidade acadêmica a oportunidade de participar de diversos eventos científicos, tais como:

- Seminários;
- Jornadas;
- Congressos;
- Fóruns de debates etc.

Tais eventos oportunizam aos discentes e docentes a exporem trabalhos ou apresentarem oralmente, possibilitando a publicação dos produtos em Anais de Evento organizados pela própria IES.

Além dos eventos organizados pela instituição que busca, na medida do possível, suprir as necessidades de intercâmbio e articulação dos docentes com os seus pares, tem-se uma política interna de viabilização da participação dos docentes e discentes em eventos promovidos por outras instituições brasileiras.

Já se tornaram integrantes do calendário de eventos científicos da IES, promovidos pela instituição:

- CONEXÃO.

- SEMANA INTEGRADA DE CURSOS

11.2 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) tem como objetivo suscitar nos pesquisadores sentimentos de lealdade e respeito, que devem guiar nossas vidas privada e pública, e, neste âmbito, notadamente, nossa atividade científica.

Visto que, sem a ética, regressaríamos à barbárie, em que vigia a lei do mais forte (ou a do mais esperto), é imprescindível que os preceitos dela emanados tenham força de lei, premiando os que lhe dão sentimento com os louvores da honestidade e da retidão, e sancionando os que a desprezam ou negligenciam, com o intuito de restituir a boa disposição das coisas, comprometida por atos ilícitos e danosos.

A IES conta com comitê de ético próprio.

11.2.1 GRUPOS DE PESQUISA

O Diretório dos Grupos de Pesquisa (GP) no Brasil foi organizado em bases de dados pelo CNPq a partir de 1992. Ele contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade e atuantes no Brasil. As informações dos GP dizem respeito aos recursos humanos constituintes, às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos e a produção científica e tecnológica.

O GP é definido como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente, podendo e admitindo a existência de apenas um único pesquisador, como representante de um GP. Os GP são formados e atuam segundo alguns parâmetros como:

- A presença de um líder ou organizador, com experiência científica ou tecnológica;
- O envolvimento profissional de seus membros com atividades de pesquisa permanentemente;

- Que as linhas de pesquisa sejam comungadas e se tornem ativas através de produção científica;
- Que os membros se doem à pesquisa e compartilhem as dificuldades e obstáculos impostos pelas práticas de pesquisa.

11.2.2 PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os programas de Pós-Graduação obedecem às determinações da legislação vigente que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

Os programas de pós-graduação têm como objetivo a formação de pessoal qualificado para a pesquisa e docência no ensino superior.

Segundo o Plano Nacional de Pós-Graduação da CAPES 2005-2010, são objetivos da pós-graduação para os próximos anos:

- O fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação;
- Formação de docentes para todos os níveis de ensino;
- Formação de quadros para mercados não acadêmicos.
- Para tanto a Instituição define metas a serem atingidas:
- Avaliação permanente do impacto na realidade local;
- Avaliação da qualidade dos cursos oferecidos;
- Estabelecimento de projetos novos de qualificação de pessoal de nível superior com critérios bem definidos, de médio e longo prazo, capazes de melhorar o ensino e produzir conhecimento novo;
- Incentivo e apoio à formação continuada do seu corpo docente.

12 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A extensão de caráter social, cuja proposta de ação foca aberturas para atividades comerciais específicas, servindo tanto à capacitação de mão-de-obra quanto ao desenvolvimento intelectual nos cursos da Faculdade Promove de Sete Lagoas pode ser desenvolvida por intermédio das seguintes atividades principais:

- Publicações e apresentações de trabalhos/ações que tornam o conhecimento acessível à população, a pesquisadores, a profissionais, a centros de pesquisa, a grupos de discussão em parceria com a Diretoria de Pesquisa, em casos específicos;
- Promoção de eventos culturais, científicos ou de outros tipos que tenham como finalidade o incentivo a contatos interpessoais, a abertura de trânsito de conhecimentos entre academia, comunidade e mercado, e a criação de condições para que a sociedade tenha possibilidade de conhecer os bens científicos, técnicos ou culturais disponíveis e de usufruir deles;
- Disponibilização de serviço, desenvolvidos por atendimentos diretos à população, ou, indiretamente, por agências filiadas que prestam esse atendimento, desde que sejam realizados de forma consistente e afim aos objetivos da Instituição;
- Assessorias e consultorias que auxiliem pessoas, grupos ou organizações a utilizarem mais e melhor o conhecimento existente, renovável e disponível em situações mercadológicas reais;
- Intercâmbios de docentes ou técnicos da IES para auxiliar no desenvolvimento de áreas de ensino-aprendizagem carentes;
- Cursos práticos de atualização científica ou de formação superior, de aperfeiçoamento profissional, de ampliação cultural, de experimentação de técnicas, de especialização e correlatos que possam constituir instrumentos para maior acesso ao conhecimento existente e a tendências reais.

Em síntese, a integração Centro Universitário-Comunidade é objetivo priorizado pela instituição que buscará a concretização plena do projeto pedagógico em sua derradeira e importante etapa através da conexão de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A extensão se realiza por cursos, assessorias, consultorias, seminários, atendimentos à população carente, em grupos de atividades e estudos em que professores e acadêmicos possam situar diferentes equipes de trabalho teórico e prático em face da emergência de demandas jurídicas pela aproximação Centro Universitário-Comunidade.

12.1 O NÚCLEO DE EXTENSÃO – NEX

O Núcleo de Extensão da Instituição visa a estimular o desenvolvimento de atividades de extensão relacionadas ao ensino e à pesquisa, fortalecendo a necessidade da prática, ao longo da integralização da matriz curricular, oferecendo à comunidade a oportunidade de vivenciar atividades das várias áreas contempladas pelos cursos da Instituição. O Núcleo de Extensão tem suas normas de funcionamento, aprovadas pela Diretoria Acadêmica e constantes da proposta pedagógica, que visam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura, bem como, ao maior envolvimento com a comunidade e maior comprometimento com a realidade mais adjacente, de forma a desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. Por atividade de extensão entende-se toda e qualquer atividade voltada à comunidade interna ou externa, diversa daquela realizada no ensino e na pesquisa, porém com características semelhantes.

O Núcleo de Extensão - NEX é um departamento integrante da Diretoria de Extensão, com objetivos, constituição e funcionamento próprios.

ATRIBUIÇÕES DO NEX

- Realizar atividades com características interdisciplinares e transdisciplinares, numa perspectiva de interação entre os diversos cursos da Instituição, assim como com a comunidade externa;

- Aperfeiçoar as relações de intercâmbio entre a instituição e outras Instituições de ensino e a comunidade;
- Apoiar os cursos, quanto à ampliação e consolidação de atividades de extensão para profissionais da área e áreas afins e para a comunidade em geral;
- Estimular o desenvolvimento de atividades de extensão relacionadas ao ensino e a pesquisa;
- Contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos, especialmente no que se refere à consolidação e disseminação de conhecimento de cada área;
- Estimular a integração do corpo docente e discente na prática de atividades de extensão, fomentando a participação dos graduandos no processo extensionista.
- Prestar serviços e assistência à comunidade, atendendo suas necessidades, respeitando seus valores e sua cultura.

12.2 PROGRAMA E-LABORE

O **e-LABORE** define-se como um conjunto de atividades integradas voltadas para promover inovação e gerar resultados concretos na educação superior e profissionalizante.

OBJETIVOS

Desenvolver a cultura empreendedora na Instituição de Ensino e direcionar as iniciativas produtivas geradas por professores e estudantes da IES que tem potencial de se transformar em oportunidades de negócios lucrativos e de impacto social.

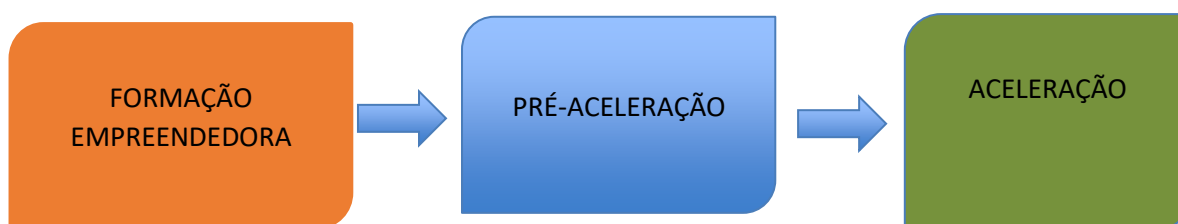
JUSTIFICATIVA

É visível que as propostas educativas baseadas em simples memorização e/ou aulas expositivas não colaboram de forma efetiva para a formação crítica e reflexiva do aluno. Neste contexto,

incluir a Educação Empreendedora na graduação e ensino profissionalizante vem ao encontro da necessidade de preparar os alunos para os novos desafios do século XXI, em um cenário em que o mercado de trabalho exige profissionais com competências múltiplas, que tenham capacidade de aprender, de adaptar-se a situações novas e de promover transformações.

METODOLOGIA

A metodologia da proposta será composta pelo itinerário descrito a seguir.



FORMAÇÃO EMPREENDEDORA:

O curso de Formação Empreendedora será ministrado de forma presencial e/ou remota (conforme disponibilidade dos participantes e do professor facilitador) e será composto por palestras e Workshops, com conteúdo e temas relacionados à educação empreendedora.

PRÉ-ACELERAÇÃO:

Serão selecionadas as propostas de projetos dos participantes do curso de Formação Empreendedora do Programa **e-LABORe**, cujos autores manifestem interesse e que apresentem viabilidade técnica, estratégica e econômica para a etapa de Pré-Aceleração, que terá duração de 02 (dois) meses.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO:

Serão oferecidas 10 vagas para o **PROGRAMA DE ACELERAÇÃO**, de forma não residente, com duração de 4 (quatro) meses.

Os projetos selecionados terão acesso a serviços de apoio, tais como:

- Mentorias e capacitações;
- Utilização dos laboratórios para realização de experimentos, mediante agendamento com os técnicos responsáveis e Coordenação do **e-LABORe**;
- Cursos e workshops de formação empreendedora e gestão de negócios;
- Participação em eventos, visitas técnicas e missões empreendedoras;
- Orientação para formalização do negócio;
- Orientação sobre o MEI - Micro Empreendedor Individual;
- Orientação tecnológica, contábil e jurídica;
- Orientação para monetização do negócio;
- Orientação para o desenvolvimento mercadológico e iniciação às atividades comerciais do negócio;
- Orientação para o gerenciamento comercial, mercadológico, operacional, técnico e financeiro do negócio;
- Entre outros serviços.

12.3 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Destaca-se o devido cumprimento às exigências legais no que concerne à CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO, em consonância com a estratégia 12.7, da Meta 12, do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014) que orienta os cursos de graduação a assegurarem 10% de seus créditos curriculares em programas e projetos de extensão universitária, da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (CNE) que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

A Instituição, igualmente, atende ao que estabelece a Resolução 07 de 18/12/2018, integrando as atividades de Extensão à estrutura curricular e à organização da pesquisa, como processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre o Centro Universitário e os outros setores da sociedade, através da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e, a pesquisa. O curso de Direito do Centro Universitário disponibiliza 436 horas para curricularização da extensão.

Como já afirmamos na Política de Extensão as ações de extensão possibilitam a estudantes o exercício de competências, interdisciplinares e transdisciplinares, aperfeiçoando a formação advinda das disciplinas ministradas em sala, ao mesmo tempo em que se comprometem, ética e solidariamente, com a promoção de mudanças necessárias a Faculdade e a sociedade como um todo.

As medidas tomadas para curricularizar a extensão foi a inclusão de todas as atividades de extensão desenvolvidas na IES e no curso através de projetos específicos e em todas as disciplinas proposta na matriz curricular.

13 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

As autoavaliações e as avaliações externas constituem preciosas oportunidades de ação para o contínuo aperfeiçoamento do curso. Logo que é divulgada uma avaliação externa – Avaliação de Curso, ENADE, CPC – a coordenação do curso efetua uma análise do resultado, executando, a partir dessa análise, o trabalho de reforçar os aspectos bem avaliados, e de implementar as ações necessárias para melhorar os aspectos considerados insatisfatórios (Proposta de Melhorias Acadêmicas, por exemplo).

Somando-se a este processo de Autoavaliação do Curso e de Autoavaliação Institucional, a Coordenação do Curso promoverá reuniões com os docentes e discentes integrantes do Colegiado de Curso para deliberar sobre projetos de ensino, pesquisa e extensão, sobre os programas e

planos de ensino das disciplinas, para pronunciar-se quanto ao aproveitamento de estudos e adaptações de acadêmicos, opinar sobre assuntos referentes aos corpos docente e discente e aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso.

Também ocorrem reuniões rotineiras entre a coordenação e os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante, tendo como objetivo realizar análises do projeto pedagógico e da estrutura e funcionamento do curso, com base na adequada compreensão do contexto interno e externo em que ele se insere.

Nesse sentido, a IES em sua prática preocupa-se em utilizar os resultados obtidos nas avaliações externas (de curso, IES, desempenho dos acadêmicos) como instrumentos de Gestão e composição do Plano de Melhorias. Assim, após a divulgação dos resultados do ENADE, CPC, IGC, avaliações *in loco*, os resultados são discutidos e incorporados aos relatórios de autoavaliação, a fim de traçar as ações de melhorias, no âmbito da IES e dos cursos.

13.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

De acordo com o regimento da IES, a avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina, incidindo sobre a aprovação, a frequência e o aproveitamento do acadêmico. O curso de Direito segue as normas da Instituição com relação à obrigatoriedade da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas, ao valor mínimo de 70 pontos para aprovação (com ou sem exame especial) e à distribuição de pontos por etapas avaliativas do semestre.

Essa distribuição de pontos é realizada por meio de processo continuado de atividades de verificação de aprendizagem (de acordo com cronograma específico), alocadas em três etapas avaliativas (a primeira valendo 15 pontos, a segunda valendo 25, a terceira valendo 35). Essas verificações de aprendizagem continuadas totalizam 75 pontos, sendo outros 25 pontos, distribuídos em cada disciplina por meio de trabalhos diversos, a critério do professor.

O acadêmico impossibilitado de comparecer a uma ou mais verificações de aprendizagem tem direito à reposição desta(s), como segunda-chamada, em data definida no calendário acadêmico. A avaliação de segunda chamada tem a mesma pontuação da avaliação original. O acadêmico também pode optar por fazer prova substitutiva, ou seja, em substituição à nota da sua pior etapa de verificação de aprendizagem. As atividades de verificação de aprendizagem totalizam 75 pontos e são aplicadas de forma equilibrada, ao longo do semestre.

Quando obtiver resultado final inferior a 70 (setenta) e igual ou superior a 50 (cinquenta), o acadêmico pode se submeter ao exame especial, mediante a execução de uma avaliação no valor de 100 (cem) pontos e, é considerado apenas 70 pontos, mesmo que a nota adquirida no exame final tenha sido superior a 70 pontos.

É considerado reprovado o acadêmico que não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina e/ou não obtiver, na disciplina, resultado final igual ou superior a 70 (setenta) pontos.

Respeitando-se estes procedimentos, o curso incentivará a aplicação pelos docentes de atividades que estimulem a observação e a reflexão crítica do acadêmico dentro de cada disciplina, através da participação em eventos extracurriculares, como sessões de filmes, palestras, oficinas, atividades culturais, dentre outras. Em várias disciplinas serão promovidas visitas técnicas, excursões a exposições, encontros, e outras atividades relacionadas à disciplina e indispensáveis como formação complementar.

Entende-se que a participação em eventos desta natureza nutre o acadêmico de informações, ampliando suas referências profissionais e culturais e, por conseguinte, propicia também aos docentes uma atualização crítica e continuada dos programas, recursos, linguagens, práticas e procedimentos curriculares, de modo a melhor se adaptarem às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais de sua comunidade inserida no contexto contemporâneo.

13.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

A Comissão Própria de Avaliação - CPA, instituída pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que implantou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, já devidamente instalada na Faculdade Promove de Sete Lagoas é responsável pela condução dos processos de avaliação internos da IES, pela sistematização e prestação das informações a serem solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES, possuindo atuação autônoma em relação ao Conselho Superior/Colegiado de curso.

Objetivos:

- Subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões, no processo de melhoria da qualidade nas diversas dimensões da vida acadêmica;
- Conhecer em profundidade os pontos fortes e fracos da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento dos seus caminhos;
- Contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento da IES;
- Desenvolver um processo criativo de autocrítica permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;
- Promover a transparência por meio de publicação do desempenho da IES em relação a processos e produtos acadêmicos e administrativos;
- Possibilitar a redefinição constante dos objetivos institucionais, a fim de sintonizar a IES com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade regional;
- Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;

- Desencadear um processo pedagógico de aprendizado no âmbito o desenvolvimento acadêmico e institucional, pelo confronto entre a autoavaliação e a avaliação externa da IES e o relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional.

13.3 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A Autoavaliação do Curso de Direito é um processo continuado e cíclico, direcionado ao diagnóstico e melhoria das condições de ensino-aprendizagem, estabelecendo condições que permitam a revisão e a redefinição de prioridades estabelecidas no Projeto Institucional e no Projeto Pedagógico do Curso.

Por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA, é aplicado um diagnóstico que envolve dimensões de análise relacionadas ao Curso (infraestrutura, corpo docente, estrutura curricular, processo avaliativo, gestão acadêmica, atendimento e serviços).

A partir da análise dos resultados inicia-se um processo de gerenciamento, direcionado à melhoria contínua. Os professores recebem seus resultados avaliativos individualmente. Nos casos em que houver necessidade, é agendada uma reunião do professor com a coordenação e com uma pedagoga do suporte pedagógico para que seja traçado, conjuntamente, um Plano de Ação para Aprimoramento Didático-Pedagógico.

Em reuniões semanais entre a Direção, a Coordenação e representantes dos setores acadêmicos/administrativos da Faculdade são apresentadas e debatidas as demandas de docentes e discentes, bem como acordadas as soluções para cada caso. São feitas também reuniões entre a direção e a coordenação e os representantes discentes, com o objetivo de se obter informações qualitativas a respeito do andamento do semestre, buscando-se mediar a relação docente-discente e divulgar informações do interesse deste público.

A autoavaliação do curso terá como instrumento de registro o relatório de resultado, com o propósito de verificar o produto (desempenho) e processo, localizando pontos de estrangulamento e identificando formas estratégicas de resolvê-los.

São etapas da autoavaliação do curso:

- Definição de indicadores e fontes para a compreensão do diagnóstico;
- Definição dos instrumentos a serem utilizados;
- Desenvolvimento da autoavaliação;
- Identificação de problemas e conquistas;
- Identificação de soluções;
- Divulgação e discussão dos resultados;
- Elaboração de Plano de Ação e acompanhamento da ação.

Sob essa perspectiva, a IES preocupa-se em utilizar os resultados obtidos nas avaliações externas (de curso, IES, desempenho dos acadêmicos) como instrumentos de Gestão e composição do Plano de Melhorias. Assim, após a divulgação dos resultados do ENADE, CPC, IGC, avaliações *in loco*, os resultados são discutidos e incorporados aos relatórios de autoavaliação, a fim de traçar as ações de melhorias, no âmbito da IES e dos cursos.

13.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Autoavaliação tem como propósito atender ao processo interno das Instituições de Ensino Superior (IES), regulamentado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instrumento de avaliação superior do MEC/INEP, criado pela Lei n.º 10.861, de 14/04/2004.

O objetivo deste processo autoavaliativo é construir um conhecimento sobre a realidade interna da IES, identificando o perfil e o significado da atuação da mesma, com o intuito de levantar possíveis falhas e empreender ações para melhorar a sua qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

A Autoavaliação Institucional é hoje, para a Faculdade Promove de Sete Lagoas um desafio, pois possibilita analisar suas ações administrativas, técnicas e pedagógicas de maneira

contextualizada, crítica e participativa, permitindo perceber suas possibilidades e limitações, bem como apontar caminhos.

Neste contexto, a Autoavaliação é concebida como um processo participativo e sistemático de busca de informações sobre a realidade da instituição com o intuito de colaborar com a melhoria e o aperfeiçoamento do projeto educacional, configurando-se como importante estratégia para o exercício da gestão participativa e para a tomada de decisões em relação ao pensar e ao agir institucional.

A metodologia de Autoavaliação da faculdade tem o mérito de constituir um processo pedagógico contínuo. Sua tendência é, pois, a cada reavaliação e redefinição de metas, avançar para níveis mais elevados de qualidade, principalmente pelo efeito demonstração do crescimento/desenvolvimento dos que se encontram em níveis mais avançados do processo de avaliação.

Os resultados colhidos pelo programa de Autoavaliação devem servir de referência para várias melhorias, dentre elas:

- Definição do perfil do corpo docente da instituição a partir de sua produção científica, implementando ações para a melhoria do desempenho profissional, pessoal e institucional;
- Conhecimento da situação dos egressos com vistas a fortalecer o atendimento das demandas sociais;
- Definição do perfil dos cursos implantados na instituição, sua adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao desempenho e aceitabilidade social;
- Conhecimento dos programas de extensão, sua articulação com o ensino e a pesquisa em consonância com as necessidades e demandas do entorno social;
- Construção do perfil da pós-graduação e identificação da capacidade instalada e das ações necessárias ao fortalecimento e ampliação;
- Definição do perfil dos servidores técnico-administrativos;

- Conhecimento das condições estruturais e de recursos humanos da instituição com definição de ações de comunicação entre as diferentes unidades da faculdade e
- Perfil socioeconômico-cultural dos discentes e redefinição de uma política de atendimento estudantil.

A CPA diagnóstica, do modo mais neutro possível, as virtudes e falhas da instituição, buscando servir como indicador para os diversos atores envolvidos, ao mesmo tempo em que sensibiliza estes mesmos atores e busca produzir e difundir conhecimento.

14 INFRAESTRUTURA

14.1 INSTALAÇÕES GERAIS

A Faculdade Promove de Sete Lagoas conta com sua Unidade situada em área de fácil acesso e com forte penetração na Região com grande expressão econômica do Estado de Minas Gerais. A Faculdade dispõe de espaços físicos adequados para o número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades educacionais, bem como das atividades administrativas.

Há rede WiFi para os alunos, professores, funcionários e visitantes em todo o ambiente da Faculdade. A Faculdade Promove de Sete Lagoas atenta às condições de segurança aos seus usuários, tendo em vista que as instalações acadêmicas são espaços destinados às funções acadêmicas, planejou suas edificações para atenderem todas as condições de segurança e biossegurança com saídas de evacuação sinalizadas para o caso de emergência e com equipamentos adequados e de fácil acesso, proporcionalmente distribuídos em blocos e pavimentos, atendendo as Normas da CIPA, além de vigilância permanente em todos os turnos, ou seja, por vigias no turno da noite e segurança durante o dia.

São disponibilizadas áreas livres (corredores, rampas e áreas de convivência) para circulação, possuindo higienização e manutenção de acordo com mais exigentes padrões de acessibilidade.

A Faculdade Promove de Sete Lagoas possui estacionamento com vagas sendo de uso de alunos, professores e funcionários. Ambos os estacionamentos, possuem vagas para veículos, para pessoas portadoras de necessidades especiais, para idosos e para motos.

A IES está totalmente adaptada aos portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, conforme Portaria Ministerial nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, com rampas, elevador para cadeirante, pisos táteis, sinalização de segurança, circulações e acessos adequados. Os espaços acadêmicos e administrativos são modernos e mobiliados adequadamente, com biblioteca ampla, confortável e com acervo adequado às propostas pedagógicas.

A sociedade local regional absorva a Faculdade Promove de Sete Lagoas como uma instituição que tem respeito à comunidade e aos seus objetivos sociais, onde oferece cursos de qualidade.

14.2 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As instalações administrativas da Faculdade Promove de Sete Lagoas concentram diversos espaços adequados ao número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades administrativas e à integração de todos os órgãos que compõe a sua estrutura educacional. As instalações administrativas são isoladas de ruídos externos, com boa audição interna, ventilação adequada às necessidades climáticas locais, quando necessário. Possuem iluminação condizente às ações administrativas e possuem mobiliários e equipamentos especificamente adequados aos setores.

São instalações administrativas da Faculdade Promove de Sete Lagoas:

- Direção
- Recepção
- Departamento Pessoal
- Departamento de Tecnologia da Informação

- Almoxarifado
- Assessoria de Comunicação
- Secretaria Acadêmica
- Núcleo de Extensão
- Centro de Pesquisa
- Núcleo de Orientação Psicopedagógico
- Copa
- Portarias
- Cantinas e reprografias, outras dependências.

As áreas livres (corredores e áreas de convivência) para circulação possuem higienização e manutenção de acordo com mais exigentes padrões com pessoal contratado pela Faculdade.

14.2.1 INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

As instalações acadêmicas estão espalhadas, praticamente, por toda a Faculdade Promove de Sete Lagoas. Estes espaços são adequados ao número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas e de ensino e à integração de todos os órgãos que compõe a sua estrutura educacional.

As instalações acadêmicas possuem boa acústica, climatização adequada à necessidade local e às ações desenvolvidas. Possuem iluminação condizente, mobiliários modernos, privilegiando as condições de conforto ergonômico e, ainda, equipamentos especificamente adequados.

São instalações acadêmicas da Faculdade:

- Coordenação de curso
- Sala de professores
- Núcleo de Atendimento Psicopedagógico - NAP

- Núcleo Docente Estruturante - NDE
- Sala para Docentes em Tempo Integral
- Sala da Comissão Própria de Avaliação - CPA
- Secretaria Acadêmica
- Central de Atendimento
- Supervisão Acadêmica
- Biblioteca
- Laboratórios de informática
- Laboratórios especializados e salas de apoio, outras dependências.

14.2.2 SALAS DE AULA

A Faculdade Promove de Sete Lagoas dispõe de salas de aula, adequadas e suficientes ao número de alunos e para plena utilização dos professores no desenvolvimento das atividades acadêmicas, com boa acústica, com uso de recursos instrucionais permanentes ou sempre que necessários e solicitados, possuindo iluminação condizente, climatização, sendo mobiliadas com carteiras tipo escolares, mesa e cadeira para o professor, limpeza e arrumação efetuada após término de cada turno.

Todas as salas têm acesso à internet, tv, além do tradicional quadro branco, para garantia do desenvolvimento das atividades acadêmicas. Todas as salas de aula são compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto nº 5296/2004.

14.2.3 SALA DE PROFESSORES

A Faculdade Promove de Sete Lagoas dispõe de sala de professores. A sala de professores atende plenamente às necessidades da Faculdade e seu curso. Este espaço para os docentes está equipado segundo a finalidade na qual se destina e atende plenamente aos requisitos de

dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade ao número de usuários, quando do desenvolvimento das atividades acadêmicas. Possui mobiliários modernos, computadores conectados à internet, escaninhos etc., como também há funcionários para dar todo o suporte nas atividades acadêmicas. A sala de professores é compatível com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto nº 5296/2004.

14.2.4 ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS

A Faculdade Promove de Sete Lagoas dispõe de diversos espaços para atendimento aos discentes.

São eles:

- Núcleo de Atendimento Psicopedagógico - NAP;
- Supervisão Acadêmica;
- Secretaria Acadêmica;
- Central de Atendimento;
- Biblioteca;
- Outros, como a Direção, as Coordenações de Curso, etc.

A Supervisão Acadêmica objetiva a promoção de ações voltadas ao corpo discente da Faculdade, com vistas no desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para o fortalecimento do perfil profissional. Com espaço condizente e sob a responsabilidade de uma pedagoga especialista, possui iluminação, climatização, acústica, mobiliário, segurança e limpeza.

A Secretaria Acadêmica que objetiva receber, registrar, arquivar e atualizar a documentação referente à vida acadêmica dos alunos da Instituição, possui espaço condizente, incluindo a área de atendimento e sala para a Secretária, arquivos e serviços internos.

O espaço atual para a coordenação de curso dispõe de instalações para coordenação de curso e uma recepção, onde se situa o pessoal de apoio a coordenações de cursos, sendo um técnico-administrativo por turno.

Possui ainda uma sala para a coordenação pedagógica. Todos estes espaços possuem iluminação condizente, ar-condicionado, mobiliário moderno e estão adequados às ações acadêmico-administrativas a que se destinam, bem como estão em conformidade com o Decreto nº 5296/2004 que do acesso de portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

14.2.5 INFRAESTRUTURA PARA A CPA

A Faculdade Promove de Sete Lagoas fornece à Comissão Própria de Avaliação - CPA os recursos materiais, recursos humanos e infraestrutura necessária à condução de suas atividades. O espaço destinado aos trabalhos da CPA é composto por mesa, cadeiras, armário e computador conectado à internet. A sala é isolada de ruídos externos, com boa audição interna, ventilação adequada às necessidades climáticas locais, limpeza e com acessibilidade conforme legislação pertinente.

14.2.6 GABINETES/ESTAÇÕES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL - TI

A Faculdade Promove de Sete Lagoas dispõe de gabinetes de trabalho equipados com computadores conectados à Internet para os professores em tempo integral/parcial segundo a finalidade, prezando pela dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

Os ambientes possuem computadores conectados à internet e outros equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades planejadas. Além disso, a Faculdade possui também uma sala para trabalhos dos Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs dos cursos.

14.2.7 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

A Faculdade Promove de Sete Lagoas possui instalações sanitárias, masculinas e femininas, distribuídas pela área e há banheiros adequados aos portadores de necessidades especiais, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004 e Portaria Ministerial nº 3.284/2003. As instalações sanitárias possuem portas adaptadas, barra de apoio nas paredes, instalação de lavabos em

altura acessível aos usuários de cadeira de rodas, sem barreiras arquitetônicas e apresentam condições plenas em termos de espaço físico, equipamentos sanitários modernos,

14.3 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Visando ao cumprimento da legislação vigente, quanto a acessibilidade, a infraestrutura da Faculdade Promove de Sete Lagoas contemplam:

PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamento nas proximidades das unidades de serviço;
- Construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Colocação de lavabos, bebedouros, e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- Máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- Gravador e fotocopiadora que amplie textos;

- Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- Software de ampliação de tela do computador;
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- Lupas, réguas de leitura;
- Scanner acoplado a computador;
- Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- Quando necessário, intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Aprendizado da Língua Portuguesa, principalmente na modalidade escrita (para uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especialidade linguística dos surdos.

14.4 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

A manutenção e conservação das Instalações Físicas estão em consonância com a política definida pela Faculdade Promove de Sete Lagoas para prosseguimento dos investimentos em infraestrutura.

14.5 PLANO DE EXPANSÃO

O espaço construído, embora seja amplo e com ótimas instalações, necessita de uma crescente expansão, conforme previsto no projeto do Campus, para atender à demanda de aumento de vagas e instalação de novos cursos.

O Plano Diretor da instituição prevê a humanização dos espaços, a construção de estruturas modernas, a racionalização e a ampliação ordenada e de forma preservativa. Neste sentido, foram preservados, na área do Campus vários aglomerados de vegetação natural que formam pequenos bosques entre os diversos blocos de construção. Aliados às árvores já plantadas no local, têm-se um conjunto extremamente agradável e propício à instalação de espaços de convivência, privilegiados no Projeto Paisagístico.

O aspecto paisagístico e de conforto para os usuários das instalações deve sustentar as ações no plano de infraestrutura, tornando o campus um ambiente agradável e de fácil acesso para o corpo discente, visitantes e corpo docente.

A ampliação das instalações físicas tem como objetivo:

- Adequar as instalações às necessidades de uma instituição moderna, observadas as exigências em relação aos parâmetros de qualidade que norteiam a implantação de Cursos, especificamente em relação à infraestrutura e espaço físico.
- Melhorar continuamente as condições de conforto, segurança e bem-estar do usuário do Campus.

Para viabilizar o projeto de aumento de cursos, foi determinado um Cronograma de Obras em que se prevê a construção de novas salas, laboratórios e ampliação da biblioteca tendo em vista o aumento constante das obras.

15 BIBLIOTECA

A Faculdade Promove de Sete Lagoas tem como objetivo proporcionar à comunidade acadêmica, técnica e administrativa o acesso aos recursos informacionais para desenvolvimento do ensino, apoio à pesquisa e extensão. O acervo especializado contempla as áreas dos cursos ministrados pela Faculdade Promove de Sete Lagoas. Possui regulamento próprio relativo aos serviços oferecidos aos usuários, elaborado de acordo com a filosofia e objetivos da instituição.

A biblioteca de um espaço físico, com iluminação e ventilação adequadas, com funcionamento das 07 às 22 horas, horas de segunda a sexta-feira e sábado das 08:00 às 12:00 horas.

No que se refere ao acervo de livros, estão adequados ao conteúdo programático do curso e à suficiência do número de exemplares à demanda real em um mesmo período letivo com títulos e volumes em bom estado de conservação, atendendo a todas as áreas da medicina e utilização da Internet, Banco de dados, Medline, Lilacs, Scielo. A atualização do acervo é realizada conforme a necessidade de cada curso, geralmente ocorre a cada semestre. Além dos livros da área médica, a biblioteca conta também com teses e dissertações, fitas de vídeo, base em CD-ROM, periódicas correntes de acordo com a necessidade de cada curso.

15.1.1 ACESSO A BIBLIOTECA

O acesso do acadêmico à biblioteca é direto. Além do material disponibilizado, ele pode contar com o acesso a outras bibliotecas existentes no país, já que a biblioteca do Centro Universitário está cadastrada à rede COMUT/IBICT e à BIREME. Todo o procedimento de utilização dos serviços da biblioteca (Regulamento) é passado por escrito ao acadêmico, no momento da visita de apresentação da biblioteca, no início do curso, ou seja, 1º Período.

15.1.2 INFORMATIZAÇÃO

A Biblioteca utiliza software de gerenciamento de Bibliotecas e processamento técnico, que possibilita a catalogação, classificação, indexação, consulta ao acervo, pesquisa bibliográfica,

reserva on-line, empréstimo de livros, cadastramento de usuários e avaliação das atividades, com estatísticas.

As facilidades para acesso às informações podem ser resumidas em:

- Comutação Bibliográfica (fornecimento de cópias de artigos de periódicos localizados em universidades e instituições integrantes do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas, do IBICT/CNPq);
- Acesso à Internet;
- Acesso a redes de informação científica e tecnológica;
- Acesso a Bibliotecas Virtuais;
- Acesso a Revistas Eletrônicas;
- Pesquisa em CD-ROM.

15.1.3 BASE DE DADOS

Como exemplo de Relações Institucionais para compartilhamento e intercâmbio de acervo e de informações, podemos citar:

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Biblioteca central da UnB	www.bce.unb.br
IBICT/CNPq	www.ibict.br
FENACON	www.fenacon.org.br
Financial Accounting Standrs Board-FASB	www. Rutgers.edu
Fundação Inst. Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras	www.eac.feasp.usp.br
Informações Objetivas – IOB	www.iob.com.br
Instituto Brasileiro de Contadores	www.ibracon.com.br
International Accouting Standards committee	www.iasc.org.uk
Dept. Nac. de Registro do Comércio	www.dnc.gov.br
Tribunal de Contas da União	www.tcu.gov.br
Confederação Nacional do Comércio	www.cnc.com.br
CNPq	www.cnc.com.br
Biblioteca do BNDES	www.cnpq.gov.br
Biblioteca do IPEA	www.ipea.org.br

BIBLIOTECAS VIRTUAIS

- Biblioteca Central da UnB- www.bce.unb.br
- Biblioteca Virtual do IBICT - www.ibict.br
- Rede Sabi (Senado Federal) - www.senado.gov.br
- Biblioteca do Inst. De Matemática Pura e Aplicada - www.inpa.br
- Biblioteca da FGV - www.fgv.br

REDES DE INFORMAÇÃO

- ICTNET/IBICT/CNPq – Serviços de Localização e Apontadores de Informação em C & T no Brasil
- SCIELO/ FAPESP – Scientific Eletronic Library Online – Catálogo de Revistas
- COMUT/ CCN – (IBICT)
- Rede Antares (IBICT)
- Prossiga (CNPq)
- SIBU/USP

15.1.4 POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO

A política de atualização e expansão do acervo de livros é feita da seguinte forma:

- Por indicação do corpo docente nos Planos de Ensino ou através da Internet na página de pesquisa da Biblioteca;
- Por pesquisa em catálogo de editoras, buscas em "sites" especializados;
- Por doações e permutas;
- Pelo serviço de reserva utilizado pelos usuários;

- Pela manutenção de assinaturas de periódicos em papel e em suporte eletrônico;
- Pela manutenção de bases de dados especializadas online ou em CD Rom, e recursos de multimídia (microfilmes, slides, fitas de vídeos, DVDs, CDs-Rom);
- Pela aquisição de equipamentos adequados para a utilização da informação nos diferentes suportes;
- Pela aquisição de acervos de outras bibliotecas ou de professores.

A catalogação do acervo é feita de forma referenciada, possibilitando assim a recuperação de informações sobre a obra. A disposição do acervo é organizada pela classificação por assunto através da CDU – Classificação Decimal Universal.

Quanto ao acervo de periódicos, a aquisição é feita através de permuta, doação ou assinatura. A solicitação de assinatura é feita pelo coordenador do curso, através de indicação do professor. Antes de a assinatura ser realizada, é verificada sua qualificação na Qualis/CAPES.

Conta, ainda, com serviços de catalogação, informação e informatização.

Em termos de recursos humanos, assegura-se a existência de uma equipe satisfatória para as demandas.

15.1.5 SERVIÇOS

A Biblioteca da Faculdade Promove de Sete Lagoas oferece diversos serviços, dentre eles: empréstimo e consulta, orientação sobre a utilização das coleções e pesquisa nas bases de dados remotas, orientação para citações bibliográficas, comutação bibliográfica.

15.1.5.1 CORPO TÉCNICO

O corpo técnico é formado por:

- 1 bibliotecário(a)
- 01 auxiliar de apoio ao bibliotecário (a)

15.2 LABORATÓRIOS

As aulas em Laboratórios se realizam através de experimentações, ensaios práticos, desenvolvimento de atividades de pesquisa, observação e manipulação, realizados sob a supervisão dos professores dos respectivos conteúdos e/ou monitores, de acordo com a complexidade e finalidade da prática laboratorial.

15.3 TECNOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

A informação e a comunicação, desde primórdios tempos são essenciais ao desenvolvimento do ser humano. Os processos informacionais e comunicativos das pessoas são, na atualidade, fortemente influenciados pelo conjunto de recursos tecnológicos que compõem a sociedade global, como internet, softwares, celulares, jogos eletrônicos etc. Estes meios se integram ao cotidiano das pessoas e, sobretudo da "geração digital", tão rápida e naturalmente que se reflete no processo educacional, tornando indispensável torná-lo uma experiência mais criativa e estimulante. Assim, estas ferramentas se apresentam como fortes aliadas no trabalho de repensar o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades nas escolas.

Como espaço criativo cultural a Faculdade Promove de Sete Lagoas, não poderia deixar de incorporar aos seus processos as inovações que retratam a sociedade na qual nos encontramos. A formação dos acadêmicos, independente da carreira que optar, exige não apenas o domínio da técnica, mas, também, uma sólida e ampla formação cultural. É por meio da literatura que ampliaremos o nosso vocabulário, aperfeiçoaremos a nossa escrita e ampliaremos os nossos horizontes. As informações disponíveis em vários suportes comunicacionais nos transportaram, por meio da linguagem midiática, para diferentes realidades, culturas, situações, momentos históricos, e diversas possibilidades de crescimento pessoal e profissional.

Assim as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) serão também uma realidade no campo da Direito e estão presentes no cotidiano dos acadêmicos e dos profissionais. Segundo o Ministério da Educação as tecnologias da informação e da comunicação, chamadas TIC's, são

recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais de aprendizagem e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória Flash, etc.) dentre outros. Como suporte à execução do Projeto Pedagógico do curso de Direito, o Núcleo Docente Estruturante busca pesquisar dentre o corpo docente e outras fontes, possibilidades de ensino e aprendizagem mediados por diversos suportes tecnológicos. Seja por meio do ambiente virtual de aprendizagem, seja por meio de inúmeras estratégias as tecnologias da informação e comunicação do curso de Direito estão inseridas em um diálogo permanente entre todos os integrantes da comunidade acadêmica.

15.4 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

ACESSO À INFORMÁTICA

Para que os alunos tenham acesso à Internet e produzam seus trabalhos acadêmicos e pesquisas, a Faculdade disponibiliza o laboratório de informática com acesso à internet, softwares disponíveis atualizados, Windows e com a política de utilização devidamente exposta para a comunidade acadêmica.

O laboratório conta com o técnico que auxilia os alunos nas suas dificuldades concernentes ao uso dos equipamentos e softwares. O técnico também é responsável pelo controle de entrada e saída dos alunos. Além disso, os alunos dispõem de computadores, na Biblioteca e em alguns laboratórios específicos. A gestão de uso destes laboratórios está contemplada em regulamento próprio e é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI.

O laboratório de informática consiste em ambientes equipados com ar-condicionado, bancadas para microcomputadores e impressoras, quadro branco e projetor multimídia. O horário de funcionamento, a política de uso e acesso e a manutenção e conservação dos equipamentos, tais como: qualidade do serviço, estado de conservação, plano de expansão e atualização, mecanismos de reparo e de aquisições, são:

a) Horário de Funcionamento: o laboratório assegura acesso diário de 2ª à 6ª feira, no horário das 8h às 22h e aos sábados, no horário das 8h às 12h, para que os docentes e discentes tenham condições de desenvolvimento de suas pesquisas, trabalhos e consultas. É possível o acesso aos sábados, a partir das 12h, e aos domingos desde que acordado antecipadamente com o DTI.

b) Política de Acesso e Uso: a utilização dos laboratórios é atividade essencial para o curso tanto dentro da carga horária como em outros horários, de acordo com a organização de cada disciplina e da administração dos laboratórios. As atividades em laboratório podem ser em grupo ou individualizadas, com acompanhamento do professor responsável pela disciplina, auxiliado por monitores e pessoal de apoio.

c) Plano de Conservação e Atualização Tecnológica: a conservação e atualização dos equipamentos são feitas a partir de uma análise constante pelo pessoal técnico de apoio, coordenadores de curso e demais professores envolvidos, além do auxílio do pessoal da manutenção, os quais verificam a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes.

A atualização dos softwares é feita também através de análise periódica do pessoal técnico do DTI, consideradas as sugestões de professores que utilizam os laboratórios como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

d) Plano de Manutenção: a manutenção de equipamentos, dependendo de sua amplitude, é assegurada pelo pessoal técnico do DTI ou através de contratos com os fornecedores e/ou consultorias para os equipamentos. A reposição de materiais de consumo é compatível com a demanda das atividades realizadas em cada semestre.

e) Pessoal Técnico de Apoio: o pessoal técnico de apoio será formado por equipe de profissionais selecionados pelo DTI, tendo como responsabilidades a formação técnica/tecnológica, manutenção e instalação dos equipamentos nos laboratórios, manutenção da gerência de redes (no caso de informática), biblioteca e demais setores, para que a Faculdade esteja sempre adaptada às novas tecnologias e consiga manter a qualidade de seus cursos.

Em atenção aos portadores de necessidades especiais, há instalado softwares específicos, como: DOS VOX - possibilita que pessoas cegas ou com baixa visão, com um baixo nível de escolaridade, se tornem capazes de utilizar o computador, trazendo assim muitos benefícios às suas vidas, o VLibras que consiste em um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas. Conta também com eViacam - software que utiliza as imagens capturadas pela webcam do seu computador para controlar o ponteiro do mouse. Com essa característica é possível realizar tarefas rotineiras, como navegar na internet, utilizando apenas gestos faciais.

ACESSO ÀS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DISCENTES

Possibilita a integração da comunidade acadêmica através da disponibilização de softwares e hardwares adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, recursos audiovisuais e multimídia.

No tocante ao atendimento de recursos audiovisuais para aos estudantes e professores, a Faculdade Promove de Sete Lagoas dispõe atualmente de um número expressivo de equipamentos, a saber: como Datashow, TVs, vídeos, retroprojeter, etc.

REDE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A Faculdade Promove de Sete Lagoas, atenta às novas tecnologias e ciente da importância acadêmica que representam as comunicações em rede, através de seu provedor de acesso à

Internet, permite a integração de toda a comunidade acadêmica recursos adequados à pesquisa e à extensão, proporcionando contato com grandes Universidades e Centros de Pesquisa e de Desenvolvimento, nos mais diferentes níveis. O provedor da Faculdade Promove de Sete Lagoas beneficia também a comunidade que passa a contar com serviço de acesso, 24 horas por dia.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A manutenção e conservação dos Equipamentos (software, hardware e acesso à rede lógica) estão em consonância com a política definida pela Faculdade Promove de Sete Lagoas para suprir a demanda dos cursos, assim como dar prosseguimento nos investimentos em equipamentos. A IES adotou a política de atualizar seu parque tecnológico de 03 em 03 anos para garantir que os equipamentos e softwares acompanhem os avanços tecnológicos da internet e das aplicações.

15.5 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS (NPJ)

O NPJ conta com microcomputadores multimídia e programas para auxiliar no aprendizado das disciplinas e administração do escritório modelo.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos da Faculdade Promove de Sete Lagoas dão atenção especial à relação teoria/prática, tida não como momentos distintos da ação pedagógica, mas como movimentos sincronizados onde a reflexão teórica predispõe à transformação da prática profissional e está subsidia novos movimentos de teorização. Nesse sentido, há de se estender a mesma preocupação às práticas laboratoriais, entendidas como ações de suporte ao processo ensino-aprendizagem e tanto mais rica quanto maior liberdade de experimentação permitir aos acadêmicos.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é uma unidade acadêmica na qual os recursos humanos e materiais são alocados para a prestação e coordenação direta e indireta, exclusiva, compartilhada ou conveniada de atividades de prática jurídica curricular e extracurricular, inclusive para atendimento ao público e de atividades de complementação pedagógica por meio de projetos, programas e ações de extensão.

15.5.1 JUSTIFICATIVA

O Núcleo de Prática Jurídica, instituído para ser organismo que tem como escopo propiciar o estágio supervisionado, no qual os acadêmicos poderão, através do estudo de casos simulados e reais, atingir a plenitude da prática jurídica, mormente, a forense, terá também por mister o atendimento às pessoas que não dispõem de recursos para a defesa de seus interesses, sem prejuízo à manutenção da própria pessoa ou de sua família, junto ao Poder Judiciário, assim como, o atendimento aos diversos núcleos que venham a ser instituídos no âmbito da Faculdade Promove de Sete Lagoas, cujos desígnios possam se encontrar voltados ao interesse público, principalmente à assistência aos mais necessitados.

Tem o Núcleo de Prática Jurídica um compromisso com a educação fundamentada no ensino, pesquisa e na extensão e faz da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade um instrumento de atuação social, ao tempo em que possibilita aos acadêmicos do Curso de Direito a vivência de situações reais, em outras disciplinas e ciências afins, possibilitando ainda que ofereçam os seus préstimos aos acadêmicos de outros cursos, formando assim, profissionais defensores do Estado Democrático de Direito, da cidadania e da paz, numa visão pluralista.

15.5.2 OBJETIVOS

a) COMO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

As práticas jurídicas objetivam especialmente propiciar ao acadêmico a vivência de atividades jurídicas, simuladas e reais, desenvolvidas sob uma concepção reflexiva, crítica e criativa, sempre atenta aos padrões da ética profissional e à integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

b) COMO NÚCLEO ASSISTENCIAL

Prestar serviços jurídicos às pessoas que não têm condições de obtê-los sem prejuízo do próprio sustento ou do sustento da família, nos diversos ramos do Direito, com zelo, respeito e profissionalismo inteligente.

c) COMO NÚCLEO INTERDISCIPLINAR/TRANSDISCIPLINAR

Trabalhar em parceria com os diversos núcleos da Faculdade Promove de Sete Lagoas desenvolver, em conjunto com estes núcleos e em conjunto com outras entidades, tais como: OAB, a Defensoria Pública, as Prefeituras Municipais, as associações comunitárias dentre outras, projetos que possam contribuir para a sociedade em geral, e, em especial, para com a formação acadêmica e profissional dos envolvidos nos projetos, de modo a oferecer a todos o domínio do direito, em todas as suas manifestações, assim como prestar à sociedade um serviço de utilidade pública.

15.5.3 METODOLOGIA

Serão ministradas aulas de prática processual, nas quais são oferecidos casos simulados através dos quais os acadêmicos têm contato com questões que a eles demandarem, o estudo de medidas em defesa dos interesses das partes que assistem.

Serão oferecidos casos já encerrados aos acadêmicos, com os documentos constantes dos autos para que promovam, uns as ações, outros a defesa.

Serão simuladas situações de conflitos que permitam aos acadêmicos debates orais, como se estivessem nos tribunais, com a produção de sustentações orais.

Será possibilitada a oportunidade de atendimento a casos reais, a pessoas consideradas pobres no sentido legal, junto ao Poder Judiciário e ao Poder Executivo, nos ramos do direito que foram objeto de estudo pelos acadêmicos, além da frequência a audiências em várias áreas e ritos, mediante realização de relatórios detalhados, tudo em conformidade ao regulamento do NPJ.

O atendimento assistencial que venha a demandar um procedimento judiciário passa inicialmente pela análise e parecer favorável do professor orientador e da aprovação pelo coordenador.

Os acadêmicos realizarão também visitas técnica, individualmente ou em grupo, acompanhados ou não dos professores orientadores.

15.5.4 RESULTADOS ESPERADOS

Capacitação dos acadêmicos nos diversos ramos do Direito para que possam desenvolver as suas habilidades no mercado de trabalho com conhecimentos técnicos, desenvoltura, dignidade, ética e responsabilidade social.

Prestar à sociedade, principalmente aos que não possuem condições financeiras de arcar com as despesas de uma lide judicial, a assistência necessária para incluir, cada vez mais cidadãos no contexto social, assegurando o acesso à justiça enquanto direito constitucionalmente assegurado a todo cidadão brasileiro.

15.5.5 ABRANGÊNCIA DAS ATIVIDADES

O Núcleo de Prática Jurídica, no contexto a que se propõe, atuar junto ao Poder Judiciário, de modo geral, portanto em todos os tribunais, com atuação mais destacada junto às Varas de Família da Justiça Estadual e junto aos Juizados de Pequenas Causas, mormente, junto aos Juizados de Consumo e no Juizado Especial Federal.

Atuará ainda junto ao Poder Executivo Municipal, na promoção de assistência administrativa, através de recursos diversos e junto aos órgãos de defesa do consumidor.

15.5.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Núcleo de Prática Jurídica como organismo vivo da educação, cujo objetivo é formar profissionais que façam da ética uma bandeira, faz sua inserção no contexto da sociedade valorizando o trabalho, a família e a justiça social, de modo a propiciar a igualdade entre todos e a liberdade de viver em uma sociedade fraterna, sem exclusão, sem medo, na qual a solidariedade seja uma constante.

15.5.7 DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NO NPJ

O atendimento ao cliente é feito, inicialmente, pela Secretaria do Núcleo que, após registrar a presença do cliente em livro próprio, entregará ao mesmo a ficha de atendimento com o nome do estagiário que o irá atender. De posse da ficha, o cliente será encaminhado ao Estagiário, que se encarregará de preenchê-la com todos os dados referentes à vida socioeconômica do cliente, para avaliação quanto à possibilidade de atendimento. O constituinte assinará a respectiva ficha, ficando, assim, responsável pela veracidade das informações ali prestadas.

O Acadêmico advertirá o cliente das consequências advindas da propositura de uma ação, tais como: eventual condenação em ônus de sucumbências, custas do processo caso não seja deferida a gratuidade da justiça, possibilidade da demanda ter julgamento nas condições pleiteadas etc.

O Núcleo de Prática Jurídica também realizará orientações jurídicas. Os clientes buscarão esclarecimentos acerca dos seus direitos. Destes, ou os clientes não se amoldam ao perfil do Núcleo ou não mostram interesse em propor qualquer medida judicial.

16 CONTROLE ACADÊMICO

O registro e controle acadêmico são procedidos pela Secretaria Geral, obedecendo ao Calendário Acadêmico, previamente estabelecido, e às determinações regimentais, bem como a matrícula inicial, ato formal de ingresso no curso de Direito e de vinculação a Faculdade Promove de Sete Lagoas. São considerados estudantes da Instituição aqueles devidamente matriculados.

A Secretaria Geral é o órgão de desempenho das atividades administrativas, coordenada por um profissional de formação acadêmica de nível superior. Compete à Secretaria Geral, observado o Regimento Geral: organizar, coordenar e supervisionar os serviços acadêmicos além de otimizar o processo de tramitação de documentos, o seu registro acadêmico propiciando o corpo discente acesso a todas as informações acadêmicas.

Para incorporar os avanços tecnológicos ao ensino de graduação, a Faculdade Promove de Sete Lagoas possui o Sistema VirtualClass, sistema de Controle e Registro Acadêmico, para serem divulgados eventos e calendários, resultados de avaliações, conteúdos didáticos, inscrições em eventos internos e outros serviços, como forma de facilitar o acesso às informações da vida acadêmica para docentes e discentes. Foram implementados nesta versão recursos didáticos de fóruns, informações por celular, avisos, dúvidas, mensagens, provas e trabalhos, chats, sendo que recursos de áudio e videoconferência ficam por serem desenvolvidas nas versões subsequentes.

Além de o registro acadêmico ser feito eletronicamente, os dados são registrados em livros e atas constando na pasta do acadêmico toda a sua trajetória acadêmica. O setor tem atendimento ao corpo discente nos três turnos através do serviço de protocolo que fornecem informações e orientações do dia a dia e mantêm a sua disposição os seus documentos pessoais.

17 CONCLUSÃO

A educação de qualidade se baseia na concepção do conhecimento como entendimento do mundo vivo e continuado; requer substituição da visão limitada de disciplina pela interdisciplinaridade, alcançando um estágio em que seriam dissipadas as fronteiras entre estas, efetivando-se a transdisciplinaridade, o que exige reorganização curricular voltada para a dimensão complexa do trabalho intelectual.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão redireciona o Curso no que tange ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e do entendimento do homem e do meio em que vive; à criação cultural e desenvolvimento do pensamento da sociedade brasileira e, sobretudo à interação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão deve direcionar o Curso ao desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, ao conhecimento dos problemas do mundo de hoje e

à prestação de serviços especializados à comunidade, estabelecendo uma relação de reciprocidade, além da promoção da extensão aberta à participação da comunidade nos processos de criação cultural.